

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

José Mateus do Nascimento

O EVANGELHO SEGUNDO A



Natal - RN
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JOSÉ MATEUS DO NASCIMENTO

**O EVANGELHO SEGUNDO A PASTORAL DA CRIANÇA
por uma pedagogia da sobrevivência**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Educação.
Orientadora: Profa. Dra. Marlúcia Menezes de Paiva

Natal - RN
2006

JOSÉ MATEUS DO NASCIMENTO

**O EVANGELHO SEGUNDO A PASTORAL DA CRIANÇA
por uma pedagogia da sobrevivência**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Educação.

Aprovada em 28 de novembro de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Natália Pereira Ramos
Universidade Aberta – Lisboa – Portugal

Profa. Dra. Maria do Amparo Ferro
Universidade Federal do Piauí

Profa. Dra. Rosália de Fátima e Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. Íris Maria de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Lusival Antônio Barcellos
Universidade Federal da Paraíba

Profa. Dra. Eva Cristini Arruda Câmara Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Oferto esta reflexão aos Agentes Pastorais
que se dedicam à visitação domiciliar,
na esperança de contribuir
para a sobrevivência da criança pobre.

AGRADECIMENTOS

Sou grato a Deus que me concedeu o dom da vida;

Aos meus pais, Francisco Bezerra do Nascimento e Luzia Maria Souza do Nascimento, pelo amparo e pelos cuidados dispensados;

Aos meus irmãos, Andréia, André e Raquel, pela compreensão e pelos momentos de partilha;

À Profa. Dra. Marlúcia Menezes de Paiva, minha orientadora, pela confiança e amizade;

À Profa. Dra. Rosália de Fátima e Silva, pelo trabalho de co-orientação;

Aos colegas da base de pesquisa, pelos incentivos;

Aos Agentes Pastorais, tanto os coordenadores como os Líderes Comunitários, que agiram como “casa aberta”: disponibilizaram documentos, participaram das entrevistas, deixaram ser observados e fotografados;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo investimento financeiro à pesquisa;

À Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, através do Programa de Pós-Graduação em Educação, que viabilizou esta oportunidade.

AS NOVENTA E NOVE
E TANTAS OUTRAS OVELHAS DESGARRADAS
(Inspirado no Salmo 23 do Rei Davi)

*Quem é o meu Pastor?
Pois de tudo tenho falta!
Jogado estou em terreno seco e estéril,
Desesperado, procuro saciar a enorme sede.
Isto atormenta a minha alma;
Sou injustiçado constantemente
por desamor de meu próprio nome.
Ando a todo tempo na sombra da morte,
o mal é comum, e sinto que ninguém é comigo;
vez por outra, a vara e o cassetete me assolam.
Preparo a mesa, mas os pratos permanecem vazios
e os amigos fogem de mim;
parece que quer explodir a minha cabeça,
tento gritar, logo vem um cale-se, agora!
Penso que provavelmente a maldade e a impunidade
não me perseguirão a vida inteira,
espero ter abrigo e sentir-me um ser humano,
ainda que (sobre)viva em poucos dias.*

J. Nascimento – julho/2005

RESUMO

Esta pesquisa, desenvolvida no Bairro Parque dos Coqueiros, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, analisa a ação socioeducativa da Pastoral da Criança como pedagogia da sobrevivência, cultivada entre as populações pobres. Utiliza os pressupostos teórico-metodológicos da entrevista compreensiva (Jean Kaufmann), observação participante (Robert Bogdan) e análise documental (Le Goff); trazendo à reflexão conceitos como estratégias, táticas e as artes de fazer (Michel de Certeau), configuração (Nobert Elias), tecnologias de controle (Michel de Foucault), ética do cuidado (Leonardo Boff) e etnoteorias (Natália Ramos). A Pastoral da Criança é um organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, criada no município de Florestópolis, Londrina (Paraná), no ano de 1983. Expressa uma nova lógica de ação da Igreja Católica, valorizando a participação dos leigos na ação pastoral e elegendo a paróquia como núcleo irradiador da Doutrina Social da Igreja. Desde 1985, no Rio Grande do Norte, a instituição vem orientando famílias pobres quanto ao cuidado com a saúde dos filhos, e conta com a participação efetiva dos leigos num trabalho voluntário, que também é devoção, firmado numa mística individual e de grupo. A intervenção possui três eixos: 1) a visita domiciliar mensal para o acompanhamento materno-infantil; 2) o Dia da Celebração da Vida, para a pesagem das crianças que promove a vigilância nutricional; 3) e a Reunião de Avaliação e Reflexão, que articula os líderes comunitários, para pensarem sobre os problemas presentes na ação socioeducativa que realizam. Esse “tripé da ação”, assim denominado pelos Agentes Pastorais, é modalidade de ação estratégica que fundamenta uma pedagogia para a sobrevivência das crianças pobres de 0 a 6 anos de idade. Os familiares aprendem a lidar com a prevenção, o essencial, o alternativo e as probabilidades, na produção de táticas de escape, frente às condições de exclusão ou mesmo de extermínio social. Dessa maneira, a Pastoral da Criança recupera o sentimento de infância nos bolsões de pobreza e trabalha para diminuir os índices de desnutrição e mortalidade materno-infantil. Essa pedagogia da sobrevivência firma-se no ensinar-aprender as artes de cuidar da criança pobre. Trata-se de uma ação social e educativa, não assistencialista, mas ainda tímida em mobilizar as comunidades acompanhadas para a emancipação e mudança da condição social.

Palavras-chave: Igreja Católica. Pastoral da Criança. Ação Socioeducativa. Pobreza. Sobrevivência.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour but d'analyser l'action sociale et éducative de la Pastorale d'Enfant en tant que pédagogie de la survie, mise en place parmi les populations pauvres. La recherche a été menée dans le quartier "Parque dos Coqueiros" à Natal, dans l'Etat du Rio Grande do Norte. Pour le mener à bien, nous avons utilisé comme méthodes de travail: l'entretien compréhensif, selon Kaufmann, l'observation participante, selon Bogdan; nous avons aussi analysé quelques documents en prenant en compte la théorie de Le Goff. Nous avons réfléchi à l'utilisation des concepts suivants: stratégies et savoir-faire, d'après la pensée de Certeau; la configuration, du point de vue de Elias; les technologies du contrôle, d'après Foucault; l'éthique du soin, selon Boff et enfin les ethnothéories selon Ramos. La Pastorale d'Enfant est un organisme de l'action sociale de la Conférence nationale des Evêques du Brésil, créé à Florestópolis – à Londrina (Paraná), en 1983. C'est le reflet d'une nouvelle logique de l'action de l'Église Catholique qui valorise l'engagement de la communauté dans l'action pastorale. Les participants sont élus par la paroisse – le centre principal de la diffusion de la Doctrine Sociale de l'Église. Dès 1985, dans l'Etat du Rio Grande do Norte, cette Institution est le guide des familles pauvres dans le domaine de la santé des enfants. De fait, ce travail représente un dévouement complet de la personne et du groupe engagés dans ce projet. Cette action sociale et éducative comporte trois axes de base: 1) l'assistance à domicile qui est réalisée une fois par mois; celle-ci permet d'accompagner d'une manière satisfaisante le bien-être de la mère et de l'enfant; 2) le Jour de la Célébrations de la Vie: c'est le moment de contrôler le poids des enfants et leur évolution, ainsi que leur alimentation; 3) la Réunion de l'Évaluation et de la Réflexion qui rassemble les leaders de la communauté autour des problèmes existants dans l'action sociale elle-même. Ce "tripé de ação" ainsi qu'il est nommé par les Agents de la Pastorale, représente les fondements d'une pédagogie pour la survie des enfants pauvres de 0 à 6 ans. La famille a accès aux notions de prévention, aux informations lui permettant de faire face aux difficultés rencontrées dans des situations d'exclusion et même d'extermination sociale. De cette façon, la Pastorale d'Enfant permet aux familles de retrouver une certaine approche du bonheur par le bien-être dans le contexte d'une situation de misère et peut également avoir une influence sur la réduction de la mort de mère ou de l'enfant et sur une meilleure alimentation de cette population pauvre. Cette pédagogie de la survie s'appuie dans l'enseignement-apprentissage du savoir-faire dans le domaine des soins apportés aux enfants pauvres. C'est une action social-éducative, et non de l'assistantat; bien qu'encore timide, c'est un engagement de la communauté vers le bouleversement qu'engendre une évolution vers une condition sociale plus favorable.

Mots-clés: Église Catholique. Pastorale d'Enfant. L'Action Social-éducative. Pauvreté Survie. Savoir-faire.

ABSTRACT

This work aims to analyze social and educational actions at Pastoral da Criança, using education as a survival tool. This was done at Parque dos Coqueiros, a neighborhood in Natal, Rio Grande do Norte. The methodology for data collection was composed of comprehensive interview (Jean Kaufmann), participant observation (Robert Bogdan) and documental analysis (Le Goff); all of which bring reflections related to concepts such as strategies, tactics and know how (Michel de Certeau), configuration (Robert Elias), and control technology (Michel de Foucault), care ethics (Leonardo Boff) and ethno-theories (Natália Ramos). Pastoral da Criança is a social action organism that belongs to the National Conference of Bishops of Brazil, originated at Florestópolis, Londrina (Paraná), in the year of 1983. These actions have been an expression of a new logic of actions of the Catholic Church. It values the participation of laymen in the activities of the Pastoral. Thus, the parish is seen as a nucleus that irradiates the Church's Social Doctrine. At Rio Grande do Norte this institution has guided poverty stricken families on issues related to children's health as well as working with laymen for volunteer work. This is considered devotion, that is firm by an individual and group mystique. The social and educational actions are done in three axes: 1) Monthly home visits, where there is mother-child support; 2) Life Celebration Day, where they weigh children and promote nutritional surveillance; 3) Meeting for Evaluation and Reflection, that aims to articulate community leaders to think about problems attached to the social actions they realize. This "action tripod", as it is called by the Pastoral Agents are the types of actions that fundament survival education for poor children ranging from 0 to 6 years old. The families learn to deal with prevention, the essential, the alternative and probabilities of survival tactics due to exclusion matters or even social extermination. The Pastoral da Criança aims to recover childhood emotions in poverty stricken areas. It also has influence in the diminishing of malnutrition and mother and child mortality. This education for survival is the base on the art of teaching and learning of poverty stricken children. It is a social educational action, non assistencialist, but considered a shy action in order to promote mobilization of the communities that are accompanied for the emancipation and change of social conditions.

KeyWords: Catholic Church. Pastoral da Criança. Social-Educational Actions. Poverty. Survival.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Capela São Bartolomeu na comunidade Vila Paraíso, zona norte de Natal (set. 2005)	43
FIGURA 2	Celebração da Vida na comunidade Carlos Marighela (ago. 2006).....	44
FIGURA 3	Capela Santa Clara na comunidade Vale Dourado, zona norte de Natal (ago. 2006).....	46
FIGURA 4	Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança (nov. 2004).....	65
FIGURA 5	Visitação na comunidade Vila Paraíso (out. 2005).....	99
FIGURA 6	Líderes comunitários realizando visita domiciliar em Vila Paraíso (set. 2005).....	105
FIGURA 7	Dia de pesagem das crianças, Capela São Bartolomeu, Vila Paraíso (out. 2005).....	108
FIGURA 8	Dia de Pesagem das crianças, Capela Santa Clara, Vale Dourado (abr. 2005).....	109
FIGURA 9	Brinquedoteca da Pastoral da Criança, capela Santa Clara, Vale Dourado (abr. 2005).....	111
FIGURA 10	Balança da Pastoral da Criança.....	112
FIGURA 11	Balança romana.....	113
FIGURA 12	Momento do lanche, na celebração da vida, Capela São Bartolomeu, Vila Paraíso (out. 2005).....	114
FIGURA 13	Reunião de reflexão e avaliação, Capela Santa Clara (maio. 2006)....	117
FIGURA 14	Cartões da criança: do menino e da menina.....	121
FIGURA 15	Capa do Guia do Líder da Pastoral da Criança.....	124
FIGURA 16	Capa do Caderno do Líder da Pastoral da Criança.....	126
FIGURA 17	Central de informação das FABS, na Coordenação Nacional da Pastoral da Criança, Curitiba, Paraná (nov. 2004).....	128
FIGURA 18	Capacitação de líderes comunitários, Capela Santa Clara (abr. 2005).....	138
FIGURA 19	Árvore que tipifica a organização das ações da Pastoral da Criança.....	145
FIGURA 20	Missa das crianças na Capela Santa Clara (ago. 2006).....	166
FIGURA 21	Brinquedoteca da Pastoral da Criança, Capela São Bartolomeu,	

Vila Paraíso (out. 2005).....	201
FIGURA 22 Líder realiza orientação, durante visita domiciliar (ago. 2006).....	203
FIGURA 23 Receita do soro caseiro.....	206
FIGURA 24 Fita braquial para gestantes.....	210
FIGURA 25 Criança na comunidade Vila Paraíso (out. 2005).....	221

LISTA DE ESQUEMAS

ESQUEMA 1	Eixos da pesquisa.....	30
ESQUEMA 2	Organograma da Pastoral da Criança.....	34
ESQUEMA 3	Etapas da entrevista compreensiva.....	39
ESQUEMA 4	A estrutura tradicional da Hierarquia.....	71
ESQUEMA 5	Organização das CEBs nas paróquias.....	71
ESQUEMA 6	Estrutura da ação evangelizadora da CNBB.....	76
ESQUEMA 7	O terceiro setor, como fenômeno social do Estado neoliberal.....	81
ESQUEMA 8	Pastoral da Criança, no terceiro setor.....	85
ESQUEMA 9	Aspectos do natalício da Pastoral da Criança.....	91
ESQUEMA 10	Geometria da Celebração da Vida.....	115
ESQUEMA 11	Sentidos da mística.....	149
ESQUEMA 12	Configuração da Pastoral da Criança.....	153
ESQUEMA 13	A questão do ecumenismo.....	170
ESQUEMA 14	Etnoteorias na Pastoral da Criança e na comunidade.....	185
ESQUEMA 15	Razão do sucesso da Pastoral da Criança.....	192
ESQUEMA 16	O trato com as probabilidades.....	210
ESQUEMA 17	Sentimento de infância na modernidade.....	219
ESQUEMA 18	Ser criança e ter infância.....	226
ESQUEMA 19	Pedagogia da sobrevivência na Pastoral da Criança.....	236

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Trajetória de estudos.....	24
QUADRO 2	Agentes Pastorais entrevistados.....	32
QUADRO 3	Eixos temáticos e blocos de questões.....	36
QUADRO 4	Cronograma das atividades de observação participante.....	42
QUADRO 5	Paróquia Santo Antônio de Pádua, Parque dos Coqueiros, Natal, RN, 2004.....	45
QUADRO 6	Paróquia Santo Antônio de Pádua, Parque dos Coqueiros, Natal, RN, 2006.....	46
QUADRO 7	Perfil das famílias acompanhadas pela Pastoral da Criança nas comunidades Vila Paraíso e Vale Dourado, zona norte de Natal, RN.....	47
QUADRO 8	Óbitos infantis por residência, segundo cada região do Brasil (1980-2004).....	57
QUADRO 9	Coeficiente de mortalidade infantil, por ano, na região nordeste (1989 a 1998).....	58
QUADRO 10	Ferramentas utilizadas na ação social da Pastoral da Criança.....	120
QUADRO 11	Aplicação dos recursos financeiros, em centavos, por mês.....	130
QUADRO 12	Indicadores de oportunidades e conquistas conforme faixa etária da criança acompanhada.....	199
QUADRO 13	Relação entre modalidades de ação e ensino de artefatos para a sobrevivência da criança pobre.....	211

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Evolução do salário mínimo e do PIB <i>per capita</i> Brasil (1940-1999).....	53
GRÁFICO 2 Causas de mortalidade infantil na Pastoral da Criança, Brasil, 3º. trimestre, 2001.....	58
GRÁFICO 3 Razões de mortalidade das crianças menores de 1 ano de idade, na Pastoral da Criança, Brasil (1991/2000).....	190

ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS – Agente Comunitário de Saúde

ANAPAC – Associação Nacional de Amigos da Pastoral da Criança

ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância

AP – Agente Pastoral

APAES – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano

CERIS – Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais

CF – Campanha da Fraternidade

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DEP – Desnutrição Enérgico-Protéica

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

DNCr – Departamento Nacional da Criança

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FABS – Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde, Nutrição e Educação na Comunidade

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBRADES – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

INP – Instituto Nacional de Pastoral

JOC – Juventude Operária Católica

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MST – Movimento dos Sem-Terras

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde

OSFL – Organização Sem Fins Lucrativos

PCr – Pastoral da Criança

PE – Plano de Emergência

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PPC – Plano de Pastoral de Conjunto

SAR – Serviço de Assistência Rural

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SSB – Semana Social Brasileira

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 BRICOLAGENS: SOBRE O ARTESANATO DA PESQUISA

1.1 COMO UM VITRAL.....	19
1.2 NA COMPOSIÇÃO DE UM MOSAICO.....	22
1.3 COMO DIANTE DE UM ESPELHO.....	26

PARTE I - AÇÃO SOCIOEDUCATIVA DA PASTORAL DA CRIANÇA

2 O NATALÍCIO.....

2.1 DIMENSÃO SÓCIOECONÔMICA.....	52
2.2 DIMENSÃO MÍSTICO-CARISMÁTICA.....	63
2.3 DIMENSÃO POLÍTICO-ECONÔMICA.....	67

3 CAMINHOS: MANEIRAS DE FAZER PASTORAL DA CRIANÇA

NAS COMUNIDADES POBRES.....

3.1 INSPIRAÇÕES.....	94
3.2 TRIPÉ DA AÇÃO: VISITAÇÃO, PESAGEM E REFLEXÃO.....	97
3.3 AS FERRAMENTAS.....	119

4 AS COLUNAS.....

4.1 A INICIAÇÃO.....	134
4.2 SER MAIS QUE VOLUNTÁRIO.....	140
4.3 MÍSTICA CRISTÃ INDIVIDUAL E DE GRUPO.....	146

5 CONTRASTES.....

5.1 PCR: ORGANISMO OU ORGANIZAÇÃO?.....	157
5.2 PCR NO TERCEIRO SETOR.....	160
5.3 PCR: AÇÃO ECUMÊNICA E EVANGELIZAÇÃO.....	163

PARTE II - PEDAGOGIA DA SOBREVIVÊNCIA

6 A ARTE DE CUIDAR: INVENTIVIDADE, VIGILÂNCIA, CULTIVO.....

7 ARTEFATOS: A PREVENÇÃO, O ESSENCIAL, O ALTERNATIVO, A PROBABILIDADE.....

8 SER CRIANÇA E TER INFÂNCIA.....

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

REFERÊNCIAS.....

APÊNDICE

ANEXO

1 INTRODUÇÃO



O termo bricolagem é utilizado por Certeau (1994, p. 42) que conceitua como “pequenas peças que se unem a outras, formando objeto significativo.” Bricolar relaciona-se à presença de sutileza, ao artesanato de idéias, fruto da prática reflexiva.

Na presente introdução, atendo-me a discorrer sobre o meu estilo de escrita; a definir o campo teórico-metodológico no qual transito; a tecer sobre o objeto de estudo e a trajetória da pesquisa.

1.1 COMO UM VITRAL

O momento da escrita se reveste de uma singularidade. Mais que um exercício, para Mills (1975), trata-se de uma arte. O texto é sinônimo de tecedura, tal como uma colcha de lã que vai paulatinamente sendo construída, ponto a ponto, sem perder sua unidade, coerência.

Escrever reclama tempo para amadurecer as idéias e depurar a essência de cada uma delas, o que exige de nós entendermos essa prática como uma construção lógica. Conheci uma profesora a qual utilizava a expressão: “temos que deixar o texto dormir”. Explicava: a cada vez em que se dispunha a acordar o texto, realizava uma releitura das idéias escritas, tal procedimento fazia fluir a escrita de novas idéias. Para ela, o apurar das idéias tornava-se essencial no artesanato do texto.

Assim, escrever não é amontoar palavras, mas combiná-las de forma harmônica, tal qual uma melodia que encanta e evoca a compreensão através dos sentidos, significados que se atribuem ao mundo, ao humano, às coisas. Mills (1975) afirma que é indispensável essa recíproca de sentidos entre autor e leitor e conclui que escrever e ler são instâncias de um único processo de comunicação.

Construir um texto envolve responsabilidade do escritor frente aos seus leitores. Quem escreve deve se sentir sempre diante de um vitral sem películas, avistando do outro lado o seu interlocutor. Nesse sentido, cada escritor deve entender que o ato da escritura envolve a arte de cativar, ou seja, “escrever é prender a atenção dos leitores. [...] é pretender ser lido”. (MILLS, 1975, p. 235). Esta não é uma prática fácil, requer de nós investirmos num trabalho intelectual que objetiva materializar idéias de forma coerente e coesa.

Certeau (1982), ao falar sobre a escrita da História, diz que se trata de uma operação que está atrelada a um lugar social de produção e procedimentos de análise; uma prática social reveladora de um tempo discursivo que é apenas um esboço do real, mas revestida de movimento e sentido. É uma escrita a qual

pretende revelar resultados de uma prática investigadora que se confunde com um processo contínuo de construção do saber.

Escrever bem não significa utilizar palavras rebuscadas, formando um vocabulário complicado que pouco se faz entender. Defendo que “os trabalhos devem ser apresentados em linguagem clara e simples”. (MILLS, 1975, p. 233). Isto implica pensar, no caso, que a escrita da História não envolve necessariamente a falta de inteligibilidade. Pelo contrário, Lacouture (1998, p. 217) diz que “a operação historiográfica visa antes de mais nada a busca de uma linha de inteligibilidade, de uma relação entre causas e efeitos, meios e fins, barulho e sentido”.

A proposta deste trabalho é de um texto de fácil degustação e que ao mesmo tempo não perca as características, o perfil de um trabalho acadêmico. Assim, assumo este ofício como artesão intelectual. E esse, conforme Mills (1975), envolve-se pessoalmente em todo o produto intelectual de que se ocupa.

Nessa oportunidade, busco refletir sobre a Pastoral da Criança – PCr¹, na perspectiva de uma pedagogia da sobrevivência, ou seja, como essa entidade se dispõe a ensinar maneiras de cuidar das crianças pobres, a partir das condições de vida em que estão inseridas, investindo em possibilidades de escape. Trata também de um olhar sobre a ação social e educativa da PCr, com o objetivo de entender como essa referida instituição, no seio da sociedade atual, contribui na construção do sentimento de infância nos bolsões de pobreza.

Optei em utilizar o termo “sentimento de infância”, porque, semelhante a Ariés (1981), Kuhlmann Jr. (2004), Tozoni-Reis (2002) e Dornelles (2005), compreendo que a figura do infante foi historicamente construída e está atrelada tanto à condição de vida da criança, como às diferentes maneiras de cuidar, cultivadas pelos adultos em distintos espaços e temporalidades.

Quanto às práticas desenvolvidas pela PCr, nas comunidades pobres, destaco o seu caráter social, no sentido de trabalho solidário e coletivo a favor da dignidade humana. A ação social por mim entendida como “uma ação racional referente a valores, [...] orientada pela crença no compromisso próprio.” (WEBER, 1991, p. 19 e 25). Obedecendo a essa lógica de ação, os indivíduos agem motivados pela convicção pessoal para o cultivo da dignidade, da piedade, dos

¹ Inspirado na sigla DNCr (Departamento Nacional da Criança, criado no Brasil através do Decreto-lei n. 2.040, em 1940), uso a abreviatura PCr para designar Pastoral da Criança. (BRASIL, 1940).

direitos religiosos, ou de outras causas humanas. Ação que é realizada com a intenção de atender as necessidades de outros indivíduos.

Destaco também o caráter educativo dessa ação, quando implementa um trabalho de orientação sobre as ações básicas de saúde junto aos familiares das crianças acompanhadas. Os Agentes Pastorais², especificamente os Líderes Comunitários, realizam uma ação educativa porque articulam um conjunto de saberes em função da instituição de práticas de cuidado da criança de 0 a 6 anos de idade nas comunidades pobres.

Apesar da Igreja Católica, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), utilizar a denominação “organismo de ação social” para identificar a PCr, considero a intervenção dessa instituição como uma ação socioeducativa, capaz de exercer influência sobre os indivíduos através da partilha de crenças, costumes, modos de agir e pela assimilação de novas experiências e saberes.

Refiro-me ao que Libâneo (1994) denomina de ação educativa em sentido mais amplo, onde os processos formativos são promovidos no meio da convivência social, comumente marcados pela informalidade, porque se estruturam fora do sistema escolar convencional. A ação educativa da PCr se caracteriza como extra-escolar e informal, porém intencional, porque há uma consciência por parte de cada Agente Pastoral quanto às tarefas a serem realizadas e os objetivos a alcançar.

A respeito do título deste trabalho – *O Evangelho Segundo a Pastoral da Criança: por uma pedagogia da sobrevivência* – faz-se necessário realizar algumas definições:

O termo evangelho aqui empregado abriga o mesmo sentido utilizado por João Paulo II, em sua Carta *Encíclica Evangelium Vitae*, publicada em 1995, que traz a definição desse como sendo os modos de pensar e agir diante de determinadas situações da vida humana. O evangelho como conjunto de princípios que se materializam na experiência pelo cuidado do próximo como de si mesmo.

Refiro-me a um tipo de pedagogia que, segundo Cambi (1999, p. 638), é redimensionada a partir de “novas emergências, novas exigências e novas fórmulas educativas, novos sujeitos dos processos formativos/educativos e novas orientações político-culturais”, provenientes da nova organização social do mundo capitalista a

² Agente Pastoral é uma denominação atribuída ao leigo, integrado a uma Pastoral Social. Nesse estudo sobre a PCr, faço a distinção entre Agente Pastoral que atua na coordenação e o que atua na comunidade, conhecido como Líder Comunitário.

partir dos anos 1980. Fala de uma pedagogia contemporânea organizada para tratar problemas sociais relacionados à raça, etnia, ao gênero, à ecologia, geração, entre outros. Conjunto de emergências que transformaram as conotações sociais da pedagogia, recolocando-a, de maneira nova, no seio da sociedade atual, funcionando como ciência preocupada com meios, formas e maneiras de levar grupos sociais à articulação entre saberes e práticas a favor da ética do cuidado e da sobrevivência dos seres humanos.

Neste trabalho a significação de evangelho aproxima-se da de pedagogia, no que diz respeito ao conjunto de saberes e práticas que ambos articulam em função da formação de sujeitos sociais.

Defino pedagogia da sobrevivência como sendo o conjunto de saberes assimilados a partir do *ratio* popular (maneiras de pensar) e das modalidades de ação (maneiras de agir) aprendidas pelo homem ordinário³ que busca sobreviver na periferia do sistema social. Refiro-me a pedagogia do escape, fundamentada nas astúcias de pessoas que vivem em condições de extrema exclusão e miséria nos bolsões de pobreza. (CERTEAU, 1994). Pedagogia da sobrevivência como conjunto de táticas também ensinadas pelos Agentes Pastorais da PCr nas comunidades pobres.

1.2 NA COMPOSIÇÃO DE UM MOSAICO

A minha iniciação no campo de pesquisa da História da Educação Brasileira aconteceu em 1997, ainda como aluno da Iniciação Científica. Aprendi a tratar com fontes históricas nos arquivos da Arquidiocese de Natal, quando contribuía para a pesquisa que discutia o conjunto de práticas educativas implementadas pelo Serviço de Assistência Rural (SAR), no Estado do Rio Grande do Norte, coordenada pela Profa. Dra. Marlúcia Menezes de Paiva. Foi naquele espaço, semelhante a um labirinto, que eu me percebi enquanto pesquisador e também enxerguei o meu objeto de pesquisa.

A investida rendeu inicialmente a construção da monografia de conclusão da graduação em Pedagogia, intitulada: *A história das práticas educativas dos Grupos Mirins de Saúde (1973 – 1979)*. Através desse trabalho, descobri que a Arquidiocese de Natal, paralelo ou integrado ao trabalho que desenvolvia com os adultos,

³ Para Certeau (1994), o homem ordinário é o sujeito comum que integra a sociedade de massa. Comumente encontra-se na condição de anonimato, envolvido no cotidiano da vida privada.

implementava projetos educativos junto às crianças no meio rural. Uma educação informal, mas responsável pela aquisição de novos valores e atitudes, relacionados a projetos que estimulavam o uso do filtro de água, o tratamento do lixo, a plantação de mudas e hortas, a produção de tijolos e a construção dos banheiros e fossas, no interior do Rio Grande do Norte. No contexto, as crianças eram importantes no processo de mudança das representações e das práticas da vida do homem no campo.

Insatisfeito, continuei a trajetória, perseguindo a história para responder a seguinte questão: mas quando a Igreja Católica do Rio Grande do Norte começou a se preocupar com a infância? Tive que viajar no tempo e investigar os documentos que registravam tais fatos em meados do século XX.

Então, fui visitar os jornais A República, A Ordem, o Diário de Natal e a Tribuna do Norte, como também as correspondências diversas e fotografias que falavam da época em estudo. Como resultado dessas garimpagens, realizadas nos arquivos da Arquidiocese de Natal, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e no Diário de Natal, reconstituí parte da história que conta como a Diocese de Natal, nos anos 1940 – 50, começou a assistir a infância pobre da cidade através de campanhas de donativos, das escolas ambulatórios, dos abrigos e patronatos. Informações sistematizadas através da dissertação: *Vinde a mim os pequeninos – práticas educativas da Diocese de Natal (1945 – 1955)*.

Assim, entendi que a pesquisa assemelha-se a um mosaico o qual paulatinamente vai sendo configurado. O que Bloch (1997) denomina de trabalho árduo de (re)composição, envolvendo o discernimento de ligações e construção de redes entre idéias, fatos e pessoas. Cada período pesquisado traduziu-se em mais uma peça do jogo, construção de uma trajetória para o objeto de pesquisa, confundida com a minha própria trajetória como pesquisador.

Ocorreu comigo justamente o que Bourdieu (1998, p. 26) havia constatado:

[...] a construção do objeto – pelo menos na minha experiência de investigação – não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efetua; não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas.

A princípio, para mim, aparentou uma dimensão limitada, a opção de estudar a Igreja Católica e as práticas educativas com a infância pobre. Mas, o tempo me fez entender que se tratava de uma temática decisiva e laboriosa. Pela investigação, assim como Bourdieu (1998), concluí que apenas uma investida não seria suficiente para esgotar o poço o qual começava a jorrar suas águas.

O que correu foi o delineamento de um objeto de pesquisa que foi sendo redimensionado, com base na tríade: Igreja – Educação – Infância. Como podemos observar a seguir através do QUADRO 1, foram definidas três etapas:

TRABALHO	RECORTE HISTÓRICO	TEMA	ASPECTOS DO MOMENTO HISTÓRICO	REFLEXÕES SOBRE A CONDIÇÃO DA CRIANÇA POBRE
Monografia (estudo realizado entre os anos 1998 e 1999)	De 1972 a 1979	Práticas dos Grupos Mirins de Saúde e Clubes Agrícolas (meio rural)	<ul style="list-style-type: none"> •Desenvolvimentismo; •presença do capital externo; •desenvolvimento acelerado do capital, inclusive no meio rural. 	Crianças = construção de valores/representações = política de permanência do homem no campo
Dissertação (estudo realizado entre os anos 2002 e 2004)	Período pós-Segunda Guerra Mundial (1945 – 1955)	Práticas educativas de assistência à infância pobre em Natal (meio urbano)	<ul style="list-style-type: none"> •nacionalismo; •capitalismo em expansão, alcançando o campo, ocasionando o “êxodo rural” e crescimento dos centros urbanos . 	crianças carentes = campanhas de doações; crianças desvalidas = escolas ambulatorios; crianças transviadas (menor) = Institutos, asilos, orfanatos, patronatos
Tese (estudo realizado entre os anos 2004 e 2006)	Anos 1980 1990	A ação socioeducativa da Pastoral da Criança (meios urbano/rural)	<ul style="list-style-type: none"> •consolidação do capitalismo; •mundialização do capital 	Crianças = luta pela sobrevivência

QUADRO 1: Trajetória de Estudos

Os meus primeiros estudos tiveram como foco a década de 1970, com destaque para os Grupos Mirins de Saúde; depois, direcionei as investigações até a década de 1940 para entender como a Diocese de Natal inaugurou um trabalho sistemático de assistência e amparo ao menor abandonado; e, por último, surgiu a necessidade de completar a trajetória, pesquisando um passado mais recente da Igreja Católica, destacando a ação sócioeducativa da PCr, quando institucionaliza um programa de educação em saúde para a criança pobre.

Pesquisar sobre a lógica de intervenção da PCr significa entender como a Igreja Católica, durante os últimos vinte anos, vem estruturando uma política específica para atender à criança pobre no contexto social em que ela vive. Em relação às iniciativas anteriores, as quais consistiam em campanhas isoladas de amparo na cidade, ou no campo, a PCr se destaca por ser um Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), abrangendo todo o território nacional e firmando unidades de intervenção no espaço urbano e no rural.

Por meio da PCr, é possível refletir sobre a nova dinâmica de organização da Igreja Católica no Brasil, quando elege a família como núcleo de exercício de uma cidadania cristã, ou conjunto de direitos e deveres, respaldados em valores cristãos. Neste sentido, as práticas de apoio à criança pobre, no contexto de intervenção da PCr, são de natureza preventiva e objetivam atingir as carências da criança no seio da família. Essas práticas diferem do conjunto de ações articuladas pelas escolas ambulatorio e reformatórios, no período pós-Segunda Guerra, que acreditava nos programas de combate à marginalidade infantil, que exigiam, pelo Estudo Social de Caso⁴, a extração e o isolamento do sujeito do meio familiar para tratamento, reajustamento social.

Ao divulgar o desejo de pesquisar sobre a atuação da PCr, algumas indagações surgiram, tais como: trata-se de uma instituição recentemente formada e por isso não seria cedo para torná-la objeto de pesquisa? O que investigar? Qual a problemática sugerida? Conjunto de questões que afloram no início de qualquer pesquisa e chegam a contribuir para o amadurecimento do objeto de estudo, estimulando o pesquisador a gastar tempo na reflexão sobre as razões da escolha da temática a ser investigada. O pesquisador sabe da dimensão política que essa prática possui e como mexe com a sua subjetividade, a árdua tarefa de delimitar o objeto de estudo e especificar o campo de investigação.

Durante esse período, interrogava-me muitas vezes: porque o interesse em estudar a infância? No meu caso, a escolha tanto está vinculada a uma trajetória de estudos, como se relaciona a minha atuação, durante anos, como professor de religião junto às crianças pobres na comunidade das Rocas, onde moro. Ainda tratando com o que denominei de “inconsciente da pesquisa”, provavelmente o

⁴ Estudo Social de Caso ou Serviço Social de Casos foi idealizado pela americana Mary Ellen Richmond, consistia no tratamento prolongado e intensivo, o qual com o conjunto de métodos desenvolvesse a personalidade, reajustando consciente e individualmente o homem ao seu meio social. (KISNERMAN, 1976, p. 9, 12)

interesse em discutir sobre infância e sobrevivência tenha relação com as limitações e subtrações vivenciadas quando era garoto, modelado num espaço familiar de rígida moral religiosa.

Eleger a PCr como objeto de pesquisa, justifica-se também porque se constitui um fenômeno único dentre as Pastorais Sociais prestadoras de serviço social no Brasil. Constituí-se a maior expressão de um período marcado, dentro da Igreja Católica, pela institucionalização das práticas de apoio à criança pobre. Em décadas anteriores, ouvia-se falar no desenvolvimento de programas isolados, e em esporádicas experiências em dioceses ou paróquias, mas nada de caráter sistemático e que se organiza-se numa proposta a ser implantada no território nacional com tamanha força e estratégia.

Mas com que intenção realizar o estudo? Quais os aspectos a serem investigados numa instituição cuja legitimidade nacional e internacional fora conquistada em curto espaço de tempo?

O objetivo desse olhar para a PCr é analisar a ação social e educativa que desenvolve, nas comunidades pobres e a partir dos discursos dos Agentes Pastorais, reflexão sobre os sentidos atribuídos à infância e a sobrevivência.

O presente estudo tem como questões iniciais: quais as contradições e possibilidades que estão presentes nessa ação social e educativa da Igreja Católica, mobilizadora de milhares de agentes em torno dos problemas de nutrição, saúde e educação das comunidades pobres? Como a Pastoral da Criança constrói um discurso de vida, e vida em abundância, tendo como pano de fundo uma sociedade de modo de vida capitalista, facilitadora de ações de exclusão e morte? Que relação há entre as práticas de cuidado da criança, presentes nos programas de ação básica de educação e saúde, que desenvolve, e entre os sentimentos sobre infância e sobrevivência, cultivados no interior dos bolsões de pobreza?

1.3 COMO DIANTE DE UM ESPELHO

O espelho é um objeto que sempre reflete o momento do agora, é tela que mostra de forma instantânea a imagem dos objetos, das pessoas, dos lugares, e por isso constitui-se para nós um instrumento que simboliza, em essência, o tempo presente. Ele revela o estar sendo, acontecendo, fazendo, um presente contínuo

que faz e se refaz. Um espelho que, segundo Certeau (1982, p. 95), “trata de imagens invertidas” na pesquisa que vai do presente ao passado.

Considero um desafio trabalhar com a história recente, denominada de imediata por Lacouture (1998), porque se mostra tão próxima, de forma que nos sentimos embevecidos por ela. Essa perspectiva de análise exige um posicionamento ainda mais vigilante do pesquisador. Como historiadores, estamos acostumados a dialogar com objetos que são articulados a um passado mais remoto. Ao eleger o tempo presente como parte integrante e fundamental para a escrita da história, vejo-o como instância possível de análise, porque é na dimensão do presente que os fenômenos sociais e naturais se efetivam.

Uma história imediata que “não pára de mexer, recusando um verdadeiro enquadramento, bem como acomodação satisfatória”. (LACOUTURE, 1998, p. 216). Uma história que trabalha com a proximidade temporal da redação da obra em relação ao tema tratado e com a proximidade material do autor em relação ao aspecto estudado. História em fusão, em se fazendo, ancorada no presente, que se elabora a partir de arquivos vivos – os homens, no calor dos acontecimentos, atuando não apenas como testemunhas, mas também como atores, por vezes, protagonistas.

Nesse sentido, o passado se constrói a todo instante, à medida que existe um eterno presente a se renovar. Para Bloch (1997), o presente se caracteriza como um tempo verdadeiro e por natureza, contínuo, promotor de perpétua mudança. Os tempos passado e futuro apresentam-se como diferentes dimensões do tempo vivido e imediato, denominado presente.

Mas, o que é esse presente? Responde Bloch (1997, p. 95): é “no infinito da duração, um ponto minúsculo que sem cessar se oculta: um instante que morre logo que nasce.” É um fenecer feliz, porque também é o natalício de um novo tempo. Assim, compreende-se que a ciência do presente está condenada a uma eterna transfiguração, metamorfoseando-se, a cada momento de seu ser, em ciência do passado-presente ou vice-versa.

Apresenta-se, então, uma continuidade, embora não linear, entre os acontecimentos recentes e os remotos, porque a história ocorre num processo dinâmico, marcado por mudanças e permanências. Bloch (1997) não admite que alguns estudos históricos tenham o passado como fim e comenta que os fatos mais

próximos de nós não dispensam estudos mais severos, de forma que o presente humano apresenta-se perfeitamente susceptível ao conhecimento científico.

O autor considera a importância do estudo do passado, mas amplia o campo de atuação da história para a contemporaneidade e explica que “não vale, apenas, esgotar-se para compreender o passado, quando nada se sabe do presente.” (BLOCH, 1997, p. 100). Nesse sentido, rompe com a imagem de uma história aprisionada ao passado. No presente vivemos e fazemos história.

Compreender que o presente é produtor da história implica também investir na valorização, na conservação dos registros e fontes. Pela falta dessa consciência, muitos arquivos foram dizimados e acontecimentos importantes foram esquecidos para sempre. Devemos, então, priorizar a prática do registro de momentos e circunstâncias particulares ou públicas. O importante e necessário é que a memória possa manter-se viva. Uma memória socialmente construída, denominada de coletiva por Halbwachs (1990, p. 51). A memória que tem por suporte o conjunto de homens que se lembram, enquanto membros de um grupo. Refere-se a uma “massa de lembranças comuns, que se apóiam uma sobre a outra”. E acrescenta que os acontecimentos mais recentes, presentes em nossa vida e comungados com pessoas do nosso tempo, são os mais gravados e facilmente lembrados.

Esta é uma concepção em construção, segundo Bloch (1997, p. 102), firmada em mudanças teórico-metodológicas para alguns historiadores contemporâneos. Aprender a valorizar o presente assemelha-se a quem opera um filme que “apenas a última película está intacta. Para reconstituir os traços quebrados das outras foi preciso empregar a força, primeiramente à *bobine* no sentido inverso às imagens.”

Intencionando realizar o mesmo exercício, é que escolho a PCr como objeto desta pesquisa. Um organismo de ação social da CNBB que comemorou vinte (20) anos de atuação na luta pela diminuição da mortalidade infantil, realizando um expressivo trabalho socioeducativo no seio das famílias pobres do Brasil.

O foco deste estudo é a ação socioeducativa da PCr, analisada sobre a ótica conceitual de autores como Certeau (1994), o qual reflete sobre as artes de fazer, ou maneiras de pensar e agir no cotidiano do homem ordinário; como também Elias (1970) que discute os conceitos de rede social e as relações de interdependência entre os grupos sociais.

Certeau (1994) constrói uma teoria das práticas cotidianas e consegue extrair dessa episteme dos homens comuns as maneiras de fazer o mundo, ou seja, modalidades de ação que se manifestam na forma de estratégia ou de tática, na pela vida. Diz que a estratégia postula um lugar o qual serve de base para ação de um sujeito de querer e de poder, materializado nas instituições e grupos sociais; enquanto que a tática não possui lugar próprio para se instituir, ela é astúcia do sujeito que se insinua, aproveitando as oportunidades, dependendo exclusivamente do tempo, “vigiando para captar no vôo possibilidades de ganho”. (CERTEAU, 1994, p. 47).

Elias (1970, p.15) recupera-nos a noção de sociedade através do jogo de interdependências entre os indivíduos e os grupos sociais. O autor acredita que as pessoas são unidas umas às outras das mais diversas maneiras, constituindo “teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como familiar, escolar, estratos sociais ou estados”.

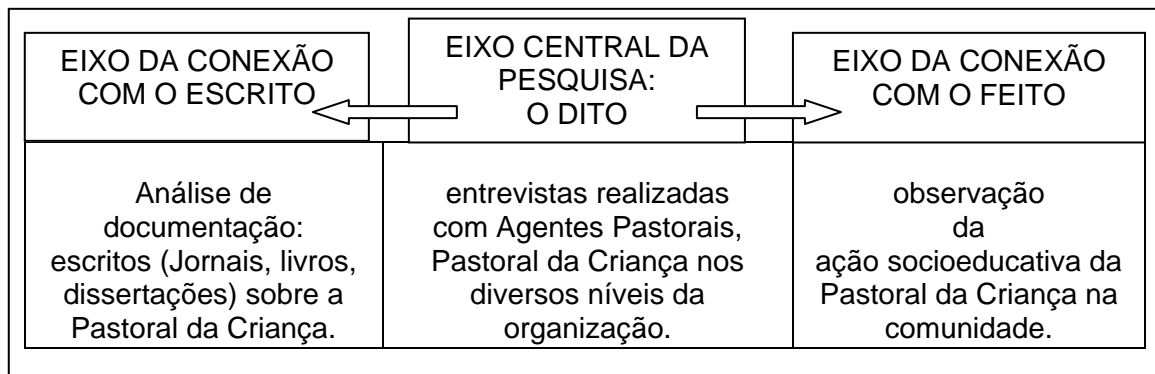
Comungo também com as idéias de Ramos (2002) sobre etnoteorias, ao tratar das crenças, representações que os adultos desenvolvem sobre as diversas maneiras de cuidar das crianças pequenas, quanto ao seu desenvolvimento, as suas necessidades de saúde e educação.

Por apresentar uma proposta de ação para as famílias aprenderem a cuidar melhor de seus filhos, a PCr age orientada por uma etnoteoria, que visa a disseminar uma cultura do cuidado para a sobrevivência, firmada em modalidades de ação de vigilância, explicitadas por Foucault (1987) como mecanismos disciplinares ramificados, decompostos em processos flexíveis de controle articulados na/pela escola, família, nos/pelos meios de comunicação e outros.

Foi minha opção, identificar e definir melhor esses conceitos e categorias, ao longo da construção do texto, em meio às discussões, articulando-os aos discursos dos Agentes Pastorais entrevistados. Ainda, sob a orientação de Santos (2003), organizo alguns esquemas conceituais para facilitar a compreensão da temática.

Fazer pesquisa implica também escolher caminhos metodológicos a trilhar. Comumente, a escolha desses caminhos ocorre em função do caráter de cada objeto de pesquisa. Nesse caso, esta pesquisa foi realizada pela articulação de três eixos. O eixo central ou o ponto de partida da pesquisa foram as entrevistas, o dito sobre a ação social da PCr. Mediante a análise dos discursos orais, articulei

conexões com outros dois eixos: a documentação e a observação participante, conforme observamos no ESQUEMA 1 a seguir:



ESQUEMA 1 – Eixos da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que propõe a conjugação de procedimentos metodológicos entre a entrevista compreensiva, a análise documental e a observação participante com a intenção de realizar possíveis conexões entre o dito, o escrito e o feito. Nesse sentido, considere como ponto de partida o trato com os discursos orais dos Agentes e durante o processo de compreensão desses discursos, fui sentindo a necessidade de dialogar com outras modalidades de discurso, materializadas nos escritos (documentos que falam sobre a instituição), e nas ações socioeducativas, implementadas junto às crianças acompanhadas pela PCr.

A presente pesquisa foi efetivada pelo processo de articulação contínua entre os sentidos que tanto fluíram dos discursos orais, como dos discursos escritos e dos períodos de observação participante das práticas socioeducativas da PCr.

Articulação semelhante foi realizada por Certeau, Giard e Mayol (2002), nas pesquisas sobre as artes de morar e cozinhar em bairros populares na França. Buscando esclarecer o conceito de convivência na coletividade, os autores articularam os discursos escritos e falados à observação participante, consagrando campos possíveis de análise.

Neste trabalho, trato o discurso a partir de uma abordagem antropológica, na qual Geertz (1989) considera a discursividade⁵ como reflexo de cultura, repleta de

⁵ Discursividade diz respeito ao modo como os sentidos são produzidos, processo de significação. As condições de produção do discurso implicam o material (a língua sujeita, a historicidade), o institucional (a formação social, sua ordem e posição) e o imaginário (simbólico, semântico), determinando o que pode e deve ser dito. (ORLANDI, 1999).

significação, simbolismo e possibilidades de interpretação. O discurso como produção sócio-histórica e cultural; como mediação necessária entre o sujeito e a realidade social, em que a palavra funciona na produção de sentidos; como busca pelo significado dado pelo indivíduo e pelo grupo as suas próprias maneiras de pensar (ideologias) e agir (práticas).

Os discursos orais e escritos são aqui tratados como recursos de interpretação, leitura, compreensão, articuladores de redes de sentidos. O sentido que se manifesta a partir do exercício de subjetivação do mundo pelo sujeito: “definido não como algo em si, mas como ‘relação a’. [...] Não está nas palavras mesmas, mas aquém e além delas. [...] Elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem.” Texto de Orlandi (1999, p. 25 e 43) quando comenta que os sentidos não estão na essência das palavras, mas na discursividade, ou seja, nas maneiras como servem para materializar as vivências, os sentimentos, os valores, as idéias das pessoas.

Assentado nessa compreensão, não tive preocupação de instituir um procedimento linear, mas optei por uma atitude de alternância ou simultaneidade entre campos de análise. Elegi como ponto de partida a compreensão das falas dos Agentes Pastorais, e no processo de tratamento do objeto, conforme a necessidade, realizei as articulações com as fontes escritas e a observação participante, de forma a vivenciar períodos em que realizei concomitantemente entrevistas, observação da ação social dos Agentes Pastorais e exames de documentos e material bibliográfico da instituição.

Como disse anteriormente, o principal eixo de sustentação da pesquisa é formado pelos discursos orais dos doze Agentes Pastorais (AP)⁶ da PCr entrevistados. Quando uso a denominação Agente Pastoral, refiro-me à pessoa que atua nas instâncias das coordenações, realizando o trabalho logístico de capacitação e supervisão, como também àquela que atua junto à família, conhecida como Líder Comunitário.

A seguir, visualizamos o QUADRO 2 que expõe o perfil dos Agentes Pastorais entrevistados:

⁶ Atribuo a cada Agente Pastoral uma sigla-código, utilizada também para identificar os extratos dos discursos apresentados ao longo do presente texto. Exemplo: AP1, AP2, AP3 até AP12.

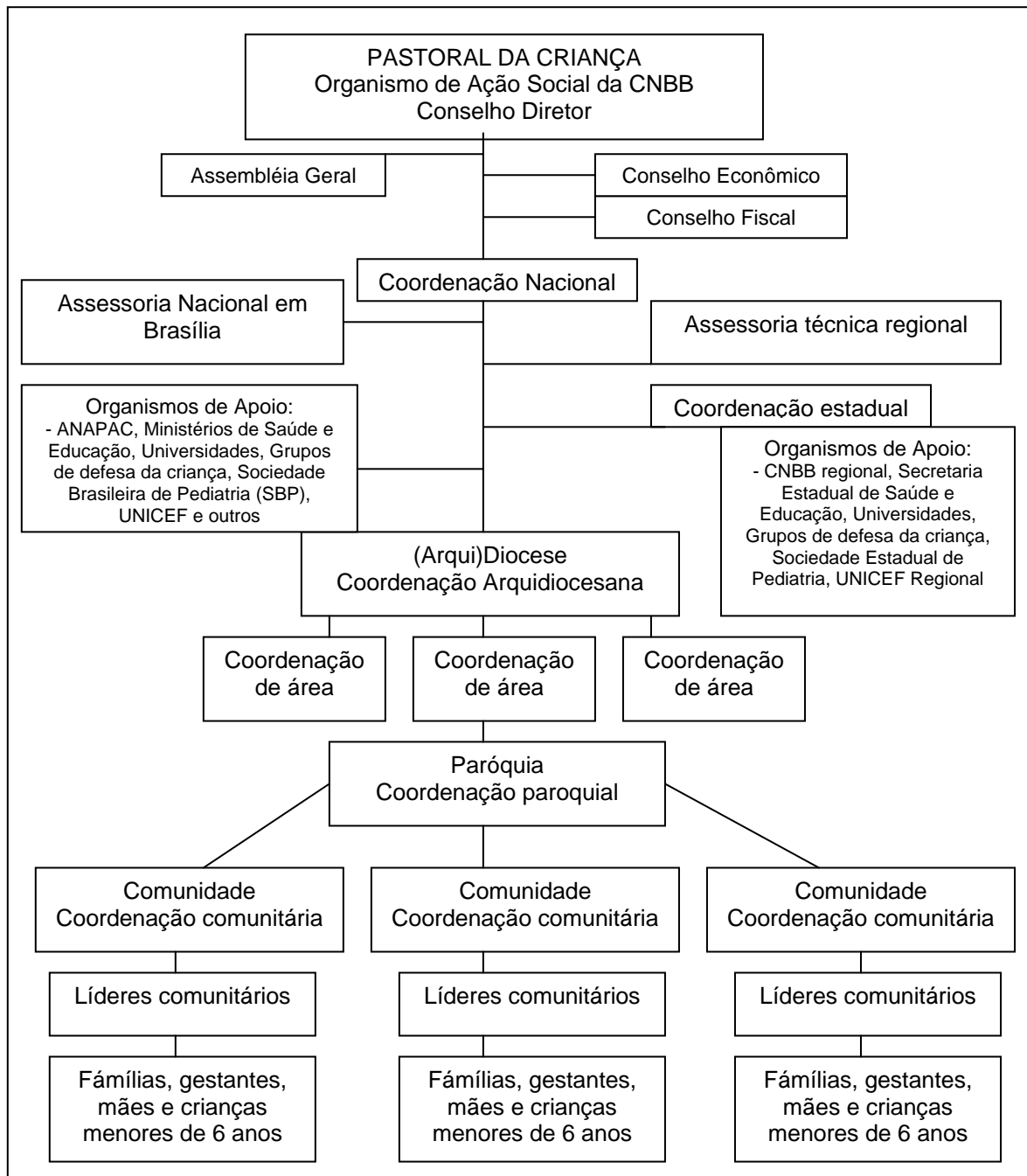
Entrevistado (a)	Sexo	Idade	Instâncias de atuação	Formação	Cargo Atual	Tempo de atuação	Local e data da entrevista
Dra. Zilda Arns	F	70	Coordenação nacional	Médica pediatra	Fundadora e coordenadora nacional	21 anos	Coordenação Nacional, Curitiba, (09/11/2004 – entrevista incompleta)
Agente Pastoral 1 AP1	M	35	Coordenação nacional	Filosofia	Gestor de relações institucionais	8 anos	Coordenação Nacional, Curitiba (08/11/2004)
Agente Pastoral 2 AP2	M	42	Coordenação estadual	Letras	Coordenador da Pastoral da Criança no RN	18 anos	Centro Pastoral Pio X, Natal (13/01/2005)
Agente Pastoral 3 AP3	F	42	Coordenação diocesana	Pedagogia	Coordenadora diocesana da Pastoral da Criança - Natal	10 anos	Centro Pastoral Pio X, Natal (02/08/2005)
Agente Pastoral 4 AP4	F	44	Coordenação de área	Pedagogia	Coordenadora da área Natal-Centro	8 anos	Centro Pastoral Pio X, Natal (17/01/2005)
Agente Pastoral 5 AP5	F	45	Coordenação paroquial	Pedagogia	Coordenadora na Paróquia Santo Antônio de Pádua – Parque dos Coqueiros	4 anos	Brinquedoteca da Pastoral da Criança – Capela Santa Clara, Natal (13/02/2005)
Agente Pastoral 6 AP6	F	18	Coordenação comunitária	Ensino médio	Coordenadora comunitária – Capela Santa Clara (Vale Dourado)	4 anos	Residência da coordenadora paroquial – Vale Dourado, Natal (17/04/2005)
Agente Pastoral 7 AP7	M	30	Líder comunitário	Ensino médio	Líder comunitário – Capela Santa Clara (Vale Dourado)	3 anos	Fundação José Augusto, Natal (02/05/2005)
Agente Pastoral 8 AP8	M	28	Líder comunitário	Fundamental em curso	Líder comunitário – Capela São Bartolomeu (Vila Paraíso)	4 anos	Salão Paroquial da Capela São Bartolomeu, Vila Paraíso, Natal (22/10/2005)
Agente Pastoral 9 AP9	F	51	Líder comunitário	Ensino Médio	Líder comunitário – Capela São Bartolomeu (Vila Paraíso)	2 anos	Salão Paroquial da Capela São Bartolomeu, Vila Paraíso, Natal (22/10/2005)
Agente Pastoral 10 AP10	F	20	Líder comunitário	Ensino médio	Líder comunitário-Capela Santa Clara (Vale Dourado)	5 anos	Brinquedoteca da PCr – Capela Santa Clara, Vale Dourado, Natal (26/06/2006)
Agente Pastoral 11 AP11	F	18	Líder comunitário	Ensino médio em curso	Líder comunitário-Capela Santa Clara (Vale Dourado)	2 anos	Residência da Líder comunitária na Comunidade Vale Dourado, Natal (29/07/2006)
Agente Pastoral 12 AP12	F	18	Líder comunitário	Ensino médio	Líder comunitário-Capela Santa Clara (Vale Dourado)	2 anos	Residência da Líder comunitária na Comunidade Vale Dourado, Natal (29/07/2006)

QUADRO 2 - Agentes pastorais entrevistados

Com base na observação do quadro exposto, realizo algumas considerações quanto ao perfil do conjunto de atores desta pesquisa, recurso que pode auxiliar na busca de sentidos para os discursos dos entrevistados: entre os 13 Agentes Pastorais entrevistados (incluindo Dra. Zilda), 9 são do sexo feminino e 4 do sexo masculino; a idade média do Agente Pastoral que atua na coordenação é de 37 anos (cálculo com exceção da idade de Dra. Zilda), enquanto que o Agente Pastoral que atua como Líder Comunitário é de 27 anos; no que tange à formação, os Agentes Pastorais das coordenações apresentam predominância de curso superior concluído (com exceção do Coordenador Comunitário), enquanto que os Líderes Comunitários possuem apenas o ensino médio ou o fundamental concluído ou em processo; neste estudo, o maior tempo de atuação recai para os Agentes Pastorais das Coordenações, em média 8 anos, e o menor para os Líderes Comunitários, em média 3 anos.

Obtive, então, a configuração de dois grupos de Agentes Pastorais distintos: um integrado pelos que atuam nas diversas instâncias de coordenação (nacional, estadual, diocesano, de área, paroquial e comunitário); e o outro formado pelos Líderes Comunitários que atuam mais próximos às comunidades. O primeiro grupo possui mais idade e tempo de atuação e um nível de instrução mais elevado; o segundo, apresenta um perfil mais jovem, com menos tempo de atuação e menor grau de escolaridade.

Fiz a eleição dos doze Agentes Pastorais seguindo a configuração organizacional da PCr, visando a ter contato com os discursos presentes nas diversas instâncias da organização, incluindo representantes das seis coordenações e um grupo de seis Líderes Comunitários. O Esquema 2, a seguir, apresenta o organograma da instituição, mostrando as instâncias de sua hierarquia, situando cada Agente Pastoral em sua área de atuação:



ESQUEMA 2 – Organograma da Pastoral da Criança
 Fonte: Pastoral da Criança

Maiores detalhes sobre a funcionalidade de cada instância apresentada, consultar o Anexo A, o capítulo IV do livreto *Nós somos a Pastoral da Criança* (1998), que discorre sobre a organização e destaca as atribuições de cada Agente Pastoral de coordenação ou de comunidade.

Os Agentes Pastorais das coordenações foram selecionados levando em conta o grau de representatividade nas coordenações nacional, estadual, diocesana, de área, paroquial e comunitária. Quanto aos Agentes que atuavam como Líderes

Comunitários, os contatos foram articulados diante das oportunidades de interação que surgiram durante a observação participante com presença nos eventos realizados pela instituição na comunidade: capacitação de líderes, celebração da vida (dia do peso), visitas domiciliares, reuniões de avaliação e reflexão.

Para análise das falas dos Agentes Pastorais entrevistados, recorri aos pressupostos teórico-metodológicos da entrevista compreensiva, que segundo Kaufmann (1996), propicia um processo de construção do objeto de estudo ao longo da pesquisa. Considerei esse caminho mais plausível para buscar entender um pouco da complexidade e dinamicidade que é peculiar a uma instituição como a PCr.

A pesquisa foi referendada pela construção de um plano de trabalho, o plano evolutivo, que funcionou como um guia para a prática da investigação. Um plano flexível, que ao longo do processo tendeu a, naturalmente, ser ressignificado, assumindo novas configurações diante das escutas das entrevistas e leituras de bibliografia pertinente.

As metamorfoses do plano oportunizaram uma interação mais íntima com o objeto de pesquisa, propondo maneiras diversificadas de tratar as hipóteses, refletir sobre conceitos, descrever, analisar e descobrir respostas para o problema em questão.

Para orientar a trajetória da pesquisa foram indispensáveis os planos evolutivos da análise. Eles serviram para organizar as minhas ações de pesquisa e indicar as articulações que realizei entre a empiria e a teoria. No Apêndice A, exponho as cinco fases de evolução dos planos que orientou o presente estudo. A partir do exercício contínuo de ressignificação dos planos evolutivos de análise, tendo como norteadores os sentidos atribuídos à instituição, à figura do Agente Pastoral, à ação socioeducativa, à infância e à sobrevivência, cheguei ao eixo central de unidades de sentido exposto na configuração do último plano, que se apresenta consubstanciado no sumário deste trabalho.

A evolução do plano foi articulada pelas entrevistas. Comparando cada plano, podemos notar que o plano de pesquisa foi tomando novas configurações à medida que fui realizando a escuta das entrevistas. As trocas discursivas e o entrecruzamento de sentidos provocaram o alargamento dos campos empírico e teórico pesquisados. Isto correu porque o ato de entrevistar significou uma situação de troca, em que entrevistador e entrevistados se envolveram por meio de uma conversa sobre o tema, objeto de pesquisa. Nesse sentido, como pesquisador –

envolvi-me ativamente nas quesotes abordadas, rompendo com a distância e me colocando como igual, permitindo a realização de um diálogo com os entrevistados.

Optei por realizar entrevistas semiestruturadas que funcionaram como uma conversação dinâmica, orientadas por um roteiro flexível, permitindo-me a construção de outras questões no momento da interação. Foram essas perguntas que surgiram no decorrer das entrevistas, provocadas pelas questões programadas, que contribuíram para ampliar as reflexões sobre o objeto em estudo.

Organizei o roteiro de questões em blocos temáticos sobre a história da PCr como instituição e da iniciação da pessoa como Agente Pastoral; definições sobre a PCr, infância, cuidar da infância, sobrevivência, ser voluntário, atuação na comunidade, visitação domiciliar, educação essencial; motivos que provocam o engajamento, o sucesso e a desistência; os contrastes em torno das etnoteorias, da proposta ecumênica e da atuação no terceiro setor. Especificamente, podemos observar no QUADRO 3 as questões debatidas durante as entrevistas:

BLOCOS TEMÁTICOS		ROTEIRO DE QUESTÕES
PCr como instituição	História	- Como foi criada a PCr?
	Definições	- O que é a PCr?
	Motivos	- Quais os objetivos da PCr? - Qual a razão do sucesso da PCr?
	Contrastes	- Por que a PCr é ecumênica? - Qual a relação da PCr com o terceiro setor? Como entender a atuação da PCr versus Estado mínimo?
Agente Pastoral	História	- Como ocorreu a iniciação como Agente Pastoral?
	Definições	O que é ser voluntário?
	Motivos	- O que motiva o Agente Pastoral? - Por que o Agente Pastoral deixa de atuar?
Ação socioeducativa	História	Há um método? Quais as origens?
	Definições	- O que fundamenta a ação socioeducativa? Como é organizada? - Quais palavras-chave expressam o significado do trabalho? - Sobre a visitação domiciliar, o dia da pesagem? - O que é educação essencial? - Como é realizada a avaliação do trabalho?
	Contrastes	- O que ocorre quando a PCr apresenta sua proposta de cuidar da criança e a família possui tradições de cuidado consolidadas?
Infância	Definições	- O que é ter infância? - Como cuidar da infância?
	Motivos	- Por que cuidar da criança pobre?
	Contrastes	- O que ocorre quando a PCr apresenta sua proposta de cuidar da criança e a família possui tradições de cuidado consolidadas?
Sobrevivência	Definições	- O que entende por sobrevivência? - Como a PCr contribui para a sobrevivência?

QUADRO 3 – Eixos temáticos e blocos de quesotes

É importante ressaltar que durante a efetivação das entrevistas, o referido roteiro de questões trouxe implícito as temáticas: histórias da instituição e do sujeito, das definições, dos motivos e dos contrastes.

Kaufmann (1996) comenta sobre a existência de entrevistas do tipo exploratórias ou ilustrativas. As exploratórias enquadraram a pesquisa, e as ilustrativas oportunizaram a coleta de informações complementares, ou mesmo funcionaram como pistas que conduziram a outras entrevistas. Essas conversas, aparentemente desnecessárias, com determinados atores, funcionaram como uma ponte para encontrar outras pessoas possuidoras de informações-chave para a viabilização da pesquisa.

A qualidade da pesquisa não esteve atrelada a um grande número de participantes, mas na forma como foram selecionados e tratados. Segundo Kaufmann (1996), uma boa amostra se baseia numa boa escolha de informantes, de modo que a qualidade deve subjugar a quantidade.

O momento da entrevista se revestiu de singularidade e exigiu determinadas habilidades para que os objetivos fossem alcançados. As formas de aproximação para iniciar a conversa, a maneira de interagir com as afirmações do entrevistado e o ponto de encerramento do diálogo, foram etapas estudadas e bem articuladas. A forma como são administradas essas etapas, pode implicar diretamente no sucesso ou desastre da entrevista ou bloco de entrevistas.

As entrevistas realizadas foram gravadas em áudio (fitas cassetes), o que permitiu uma análise posterior das informações. As gravações ocorreram sob a autorização expressa dos entrevistados, esclarecendo-se que a divulgação dos dados, não comprometeria a identidade ou integridade de nenhum deles. Preocupei-me em mantê-los tranquilos, seguros e à vontade para falarem sobre o assunto. O bem-estar de cada um pôde influenciar na qualidade da conversação.

Os discursos orais dos Agentes funcionaram como ponto de partida para a problematização, elementos mobilizadores na relação entre o pesquisador e a discussão teórica. As falas foram reveladoras de sentidos e valores e auxiliaram na compreensão da temática em estudo.

Concomitante a realização das entrevistas, estive realizando o trabalho de escuta. Escutar os discursos não implicou na literal transcrição, mas na identificação das idéias essenciais, que deles fluíam, para a definição de unidades de sentido. A partir da escuta atenta das entrevistas, foram construídas as fichas temáticas que

constituíam o material concreto para a viabilização da análise. As fichas foram organizadas por temas e sub-temas extraídos dos próprios discursos.

Realizei uma escuta de natureza analítica ou sensível como define Barbier (1998, p.187), buscando sentir, nas falas, a presença de determinados valores e (pré)conceitos que regem a maneira de pensar e agir do outro como ser, “pessoa complexa, dotado de liberdade e de imaginação criadora”. A palavra proferida pelo outro, como produtora de sentido e compreensão de uma dada realidade. Sendo intermediada pela experiência pessoal e por isso revestida de intenções, emoções, significados e subjetividades. Com base nessa compreensão, o discurso oral passa a funcionar como indício para a conexão de sentidos.

Durante a escuta, Kaufmann (1996) destaca que o pesquisador deve atentar para as contradições presentes no discurso. Quando não há coerência na apresentação das idéias, pode estar ocorrendo a negação de algumas verdades. Trata-se do não-dito, uma ausência necessária no discurso, mas dotada de significação, também referendado por Certeau (1982), passa a ser muito importante para a compreensão do que está sendo explicitado. Assim, durante a escuta das entrevistas, faz-se necessário a análise de detalhes da fala, como: as palavras ditas com maior ou menor intensidade, a entonação da voz, os silêncios e até o ato de tossir em determinado instante. Esses fatores podem implicar numa pista para certas conclusões a respeito do assunto investigado.

A análise reside não na palavra em si, mas na forma como foi proferida e no contexto em que foi adotada. Assim, a escuta é particular do pesquisador que realizou a entrevista, um trabalho de análise das subjetividades, de forma que: “A escolha de um outro-que-escuta é do foro íntimo da pessoa. Depende de sua perspicácia intuitiva e não de uma moda, que impõe sua violência simbólica”. (BARBIER, 1998, p. 187). As duas fases, tanto o trabalho da entrevista como a escuta das falas, constituem um contínuo e devem ser realizadas pela mesma pessoa. Caso contrário, ocorrerão inúmeros equívocos na interpretação e/ou compreensão dos discursos.

Com base no trabalho de escuta, construí fichas temáticas, que foram arrumadas obedecendo a melhor classificação, tendo o cuidado para não me ater a temas aparentes que poderiam conduzir a pesquisa para conclusões superficiais, sem consistência.

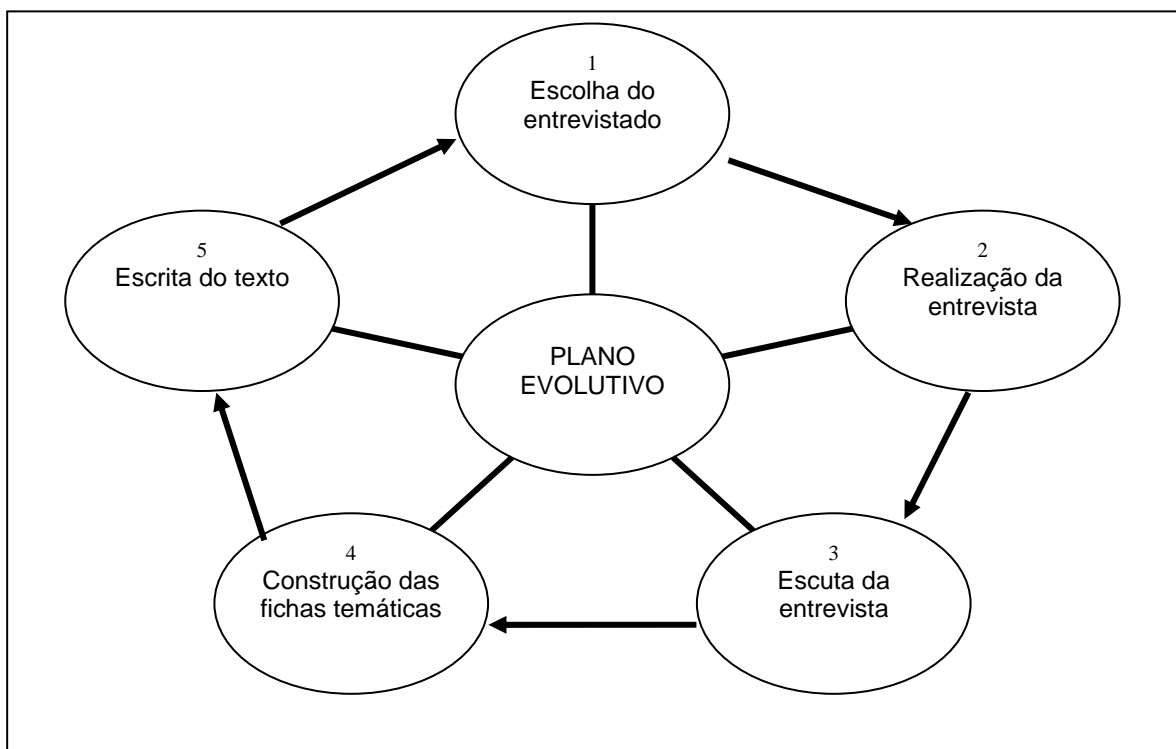
Comumente, uma boa escuta resulta na construção de fichas, ricas em informações, que ajudarão na sistematização da pesquisa, agindo como pontos mobilizadores de problematização, hipóteses e conceitos forjados no próprio campo de pesquisa.

A reflexão sobre as fichas temáticas provocou a escrita do presente texto, evidência do cruzamento das vozes advindas dos discursos analisados. Esse esforço é denominado por Kaufmann (1996) de processo de objetivação, em que as hipóteses transformam-se em conceitos que são corporificados pela redação, cujo fio central é a problematização.

A escrita é uma etapa de desfecho da pesquisa e, às vezes, traz muitas surpresas. Dentre elas, a necessidade de voltar à análise das fichas temáticas, ou ao campo de realização das entrevistas. Esse fenômeno ocorreu ao longo desse processo de reflexão, propiciando uma constante articulação entre empiria e teoria.

Nessa lógica, a escrita final sempre se constitui num esboço de inspiração para a efetivação de outras pesquisas. A entrevista compreensiva não trabalha com conceitos acabados, mas aposta na dinamicidade epistemológica.

No ESQUEMA 3, a seguir, podemos observar a dinâmica dessa metodologia de pesquisa:



ESQUEMA 3 – Etapas da entrevista compreensiva

Podemos perceber que o plano evolutivo assumiu a posição de núcleo da atividade investigativa, garantindo a interdependência entre os cinco momentos de efetivação das entrevistas. A relação entre as fases dessa metodologia rompe com a compreensão da entrevista, apenas como instrumento de coleta de informações, tornando-a um instrumento de análise de dados.

Adotar a entrevista compreensiva, como referencial teórico-metodológico na realização de uma pesquisa, significa acatar uma proposta que rompe com a simples descrição do objeto e lança esforços na interpretação do sujeito que é social e histórico, envolvido por um sistema complexo de relações com outros diversos sujeitos. (KAUFMANN, 1996).

A partir da aproximação dos discursos falados, senti necessidade de estabelecer conexão com o eixo dos discursos escritos: leituras, tanto de documentos que sustentam a Doutrina Social da Igreja, como de publicações e material educativo disponível, na sede estadual da Pastoral da Criança, situada no Centro Pastoral Pio X, Arquidiocese de Natal; além de teses, dissertações e livros publicados por autores em diversas regiões do Brasil.

Objetivando situar historicamente a PCr, examinei documentos da Igreja Católica, referentes ao Concílio Vaticano II: *Ecclesiam Suam*: Carta encíclica sobre os caminhos da Igreja (PAULO VI, 1964); *Unitatis Redintegratio*: decreto sobre o ecumenismo (PAULO VI, 1964); Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações (1991); a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB): Cartilha de Pastoral Social n. 1 da CNBB (2003), Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil para o período 2003 a 2006 (2004); e o Instituto Nacional de Pastoral (INP): Presença Pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB (2003).

Analisei material bibliográfico e educativo utilizado pela PCr nas capacitações e no acompanhamento das crianças na comunidade: Guia do Líder (2002a), Caderno do Líder (2003a), Orientações Sobre o Caderno do Líder: livro do capacitador (2004); Orientação sobre Reuniões para Reflexão e Avaliação para Líderes da Pastoral da Criança (2002b); Bem-vindo à Vida: prevenindo a mortalidade perinatal (1998b); *folders* sobre a organização de brinquedotecas, alimentação enriquecida, remédios caseiros; exemplares do Jornal Pastoral da Criança (2004 e 2005).

Tive contato com algumas dissertações que abordam a temática: Carvalho (2004) – *Pobres no ter, ricos no ser: um estudo sobre a motivação e trabalho voluntário na Pastoral da Criança*; Santana (2000) – *Pastoral da Criança: representações sociais de líderes Curral Novo/Jequié*; Stucky (1999) – *Educação em Saúde: um olhar sobre a prática na Pastoral da Criança*. Quanto a trabalho de tese sobre o tema, encontrei apenas dois: Coutinho (2005) – *As organizações não-governamentais e a educação básica oferecida aos pobres: do consenso da oferta à ação privatizante*; e Granier (1992) – *La Pastorale de L’anfant: actions de sante, communautaire au Bresil*.

Procurei dialogar com um conjunto diversificado de fontes escritas, considerando a presença das subjetividades e intencionalidades no momento de produção de cada uma delas, o documento entendido por Le Goff (1996, p. 545) como monumento, testemunho social de uma época:

[...] é um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Somente a análise do documento, enquanto monumento permite a memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

O discurso escrito funcionou como importante instrumento na confirmação, ou refutação, de hipóteses, germinadas durante o processo de interação com os discursos orais, possibilitando o entrecruzamento entre o dito e o escrito ou vice-versa.

O outro eixo de conexão foi firmado nas observações que realizei no campo de pesquisa, pelo envolvimento com as ações socioeducativas da Pastoral da Criança, quando participei de um conjunto de atividades como: curso para capacitação de novos líderes, dia de Celebração da Vida (dia do peso), reunião de reflexão e avaliação, visita domiciliar. Para respaldar a prática da observação participante, dialoguei com Bogdan; Biklen (1994, p. 16) que discutem a investigação qualitativa em educação e orienta a realização do trabalho de campo na perspectiva de uma antropologia interpretativa⁷.

Os autores apresentam a observação participante como uma prática de empatia e reflexividade sobre realidades múltiplas em que

⁷ Geertz (1999), define a antropologia interpretativa como o estudo de interpretação das culturas, que busca compreender e se esforça para aceitar a diversidade entre as várias maneiras dos seres humanos construir suas vidas no processo de vivê-las.

o investigador introduz-se no mundo das pessoas que pretende estudar, tenta conhecê-los, dar-se a conhecer e ganhar a sua confiança, elaborando um registro escrito e sistemático de tudo aquilo que ouve e observa. O material assim recolhido é completado com outro tipo de dados, como registros escolares, artigos de jornal e fotografias.

Nessa aproximação e diálogo com o campo empírico, Bogdan e Biklen orientam que as notas de campo são essenciais para a sistematização de sentimentos, experiências, idéias, hipóteses, conclusões, pistas que permitem ampliar a compreensão do objeto de estudo. O conjunto desses registros motiva a organização de um diário pessoal que ajuda o investigador no processo de interação e coleta de dados.

Orientado por essas indicações, adotei um caderno como diário de campo, e durante o processo de observação, dialogava com ele pela escrita, enquanto cumpria o seguinte cronograma:

ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Capacitação de líderes	16/05/2004	Centro Pastoral Pe. Antônio Vilela Dantas – Parroquia Nossa Senhora da Candelária
	10/07/2004	Centro Pastoral Pe. Antônio Vilela Dantas – Parroquia Nossa Senhora da Candelária
	24/04/2005	Capela Santa Clara – Comunidade Vale Dourado
Visitação Domiciliar	14/04/2005	Capela São Bartolomeu – Comunidade Vila Paraíso
	19/10/2005	Capela São Bartolomeu – Comunidade Vila Paraíso
	23/11/2005	Capela São Bartolomeu – Comunidade Vila Paraíso
	23/07/2006	Capela Santa Clara – Comunidade Vale Dourado
	05/08/2006	Comunidade Carlos Marighella
Celebração Da Vida	22/05/2004	Capela São Bartolomeu – Comunidade Vila Paraíso
	05/06/2004	Comunidade Carlos Marighella
	30/04/2005	Capela Santa Clara – Comunidade Vale Dourado
	22/10/2005	Capela São Bartolomeu – Comunidade Vila Paraíso
	24/06/2006	Capela Santa Clara – Comunidade Vale Dourado
	26/08/2006	Capela Santa Clara – Comunidade Vale Dourado
Reunião de Reflexão	13/02/2005	Capela Santa Clara – Comunidade Vale Dourado
	17/04/2005	Capela São Paulo Apóstolo
	27/05/2006	Capela Santa Clara – Comunidade Vale Dourado
	29/07/2006	Capela Santa Clara – Comunidade Vale Dourado

QUADRO 4 – Cronograma das atividades de observação participante
 FONTE: Diário de Campo do pesquisador (maio/2004 a ago./2006)

Optei por desenvolver uma observação do tipo participante, aquela que, conforme Cruz Neto (2001, p. 59), “se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos”. Desse modo, o observador se integra ao campo de pesquisa e conquista “uma relação face a face com os observados”, visando um maior envolvimento nas ações do grupo.

Cada oportunidade de observação foi momento de reflexão sobre hipóteses; de registro, num diário de campo, de novas informações sobre a problemática; e de maior aproximação dos Agentes Pastorais. Essa interação com o campo de pesquisa, que consistiu na participação das atividades da PCr na comunidade, facilitou a realização das entrevistas e oportunizou as aproximações ou distanciamentos entre o dito e o feito/ o escrito e o feito.

A FIGURA 1, apresentada a seguir, retrata uma das seções da observação participante que realizei na Comunidade de Vila Paraíso, zona Norte de Natal, localidade de população pobre e desassistida de serviços como pavimentação das ruas e saneamento básico, fatores estes responsáveis tanto por doenças que afetam os moradores, como por dificultar o trabalho dos Líderes Comunitários na realização das visitas domiciliares.



FIGURA 1 - Capela São Bartolomeu na Comunidade Vale Dourado - Zona Norte de Natal (set.2005)

O campo de observação eleito está localizado na área Natal Norte, sob a coordenação da Diocese (denominada de Setor) de Natal. Especificamente, estabeleci uma aproximação com a PCr da Paróquia (denominada de Ramo) Santo Antônio de Pádua, no Conjunto Habitacional Parque dos Coqueiros. Por meio da coordenadora paroquial que apoiou esta pesquisa, viabilizei a efetivação das observações e entrevistas com alguns Líderes Comunitários das Capelas São Bartolomeu, na Comunidade Vila Paraíso, e Santa Clara, na Comunidade Vale Dourado.

Realizei também algumas visitas esporádicas à Comunidade Carlos Marighella, conforme FIGURA 2, constituída por um grupo de famílias do Movimento Sem-Terras, assentado num conjunto habitacional, próximo à fábrica textil Guararapes. A população dessa localidade é bastante carente, ainda não dispõe de escola e nem posto de saúde. Líderes da Pastoral da Criança realizam mensalmente trabalho de pesagem das crianças de 0 a 6 anos de idade e orientam as mulheres grávidas, embaixo de uma árvore, como podemos observar na foto a seguir:



FIGURA 2 – Celebração da Vida na Comunidade Carlos Marighella (ago. 2006)

Na comunidade Carlos Marighella ainda não há um grupo local de Líderes da PCr, o trabalho é realizado com a cooperação de Líderes Comunitários

provenientes de outras comunidades vizinhas. A coordenadora paroquial organiza o trabalho e tenta montar uma equipe de apoio, visando à capacitação de pessoas da comunidade para a liderança.

O conjunto dessas comunidades está sob jurisdição da PCr que está na paróquia do Bairro Parque dos Coqueiros, a qual foi selecionada por indicação da coordenação diocesana, que me informou ser um ramo (denominação própria da PCr) que possui um expressivo número de líderes envolvidos na ação. No início da pesquisa, em 2004, o perfil da PCr naquela localidade era o seguinte:

CAPELA	NÚMERO DE LÍDERES – pessoas que passaram pela capacitação
Santa Clara	12
São Tomé	14
São Paulo Apóstolo	06
Nossa Senhora do Rosário	03
São Bartolomeu	01
São Francisco	04
São João Batista	04
TOTAL	44

QUADRO 5: Paróquia Santo Antônio de Pádua – Parque dos Coqueiros – Natal/RN – 2004

Fonte: FABS do Ramo Santo Antônio de Pádua – maio/2004

Obs.: ainda existe uma comunidade denominada de Carlos Marighella que é acompanhada por um grupo formado por líderes de algumas capelas da região.

Na época, eram 44 líderes, que segundo o censo interno de dezembro de 2004, acompanhavam aproximadamente 357 famílias e 446 crianças, na faixa etária de 0 a 6 anos. O trabalho é articulado por uma coordenação paroquial que articula as coordenadoras comunitárias e os líderes agregados.

Dada a rotatividade dos Agentes Pastorais, senti a necessidade de fazer nova caracterização no final da pesquisa, em 2006. A apresentação dos dados a seguir possibilita comparações e a constatação de que diminuiu o número de líderes em ação:

CAPELA	NÚMERO DE LÍDERES – pessoas que passaram pela capacitação
Santa Clara	11
São Tomé	02
São Paulo Apóstolo	05
Nossa Senhora do Rosário	07
São Bartolomeu	02
Nossa Senhora da Conceição	04
São João Batista	00
Comunidade Carlos Marighella	01
TOTAL	32

QUADRO 6: Paróquia Santo Antônio de Pádua – Parque dos Coqueiros – Natal/RN 2006

Fonte: FABS do Ramo Santo Antônio de Pádua – jul./2006

Obs.: a comunidade denominada de Carlos Marighella é acompanhada por um grupo formado por líderes de algumas capelas da região.

Apesar da ausência de 16 Líderes, o Ramo, sendo auxiliado por 27 pessoas de apoio, ainda consegue acompanhar 290 famílias, 12 gestantes e 400 crianças.

A seguir, a FIGURA 3 mostra a fachada da Capela Santa Clara na Comunidade Vale Dourado. Observe que a estrutura é um pouco melhor do que a da Capela São Bartolomeu, exposta anteriormente na FIGURA 1.



FIGURA 3 – Capela Santa Clara, na Comunidade de Vale Dourado, Zona Norte, Natal (ago. 2006)

Trabalhei efetivamente junto à Capela de Santa Clara, em Vale Dourado, e à Capela São Bartolomeu, em Vila Paraíso, comunidades situadas no Bairro Nossa Senhora da Apresentação, na zona norte da cidade de Natal/RN. Conforme Censo Demográfico do IBGE (2000), o bairro foi estimado o mais populoso da cidade, com 56.233 habitantes, e também o mais pobre, contando com aproximadamente 15 mil chefes de família que têm renda mensal de até um salário mínimo e 7.717 sem rendimento fixo.

As famílias acompanhadas pela PCr nessas comunidades apresentam o seguinte perfil:

1. Integrantes	De seis a quinze pessoas por família.
2. Formato	Vários arranjos familiares.
3. Prole	De três a oito crianças por grupo familiar.
4. Escolaridade dos pais	Pais, maioria com Ensino Fundamental incompleto.
5. Renda	Famílias que sobrevivem com menos de um salário.
6. Trabalho	Autônomos, comércio informal, fábricas e dependentes de aposentadorias e bolsa-família.
7. Dificuldades em casa	Situação financeira em decorrência do desemprego. Moradia (paga aluguel, casa pequena, sem saneamento).
8. Dificuldades no bairro	Falta segurança (carência de posto policial). Necessidade de posto de saúde. Ausência de calçamento e saneamento básico. Insuficiência de transporte coletivo e educação.
9. Importante na PCr	Acompanhamento mensal (visitação e celebração da vida). Realização das palestras.

QUADRO 7 – Perfil das famílias acompanhadas pela PCr nas comunidades Vila Paraíso e Vale Dourado, Zona Norte de Natal, RN.

Fonte: Questionários aplicados pelos líderes junto a famílias acompanhadas

Nas duas capelas visitadas, a PCr conta com a ação de líderes com idades que variam entre 18 e 51 anos. Jovens estudantes e donas de casa que se responsabilizam em acompanhar de 5 a 20 crianças, visitando-as mensalmente para saber como estão sendo cuidadas pelos familiares.

Os grupos apresentam uma predominância feminina, sendo ainda tímida a atuação masculina na liderança comunitária. Na Capela São Bartolomeu, apenas um homem atuava na equipe de apoio, e na Capela Santa Clara, dois estavam capacitados como líderes. Desde a fundação do trabalho, as mulheres representam

mais de 90% do total de voluntários, isso porque, no Brasil, culturalmente, a prática da *maternage*⁸ ainda está associada à figura feminina.

É importante ressaltar que não ocorreu uma ação linear na realização das conexões entre o dito, o escrito e o feito. Enquanto fazia a escuta das entrevistas, por vezes, senti necessidade de realizar a observação de determinado aspecto no campo de ação da PCr, ou mesmo recorri à leitura de documentos da instituição e ao aporte teórico de autores que discutem a questão. Ocorreu uma intersecção dos modos de agir que garantiu uma alternância entre entrevista compreensiva, observação participante e análise documental.

Trabalhar nesta linha implica entender que os fenômenos sociais são singulares, revestidos de uma imprevisibilidade sem igual. Nesse sentido, cada pesquisa, no campo das ciências sociais, traduz uma oportunidade de leitura ou releitura de uma realidade que é mutante constantemente.

Perseguindo esse propósito, compreendo que o presente mosaico consiste numa composição reflexiva capaz de suscitar diferentes interpretações. A presente peça, no sentido de construto, toma corpo pela união de três partes, sendo produto da reflexão sobre os discursos dos Agentes Pastorais entrevistados:

Em princípio, apresento a Pastoral da Criança através dos sentidos que os Agentes Pastorais atribuem à ação social que desenvolvem nas comunidades carentes. Falam sobre um conjunto diversificado de modalidades de ação estratégica que utilizam para acompanhar a criança de 0 a 6 anos de idade nos espaços da família.

Depois, discorro sobre o cultivo de uma Pedagogia da Sobrevivência, nos bolsões de pobreza, e como a Pastoral da Criança utiliza-se de artefatos dessa pedagogia para orientar as famílias acerca de táticas de sobrevivência, maneiras de cuidar dos filhos em condição de exclusão e miséria social.

Em arremate, realizo considerações a respeito das unidades de sentido que fluíram tanto das fontes orais e escritas, como dos momentos de interação com a ação social da PCr durante seis semestres.

Dispomos, então, de um mosaico que por natureza se apresenta universo pela união das diferentes partes.

⁸ Termo francês que significa cuidados maternos que podem ser desenvolvidos por qualquer membro da família.

PARTE I



**A Pastoral procura mudar o conceito de assistencialismo, trabalhando com a promoção humana e tecnologia comunitária, para recuperar a auto-estima e o sentido de cidadania.
(Eli Araújo, 2000)**

Nessa primeira parte do trabalho, busco conhecer a Pastoral da Criança (PCr) através do estudo da ação socioeducativa que desenvolve no seio das comunidades pobres.

A partir dos discursos de Agentes Pastorais entrevistados, procuro sentidos para a existência de uma instituição dessa natureza no conjunto de pastorais sociais, organizado pela Igreja Católica, refletindo sobre as condições de como foi fundada; o modelo de ação que utiliza; os Líderes Comunitários que se apresentam como colunas do trabalho; e, os contrastes presentes na ação socioeducativa articulada nas comunidades pobres.

2 O NATALÍCIO

A Pastoral da Criança nasceu num contexto favorável de intervenções religiosas mais diretas e populares na sociedade e numa crise econômica que agravou os problemas sociais dos países subdesenvolvidos.

(Rodrigo Horochvski, 2003)

Este primeiro capítulo, intenciona buscar sentidos nas falas dos Agentes Pastorais sobre as razões de criação da PCr. Para esses Agentes, entender o que é a PCr hoje, significa pensar sobre as condições em que nasceu a instituição. Condições históricas de redimensionamento das políticas de ação do mercado, do estado, da sociedade e da própria Igreja Católica, durante o final do século XX e início do século XXI.

O natalício de uma instituição como a PCr possui implicações diversas, que não estão atreladas apenas às dimensões de fé ou evangelização. Há um conjunto de fatores que dá sentido à criação e à manutenção da denominada rede de solidariedade.

Os discursos se mostraram dissonantes e apresentaram diferentes explicações para o natalício, isto porque é presente a consciência de que não se trata de um projeto isolado, conforme expressa esse coordenador: “Ela não nasceu do acaso [...]”^{AP2}, mas localizada no interior de uma teia entrelaçada por questões sociais, interesses políticos, econômicos, religiosos. Outros Agentes Pastorais também falaram que a instituição “nasceu de uma proposta, um desafio [...]”^{AP1} e conquistou “uma capilaridade muito grande nas comunidades”^{AP3}. As falas denunciam que a PCr foi gerada na confluência dessa rede de interdependências,

marcada por relações de força entre o mercado, o estado, a Igreja Católica e a sociedade civil.

Dos discursos dos Agentes Pastorais entrevistados fluiu uma diversidade de sentidos sobre os motivos de criação da instituição. O natalício da PCr foi explicado através de três dimensões, por mim categorizadas como sócioeconômica, místico-carismática e político-econômica. Num mesmo discurso, Agentes Pastorais oscilaram entre as três dimensões, às vezes, fizeram sobressair uma mais que outra.

Para a construção dos três itens deste capítulo, considerei a tônica presente nos discursos, ao enfatizar os aspectos sociais ou religiosos, econômicos ou políticos relacionados ao nascimento da PCr. As falas tratam de diferentes dimensões de um mesmo natalício. Nisso o discurso de um mesmo Agente Pastoral pode ter apresentado marcas das três dimensões. Cada dimensão trata de uma forma diferente de explicar as razões de criação da PCr. Trato aqui com modalidades, diversas maneiras de atribuir sentidos.

No primeiro item, explícito como Agentes Pastorais explicam o natalício da PCr dando ênfase à dimensão sócioeconômica, dizendo que a criação da instituição foi forjada nos anseios da sociedade em combater as conseqüências da pobreza; no segundo, abordo como os Agentes atribuem sentido ao natalício por meio da dimensão místico-carismático, quando destacam a decisão de Deus na criação da instituição pela revelação ou inspiração sobrenatural dada a pessoas que são eleitas líderes carismáticos; e no terceiro, mostro como tentam explicar o natalício através da dimensão político-econômica, quando destacam a decisão de instituições como a ONU, o Estado, a Igreja, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) como responsáveis pela criação da PCr.

Um dado comum, nos discursos dos doze Agentes Pastorais, foi a explicação do natalício por meio da dimensão místico-carismática e com maior exclusividade entre os Líderes Comunitários que atuam junto às paróquias e às comunidades. Entre esses Agentes Pastorais a mística e a figura do líder carismático mostra-se determinante para atribuir razão à instituição e à própria ação social que desenvolvem nas comunidades. Os Agentes Pastorais de coordenação também utilizaram-se da dimensão místico-carismática, porém deram maior destaque aos aspectos sociais, político-econômicos, na atribuição de sentidos ao natalício da PCr.

2.1 DIMENSÃO SÓCIOECONÔMICA DO NASCIMENTO DA PCr

Ao indagar os Agentes Pastorais entrevistados sobre a razão de existência da PCr, notei que alguns deles compreendem que a instituição funciona, primeiro, como resposta a um “apelo da sociedade”^{AP2}, e somente depois é que se constitui “desafio da Igreja”^{AP1}, frente à precariedade das condições reais de existência da população pobre. Tem-se um discurso que apresenta a PCr como defensora dos empobrecidos: “[...] hoje, numa sociedade que relativiza tudo, você grita em defesa da vida de um empobrecido que está na miséria”^{AP2}. Esses Agentes Pastorais declararam que a PCr foi criada em resposta ao aumento, cada vez mais, das injustiças sociais, expressas pela má distribuição de renda, pelo desemprego, pela falta de moradia, alimentação, saúde, educação e de outros bens materiais e culturais.

Esses discursos fizeram referência à mortalidade infantil como consequência direta do aumento da miséria em grande parte da população brasileira, como expressa as falas dos Agentes Pastorais ao dizerem que a PCr surgiu “para combater as causas da mortalidade infantil”^{AP4}. Deve ser “profeta, denunciar as causas da mortalidade infantil”^{AP2}. Causas relacionadas à pobreza absoluta que cresceu de 1 bilhão para 1,3 bilhão entre os anos de 1990 a 1995. (VIEIRA, 2001, p. 187). A palavra combate aparece no discurso da Agente, significando desejo de luta, não apenas contra a morte da criança, mas contra a existência dos bolsões de pobreza.

A fala da Agente Pastoral retrata como causas da mortalidade infantil as contradições sociais de nossa realidade. Problemas denunciados por várias pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e Organização Mundial de Saúde (OMS).

Conforme dados do IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1994, mais de 40 milhões de pessoas (23,4 milhões de trabalhadores no mercado formal + 11 milhões de aposentados e pensionistas + 5,9 milhões de trabalhadores sem carteira assinada) sobrevivem no Brasil com renda até um salário mínimo e outros 4 milhões padecem sem rendimento fixo.

As pesquisas do DIEESE confirmam que a situação da população pobre brasileira piorou durante os dois últimos decênios do século XX. Ocorreu um

fenômeno de grandeza inversamente proporcional entre os números crescentes do Produto Interno Bruto (PIB) per Capita e a defasagem valorativa do salário mínimo nominal. A situação é representada pelo GRÁFICO 1, a seguir:

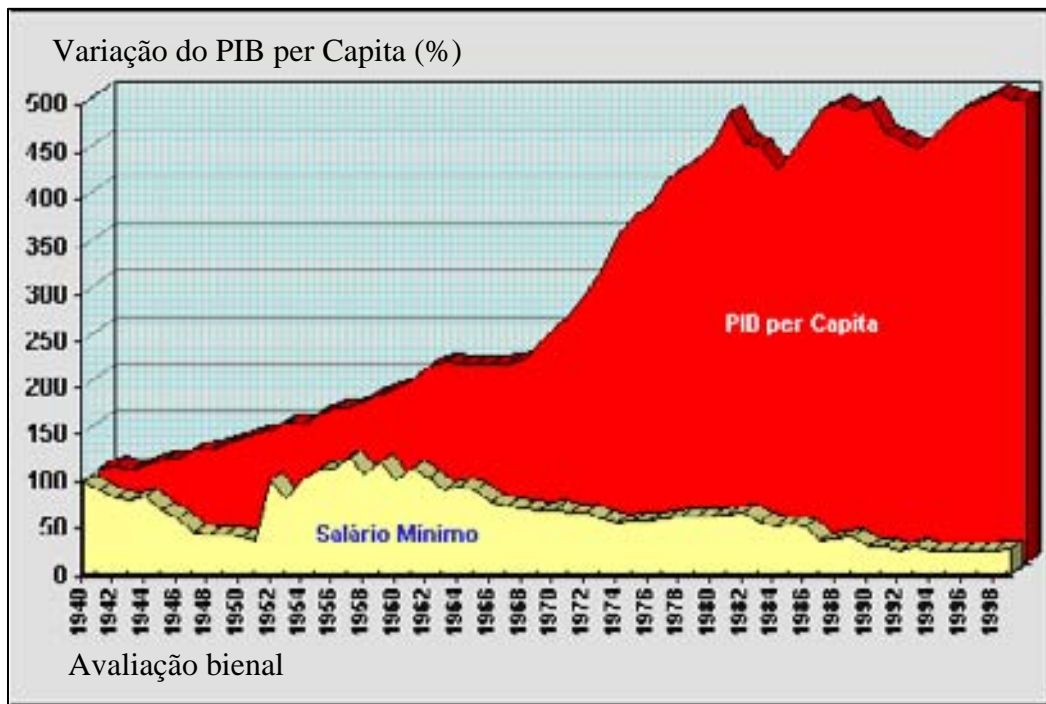


GRÁFICO 1 - Evolução do salário mínimo e do PIB per capita Brasil (1940-1999)
Fonte: DIEESE; IBGE. Elaboração: DIEESE.

A evolução dos valores médios anuais do salário mínimo mostra um agravamento da perda do seu poder aquisitivo nos anos 1990, o que provocou, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a presença nas atuais estatísticas de 44.794.032 pessoas indigentes, ou seja, são 25,08% da população que não ganham o suficiente para se alimentar.

Essa situação de degradação humana atinge, com mais violência, os estados do nordeste brasileiro. No Rio Grande do Norte, dos 2.760.413 habitantes responsáveis financeiramente pelos domicílios, 1.049.177 possuem ganho mensal até um salário mínimo, sem contar com os 401.241 declarados sem rendimento. (INSTITUTO..., 2000). O desemprego aliado à má distribuição de renda, provoca a desigualdade social, e a miséria assola o nosso povo.

A pobreza tem apresentado-se em diferentes dimensões, constituindo situações de múltiplas carências: a pobreza monetária, que origina um consumo de bens insuficientes; a pobreza de condições de vida, que impossibilita a satisfação de

necessidades fundamentais como alimentação, saúde, escolarização, moradia e outros; pobreza de potencialidades, que limita as capacidades individuais para conquistas sociais. A imposta condição de não ter e ser impedido de ter, processo de segregacionismo cerceador do acesso aos bens históricos-sociais. (COUTINHO, 2005).

A OMS considera a pobreza o crime mais desumano, sendo um fator de risco, que propicia doenças, violência e inúmeras injustiças sociais. É resultado de uma questão social não resolvida e que aflige a maioria da população mundial, instituindo diversas formas de privações e exclusão. A condição de pobreza determina as possibilidades de sobrevivência dessas pessoas, de forma que se torna

[...] uma das causas mais importantes de doença e mortalidade, traduzindo-se por carências múltiplas: alimentação incorreta, água não potável, insegurança habitacional, degradação do meio, ausência de educação e não acesso aos cuidados de saúde. (RAMOS, 2004, p. 33).

A condição de pobreza é um problema crucial nas modernas sociedades capitalistas, marcada por profundos contrastes sociais: enquanto alguns seres humanos desfrutam do acelerado crescimento econômico e tecnológico, muitos estão em condição extrema de exclusão e miséria. A esse respeito, o Padre Ernanne Pinheiro, teólogo e assessor do setor de política da CNBB, diz que insensivelmente

O neoliberalismo pervade (sic) tudo com o predomínio da economia sobre a pessoa humana, sob as asas do “deus mercado”. O Nordeste vai se integrando na modernidade excludente por força das circunstâncias, ao mesmo tempo que cresce a concentração de renda. Neste novo contexto, os movimentos sociais têm sido esvaziados, a fragmentação dos valores se expande e aumenta a exclusão social. (PINHEIRO, 2003, p. 264).

As condições desumanas em que passam a viver as pessoas pobres, no mundo contemporâneo, se agravam ainda mais diante dos efeitos perversos da economia neoliberal globalizada; da financeirização da economia, que se baseia nos grandes investimentos do capital nacional e internacional; da crescente concentração de renda; da corrupção e mau uso dos recursos públicos; das novas tecnologias e ausência de postos de trabalho; e do êxodo rural em massa, entre outros.

Esse processo (in)racional de concentração de renda, em detrimento da pessoa humana, provoca flagrante desequilíbrio na sociedade, de forma, que a miséria passou a ser tratada como questão social, não somente por setores do governo, mas também por organismos internacionais e pela sociedade civil organizada (ONGs). A pobreza incomoda e por isso precisa ser urgentemente tratada, ou pelo menos atenuada.

Os discursos desses Agentes Pastorais mostram que a preocupação com os pobres não é uma iniciativa particular da Igreja Católica. O projeto de lutar pela diminuição da pobreza nasce de anseios mais amplos, advindos das contradições presentes na própria sociedade, das necessidades de sobrevivência humana. Nesse sentido, a PCr nasceu como reflexo das desigualdades sociais, da cultura de exclusão e morte, presentes no modo de vida capitalista.

Em outros momentos, os Agentes Pastorais acreditam que a criação da PCr está vinculada especificamente ao conseqüente desprezo à criança pobre, ou seja, em meio as maléficas conseqüências da miséria em nosso país, acreditam que a instituição nasceu para atender uma causa específica: combater a desnutrição e a mortalidade materno-infantil nos bolsões de pobreza. Assim, admitem que realizam uma intervenção pontual.

Considerando a criança pobre como a mais atingida pelo crescimento da miséria, alguns Agentes Pastorais destacam a preocupação com os altos índices de mortalidade infantil, no Brasil, como ponto motivador do natalício: a PCr “busca a diminuição da mortalidade materno-infantil”^{AP2}; foi criada para que “visse a situação da mortalidade infantil muito grande no Brasil”^{AP5}. Para estes, a PCr nasceu para combater a morte dos infantes.

Comumente, as taxas são calculadas quando se faz a relação entre o número de crianças que morrem na faixa etária de 0 a 1 ano, sobre o total de crianças nascidas vivas durante um ano numa determinada localidade. Os coeficientes são identificados assim: número de mortos por 1000 nascidos vivos. Conhecer o perfil de mortalidade infantil é fundamental para a formulação de estratégias que permitam a implementação de programas de controle.

Os Agentes Pastorais tratam desse problema social que tem sido historicamente bastante negligenciado pelas políticas públicas no Brasil. Para termos noção da negligência, ainda na década de 1980, época do natalício da PCr, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) estimava que 66%

da população rural infantil, entre um e cinco anos de idade, era afetada pela desnutrição, e a mortalidade de crianças menores de um ano chegava a marca dos 34% do total de óbitos. O mais assustador era saber que as causas estavam na desnutrição crônica ou nanismo. (CONFERÊNCIA..., 1984).

Além dos casos mais comuns, identificados como Desnutrição Energético-Protéica (DEP), as crianças também são atingidas pela carência de micro-nutrientes, a chamada fome oculta. Trata-se da escassez de substâncias no organismo, como o ferro, a vitamina A e o iodo, causada pela falta de uma alimentação adequada. A OMS atestou que “metade das crianças menores de quatro anos, que vivem em países em desenvolvimento sofrem de anemia ferropriva”. (LESSA, 2003, p. 30). A anemia ferropriva é causada pela carência nutricional de alimentos que contenham ferro, o que pode comprometer o desenvolvimento psicomotor e cognitivo da criança.

Os coeficientes de mortalidade infantil não se distribuem igualmente pelo nosso país. Eles se diferenciam entre as regiões e aumentam proporcionalmente as condições socioeconômicas críticas, em decorrência da falta de emprego, ausência de nutrição adequada, de políticas públicas de saneamento básico, da precária assistência à saúde, dentre outros. A região nordeste, conforme dados do UNICEF, ainda apresenta o maior coeficiente que varia entre 41 e 62 óbitos para cada 1000 crianças nascidas vivas, situação bem distante das regiões sul (19), sudeste (20) e da média nacional (29), numa clara demonstração das desigualdades existentes em nosso país, não só entre indivíduos, mas também entre regiões.

O QUADRO 8 a seguir, mostra aspectos da situação nas cinco regiões do Brasil, a partir dos anos 1980, período da criação da PCr, e anos posteriores:

ÓBITOS INFANTIS POR RESIDÊNCIA						
ANOS	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
1980	180.048	9.019	66.402	76.108	21.675	6.844
1981	173.207	8.441	63.244	74.534	19.832	7.156
1982	163.628	8.614	57.987	71.800	18.459	6.768
1983	154.234	9.064	58.994	62.609	16.869	6.698
1984	155.107	9.588	62.079	60.803	16.702	5.935
1985	130.707	9.127	48.451	52.229	15.049	5.851
1986	132.214	9.589	50.927	51.927	14.418	5.816
1987	123.314	9.025	46.705	48.027	13.55	6.002
1988	120.255	8.051	44.445	48.912	13.331	5.516
1989	105.110	7.345	36.918	43.404	12.592	4.851
1990	95.938	7.785	31.294	40.570	11.823	4.466
1991	86.969	6.273	29.595	35.803	10.764	4.504
1992	86.570	6.264	29.682	36.045	10.189	4.390
1993	89.832	6.697	31.457	36.727	10.430	4.521
1994	87.304	6.498	28.497	36.735	10.581	4.993
1995	81.572	6.260	26.067	34.307	9.916	5.022
1996	75.024	5.989	23.275	31.945	9.176	4.639
1997	71.400	6.203	22.094	30.133	8.266	4.704
1998	71.690	6.741	24.057	27.599	8.594	4.699
1999	69.345	7.024	23.649	26.084	8.077	4.511
2000	68.199	7.294	24.394	24.394	7.680	4.278
2001	61.943	6.971	22.545	21.477	6.822	4.128
2002	58.916	6.548	22.204	19.700	6.517	3.947
2003	57.540	6.680	21.677	19.250	6.150	3.783
2004	54.184	6.405	19.454	18.402	5.963	3.959

QUADRO 8 – Óbitos infantis por residência segundo região no Brasil (1980-2004)
 Fonte: MS/SUS/ DASIS – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

A região nordeste há muito apresenta resultados preocupantes. Apesar do declínio nos números, ao longo dos últimos decênios, o nordeste ainda mantém uma grande soma em relação às demais regiões do país, principalmente com relação ao sudeste que é demograficamente maior. No quadro acima, observa-se que no ano de 2004, o total de óbitos de crianças nordestinas é o maior entre as regiões, correspondendo a 35,9% do total nacional.

Especificamente, o Estado do Rio Grande do Norte (RN) mantém um coeficiente de mortalidade infantil acima da média nacional, estando em situação bem mais precária que os Estados do Piauí, Ceará, Sergipe e Bahia, conforme observamos no QUADRO 9 a seguir:

UF	1989 %	1990 %	1991 %	1992 %	1993 %	1994 %	1995 %	1996 %	1997 %	1998 %	2000 %	2003 %
Maranhão	77,4	73,7	70,6	68,1	65,9	64,2	62,8	61,8	60,9	60,2	49,0	46,3
Piauí	65,4	62,5	60,0	57,9	56,2	54,8	53,6	52,7	51,9	51,3	36,2	33,1
Ceará	73,5	69,9	66,7	64,1	61,9	60,0	58,5	57,2	56,2	55,4	39,7	35,1
Rio Grande do Norte	77,8	73,5	70,1	67,3	65,1	63,0	62,1	61,1	60,3	59,7	44,7	41,9
Paraíba	85,5	80,5	76,4	73,1	70,5	68,6	67,1	66,0	65,2	64,6	48,2	45,5
Pernambuco	81,9	77,9	74,4	71,5	69,0	66,9	65,2	63,8	62,7	61,8	47,9	44,8
Alagoas	100,2	96,2	92,3	88,6	85,2	82,0	79,1	76,4	74,0	71,9	62,5	57,7
Sergipe	72,3	68,7	65,5	62,8	60,4	58,4	56,7	55,3	54,1	53,0	43,3	40,6
Bahia	65,9	62,6	59,8	57,5	55,6	54,0	52,8	51,8	51,0	50,3	41,0	38,7

QUADRO 9 – Coeficiente de mortalidade infantil, por ano, na região nordeste (1989 a 1998)
 Fonte: Datasus/IBGE – Censos Demográficos de 1970 a 2000
 IBGE – Síntese de Indicadores Sociais – 2003

Segundo a Fundação Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, as afecções do período perinatal⁹ (até 7 dias de vida) são a maior causa de morte infantil. Na década de 1990, o número chegou a 76.168 casos em decorrência de precárias condições de vida da família, maus tratos da gestante e outras violências sociais. Na PCR, o problema também é evidenciado:

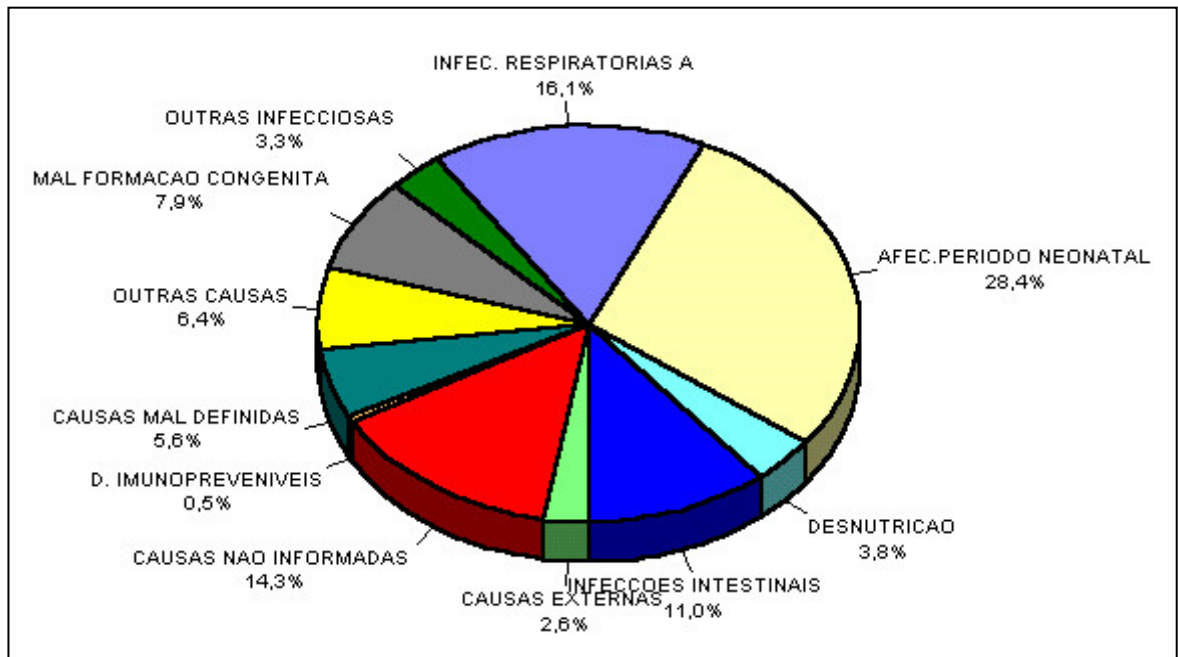


GRÁFICO 2 – Causas da Mortalidade Infantil na Pastoral da Criança - Brasil – 3º Trimestre/2001

Fonte: CNBB - Pastoral da Criança, Folhas de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde, Nutrição e Educação na Comunidade, encaminhadas à Coordenação Nacional da Pastoral da Criança, em Curitiba, até 30 de novembro de 2001

⁹ A mortalidade infantil neonatal pode ser precoce (ocorre entre 0 a 6 dias de vida) e tardia (ocorre entre 7 e 28 dias). A mortalidade perinatal compreende a mortalidade infantil neonatal precoce e a natimortalidade (soma do número das crianças nascidas mortas). (KOZU, 2001).

O gráfico demonstra que as afecções nos primeiros dias de vida do bebê ainda continua sendo a grande causa de mortalidade infantil nas famílias pobres. A pesquisa também alerta para as afecções no período neonatal (28,4%), as infecções respiratórias (16,1%) e intestinais (11,0%), que juntas chegam ao percentual de 55,5% das causas de óbitos entre recém-nascidos.

A Rede Internacional de Informações para a Saúde divulgou que no RN morrem anualmente mais de 4 mil crianças recém-nascidas e mais de 1 mil nascem com baixo peso. As mortes são causadas por problemas no aparelho circulatório, respiratório, neoplasias, doenças infecciosas e parasitárias e afecções perinatais.

Especificamente, o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (INSTITUTO..., 1999), apontou as principais causas dos óbitos no final do século XX (anos 1990–1998), em nosso Estado: em primeiro lugar, aparecem as afecções perinatais (de 35 cresceu para 45%); em segundo lugar, as infecções intestinais (de 18 decresceu para 15%); em terceiro lugar, as doenças respiratórias (de 9 cresceu para 10%); em quarto lugar, as anomalias congênitas (de 5 cresceu para 10%); e em quinto lugar, as deficiências nutricionais (de 4 cresceu para 9%).

A condição social é um fator determinante nesses resultados. O bem-estar não é medido apenas pela ausência de doenças, fatores como baixa renda, má condição de moradia, saneamento básico precário, alto índice de não-alfabetizados e rede de saúde insuficiente são determinantes para a construção desse terrível perfil de morbidade. Constatou-se que a proporção de mortes infantis entre os pobres é muito maior que entre ricos e que o nível de instrução escolar da mãe influencia diretamente na quantidade de nascimentos e na qualidade de vida do bebês.

A esse respeito, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) realizou pesquisa em 1996 e constatou que “os filhos de mães sem escolaridade ou com três anos de estudo tem onze vezes mais chances de sofrerem desnutrição do que crianças geradas por mulheres que contam com doze ou mais anos de estudo”. (VIVARTA, 2003, p. 54).

A pesquisa foi confirmado pelo IBGE na divulgação da síntese de indicadores sociais do ano de 2003 que apresentou relação entre a taxa de mortalidade de menores de cinco anos, no Brasil, com o período de anos de escolaridade da mãe. Há uma evidência que filhos de mulheres com pouca

escolaridade (até três anos de estudos) têm 2,5 vezes mais riscos de morrer antes dos cinco anos de idade do que as crianças cujas mães estudaram por oito anos ou mais. Genitoras com até três anos de escolaridade apresentaram taxa de 49,3% de óbitos dos filhos; de quatro a sete anos de estudos, evidenciou-se 30,2%; e a partir de oito anos ou mais de instrução escolar, o percentual decresceu para 20%. (UNICEF, 2006).

A escolaridade dos pais é um dos fatores que influenciam no Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)¹⁰, agregado à assistência de pré-natal, imunização e matrícula em pré-escola. O UNICEF soma 50% dos indicadores do nível de instrução dos pais e 50% do acesso à saúde e educação da criança e calcula o IDI, que funciona como ponto de partida para analisar os problemas da primeira infância, considerando o seu desenvolvimento dentro do ciclo de vida e das condições sociais em que está inserida.

O fator orientação dos pais e familiares sobre noções básicas de higiene e saúde tem influenciado nas avaliações e estudos sobre a conquista de um bem-estar para a criança pobre. Nesse sentido, a PCr destaca-se por firmar sua ação social na orientação das famílias, tornando essencialmente educativa a intervenção que realiza nas comunidades pobres.

O censo de 2000 do IBGE atesta que durante a década de 1990, escaparam de morrer 404.120 crianças menores de um ano, devido ao incremento das ações básicas de saúde através das campanhas de prevenção e imunização, desenvolvidas pelo Sistema Único de Saúde, através do Programa Saúde da Família e de instituições não-governamentais como a PCr, que no Brasil acompanha mais de 1,8 milhão de crianças menores de seis anos de idade e mais de 80 mil gestantes.

Apesar do significativo declínio dos índices de mortalidade infantil durante os últimos anos, as estatísticas, tanto mundiais como nacionais, são ainda assustadoras:

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada ano, morrem, no mundo, cerca de 11 milhões de crianças, o que representa cerca de 30 mil mortes por dia. Hoje, morrem, no Brasil, por ano, mais de duas mil mulheres grávidas e 38 mil recém-nascidos por complicações na gravidez, no parto e no pós-parto. (ARQUIDIOCESE... , 2004).

¹⁰ O IDI resulta da média ponderada entre indicadores normalizados do percentual de crianças menores de 6 anos de idade que vivem com mães que possuem escolaridade precária, percentual de crianças menores de 6 anos que vivem com pais que possuem escolaridade precária, acesso a serviço de saúde materno-infantil (imunização + pré-natal) e acesso a serviços de educação (pré-escola). (UNICEF, 2006).

Convivendo com essa lamentável situação, o Brasil ainda está longe de atingir a meta considerada ideal pela Organização Mundial de Saúde, que é inferior a 20 mortes para cada grupo de mil crianças nascidas vivas.

Conforme o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (FUNDO..., 2005), a cada ano ainda morrem 123 mil crianças menores de cinco anos no Brasil, a maior parte em comunidades pobres, por causas que poderiam ser facilmente prevenidas.

A PCr nasce nesse contexto em que, segundo o Agente Pastoral, “ninguém chora a morte das crianças. [...] A morte física e muito menos a morte do potencial humano dessas crianças”^{AP2}. As crianças, as quais o discurso se refere, são as empobrecidas, marcadas pela enorme desigualdade social, condição em que “ninguém” se preocupa com “ninguém”, onde há evidência da banalização da morte da criança e do adulto também.

Sociedade do consumo que produziu o *homo clausus* (ELIAS, 1970), aquele que se fecha em si mesmo, que olha para si e não consegue pensar que há indivíduos ao redor precisando de ajuda. Ao lado de um discurso de desenvolvimento humano, ocorre o investimento no cultivo da individualidade e da propriedade privada. Assim, o *alter* é constantemente negado em função do bem-estar individual, ou de uma minoria. Pessoas que “endurecem, vivem mesquinamente, morrem por coisas sem importância”. (VANEIGEM, 2002, p. 171).

Foi nesse momento de profundas desigualdades sociais, que a Igreja Católica se sentiu convidada a pensar sobre a sobrevivência da criança pobre no Brasil. Segundo a Agente Pastoral: “Tudo começou com uma discussão em Genebra, em 1982, que preocupou Dom Evaristo”^{AP4}, diz, referindo-se a Dom Evaristo Arns, à época Cardeal Arcebispo da Arquidiocese de São Paulo e uma das vozes progressistas da Igreja Católica no Brasil.

Essas questões sociais foram discutidas numa conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a paz mundial, realizada em Genebra, na Suíça, em 1982. Estavam reunidos naquele lugar vários representantes de estados, instituições comerciais, organizações não governamentais e ministros eclesiais. O interesse pela redução dos índices de mortalidade infantil foi motivado por questões humanitárias, mas também por interesses políticos e econômicos:

A mortalidade infantil se constitui num indicador mundialmente aceito para mensuração do desenvolvimento de um país e para o pleito de recursos internacionais junto a agentes como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. (HOROCHOVSKI, 2003, p.132).

A conferência foi marco para um acordo firmado entre a Igreja e organismos internacionais, personalizado nas pessoas de Dom Paulo Evaristo Arns e do executivo do UNICEF¹¹, Mr. James Grant. O encontro resultou no projeto de uma pastoral que, como organismo de ação social da CNBB, deveria contribuir para a diminuição dos índices de mortalidade infantil no Brasil, através da orientação sobre ações preventivas de como cuidar das crianças pobres, de zero a seis anos de idade.

A idéia da criação da instituição é fecundada fora do país, o que me faz crer nas possíveis articulações com interesses políticos/econômicos internacionais. Nesse sentido, a fala da Agente Pastoral complementa: “No Brasil, ele [Dom Evaristo Arns] encontrou apoio dentro das reuniões dos bispos”^{AP4}. Quando a Agente Pastoral cita “reuniões de bispos” está se referindo às Assembléias Gerais da CNBB, que ocorreu em Itaiaci, São Paulo, por intermédio de Dom Luciano Mendes de Almeida, então secretário-geral da CNBB, responsável pelo reconhecimento e expansão da PCr no Brasil a partir de 1984. (NEUMANN, 2003).

Explicando o natalício da PCr por uma dimensão sócioeconômica, os discursos dos Agentes Pastorais oscilaram entre um natalício que significa luta contra a pobreza (abordagem ampliada), ou o controle da mortalidade materno-infantil (intervenção pontual). Dessa forma, institui o dilema entre ser “profeta”^{AP2}, que consiste em denunciar as causas da mortalidade infantil ou “ser missionária”^{AP8}, indo até a comunidade e intervindo com ações básicas de saúde.

Todavia, notei que a PCr constituiu-se, para a igreja, numa necessidade urgente frente às consequências da consolidação do capitalismo que, ao lado do progresso científico-tecnológico, institui uma cultura de extermínio das novas gerações nos bolsões de pobreza. Contraditoriamente, evidencia-se no mundo moderno as múltiplas carências com relação à nutrição, saúde, educação, habitação, segurança e outros direitos sociais que determinam a sobrevivência humana.

¹¹ Como parceiro pioneiro, O UNICEF patrocinou a implementação do projeto piloto da PCr em Florestópolis (PR). (BATALHA, 2003).

Em princípio, os Agentes Pastorais, vinculam o nascimento da PCr às fragilidades de organização social e econômica de nossa sociedade. A PCr nasce motivada por um sentimento de luta pela sobrevivência, diante da crescente preocupação com a perda da dignidade humana, numa sociedade que insiste em priorizar o fortalecimento do mercado.

2.2 DIMENSÃO MÍSTICO-CARISMÁTICA DO NASCIMENTO DA PCr

Pelo exercício da escuta sensível, tratando, às vezes, com os mesmos discursos, senti que os Agentes Pastorais deram outros sentidos ao natalício. Além da dimensão sócioeconômica, a criação da PCr foi explicada através de outras dimensões. Em outros momentos, os Agentes Pastorais atribuíram um sentido espiritual ao natalício, quando relataram que “Dom Evaristo teve aquela luz espiritual”; que Dra. Zilda Arns¹² “procurava inspiração de Deus para entender um pouco o que era essa missão da Pastoral.”^{AP1}; e que se refere a “[...] uma história que toca bastante”^{AP5}. Essa explicação se fundamenta na mística cristã¹³ presente na essência do movimento de pastorais de ação, alimentando um forte sentimento de missão, de compromisso consigo mesmo, com a comunidade e com a instituição.

Os Agentes Pastorais enfatizaram a dimensão místico-carismática do natalício da PCr, quando vincularam o fato da criação da instituição à figura de um líder carismático, pessoa que se destaca pelo saber, pelo poder de decisão ou de ação que possui. Alguns Agentes Pastorais acreditam que “Dom Evaristo Arns e Dra. Zilda tiveram a idéia de fundar a Pastoral da Criança”^{AP7}, ou que foi “um pedido da Igreja Católica a Dra. Zilda Arns para que visse a situação”^{AP5}, e então, “um desafio que a Igreja fez para a Dra. Zilda Arns”^{AP1}. A responsabilidade de fundar a instituição foi delegada para pessoas que são reverenciadas durante os discursos dos Agentes Pastorais. Essas personalidades assumem o *status* de causa e nunca de conseqüência.

Os Agentes relataram que a experiência piloto ocorreu em 1983, na cidade de Florestópolis, apoiada pela Arquidiocese de Londrina, na pessoa do Arcebispo

¹² Dra Zilda Arns Neumann é irmã de Dom Paulo Evaristo Arns, médica pediatra e sanitária, com atuação bastante significativa na Secretaria de Saúde Pública do Estado do Paraná. Em 1983, recebeu convite da Igreja Católica para organizar e coordenar a Pastoral da Criança.

¹³ Pressupõe sentimento de fé e um conjunto de subjetividades relacionado a experiências pessoais e coletivas com a divindade, ladeado pelos princípios cristãos de comunidade, partilha e realização humana. (BETTO; BOFF, 2005).

Dom Geraldo Magella Agnelo. O primeiro grupo de líderes foi formado pela Dra. Zilda Arns, que na instituição assume o posto de líder carismático, aquela que domina, enquanto venerada pelo caráter exemplar que possui. Dra. Zilda tornou-se uma pessoa capaz de cativar seus adeptos pela graça ou carisma, conquistando legitimidade para que suas ordens fossem obedecidas. (WEBER, 1991). Na relação entre líder e liderados ocorre um tipo de aquiescência, no caso da PCr, motivada por ideais não-materiais como valores e crenças.

Para definir o carisma atribuído à Coordenadora Nacional da PCr, comungo com o sociólogo alemão Max Weber (1991, p. 159) quando diz que a condição de ser carismático é uma “qualidade pessoal considerada extra-cotidiana e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, [...] que a torna enviada de Deus, exemplar, líder.” O carisma está relacionado à vocação, ao sentido de missão atribuído à prática. O mesmo sentimento aparece na fala da Dra. Zilda (Entrevista¹⁴, 2004) quando questionada sobre o nascimento da instituição: “missão de Deus, desafio de fé e vida”.

Esse tipo de carisma torna-se determinante e conduz os Agentes Pastorais a tratarem a pessoa da Dra. Zilda como representação da própria instituição. A Coordenadora Nacional (ao lado direito do pesquisador) transforma-se num ícone, como observa-se na FIGURA 4:

¹⁴ Entrevista realizada por José Mateus do Nascimento, em 09/11/2004, na Sede da Coordenação Nacional, situada na rua Jacarezinho, 1691, Mercês, Curitiba, Paraná.



FIGURA 4 – Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança, Dra. Zilda Arns e o pesquisador José Mateus (nov. 2004)

Comumente na dominação carismática, os mandamentos a serem cumpridos são entregues por revelação e o reconhecimento é um dever para com a pessoa carismaticamente qualificada e por isso legitimada. Nesse sentido,

[...] o senhor legítimo, em virtude do próprio carisma, transforma-se num senhor pela graça dos dominados, é eleito e levado ao poder. [...] A dominação carismática genuína se faz com base na confiança livre dos dominados. (WEBER, 1991, p.176).

O carisma é um fenômeno típico de dominações religiosas e que se manifesta na PCr através da Dra. Zilda desde o início do trabalho, conforme o testemunho do Agente Pastoral que diz: “Ela sentava à noite para escrever e procurava inspiração de Deus para entender o que era essa missão”^{AP1}.

O carisma, em torno da pessoa da Coordenadora Nacional, tem sua razão na mística cristã que se torna um dos eixos centrais de motivação para a ação social, exercida nas comunidades pobres e que também atribui razão ao nascimento da instituição.

Assim, “a PCr foi uma iniciativa da CNBB, que identificou na Dra. Zilda o perfil para conduzir o trabalho”^{AP3}. A fala faz destaque ao perfil da pessoa indicada para atender ao chamado e desenvolver a missão. A igreja não escolhe por acaso os seus líderes. Ela estabelece um determinado perfil. Nesse sentido, Dra. Zilda apresentava um conjunto de características que, na época, motivou o convite: provinha de família católica praticante e por isso bastante envolvida nas atividades litúrgicas, como disse: “fui catequista, fiz curso de noiva e era engajada na igreja” (Entrevista, 2004); tinha por irmão Dom Evaristo Arns, então, arcebispo de São Paulo, autoridade eclesiástica por quem foi convocada para o trabalho; possuía formação como médica pediatra e sanitarista, com atuação bastante significativa em projetos de educação em saúde no Estado do Paraná.

Então, “Dom Evaristo teve aquela luz espiritual [...]. Ele encontrou apoio dentro das reuniões dos bispos e convidou Dra. Zilda Arns ” ^{AP4}. Um pedido ou uma determinação da Igreja? Alguns entendem como “um pedido da Igreja Católica à Dra. Zilda Arns para que visse a situação da mortalidade infantil no Brasil”^{AP5}. Outros afirmam que “tudo começou com Dra. Zilda Arns”^{AP6}.

Comumente, nos discursos falados e escritos, os Agentes Pastorais da PCr elegeram uma figura carismática, como ponto referencial para explicar o natalício. Seja a pessoa da Dra. Zilda Arns, do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, ou até do executivo James Grant, o que ocorre é a (con) fusão entre instituição e liderança fundadora. Essa lógica transparece na fala desse Agente Pastoral: “A proposta está aqui, temos uma identidade, essa identidade se confunde com o próprio fundador”^{AP2}.

Por meio dessa dimensão, compreende-se que a PCr existe devido à decisão divina, fruto de revelação espiritual a um profeta. A PCr foi criação de Deus e apresentada como missão a ser cumprida pela Igreja Católica e por seus fiéis. O líder carismático materializa essa mística e torna-se referencial para a atuação.

Para esta outra Agente Pastoral, dependeu de “luz espiritual”^{AP4}, mas o que seria dele se não tivesse encontrado “apoio nas reuniões dos bispos”^{AP4}? O natalício poderia ser explicado apenas a partir da figura carismática da Coordenadora

Nacional? Somente o sentimento de mística cristã também poderia explicar? O projeto também tem relação com os interesses dos organismos internacionais?

A fala apontou para o que denominei de terceira dimensão do natalício, a que se baseia numa ação articulada que encontrou apoio tanto nas políticas de renovação da Igreja Católica, como no redimensionamento do estado frente às questões sociais, durante os anos 1980.

2.3 DIMENSÃO POLÍTICO-ECONÔMICA DO NASCIMENTO DA PCr

Ao tentar explicar a criação da PCr, os Agentes Pastorais relataram que se tratou de “um pedido da Igreja Católica”^{AP5} ou “foi iniciativa da CNBB”^{AP3} ou “fruto de uma discussão em Genebra, no ano de 1982”^{AP4}. Falas que apresentam protagonismo de alguma instituição no natalício. Tentando explicar por essa perspectiva, que a decisão de criação da PCr estaria relacionada aos planos da Igreja Católica e/ou dos organismos internacionais.

Quando o Agente Pastoral fala do nascimento da PCr como uma “proposta, um desafio da Igreja”^{AP1}, entende que, como Pastoral Social, a instituição também tem fundamento nas políticas de renovação¹⁵ da ação da Igreja Católica, constituídas pelos pressupostos da Doutrina Social Cristã iniciada pelo Papa Leão XIII com a encíclica *Rerum Novarum*, em 1891; pelo Movimento de Ação Católica incentivado pelo Papa Pio XI, a partir de 1925; pelas declarações do Concílio Vaticano II, realizado no período de 1962 a 1965; pelas encíclicas dos Papas João XXIII (*Humanae Generis* – 1950) e Paulo VI (*Humane Vitae* – 1968); pelas prerrogativas das conferências de Medellín, em 1968 e de Puebla, em 1979; e pela mística das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), organizadas a partir das paróquias, durante os anos 1960 e 1970.

A PCr tem suas raízes nos movimentos de renovação da Igreja Católica no Brasil, se constitui produto de uma construção histórica de ideais que apontam para uma Igreja-povo-de-Deus com atuação mais ousada no social, participação do leigo no trabalho eclesial, tendo a paróquia, na comunidade, como centro irradiador de fé e solidariedade humana.

¹⁵ Quando a Igreja trata de renovação refere-se a “inovações e continuidade ao mesmo tempo”, distante da intenção de realizar rupturas. (BEOZZO, 2003, p.144). “Renovação no sentido de atualização, termo usado por João XXIII como estímulo à vitalidade sempre renascente da Igreja.” (BIZON; DARIVA; DRUBI, 2004, p. 35).

Essa mentalidade eclesial foi resultado de um longo processo de renovação que teve sua gênese a partir do final do século XIX, durante o pontificado de Leão XIII, quando a Igreja Católica lançou diálogo e cooperação com a sociedade através da encíclica *Rerum Novarum* (1891), apoiando o movimento de renovação litúrgica que considerava o poder da dimensão social na ação evangelizadora da Igreja Católica. O clero despertou para o temporal e as questões sociais, inaugurando, então, a Doutrina Social da Igreja.¹⁶

A Ação Católica teve seus ideais ressignificados na realização do maior evento eclesial do século XX: o Concílio Vaticano II. Os bispos de várias partes do mundo estavam reunidos, debatendo sobre a possibilidade do nascimento de uma Igreja para os pobres dos pobres.¹⁷

A PCr tem sua ação também influenciada pelos princípios emanados do Vaticano II, conclave pensado pelo Papa João XXIII,¹⁸ que provocou uma reflexão em profundidade sobre o mistério da Igreja e sua missão de evangelizar o mundo, lançando princípios de renovação espiritual e estrutural do corpo eclesial, quando reconhece que a Igreja deve ser executora de uma ação de caráter pastoral, ecumênica e descentralizadora, chamando os leigos à santidade e à partilha da vocação missionária da Igreja Católica.

Conforme Barros (1968), o Concílio Vaticano II propunha a atenção para as igrejas locais; descentralização das ações; novas exigências para uma ação pastoral com novos tipos de coordenação. Diretrizes sistematizadas na *Inter Mirifica*, decreto sobre os meios de comunicação social, de 1963; na *Gaudium et Spes*, constituição pastoral sobre a Igreja Católica no mundo atual, publicada em 1965; e na *Dignitatis Humanae*, decreto sobre a liberdade religiosa, também publicado em 1965.

O Concílio Vaticano II conduziu a Igreja Católica a uma maior sintonia com o clamor dos excluídos e, no Brasil, respaldou os dois primeiros planos de pastoral: o

¹⁶ Um corpo doutrinal que foi inaugurado a partir da tomada de consciência e preocupação, por parte do Magistério Eclesiástico, pelas condições de vida dos pobres e a luta em defesa da dignidade humana. Pio XII foi o primeiro a usar a expressão “Doutrina Social da Igreja” numa rádio-mensagem em maio de 1941. (GUTIERREZ, , 1995).

¹⁷ Pobres dos pobres, uma expressão utilizada pela Igreja Católica contemporânea ao referir-se às pessoas muito pobres, evitando as denominações miseráveis ou indigentes. O termo é comumente encontrado na literatura e liturgia de ação pastoral e social.

¹⁸ Foi com o Papa João XXIII que a Igreja Católica “entra em uma fase de mudanças, não só de abertura para o movimento ecumênico, mas sobretudo para a realidade pastoral, para a situação da Igreja Católica na base, [...] para a evangelização e a vida concreta do povo”. (STRAGLIOTTO, 2003, p. 311).

Plano de Emergência (PE) aprovado em abril de 1962, e o Plano de Pastoral de Conjunto (PPC) aprovado em dezembro de 1965.

A renovação da Igreja Católica no Brasil foi confirmada e ampliada pelo Vaticano II, visto que havia anteriormente muitas iniciativas eclesiais de ação social: a Ação Católica Brasileira, o Movimento de Natal, o Movimento de Educação de Base, o Movimento por um Mundo Melhor, entre outros. (CALIMAN, 2003).

Na ressonância dos preceitos emanados do Vaticano II, foram desenvolvidos outros conclaves que objetivavam a implementação concreta da nova maneira de ser igreja no meio dos pobres e excluídos.

Foi através das Conferências Episcopais de Medellín (Colômbia – 1968) e Puebla (México – 1979), que parte da Igreja Católica compreendeu que era momento de investir em formas mais ousadas de evangelização, visando a alcançar os povos latino-americanos, envolvidos numa situação de miséria e injustiça.

A Conferência Episcopal Latino-americana realizada em Medellín, Colômbia, em agosto de 1968, “foi para a América Latina o que o Vaticano II foi para Igreja universal.” (BEOZZO, 2003, p.101). O evento constitui-se em oportunidade para retomada das decisões conciliares, que foram transformadas em diretrizes para a ação sócioevangelizadora, adaptada às condições peculiares da América Latina.

Na prática, o encontro em Medellín se transformou num desdobramento do Vaticano II, ampliando a discussão em torno da problemática: como fazer nascer uma Igreja Católica para os pobres?

A Conferência realizada em Puebla, em 1979, no México, abordou o paradigma da libertação e da evangelização, realizando uma opção preferencial pelos pobres, através da criação de novas estruturas eclesiais, capazes de valorizar e articular pastorais orgânicas, a partir da renovação paroquial.

A PCr, como pastoral social, é resultado do conjunto desses eventos, que fizeram inaugurar uma nova ação social evangelizadora na Igreja Católica. Propondo uma atuação mais significativa no temporal, a igreja procurou ultrapassar os limites das sacristias, quando a Hierarquia¹⁹ sentiu a necessidade de convidar os leigos a participarem, de maneira mais efetiva, nas atividades eclesiais e procurou discutir sobre as questões existenciais dos empobrecidos. Com a presença dessa nova mentalidade, os programas sociais ganharam maior dimensão no seio das

¹⁹ O termo Hierarquia é utilizado para se referir às autoridades do episcopado, lideranças da organização eclesial. (BARROS, 1968; BOFF, 1994).

comunidades, ensejando novas formas de organização do Corpo de Cristo, abrindo espaços para a instituição de um ministério para os leigos.

Com o Vaticano II, o sacerdócio universal dos leigos trouxe a noção de Igreja Católica, não apenas como Hierarquia no aspecto visível, físico e organizacional, mas também como Corpo Místico de Cristo, no aspecto invisível, espiritual enquanto organismo, denominado Povo de Deus. Uma proposta de Igreja Católica mais íntima dos segmentos populares, investindo em obras de cunho social que influenciassem no “fortalecimento de um espaço social católico organizado”. (LIMA, 1979, p. 63).

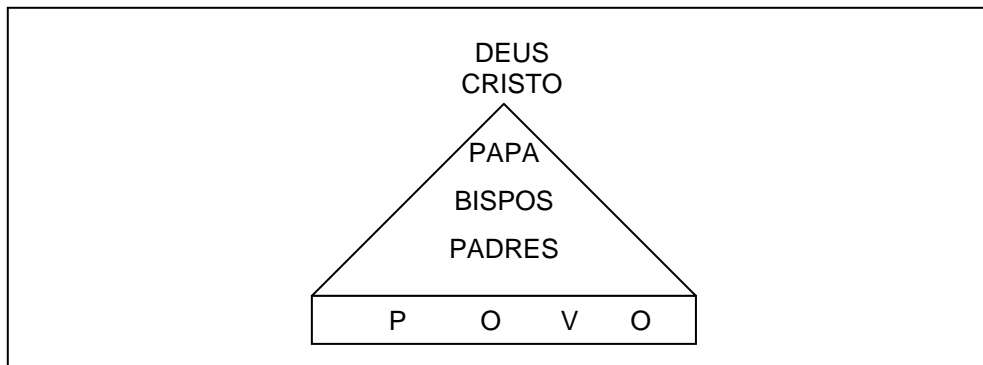
Essa aproximação do laicado foi fundamental para a instituição das Pastorais Sociais na Igreja Católica no Brasil. O ápice dessa participação ocorreu no início da década de 1960 pela organização das primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em Nísia Floresta (RN)²⁰ e em Volta Redonda (RJ). “Podemos afirmar que as CEBs vieram como um substituto da Ação Católica. [...] elas até respondiam a um problema que a Ação Católica nunca chegou a resolver, que era o da inserção nas paróquias.” (BARROS, 2003b, p.57).

A proposta das CEBs propunha dar oportunidade a gente simples para refletir, discutir sobre a vida da Igreja Católica; sobre suas responsabilidades históricas; e, também, tomar decisões frente aos problemas que afligiam o povo pobre, apresentando na prática, sugestões de superação. Um trabalho descentralizado, que mostrou maneiras diferentes de ser igreja – novas práticas eclesiais, novo clima de viver a fé, em torno da luta contra o pecado social.

O padre ou a religiosa responsável pela pastoral, na paróquia, começou a incumbir leigos da localidade para dirigirem suas próprias comunidades e decidirem, com o povo, soluções para os problemas. Nascia, então a eclesiogênese, ou seja, uma igreja que se organiza a partir dos grupos pequenos e populares. (BOFF, 1978). A CEB firmou-se como célula inicial de estruturação eclesial, foco de evangelização, fator primordial de promoção humana e desenvolvimento.

Segundo Boff (1978), a lógica de trabalho das CEBs modificou a configuração tradicional da Igreja Católica, assentada na Hierarquia triangular, conforme observamos no ESQUEMA 4 a seguir:

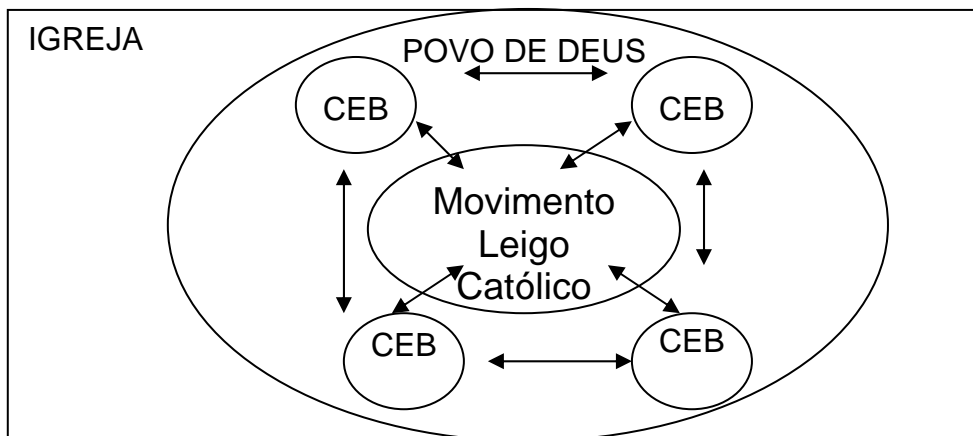
²⁰ Frei Betto (1985) considera o caso de Nísia Floresta no RN, como a primeira experiência no Brasil de Comunidade Eclesial de Base, no ano de 1960.



ESQUEMA 4 – A estrutura tradicional da Hierarquia

Segundo Boff (1994, p. 21), essa estrutura vertical de Igreja Católica projeta uma imagem eclesial secularizada, centralizada em si mesma e não articulada com o povo de Deus, em que o papa, o bispo e a estrutura hierárquica da igreja constituem os eixos organizadores da ação pastoral. Esse tipo de igreja “é essencialmente clerical, no sentido de que sem clero, ordenado no sacramento da ordem, nada de decisivo pode acontecer na comunidade”.

Com a implantação das CEBs, a estrutura assumiu forma circular, a partir da comunidade, uma Igreja articulada pelo povo, como podemos observar no ESQUEMA 5:



ESQUEMA 5 – Organização das CEBs nas paróquias

A nova proposta apresenta uma outra forma de viver a fé cristã pela organização da comunidade ao redor da Palavra, dos sacramentos e do apostolado

de leigos: “uma verdadeira eclesiogênese, a igreja nascendo da fé dos pobres”. (BOFF, 1994, p. 29). A igreja como Povo de Deus ou Corpo Místico de Cristo.

O modelo das CEBs esteve numa igreja-sacramento, que privilegiava a igreja-missão, firmada na práxis, se realizando na, e pela, comunidade. Lugar próprio de sensibilização da fé e também da formação política, onde se manifestavam as “formas populares de catolicismo”, frente às desigualdades sociais. (Lima, 1979, p.23). As CEBs funcionaram como linhas mestras para o cultivo de um catolicismo popular, preocupado com a condição de vida das comunidades pobres.

As pastorais sociais inspiraram-se na lógica de ação das CEBs e tornaram-se novidade na tradicional estrutura das dioceses brasileiras. O plano de pastorais apresentou como prioridade a reestruturação das paróquias e exigiu mudanças na mentalidade dos sacerdotes.

Renovar as paróquias significou olhar para elas como autênticas comunidades eclesiais, convidando o povo de Deus para plena participação na promoção humana, pela renovação comunitária e missionária da paróquia tradicional. Dentro dessa nova lógica de organização da Igreja Católica Brasileira, a paróquia toma outra representatividade, passando a ser tratada como estrutura básica da ação pastoral, com perspectiva missionária de alcançar uma determinada comunidade.

A PCr, semelhante às CEBs, considera a paróquia como base para a promoção do seu projeto de ação socioeducativa nas comunidades. Os grupos de Líderes Comunitários são formados por moradores que participam do cotidiano das crianças acompanhadas e conhecem de perto a realidade de cada família.

Criar organismos sociais, como a PCr, no interior da estrutura eclesial foi a alternativa para materializar as linhas de ação pastoral da Igreja Católica. Tal posição foi referendada pelo Papa João XXIII, em 1958, no Encontro dos delegados do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM) realizado em Roma, quando declarou que era preferência da Igreja Católica “deixar aos seus filhos e às organizações que nela florescem, ressalvadas sempre pelas razões da autoridade Hierárquica, [...] a liberdade de movimento”. (BARROS, 1968, p. 24).

Ao falarem sobre esse movimento de renovo da ação da Igreja Católica no mundo, os Agentes Pastorais destacam a importância do papel da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), em território nacional, quando influenciou na consolidação de uma nova lógica de organização da Igreja Católica no Brasil. Nas últimas

décadas do século XX, dedicou-se intensamente ao fortalecimento da colegialidade episcopal²¹ e defendeu um trabalho eclesial vinculado a elaboração de Planos de Pastoral de Conjunto, que ampliavam cada vez mais a participação dos leigos nas ações sociais pastorais.

Na relação entre os bispos e as Igrejas entre si

A CNBB se tornou um lugar privilegiado de valorização da colegialidade episcopal. [...], ela foi uma das primeiras a se constituir, muito antes que o Concílio Ecumênico Vaticano II pusesse em nova luz a doutrina da colegialidade episcopal e preconizasse justamente as Conferências episcopais como expressão peculiar e órgão particularmente apropriado dessa colegialidade. (JOÃO PAULO II apud CALIMAN, 2003, p. 419).

A CNBB, fundada em 1952, que teve por líder maior Dom Helder Câmara, se mostra como grande articuladora de todas essas iniciativas que são denominadas de organismos de ação social ou Pastorais Sociais. Estas têm “como finalidade concretizar em ações sociais e específicas a solicitude da Igreja Católica diante de situações reais de marginalização”. (CONFERÊNCIA..., 2003, p. 18).

Através da Declaração dos Bispos do Nordeste, elaborada em 1956, durante o I Encontro dos Bispos do Nordeste²², na cidade de Campina Grande (PB), a CNBB mostrou o seu protagonismo, numa nova forma de organização eclesial, marcada pela colegialidade episcopal para a discussão das questões relacionadas à fé e ao planejamento da ação pastoral, considerando as especificidades de cada região do país.

A CNBB, através da Pastoral de Conjunto, instituiu objetivos relacionados à autêntica promoção humana; à adesão de fé explícita a Cristo vivo na Igreja; ao crescimento e aprofundamento contínuo da vida teologal; à celebração do Mistério de Cristo na liturgia; à realização mais plena da unidade visível, na comunidade eclesial católica; à autêntica relação ecumênica, entre a Igreja Católica e as demais igrejas e denominações cristãs. Linhas de ação pastoral articuladas em torno de uma proposta que visa a promoção humana, cultivo da unidade na fé com vistas à

²¹ A colegialidade dos bispos atualmente é a grande força da ação conjunta da Igreja Católica. As Conferências Episcopais nacionais, internacionais e universais assumem importância na delimitação de diretrizes para a ação pastoral da Igreja Católica na sociedade. (ALMEIDA, 2003).

²² Durante esse 1º. Encontro dos Bispos do Nordeste, a CNBB contou com amplo apoio do Governo Federal, de forma que o próprio Presidente da República tanto participou das reuniões preparatórias, como discursou durante o evento. A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, foi fruto desse encontro entre o episcopado brasileiro e o Governo Kubitschek. (OLIVEIRA, 1992).

efetivação de uma teologia prática, viva celebração litúrgica e diálogo com outros grupos religiosos.

Para Caliman (2003, p. 422), “a CNBB foi e continua sendo uma instituição fundamental para o crescimento da nova consciência eclesial [...] pelo diálogo crítico com a sociedade [...] e participação de todos na vida e na missão evangelizadora da Igreja Católica”. Preceitos que devem ser relativizados, pois a instituição ainda representa a colegialidade da cúpula episcopal, que centraliza o poder de decisão e determina a homogeneidade das ações na Igreja Católica no Brasil.

A PCr, como pastoral social, “é fruto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil”^{AP4}. Ao fazer essa afirmação o Agente Pastoral reconhece a importância da CNBB no delineamento de políticas de ação para a Igreja Católica no Brasil, sendo responsável pela organização de pastorais sociais e promoção de discussões entre os grupos da Hierarquia. Assis (2003, p. 527), Secretário Geral da CNBB (1995 – 2003), comenta que a “Conferência é, realmente, muito rica na sua diversidade, mas em diversidade que se complementa, que se enriquece mutuamente; é uma Conferência que chega à comunhão, nas discussões e nas tensões”.

A CNBB assume posição central nas decisões da Igreja Católica do Brasil e tornou-se responsável, a partir de 1965, “pelo esforço pós-conciliar de renovação da Igreja Católica e de implementação de uma pastoral comum através das seis linhas de ação do Plano de Pastoral de Conjunto”. (ARNS, 1981, p.137). É o que Barros (1968) denomina de renovação de estruturas internas, que de tempos em tempos a igreja é forçada socialmente a realizar.

O Plano de Pastoral de Conjunto apresentava as decisões tomadas no Concílio Vaticano II através de uma linguagem inteligível ao povo. O documento divulgou as chamadas seis linhas mestras em torno da unidade da Igreja Católica, ação missionária, catequese, ação litúrgica, ecumenismo e presença da Igreja Católica no mundo. As seis linhas referenciais da CNBB para a ação eclesial foram comentadas por Arns (1981): 1) Promoção da unidade, treinamento de pessoas e atualização das estruturas que agregavam padres, religiosos, ministro da Palavra, dos sacramentos e da Caridade Social, movimentos de leigos e administração eclesial; 2) Investimento na evangelização (ação missionária); 3) Execução da catequese em todas as áreas e situações das pessoas (ação catequética); 4) Conduzir o povo a uma participação mais ativa na Eucaristia e demais sacramentos (ação litúrgica); 5) Melhor relacionamento com o protestantismo e outros através da

proposta de ecumenismo (ação ecumênica); 6) Atingir a promoção humana em toda a sua amplitude, pela execução de programas sociais.

A PCr, como pastoral social, está vinculada à sexta linha de ação evangelizadora da CNBB. A linha sociotransformadora busca cumprir a exigência de serviço da Igreja Católica junto às comunidades pobres.

O Setor Pastoral Social da CNBB é responsável pela realização, em nível nacional, de encontros com representantes das coordenações de cada pastoral social específica; por incentivar as diversas instâncias da Igreja Católica para a organização de pastorais sociais; e, promover, em parceria com outras instituições, movimentos sociais como as Semanas Sociais Brasileiras (SSBs)²³ e o Grito dos Excluídos.

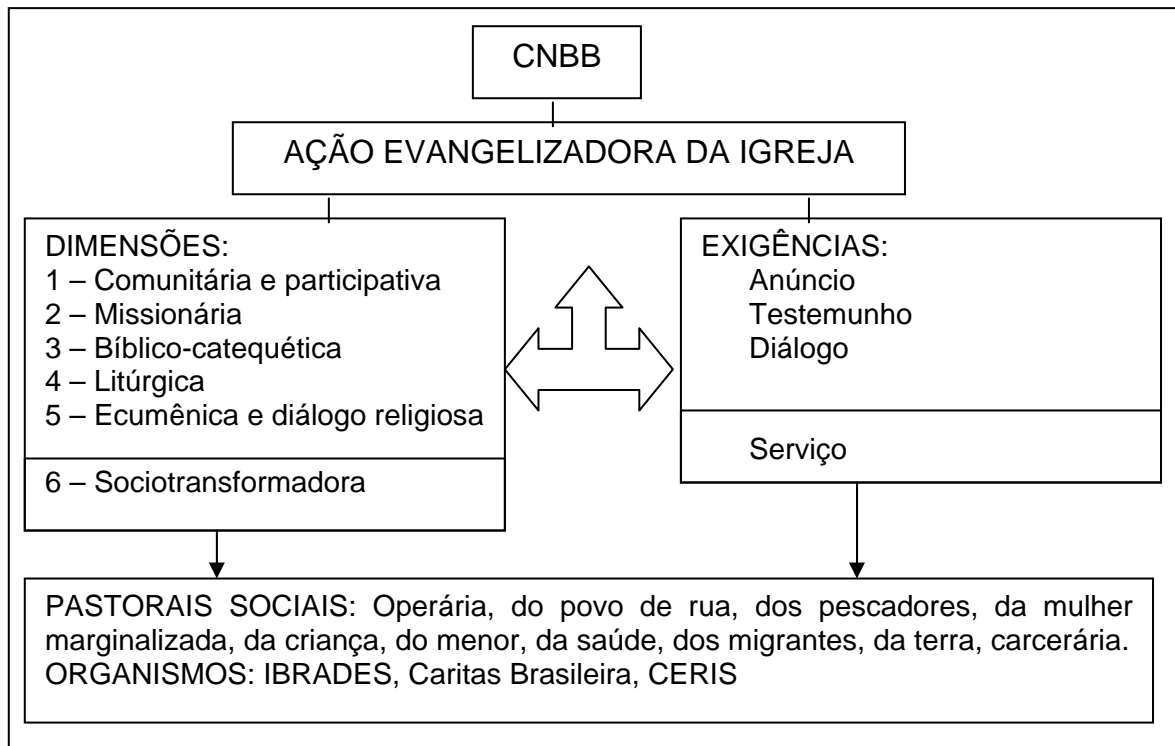
O Setor ainda objetiva: “reforçar a incidência e a eficácia da ação social da Igreja Católica na sociedade; conferir maior visibilidade e influência a essa ação; e unir o conjunto das Pastorais numa integração e articulação permanentes”. (CNBB, 2003, p. 45). Segundo a CNBB, a formação de pastorais sociais aparece como resposta estratégica aos problemas sociais concretos dessas comunidades, na busca da afirmação da opção da Igreja Católica pelos pobres dos pobres.

As Pastorais Sociais são em número de onze, que atuam em áreas sociais diferenciadas, segundo as suas especificidades: da terra, operária, da criança, do menor, da saúde, carcerária, do povo da rua, dos pescadores, dos migrantes, da mulher marginalizada e dos nômades. Cada qual é tratada como instituição voltada para atender a diferentes facetas de exclusão social, presentes no campo, na cidade, no trabalho, na família e em outras instâncias da sociedade, ou seja,

[...] cada Pastoral Social identifica, entre a grande massa de excluídos, um rosto concreto ou um cenário específico e passa a marcar presença em seu meio. Aí realiza suas atividades de evangelização, sensibilização, conscientização e organização social, em vista da promoção integral da pessoa humana. (CNBB, 2003, p. 40).

Podemos melhor compreender essa organização das Pastorais Sociais através do ESQUEMA 6:

²³ Encontros entre agentes e líderes das pastorais sociais para debater em questões existenciais como mundo do trabalho, dívidas sociais e outros.



ESQUEMA 6 – Estrutura da ação evangelizadora da CNBB

Fonte: CNBB, 2003, p. 25.

A PCr está vinculada ao Setor Pastoral Social, este articulado à linha seis, a denominada dimensão sociotransformadora da CNBB, que é referência para toda ação social da Igreja Católica e constitui um espaço de articulação das Pastorais Sociais e dos Organismos promotores de ações no campo sociopolítico.

O nascimento da PCr na década de 1980, dentro dessa lógica de Pastorais Sociais, somente é possível devido à participação mais efetiva dos leigos nas atividades da igreja, o que ocasionou uma forma diferenciada de organização do trabalho eclesial. Atualmente, a programação de uma paróquia ou capela não se restringe às celebrações das missas, casamentos e batizados, mas engloba também uma diversidade de ações das Pastorais Sociais que se articulam à Hierarquia local, promovendo intervenções sociais na comunidade. As pastorais sociais procuram modificar o sentido tradicional de caridade cristã, buscando melhor qualidade de vida para as comunidades carentes, a partir do esforço conjunto dos seus próprios moradores. (HOROCHOVSKI, 2003).

A presença das pastorais atribui uma nova dinâmica ao trabalho, convida a comunidade a participar e a estar envolvida na liturgia e na vida da igreja. Participar

de uma pastoral significa mais freqüência aos eventos litúrgicos e às reuniões de grupo que ocorrem na capela ou paróquia durante a semana.

As pastorais sociais intencionam um maior envolvimento e compromisso dos fiéis tanto na dimensão temporal como na espiritual, o que significa maior presença junto aos setores marginalizados da população; posição de alerta, pela denúncia da existência de submundos; vivência de ação social, pela multiplicação de atividades de conscientização, organização e transformação dessas comunidades; e, tentativa de parcerias através do diálogo com as demais igrejas cristãs e não cristãs (ecumenismo e diálogo inter-religioso).

As pastorais sociais são consequência de um processo histórico de renovação da Igreja Católica. Abriga um legado de conquistas sociais herdado da Ação Católica, do Concílio Vaticano II, das Conferências Latinas e do movimento de CEBs.

A estrutura de pastorais intenciona mudanças na infra e microestrutura das dioceses e trouxe como proposta dinamizar o relacionamento do povo de Deus; estabelecer um novo tipo de intercâmbio entre diocese-Hierarquia e comunidade humana; superar as estruturas rígidas para estruturas mais dinâmicas a serviço das massas pobres. Na concepção de Lima (1979, p. 57) as “diversas pastorais se transformaram em espaços de organização das bases da sociedade brasileira para a reflexão religiosa e política e para o planejamento da ação”. Conjunto de intenções, por vezes, travado por limitações inerentes à própria realidade e às práticas instituídas nas dioceses e paróquias.

Durante o período de 1975 a 1985, são organizadas muitas pastorais novas, com liderança ou apoio da igreja, que defendiam amplamente a luta pelos direitos humanos. Dessa forma,

[...] em lugar de uma velha estrutura hierárquica institucional e com propostas quase exclusivamente religiosas ao interno da Igreja, temos uma estrutura pastoral mais atenta à presença no meio do povo e na sociedade. Ou seja, o episcopado legitima a ação da base e a presença das pastorais na sociedade e, por sua vez, recebe força pelo envolvimento do povo e das pastorais sociais. (INSTITUTO..., 2003, p. 217).

A configuração das pastorais como organismos promotores de ação socioeducacional e religiosa estabelece nova dinâmica de intervenção nas comunidades, tanto nos centros urbanos como no interior dos estados. Para Lima

(1979, p. 56), a organização do sistema de pastoral representou, para a igreja, a instituição de novos espaços de atuação e de diálogo com a classe popular.

Durante os anos 1980, as pastorais de ação se difundiram por todo o Brasil e integraram os programas e projetos sociais que as paróquias, dioceses e arquidioceses desenvolveram junto ao povo. “Inúmeras iniciativas de evangelização no campo social deram origem à multicolor face da igreja no mundo dos pobres. Assim, temos hoje as mais variadas pastorais que buscam a articulação entre fé e política, entre fé e ação social”. (GODOY, 2003, p. 391). Contamos com a pastoral da família, da juventude e as pastorais sociais, que se desmembram nas pastorais da comunicação, do dízimo, da saúde, da criança, do menor abandonado, do povo de rua, dos nômades, dos migrantes, da terra, do operário, dos pescadores, da mulher marginalizada e da carceragem.

São organizadas pastorais firmadas no sentido de ação, cuidado, dedicação a uma causa social. Tipo de pastoral definida por Barros (1968, p. 102) como estrutura que funciona como

[...] um centro vivo capaz de significar e realizar a união do povo de Deus. Os diversos membros desse povo devem nela se encontrar, pessoal ou comunitariamente, cada um da maneira que lhe é peculiar, sua integração, em vista de realizar mais plenamente a unidade visível do corpo místico de Cristo.

Nesse sentido, a pastoral como parte do corpo de Cristo, não pode ser entendida como setor paralelo ou isolado das demais atividades da igreja, mas constituindo um todo orgânico, respeitando as peculiaridades de cada carisma que está a serviço de Deus. Princípio que obriga dissimuladamente cada pastoral social está vinculada à Igreja, estando dependente da aprovação da Hierarquia para sua legitimação e funcionamento nas paróquias e comunidades.

A criação da PCr, no início dos anos 1980, é expressão da consolidação desse projeto de pastorais sociais, que se fundamenta nos princípios da doutrina social (outra maneira de pensar a igreja), na organização de um apostolado leigo (outra maneira de ser igreja), e na preocupação com os excluídos (outra maneira de intervir na comunidade) – maneiras diferentes de fazer-se *eclésia*.

A PCr nasce a partir dessa nova prática da Igreja, inserida na Pastoral de Conjunto, em consonância com as diretrizes de evangelização e ação pastoral,

organizada nos diversos níveis de atuação: paroquial, diocesano, regional e nacional, conforme organograma anteriormente explicitado.

Por meio dessa dimensão explicativa, alguns Agentes Pastorais compreendem que a PCr existe devido à decisão da igreja, pela capacidade que possui de renovação de seus quadros e modos de intervir na sociedade. Para esses Agentes, principalmente os Líderes Comunitários, a PCr foi criação da instituição Igreja Católica.

Os Agentes Pastorais, ao tratarem do natalício da PCr, ainda vincularam o acontecimento a uma decisão política da igreja, junto aos organismos internacionais, e do governo brasileiro. A iniciativa teve intencionalidade, assim declarou um Agente Pastoral: “A PCr foi criada para diminuir o índice de mortalidade infantil que estava muito grande”^{AP6}. Esta outra fala refere-se a uma preocupação da sociedade que foi adotada pela igreja: “uma discussão em Genebra, 1982, que preocupou Dom Evaristo sobre a mortalidade infantil”^{AP4}. Ainda outro Agente revela a efetivação de um convite para a materialização de “uma proposta”^{AP1}.

As falas desses Agentes Pastorais apontam para uma outra dimensão do natalício. Admitem que o nascimento da PCr é fruto da atual política de renovação da ação pastoral da Igreja Católica no Brasil, mas que essa nova lógica de organização e intervenção somente se fortalece através do apoio fornecido pelos organismos internacionais de promoção social, como a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

A idéia de criação da instituição firma-se nas novas políticas de tratamento das questões sociais e no cultivo de parcerias entre o mercado, a sociedade civil e o estado. Política gestada durante os anos 1970 e implementada com grande força durante as décadas de 1980 e 1990 no Brasil.

A PCr nasce como entidade filantrópica²⁴, certificada pelo Conselho nacional de Assistência Social para prestar atendimento a pessoas carentes. Classificada também no grupo das instituições que realizam ações de base comunitária. Atua

²⁴ Filantropia – palavra originária do grego na qual *philos* quer dizer amor e *antropos* significa homem. Apesar de seu sentido humanitário, a filantropia foi se consolidando como um sistema de dominação, assumindo a posição de instrumento para atender interesses individuais ou de determinados grupos. Hoje, “a filantropia pode manter sob tutela os pobres, de modo a confirmar suas necessidades em vez de afirmar o direito de sair dessa situação”. (BEGHIN, 2005, p. 46).

como instituição pública não estatal e depende de contribuições voluntárias de serviço e capital para sobreviver.

Atualmente, mantém parceria com órgãos governamentais e não-governamentais. Desde 1987, o Ministério da Saúde é o principal financiador das ações, com 70% dos custos, e o programa Criança Esperança da Rede Globo de televisão, em parceria com a UNESCO, destina-lhe 27% dos recursos arrecadados.

A PCr identifica os seus parceiros em três grupos distintos:

1) Parceiros técnicos que assessoram na produção de materiais educativos, no controle social, no desenvolvimento de estratégias de combate à desigualdade social, na gestão e na informatização: Unicef, Centro de Pesquisas Epidemiológicas da Universidade Federal de Pelotas, Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), Federação das APAES;

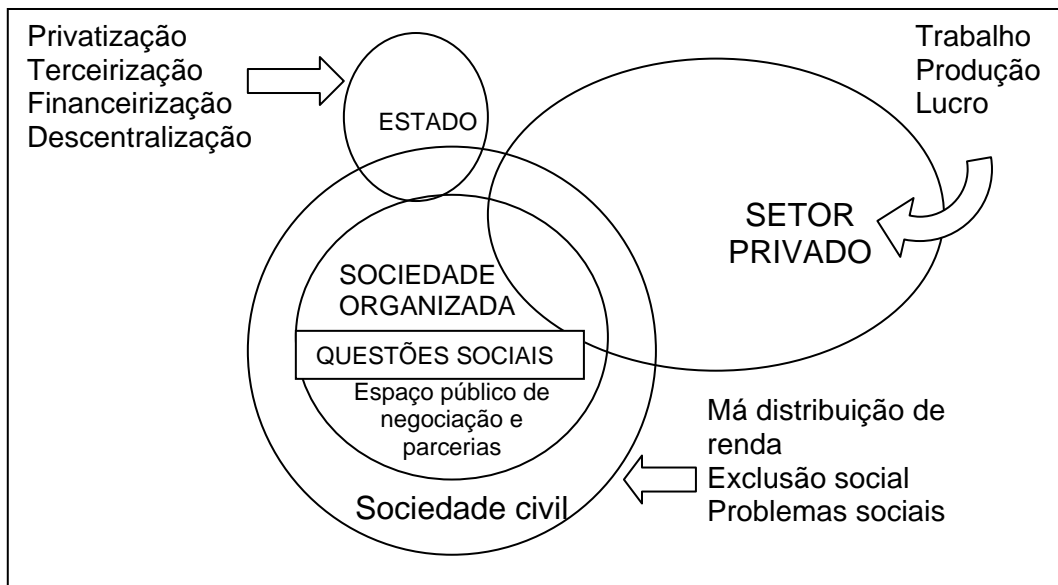
2) Parceiros em projetos e programas que assessoram e colaboram financeiramente projetos e programas específicos, com objetivos de abrangência previamente definidos: Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Criança Esperança, Rede Globo, UNESCO, SEBRAE, Nestlé;

3) Parceiros institucionais que colaboram financeiramente, permitindo a criação e teste de novas metodologias e avaliação ou aperfeiçoamento de programas já existentes, atendendo também às necessidades emergenciais ou estruturais (GOL – Linhas Aéreas Inteligentes, HSBC Bank Brasil S/A, Novartis).

A PCr foi também criada como uma Organização Sem Fins Lucrativos (OSFL), uma associação voluntário-religiosa, que integra o conjunto de instituições sociais as quais fortalecem o terceiro setor através de um discurso sobre cidadania, solidariedade, justiça e paz.

O terceiro setor diz respeito à organização de parte da sociedade civil que diz trabalhar pelo bem comum, através de ações sociais nos bolsões de pobreza, em oposição ao estado (primeiro setor), tido como ineficiente, e ao mercado (segundo setor), criticado porque explora em função da acumulação do lucro. Composto por organizações voltadas ao atendimento de demandas sociais as quais atuam a partir de lógicas fornecidas pelo mercado, oferecendo serviços tradicionalmente prestados pelo estado. (HOROCHOVSKI, 2003).

Podemos melhor representar esse emergente segmento da sociedade através do ESQUEMA 7 a seguir:



ESQUEMA 7 – O terceiro setor como fenômeno social do estado neoliberal

O surgimento de um Terceiro Setor não governamental e declarado como não lucrativo, redimensiona o estado e o mercado, vinculando a sociedade civil às responsabilidades sociais.

É no interior do processo de reestruturação do capital que ocorre um progressivo distanciamento do estado das suas responsabilidades com as questões sociais e se configura o que Montaño (2003) denomina de movimento de refilantropização do social nas instituições que assistem comunidades carentes. Estabelece-se uma nova forma de enfrentamento das questões sociais, pela troca do conceito de justiça pelo de caridade voluntária e altruísta. Fala-se do cultivo de uma co-responsabilidade social, em que as comunidades são capazes de se tornarem agentes da própria transformação.

Atribui-se, então, um novo sentido para o trabalho filantrópico, que procura romper com o caráter funcional do assistencialismo tradicional (prática de doações de bens materiais, paternalismo), mas que dissimuladamente ainda preserva seus efeitos: harmonização e aparente superação dos problemas sociais, investindo nas potencialidades inatas das comunidades acompanhadas/atendidas, criando uma cultura de auto-ajuda e ajuda mútua, crendo que a “própria sociedade que deve encontrar suas soluções”. (BEGHIN, 2005. p. 54).

Refiro-me ao social-assistencialismo, cuja intenção é articular redes de interdependência entre o povo e os seus superiores preocupados com o mal-estar

social. A partir desse novo conceito de filantropia, a pobreza é concebida como um fenômeno natural, inevitável, cujos efeitos podem ser aliviados por uma ação social tutelar de natureza ética, solidária, pontual, mas constante.

O recente ativismo social (BEGHIN, 2005) ancora-se nos princípios da participação, da solidariedade e acredita no exercício da cidadania, não limitado ao âmbito do estado, ou seja, à idéia de que os serviços públicos não são exclusividade do governo, mas também de ações de instituições e indivíduos que se dediquem ao bem-estar da coletividade.

Trata-se de uma nova contratualidade, fundada no discurso de ser solidário, ter atitude voluntária, responsabilizando-se moral e individualmente pelas questões sociais, que contraditoriamente, respalda a ausência do estado como provedor de políticas sociais.

A PCr se inclui nesse processo de redimensionamento das práticas de assistência às comunidades carentes e implementa o que denomina de uma rede de solidariedade, por meio da disposição do trabalho gratuito, atuando nos campos da educação e saúde. Esse pensamento está presente em grande parte dos documentos que publica: “o acompanhamento das famílias e crianças em cada comunidade é um exemplo do que a sociedade organizada é capaz de fazer na busca de soluções para os problemas sociais”. (RESULTADOS..., p. 13, 2005).

A (re)conhecida ação social da instituição “se encaixa perfeitamente no projeto de desmonte da atividade social estatal, de reformulação das responsabilidades sociais no trato da questão social”. (MONTAÑO, 2003, p. 17). Integra, assim, um debate ideológico, produzido para favorecer o processo de reestruturação do capital, iniciado nos anos 1970 e consolidado durante os anos 1990. Realidade essa determinante para a criação de entidades filantrópo-religiosas como a PCr.

É notável a expansão desse novo ativismo social e também os inúmeros questionamentos a respeito dessa ação: até que ponto as instituições socialmente responsáveis atuam no fortalecimento da cidadania e da justiça social? Beghin (2005) comenta que prioritariamente ocorre um grande investimento num *marketing* social para a promoção dessas instituições.

Será que há intenção real de diminuir a pobreza? Parece que o esforço está em ensinar a melhor forma de convivência, no sentido de aprender a “ ‘geri-la’²⁵ por meio de uma operação de silêncio, de roubo da fala que se sintetiza na busca da ‘harmonia social’ ou da ‘paz social’ ”. (BEGHIN, 2005, p. 15). Silenciar para ocultar as causas que produzem a exclusão social; motivar um tipo de solidariedade que possibilita a integração da pobreza e nunca sua erradicação; gerir a pobreza, porque a mesma se constitui um entrave à acumulação de capital; uma ameaça ao denunciar as desigualdades sociais; um incômodo ao promover a violência, a insegurança e os conflitos sociais. Trata-se de uma manobra para regular a pobreza frente às desagradáveis conseqüências da miséria. As questões sociais são contornadas, forçando a população pobre a contentar-se com o mínimo para sobreviver. Nesses termos, a miséria “é aceitável e até mesmo exigida”. (BEGHIN, 2005, p. 15). A ideologia que ampara esse tipo de intervenção social, beneficia o mercado no fortalecimento dos mecanismos de concentração de renda.

Foi durante as três últimas décadas do século XX que o Estado tendeu a apostar na descentralização de suas ações e transferência de responsabilidades das políticas sociais para o setor privado lucrativo e filantrópico, objetivando superar a crise e ampliar os lucros. Trata-se do fenômeno da publicização, o qual consiste na transferência de questões de ação social pública e estatal para instituições privadas ou solidário-voluntárias, consideradas entidades públicas não-estatais. A publicização é uma denominação ideológica utilizada pelo então Ministro da Reforma do Estado no governo FHC, Sr. Bresser Pereira, para justificar o processo de descentralização do estado e um conseqüente diálogo ou parceria com a sociedade civil. (MONTAÑO, 2003).

A decisão de tornar público o privado e privatizar o estatal fundamentou-se em movimento socioeconômico, que buscou esvaziar o Estado de Bem-Estar Social, exigindo outro modo de gestão pública e uma efetiva participação da sociedade no controle social. O receio da proposta do público não-estatal sempre esteve no perigo da omissão do estado em garantir os direitos sociais.

O cerne da questão foi a defesa de estado mínimo, alegando-se forte burocratização, prestação de serviço de má qualidade; máquina administrativa lenta

²⁵ Gerir significa agir para “amenizar as seqüelas e as conseqüências” de um fenômeno. “[...] a sociedade brasileira é atravessada por um ‘pacto conservador’ que vem historicamente buscando as formas de regular a pobreza e não de combater-la”. (BEGHIN, 2005, p. 22 e 42).

e dispendiosa, distante da sociedade desinformada sobre o destino dos recursos públicos.

O ponto de acirramento dessas discussões ocorreu no denominado Consenso de Washington, em 1989. Um encontro entre organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BIRD), que colocou em pauta mudanças necessárias para a América Latina nas áreas de: “disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberação comercial, investimento estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual”. (MONTAÑO, 2003, p. 29).

A década de 1980, considerada anos de transição, funcionou como palco para uma política de redimensionamento do capital, pelo maior incentivo ao mercado internacional; e da ação do Estado na sociedade, pela elaboração de programas de reformas institucionais, que apontavam para efetivas privatizações de estatais, política monetária restritiva, corte de gastos públicos, distanciamento do governo dos programas de ação social e credibilidade na política de parcerias com o setor privado e filantrópico no trato das questões sociais.

Até o século XX, o trato com as questões sociais era de responsabilidade exclusiva do estado, fenômeno que ficou conhecido como Estado de Bem-Estar Social (Welfare State). Atualmente, esse exercício está aliado ao desenvolvimento de um sistema de solidariedade universal compulsória, o que significa uma alteração no trato das questões sociais, pela instituição de um setor privado, público, não-estatal, promotor de políticas sociais. Acredita-se que:

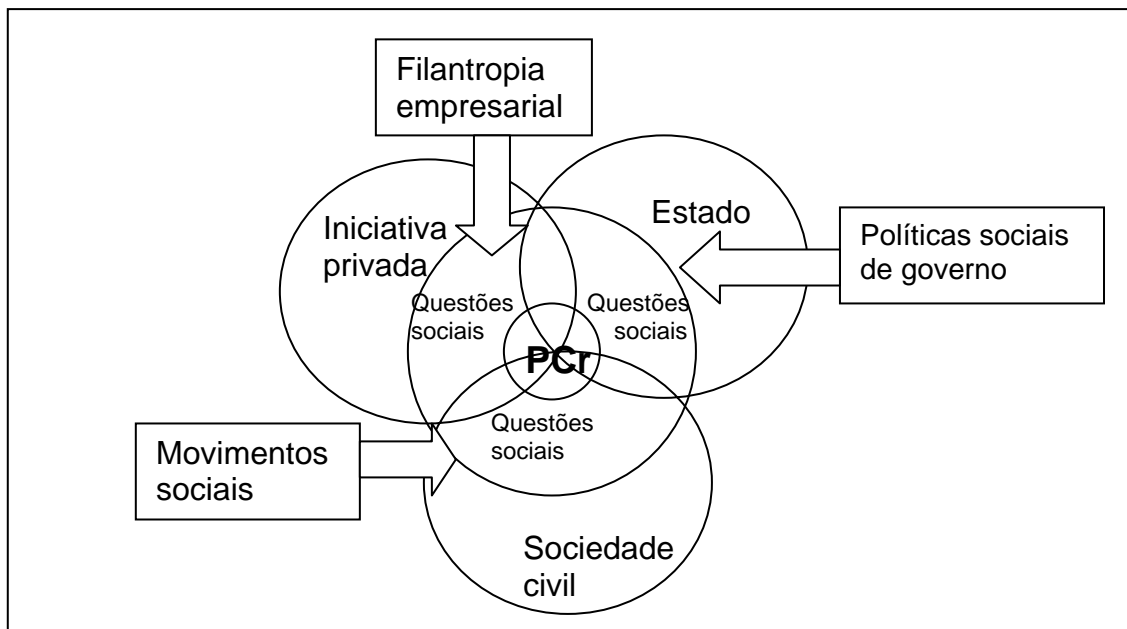
[...] a solução dos problemas não está reduzida à questão econômica, mas também se relaciona fortemente à recuperação do tecido social. [...] Neste mundo globalizado da economia, é urgente valorizar as relações humanas e sociais, a criação de uma nova ética de convivência humana, em que a solidariedade e a co-responsabilidade social cuidem prioritariamente das crianças em seu contexto familiar e comunitário. (NEUMANN, 2003, p.131).

Através da dimensão político-econômica, os Agentes Pastorais, a maioria que atua na coordenação, entende que o nascimento da PCr está relacionado à criação e ao fortalecimento de um terceiro setor destinado ao trato das questões sociais nos bolsões de pobreza.

A criação da instituição se deu durante uma reunião internacional em que organismos supranacionais, juntamente com representantes da Igreja Católica,

tomaram a iniciativa. A PCr nasce firmada no processo de refilantropização das instituições de caridade e de publicização do estado. Desde 1987, mantém parceria com o Ministério da Saúde, que tornou-se o principal mantenedor, responsabilizando-se por 70% de seus custos financeiros, equivalente a um montante de 20 milhões de reais por ano. (BATALHA, 2003).

A essa nova forma de fazer filantropia incluem-se as freqüentes articulações por parcerias com instituições privadas, que são firmadas pela eficiente atuação dos organismos internacionais, as quais trabalham na elaboração de ideologias, pactos e projetos de intervenção social. A lógica é expressa no ESQUEMA 8 a seguir:



ESQUEMA 8 – Pastoral da Criança no terceiro setor

Ser uma instituição religiosa, porém de natureza subsidiária, aberta à efetivação de parcerias com empresas privadas e estatais foi e tem sido causa de inúmeros debates entre conservadores e progressistas eclesiais. De forma que tratar do nascimento da PCr é rememorar os conflitos sempre presentes na vida da igreja, causados pela posição assimétrica de grupos que possuem diferentes interesses e valores. Um grupo mais conservador que alimenta o medo às mudanças, trabalhando mais na defensiva; um outro grupo que, desde 1945, se abre às questões sociais da sociedade, ampliando os debates e reivindicando transformações. (INSTITUTO..., 2003).

Godoy (2003) prefere utilizar três categorias para classificar, dentro da Igreja Católica, os grupos divergentes: a um, chama de renovadores (progressistas com conotação ideológica); outros são moderados formando o grande centro; e, finalmente, o setor conservador. Por outro lado Wanderley (2003, p. 461) nos adverte que devemos ter muito cuidado ao classificar algum grupo ou alguém como conservador, progressista, moderado. A “adequação não pode ser entendida ao pé da letra. [...] muitas vezes no cotidiano há uma mistura e não é raro alguém assumir posturas conservadoras em assuntos religiosos e progressistas em assuntos seculares, ou vice-versa”.

É nessa dinâmica contraditória que se entrelaçam linhas renovadoras e linhas mais tradicionais de eclesiologia. O cuidado está em respeitar as divergências, evitando o enfraquecimento da fraternidade ou a quebra da unidade. Acredita-se que o pluralismo no episcopado deve contribuir para o fortalecimento da igreja. “Aqui está em jogo a questão da unidade na diversidade. [...] Nesse contexto, a CNBB torna-se caixa de ressonância de debates calorosos”. (CALIMAN, 2003, p. 416).

Dra. Zilda Arns, médica pediatra e sanitarista, fundadora da instituição, em entrevista (2004), declara que a década de 1980 foi marcada por muitos conflitos sociais no mundo, no Brasil, e também na igreja. Apesar dos novos sopros de renovação, as tensões e as divergências entre os bispos e religiosos eram constantes.

Nessa época, as questões giravam em torno da disseminação das Comunidades Eclesiais de Base e da divulgação da Teologia da Libertação²⁶ no Brasil por grupos progressista católicos, cujo expoente maior era o franciscano Leonardo Boff. Ocorriam dois movimentos opostos, de forma que existia “uma ala que incentivava a participação da Igreja na construção da sociedade democrática e outra que crescentemente se fechava nos assuntos internos”. (GODOY, 2003, p. 394).

Uma Igreja que sendo corpo místico de Cristo passava pelo calvário das diferentes concepções de ser e fazer Igreja: “época muito incerta, de muitas

²⁶ Teologia comprometida com os expropriados da América Latina e que defendia o nascimento de uma igreja como Povo de Deus. Além de Leonardo Boff, no Brasil, contou-se com a participação do peruano Gustavo Gutierrez e Juan Luiz Segundo, do Uruguai, como principais formuladores dos pressupostos teológico-filosóficos da teologia da libertação. Sobre a proposta de eclesiogênese consultar BOFF, Leonardo. Igreja: carisma e poder. São Paulo: Àtica, 1994.

dificuldades. Uma parte da igreja não entendia”^{AP1}. A fala desse Agente Pastoral remete-nos a ocorrência de discussões entre as alas conservadora e progressista da Hierarquia da Igreja Católica em torno da criação da PCr. Não havia um consenso. “Uma parte”^{AP1} resistia, mas por quê? “Existia o temor, de alguns grupos dentro da CNBB, de se cair em um mero assistencialismo”. (HOROCHOVSKI, 2003, p. 35). Ou mesmo, de estarem criando uma instituição que estivesse substituindo as políticas sociais do Estado, sob influência da ideologia do terceiro setor.

Outro conflito era gerado pela dificuldade em entender a finalidade da nova pastoral, diante da existência da Pastoral do Menor, que desde 1977, em São Paulo, atendia às crianças pobres em situação de risco.

Quando questionei Dra. Zilda Arns a esse respeito, fez questão em distinguir a natureza e o tipo de atuação das duas pastorais sociais. Procurou esclarecer que a Pastoral do Menor trabalha com a criança desamparada ou em situação de rua, visando a reintegração social por meio da escola e da aprendizagem profissional; enquanto que a Pastoral da Criança traz o desenvolvimento da proposta de educação em saúde, no combate à desnutrição e à mortalidade infantil, pelo acompanhamento de crianças desde a gestação aos seis anos de idade, no âmbito familiar e comunitário. Nesse sentido, afirma que o trabalho da PCr é de natureza preventiva, pela educação em saúde, o que difere da proposta de reintegração social da Pastoral do Menor.

No princípio, “havia uma certa confusão, uma certa dúvida, que aos poucos, ao longo dos anos foi clareando”^{AP1}. Esse Agente Pastoral admite que diante da criação de mais uma pastoral, foram inevitáveis os sentimentos de insegurança e de conflito. Somente o passar do tempo revelou que as duas pastorais sociais possuem objetivos distintos, cada qual com uma maneira específica de atuação ao se estruturarem em nível paroquial, diocesano, regional e nacional.

Em torno das questões de possuir caráter assistencialista ou não e do perigo de substituir uma outra pastoral social, respectivamente, estava em jogo a conquista pela legitimidade e pelo reconhecimento. Até que a PCr fosse reconhecida, o trabalho sofreu muitas críticas e resistência por grupos da própria igreja. Dra. Zilda Arns Neumann (2003b, p. 77 e 79) conta que:

[...] decidimos começar a expandir a Pastoral em dioceses nas quais os bispos eram nossos amigos e onde havia pessoas favoráveis ao trabalho. [...] eu passava por momentos de muitas críticas e mesmo de agressões verbais, às quais respondia com silêncio.

O nascimento da PCr foi marcado por conflitos, incertezas e por isso, na época, sentido como um desafio, um projeto carente de apoio de grupos representativos da Hierarquia da igreja e de segmentos da sociedade.

Por meio da dimensão político-econômica, compreende-se que a PCr existe devido à decisão da Igreja Católica, atendendo a um projeto particular de renovação do agir pastoral ou dos organismos internacionais, em sintonia com o projeto de redimensionamento do estado e fortalecimento do terceiro setor no trato das questões sociais.

Sob uma dimensão ou outra, o natalício da PCr termina sendo explicado de forma pragmática: “É ação, sinal da igreja na comunidade”^{AP3}. Apresentado assim, como um programa socioeducativo-religioso que procura garantir o bem-estar da mãe e da criança através da adoção de medidas de atenção básica à saúde: cuidado da gestante, encaminhando-a para a vivência de um bom pré-natal²⁷ e parto; cuidado dispensado ao recém-nascido pela vacinação, aleitamento e higienização.

A finalidade primordial da PCr está em educar as famílias pobres sobre como cuidar dos filhos, mesmo diante de condições extremas de miséria. A PCr é necessidade socioeducativa que “moveu o coração de Dom Evaristo e tomou expressão por meio da Dra. Zilda, no Brasil todo”^{AP2}. Nasce como “um desafio que a Igreja fez para a Dra. Zilda Arns”^{AP1}. As falas desses Agentes Pastorais apresentam a criação da PCr como uma proposta ousada dos segmentos da Hierarquia da igreja (representada por Dom Evaristo), mas que somente se concretizou porque foi levada a efeito pela atuação do leigo (representado pela Dra. Zilda) nas comunidades. No âmbito das três dimensões explicitadas, evidencia-se a importância do apostolado leigo na execução dos projetos sociais da Igreja Católica, em particular das Pastorais Sociais.

²⁷ Foi observado que a ausência de cuidados pré-natais pode influir em riscos como partos prematuros, nascimento de bebês com baixo peso e doentes ou mesmo ocorrência de mortalidade materna e infantil. A efetivação do pré-natal influi no bem-estar da gestante e assegura a sobrevivência do recém-nascido.

Várias Pastorais Sociais foram incentivadas pela atuação dos leigos nas Campanhas da Fraternidade. Nesse sentido, um dos Agentes Pastorais fez referência à Campanha da Fraternidade (CF) de 1984, como evento mobilizador do natalício da PCr: “Nasce de um contexto da Campanha da Fraternidade, que tinha como lema: ‘para que todos tenham vida’”^{AP2}. A CNBB promoveu a Campanha da Fraternidade daquele ano sob o tema “Fraternidade e Vida: para que todos tenham vida e vida em abundância”, com o objetivo de sensibilizar a igreja e a população para a questão social da mortalidade materno-infantil nas comunidades pobres. A Hierarquia havia aprovado o nascimento da PCr e por isso lançava a campanha como estratégia para confirmação na sociedade. Soares (2003, p. 490) concorda que:

A campanha da Fraternidade, nascida no início da década de 1960, veio para cumprir esta missão. Para tanto, utilizou a estratégia de promover a articulação de meios profissionais de comunicação católicos em torno de idéias fortes, na busca de formar e mobilizar a opinião pública. A partir do momento em que esta campanha sintonizou-se com as carências da população e passou a dar respostas evangélicas às súplicas dos marginalizados, a Igreja passou a merecer espaços nos meios de informação seculares, convertendo-se, ao lado de outras instituições de respeito, em uma referência nacional. Por outro lado, a Campanha da Fraternidade chegou a ser, em algumas de suas edições, uma grande experiência multimídia.

A Igreja Católica admite o poder mobilizador das Campanhas da Fraternidade que tentam despertar e nutrir o espírito comunitário no meio do povo; educar para a vida fraterna pela justiça e pelo amor; e renovar a consciência sobre a prática evangelizadora da igreja na promoção humana. (SCHERER; TOFFOLI, 2004). A atividade foi realizada pioneiramente pela diocese de Natal (RN), na quaresma de 1962, e dois anos depois foi ampliada como projeto em nível nacional pela CNBB, sob o impulso renovador do Concílio Vaticano II.

Anualmente, cada campanha elege um tema, a partir de necessidades específicas da igreja e da sociedade. Durante esses quarenta anos, a Campanha da Fraternidade, passou por três fases: na primeira fase, tratou de temas relacionados com a renovação da Igreja (1964 e 1965) e do cristão (1966 a 1972); na segunda fase, abordou temas que revelavam a preocupação com a realidade social do povo mediante a denúncia do pecado social e a promoção da justiça (1973 a 1984); na terceira fase, volta-se para temas de reflexão e conversão que debatem situações existenciais da sociedade brasileira (1985 até o presente). São “relevantes as

Campanhas da Fraternidade que, em certo momento, mudam o foco de dentro da igreja para a relação da igreja com a sociedade, para as questões sociais, humanas que tocam a sociedade”. (INSTITUTO..., 2003, p. 218).

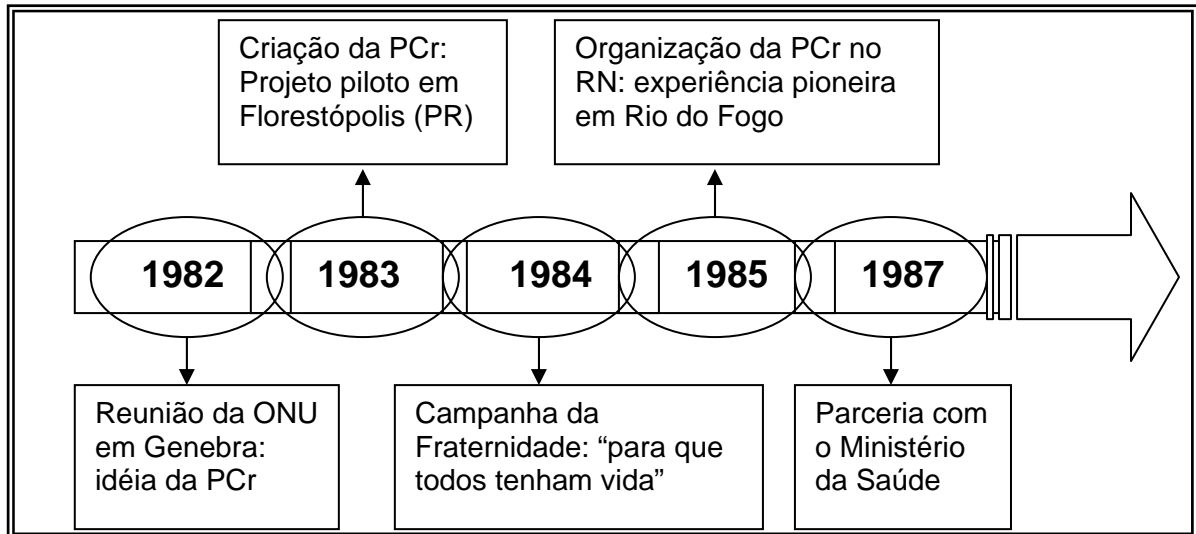
Atualmente, a Campanha da Fraternidade consiste num programa global de evangelismo e ação comunitária dos Organismos Nacionais da CNBB, que requer exercício de planejamento participativo e pastoral da própria igreja, tornando-se um importante instrumento de evangelização para divulgar a fé pelo debate de questões sociais.

A Campanha da Fraternidade tem por proposta colocar em evidência, na sociedade, o tema anual e, através dos meios de comunicação, convoca o conjunto de pastoraes e os fiéis para refletirem sobre os problemas que afligem algum segmento dos excluídos. Por meio da Campanha da Fraternidade a Igreja Católica influi na sociedade como organismo, como sociedade religiosa que se mostra preocupada com os problemas sociais.

Ao longo desses anos, as campanhas estiveram diretamente ligadas ao fortalecimento da estrutura eclesial de pastoral orgânica, visto que funcionam como mobilizadoras da organização de algumas pastoraes, ou como canal de divulgação e legitimação de pastoraes recém criadas.

A PCr da criança nasceu no ano de 1983, em Londrina, Paraná, mas somente é conhecida e se fortalece nacionalmente através da Campanha da Fraternidade de 1984, quando a igreja enfocou o problema da desnutrição e da mortalidade infantil e materna. O lema da campanha expressava o desejo: “para que todos tenham vida”, que depois se tornou o lema da PCr.

A Campanha da Fraternidade de 1984 foi muito importante no natalício da PCr, porque realizou o anúncio do nascimento da nova Pastoral Social nas paróquias, dioceses e diversos segmentos da sociedade. A legitimidade era algo necessário a ser conquistado. Naquela época, como nova pastoral social estava dando os primeiros passos e vislumbrava um longo caminho a percorrer, conforme mostra o ESQUEMA 9:



ESQUEMA 9 – Aspectos do Natalício da Pastoral da Criança

A PCr nasce como uma instituição de natureza provisória, mas vem se perpetuando no Brasil como política social. Foi fruto de um pacto entre a Igreja Católica, o estado neoliberal e a sociedade civil. Um projeto social intencional atravessado por múltiplos sentidos: para a igreja foi missão divina; para os organismos internacionais, constituiu-se parceria oportuna; para a sociedade, apresentou-se como uma ação de emergência, de socorro às crianças pobres.

Portanto, os Agentes Pastorais, ao falarem sobre o natalício da PCr, apresentaram um discurso multifacetado, pelo qual atribuíram vários sentidos à instituição, explicando sua criação como uma vontade divina, da igreja, do estado e da sociedade. Assim, os Agentes, às vezes, enxergaram a PCr como organismo de ação social da CNBB, em outras situações, como obra de um líder carismático ligado à Igreja Católica, ou mesmo, instituição do terceiro setor, que funciona estimulando as políticas de ação solidária através do trabalho voluntário.

Mesmo fazendo relações com aspectos da política e da economia, os discursos dos Agentes Pastorais são fortemente influenciados pela mística e pelos valores advindos da Doutrina Social da Igreja. Há um discurso que revela os sentimentos de confiança, reverência e parceria com a Igreja Católica através da ação desenvolvida na PCr. Comumente esse discurso propiciou um tipo de fusão entre a pessoa do Agente Pastoral e a instituição igreja ou PCr, de forma que os anseios do primeiro se confundiram com o da segunda ou vice-versa.

Há um discurso de preocupação com a diminuição dos índices de mortalidade materno-infantil, com iniciativas de intervenção, na pessoa do indivíduo,

seja a criança ou a gestante, refletindo uma política de ação social localizada e individualizada, distantes da promoção de políticas de intervenção ampliadas que procuram lutar por melhores condições de vida para a família e a comunidade pobre.

ELO SINÓTICO

Durante esse segundo capítulo, procurei compreender, por meio dos discursos dos Agentes Pastorais, os sentidos que atribuíram ao natalício da PCr. Notei que os Agentes buscaram explicar a criação da instituição por meio de três dimensões de significação distintas, por vezes, dando ênfase a uma delas.

Atribuiu-se o sentido socioeconômico ao natalício da PCr, explicando-o como resposta ao aumento da pobreza, reflexo das desigualdades sociais ou ainda como mecanismo para apenas diminuir a mortalidade materno-infantil. Dos discursos, fluem os sentidos que a instituição nasceu como profeta para denunciar as causas da morbidade, ou como missionária para intervir emergencialmente nas comunidades.

Em outros momentos, foi explicado o natalício da PCr, atribuindo-lhe o sentido místico-carismático. Discursos que destacaram a criação da instituição como consequência de um líder carismático sob revelação divina. Notei esse tipo de discurso predominante nas falas dos Agentes Pastorais pela influência espiritual advinda da igreja, tornando a ação socioeducativa da PCr também religiosa.

Ainda, os Agentes Pastorais explicaram o natalício pela dimensão político-econômica, dando destaque à criação da PCr como sendo vontade da Igreja Católica em parceria com as políticas de redimensionamento do estado, no enfrentamento das questões sociais, estando em consonância com o regime neoliberal.

Busquei refletir sobre os sentidos atribuídos ao natalício da PCr, porque é desse ponto que os Agentes Pastorais constroem uma noção do que venha ser a instituição para cada um deles. Trata-se de uma instituição vinculada ao terceiro setor? Apresenta-se como essencialmente religiosa? Definições que influenciam diretamente na forma como são organizadas as ações na comunidade.

Buscando conhecer as diversas formas de fazer PCr, interrogamos os Agentes Pastorais sobre os sentidos atribuídos às modalidades de ação para interagir com os familiares das crianças acompanhadas. As reflexões estão dispostas no terceiro capítulo que trata sobre os caminhos ou as maneiras de fazer PCr nas comunidades pobres.

3 CAMINHOS: MANEIRAS DE FAZER PCr NAS COMUNIDADES POBRES

A ação socioeducativa da PCr se materializa por modos de fazer educação em saúde, vivenciados junto às comunidades pobres. Conhecer essas modalidades de ação estratégica, firmadas no acompanhamento da criança na família, é pressuposto para compreendermos como os Agentes Pastorais cultivam os sentimentos de infância e sobrevivência nos bolsões de pobreza.

Organizei este capítulo em três itens que discorrem sobre o modelo de ação adotado pela PCr. No primeiro, os Agentes Pastorais falam sobre as inspirações que respaldaram a construção do modelo de ação; no segundo, apresentam o tripé da ação (visitação, dia do peso, reunião de reflexão) como essência do modelo de intervenção na comunidade; e no terceiro, mostram as ferramentas utilizadas na ação, como recursos que permitem a veiculação de informações e a efetivação do controle, através da mensuração e do registro.

3.1 INSPIRAÇÕES

Em entrevista realizada por mim na Coordenação Nacional, Dra. Zilda Arns, quando questionada sobre a presença de um método na PCr, declarou que a ação foi inspirada no Evangelho de São João, no capítulo seis que fala do milagre da multiplicação dos pães e dos peixes. A coordenadora nacional realizando uma metáfora, explica que:

A Pastoral da Criança trabalha com o que a comunidade tem. Os apóstolos, líderes comunitários formam as lideranças, os abençoa e vão multiplicando o saber, multiplicando a solidariedade entre os famílias vizinhas. E a cada mês se passa o cesto, sistema de informação, para ver se todos estão satisfeitos, ou seja, a quantas anda a criança na comunidade. [...]. (NEUMANN, 2004).

Ao falar dessa forma, a coordenadora preferiu espiritualizar as maneiras de fazer PCr, buscando razão numa inspiração bíblica. A lógica da multiplicação está relacionada ao crescimento, a disseminação da ação social da PCr entre os leigos e as famílias de uma comunidade. Diz respeito à multiplicação do saber cuidar da criança pobre. Acontece como “a partilha do pouco que se tem. É colocado em

comum o conhecimento”^{AP1}. O sentido de comuna resgatado do Evangelho de Jesus Cristo, que intenciona olhar “para a realidade da comunidade e partilhar os problemas”^{AP4}.

Dessa maneira, o agir é explicado por alguns Agentes Pastorais através da mística, quando buscam respaldo num milagre de Jesus Cristo que pode ser estendido até as comunidades pobres através da ação social da PCr. Tem-se, então, uma ação firmada na espiritualidade.

Para os Agentes Pastorais, a ação da PCr tem também inspiração “numa antiga metodologia de trabalho da Ação Católica”^{AP1}. O Agente Pastoral referiu-se ao método ver-julgar-agir, “método facilitador do amadurecimento de uma consciência crítica cristã e da prática da doutrina social da igreja”. (BERALDO, 2003, p. 1). Cada etapa traduzida como: ver, que consiste em analisar a situação de modo dinâmico; julgar, que é avaliar, à luz dos princípios cristãos, a situação; e agir, que traduz a ação pastoral transformadora, concretizada pela prática cristã na sociedade.

Esse modelo de ação pastoral foi fundado na Bélgica em 1924, pelo Padre Joseph Cardijn, quando coordenava um grupo de jovens operários na periferia de Bruxelas, que no movimento de Ação Católica ficou conhecido como Juventude Operária Católica (JOC). O Método ficou famoso por ter seu ponto de apoio no binómio ação-reflexão e não é uma exclusividade da PCr, como declara esse Agente Pastoral de coordenação: “o método já existia, apenas está aperfeiçoado [...]. Desde que a Igreja atua no social que ela trabalha com esse método”^{AP2}.

Dentro do projeto da Ação Católica, consagrado pelo Papa Pio XI, em 1931, com a Encíclica *Quadragesimo Anno*, o método ver-julgar-agir foi determinante no processo de renovação da ação da Igreja Católica durante o início do século XX. Por meio dele veio à tona um novo jeito de ser e fazer igreja, firmado na pastoral popular, uma maneira cristã de compreender a realidade.

No Brasil, a aplicação sistemática do método ver-julgar-agir ocorre a partir dos anos 1940, através da Ação Católica, levando vastos segmentos da comunidade eclesial a uma presença mais efetiva junto às populações mais desfavorecidas.

Até hoje o método ainda determina a ação pastoral dos leigos dentro das pastorais sociais, de forma que o teólogo Barros (2003, p. 58) admite que o “ver-julgar-agir não é apenas uma questão de método, e sim uma opção teológica. Além disso, ver-julgar-agir e planejamento não são duas coisas distintas: são uma única e mesma coisa”.

A PCr conheceu o método, fez uma releitura, e o adequou a uma atuação própria nas comunidades pobres. A criatividade está na nova maneira de vivenciar o método e nos instrumentos utilizados. Especificamente, o ver-julgar-agir orienta a forma de agir dos líderes durante as Reuniões para Avaliação e Reflexão, terceiro momento da ação social da PCr, e é ampliado com a presença de duas outras ações: avaliar e celebrar.

O método ver-julgar-agir oportuniza a prática da reflexão na ação da PCr. Ajuda no processo de planejamento e avaliação das intervenções, realizadas junto às famílias acompanhadas.

Alguns Agentes Pastorais buscam a inspiração do método na pessoa carismática da líder nacional, afirmando que: “é uma metodologia criada, testada pela Dra. Zilda.”^{AP3} Outros, vinculam a criação do método à elaboração de manuais: “Dra. Zilda com outros especialistas formaram uma cartilha que vem se aperfeiçoando”^{AP7}.

Na concepção de outro Agente Pastoral, ocorreu que, ao longo desses vinte anos, a PCr vem “aperfeiçoando a metodologia.”^{AP2}, ou seja, sua forma de intervenção vem sendo moldada para/nas comunidades. O projeto piloto coordenado pela Dra. Zilda Arns não apresentou um método pronto, foi sendo refletido e construído, enquanto era vivenciado na cidade de Florestópolis (Londrina-PR). A primeira turma de líderes recebeu capacitação, com base nos pressupostos da pediatria, em princípios médico-sanitários e no serviço social. Um misto de saberes provenientes da biomédica e das ciências sociais, sistematizados em apostilas,²⁸ que foi embrião para uma prática interdisciplinar de sucesso.

Seja por meio de uma inspiração ou outra, é comum nos discursos que fazem referência ao esforço de aperfeiçoamento das maneiras de fazer PCr, ou seja, uma ação ressignificada pelos Líderes Pastorais em cada comunidade que abriga a PCr. A ação social recebeu várias contribuições: teve influência dos princípios do ver-julgar-agir da Ação Católica e a do modelo de intervenção da experiência piloto ocorrido na cidade de Florestópolis (Londrina-PR), em 1983, que tem ao longo dessas duas décadas sofrido adaptações quanto ao material didático, desenvolvimento das capacitações e da maneira de intervenção na família.

²⁸ A primeira publicação da PCr abordava cinco ações básicas de saúde: pré-natal, aleitamento materno, vigilância nutricional, soro caseiro e vacinação. Havia preocupação em informar através de textos, com linguagem simples e compreensíveis. (NEUMANN, 2003, p. 71).

Conjunto de transformações advindas de um processo de reflexão contínua entre os Agentes Pastorais que fazem a coordenação do trabalho e os que interagem com as famílias pobres nas comunidades.

Nas falas dos Agentes Pastorais, não há a definição de um método específico, mas a apresentação de maneiras de fazer PCr, que às vezes buscam inspirações na mística através dos textos bíblicos; no método ver-julgar-agir da Ação Católica; ou mesmo na experiência piloto da Dra. Zilda em Florestópolis (PR). Historicamente foi construído um caminho, no sentido de um modelo o qual oportuniza um conjunto de estratégias²⁹ organizadas em modalidades de ação na comunidade através do tripé: visita-pesagem-reflexão. O modelo do tripé funciona como referencial para o acompanhamento da criança pobre entre os familiares.

3.2 TRIPÉ DA AÇÃO: VISITAÇÃO, PESAGEM E REFLEXÃO

O conjunto de atividades que a PCr executa na comunidade é denominado de ação social, constituída de três momentos essenciais. Um Agente Pastoral esclarece: “temos um tripé das atividades do líder: [...] o peso mensal da criança, que chamamos de vigilância nutricional; a visita domiciliar uma vez por mês; e a reunião de avaliação e reflexão”^{AP1}. A esse respeito a Coordenação Nacional é bastante exigente e apenas reconhece a existência da PCr, numa comunidade, quando confirma a interação entre os três momentos.

A ação social da PCr está vinculada a três eixos: da interação, quando propõe a realização das visitas; da vigilância, ao realizar mensalmente a pesagem das crianças; e do planejamento, quando reúne os líderes para refletirem sobre o trabalho.

Na tríade, a visita domiciliar constitui-se principal espaço para atuação dos líderes no acompanhamento da criança na família: “a comunicação pessoal é considerada a grande força da PCr. É a líder visitando as mães, repassando conteúdos, conversando, fortalecendo laços de amizade”. (ARAÚJO, 2000, p. 99).

Os Líderes Comunitários, pela visitação domiciliar, instituem um regime de vigilância e tentam convencer os pais e familiares a aderí-lo. Trata-se do que

²⁹ Emprego a denominação estratégia, como Certeau (1994) utiliza, devido à mobilidade da intervenção, capacidade de renovação das maneiras de fazer PCr. A ação social é tida como estratégia porque possui um espaço definido de intervenção, um lugar próprio de ação na comunidade através da instituição paróquia ou capela.

Foucault (1987) denominou de práticas de controle intenso e contínuo, que se materializam pelo acompanhamento nos microespaços, no caso da PCr, o espaço doméstico, da intimidade da criança entre os familiares.

A forma como são realizadas as visitas, marca o diferencial do trabalho que a PCr realiza nas comunidades pobres, pois semelhantemente, os Agentes Comunitários de Saúde, do Programa Saúde da Família, também efetivam visitas domiciliares, que, entretanto, desprovidas da dimensão social e espiritual. O trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde é mais técnico, objetiva investigar todos os integrantes da família na identificação de doenças, enquanto que os Agentes da PCr focalizam a pessoa da criança na família. A PCr efetiva um trabalho mais específico, direcionado, visando ao acompanhamento contínuo do estado de saúde da criança pobre.

Para os Agentes da PCr, somente ocorre visita, quando o líder vai até a casa da criança acompanhada; vê a criança, ainda que esteja dormindo; e conversa com os responsáveis pelos cuidados. Batalha (2003) considera que a visita dos voluntários a cada casa, levou para fora das paredes das Igrejas, a mensagem cristã de amor, fé e solidariedade, como também, novas formas de aproximação e de fiscalização do modo de vida das comunidades pobres. Dessa forma, ocorre um tipo de ramificação dos mecanismos disciplinares de controle e vigilância, consubstanciados nas subjetividades e intimidades dos sujeitos. (FOUCAULT, 1987).

O exemplo dessa obstinação de vigilância nos espaços privados, vemos na FIGURA 5, em que a Líder Comunitária, ignorando as condições de realização da visita, manipula o Caderno do Líder e questiona a mãe da criança sobre os indicadores de conquista. Essa visita ocorreu em um dos becos adjacentes da residência, em meio ao esgoto que corria, exalando mau cheiro.



FIGURA 5 – Visitação na comunidade Vila Paraíso (out.2005)

Os Agentes Pastorais atribuem valor à visitação domiciliar: “É por meio dela que a gente conhece a família, as suas necessidades, tanto materiais, como espirituais”^{AP7}. É o momento que oportuniza a observação, a escuta, o diálogo e o cultivo de conquistas como a amizade dos familiares, divulgação da fé e orientação sobre as ações básicas de saúde. É o momento de contato mais íntimo entre o líder e as famílias que acompanha, a visita oportuniza conhecer melhor a família e a partilha de experiências e conhecimentos sobre nutrição, higiene, cidadania, gestação, prevenção de doenças e educação infantil. A intenção está em incentivar atitudes de cuidado com as crianças, as gestantes e o ambiente familiar.

Dentre os três momentos da ação, a visitação domiciliar mensal é considerada o coração do tripé da ação socioeducativa da PCr. Para os Agentes Pastorais que atuam na coordenação e como Líderes Comunitários, a visita representa a etapa mais importante do acompanhamento da criança. Isso porque, conceituam como sendo “aquele encontro que o líder tem com a família. Ali ele vai conhecer, trocar intimidade, aprender a ter confiança para desenvolver bem o trabalho”^{AP6}. Refere-se ao momento de contato direto no lugar da família, que é o espaço domiciliar. Representa uma: “oportunidade que facilita a troca de conhecimento e a construção de novos valores”^{AP1}.

Ser recebido pela família significa “porta de entrada e saída”^{AP7}; “uma forma de criar um elo de amizade”^{AP5}; criar “laços de amizade”^{AP4}; “o momento em que o líder fotografa a realidade que a família está vivendo [...]. Momento onde acontece a interação, acontece a aproximação, [...]. o momento que a mãe abre o seu lar e também o seu coração para partilhar com o líder”^{AP3}. Momento que propicia “um contato mais particular”^{AP1}.

Para a PCr a visitação funciona como porta, por onde entram as orientações sobre outras maneiras de cuidar da criança; como oportunidade para a construção de elos ou mesmo laços, no sentido de cativar, tornar a família dependente de novas informações; e ainda, como uma fotografia da realidade, referindo-se a observar, conhecer melhor as condições de vida da criança, mediante a atitude de aceitação da mãe, a qual permite um contato mais particular para partilhar idéias.

A recomendação é que a ação da visita deve extrapolar o simples levantamento e registro de dados no Caderno do Líder. Para a PCr, orientar é multiplicar o saber e a solidariedade. O propósito da visita está em realizar o acompanhamento da criança na família, fornecendo orientações sobre educação em saúde pelo diálogo simples e objetivo. A questão está em aprender a cuidar da criança pobre em condições mínimas de sobrevivência. É através da visita que se procura conhecer a realidade em que vivem tais famílias, em meio ao que o Líder Comunitário denomina de: “necessidades, tanto materiais como espirituais, e de informações”^{AP7}. Oportunidade também para convidá-los a comparecer ao Dia do Peso (Celebração da Vida), que comumente ocorre no final de semana subsequente, no salão paroquial ou dependências da capela.

Para a PCr, somente os líderes capacitados pelo Guia do Líder, cumprindo 45 horas de curso, estão aptos a realizarem as visitas. Faz-se necessário que conheçam o conjunto de indicadores de riscos e de oportunidades para o desenvolvimento da criança (estudo atendo do Guia do Líder); aprendam sobre a natureza do trabalho e como utilizar as ferramentas (materiais): colher do soro caseiro, fita braquial, balança, manuseio das cartelas Laços de Amor (utilizadas no acompanhamento das mulheres gestantes), preenchimento do Caderno do Líder e da Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde, Nutrição e Educação na Comunidade (FABS).

Durante as visitas, é exigido do líder a paciência, perseverança no trabalho, pois deve entender que é totalmente dependente do tempo no processo de

conquista da família-alvo. Nesse processo, um aspecto que deve-se levar em consideração é o desenvolvimento da capacidade de convencimento, através do diálogo, e estabelecer laços de amizade. A esse respeito uma das Líderes Comunitárias comentou que “a amizade é essencial para realizar o trabalho. Junto aos familiares, temos que criar vínculos. Se não criar amizade, fica estranho”^{AP11}.

O líder deve considerar a visita domiciliar como o momento mais importante do trabalho que executa na comunidade. Para realizar um bom acompanhamento e colher bons resultados junto às famílias, é necessário estabelecer uma relação de confiança e de respeito. Algumas dicas de como agir são constantemente publicadas no Jornal Pastoral da Criança. Num desses artigos, Hill (2004), assessora técnica da PCr, indica que o líder, durante a visitação, deve aprender a valorizar a família através de atitudes como ouvir, perguntar, respeitar e elogiar; a conversar, prestando a orientação conveniente às necessidades da família; e a avaliar, verificando se as orientações foram acertadas e colocadas em prática no cotidiano familiar.

Durante a visitação, a ação do Líder mostra-se como instrumento de controle, através da observação que propõe exame do espaço da família, das condições de vida da criança. A prática da visitação domiciliar está firmada em três eixos: da observação, da escuta e da orientação. A articulação desses momentos garantirá o fracasso ou sucesso do acompanhamento. Dantas ([200_], p. 1) adverte:

Talvez a maior dificuldade do líder da Pastoral da Criança em visitar, seja estabelecer o contato com as famílias. Visitar exige desprendimento e, certamente, naturalidade. Como é bom estar com pessoas íntimas, familiares, amigas! Mas isso só acontece porque, dentro de cada uma delas, existiu vontade, abertura, desprendimento e também deslocamento, isto é, saída de si para o encontro com outro.

Algumas dificuldades se apresentam quando as famílias não aceitam a visita e estabelecem formas de resistência, é o que demonstra a fala do Líder Comunitário: “elas dizem não; evitando que se faça o acompanhamento”^{AP7}. Ocorre muitas vezes, pelo fato de não comungarem da mesma fé, ou por cultivarem outras maneiras de cuidar da criança; outra dificuldade é enfrentada quando os líderes esbarram em problemas que não podem resolver sozinhos: “A gente sabe dos limites dos voluntários [...] quanto às orientações básicas de educação e saúde”^{AP4}. “barreiras

que essas famílias constroem. E as vezes, a gente fica sem saber como ultrapassar”^{AP7}.

Os Agentes Pastorais tratam das limitações inerentes à ação, revelando as fragilidades deles, mesmos como líderes, quando lidam com a ausência de estratégias eficazes, no processo de conquista dos familiares das crianças, ou quando se deparam com a condição do não-saber/não-poder resolver determinadas questões durante as visitas, em determinados momentos, devido a falta de formação específica na área de saúde e em outras situações, por estarem tratando com problemas, relacionados à condição de vida, não somente da família acompanhada, mas da população pobre.

Diante da situação de limite, cada líder da PCr é constantemente desafiado a atuar em território alheio. Uma possível solução foi apresentada: “[...] então, a gente vai tentando, dentro desse espaço, ajudar nas formas cabíveis, conforme nosso conhecimento.”^{AP4} O discurso apresenta como alternativa investir em tentativas (prática do acerto ou erro) e na criatividade.

A visitação propõe um encontro entre Líderes Comunitários e familiares no espaço domiciliar, que é o lugar onde reside a criança acompanhada. Esse espaço é tratado como: “o ambiente familiar que revela muitas características da família”^{AP1}. Nota-se que o Agente Pastoral atribui mais de um sentido ao espaço da casa: quando denomina “ambiente familiar” refere-se ao espaço físico do domicílio, atribuindo-lhe também o significado de suma importância por ser o lugar de vivência da família acompanhada. Assim, o espaço da casa é definido como o lugar da família.

Seriam, então, espaço e lugar dimensões distintas? Frago; Escolano (2001) define o espaço como plataforma ilimitada para as atividades dos seres vivos, sempre disponível para converter-se em lugar. Sendo o espaço ocupado, utilizado, vivido, torna-se lugar, esse de uma construção social, intermediada por um conjunto de signos e símbolos.

Nesse sentido, durante a visitação a casa se apresenta para os Líderes Comunitários como espaço de morada (dimensão física da ação), mas que também é lugar da família (dimensão subjetiva da ação), quando essa o identifica como propriedade, território de atuação, espaço de vivências particulares.

A PCr apropria-se desse espaço alheio para efetivar as visitas. Trata-se de uma apropriação do lugar do outro, que é específico, particular, mas que se

transforma em lugar de partilhamento, de interação social. Um lugar imaterial, subjetivo, o lugar da criança na família. O que leva os Líderes Comunitários a compreenderem que onde estiver uma família pobre, ali também estará a necessidade de orientação sobre o cuidar da criança.

Nessa relação específica, na atividade da visitação, o lugar de ação da PCr se institui como um não-lugar, não-próprio, sempre alheio, necessitando da apropriação do lugar do outro para atuar. O espaço da transgressão, porque contraria a real finalidade dos lugares da casa; das artes de fazer, porque aprende a visitar e a interagir com a família; da caça (procura), porque investe numa conquista; das táticas, porque procura a todo instante maneiras de aproveitar ocasiões oportunas. (CERTEAU, 1994).

A utilização de táticas torna-se uma atitude comum entre os Líderes Comunitários, quando realizam as visitas domiciliares. Frente às tradições de cuidar, próprias da família, numa situação de diálogo entre as etnoteorias, a Líder explicou: “eu não apresento outro ou novo ensinamento. Eu tento lembrar o que as famílias já sabem. É lembrar o como deve ser”^{AP11}. A fala intenciona fugir de uma atitude impositiva, utilizando o termo lembrança para suavizar a relação de ensino que se estabelece durante a visitação.

No momento da visita, o Líder da PCr, apesar de representar uma instituição, utiliza-se de modalidade de ação tática, porque integra um processo de conquista a partir do lugar pertencente ao outro – a família da criança acompanhada. O Líder Comunitário cria um espaço no lugar da família e para alcançar esse objetivo investe em alguns elementos táticos como: 1) a iniciativa para o diálogo, visando o convencimento; 2) a conquista do consentimento/autorização da família; 3) a construção do sentimento de parceria (líder+família) no acompanhamento da criança.

Na prática, os espaços de orientação são oportunizados, exigindo do líder capacidade inventiva, como revela a seguinte fala: “durante a visita, a gente vai criando mais espaço”^{AP4}. Esse espaço da PCr é criado em parceria com a família, firmado numa espécie de “contrato social” (CERTEAU, 1994, p. 40), um acordo capaz de inaugurar uma relação de interdependência,³⁰ isto é, ligações sociais (ELIAS, 1970) que paulatinamente são estabelecidas e favorecem a ação de

³⁰ Diz respeito “ao modo como as ações e experiências se interpenetram, formam um tipo de configuração”. (ELIAS, 1970, p. 79).

acompanhamento da criança. Para o sucesso da visitação, é imprescindível que o líder comunitário ganhe sensibilidade no trato com os familiares e saiba agir durante os primeiros contatos.

Para ocorrer a visitação não há necessidade de um lugar específico na casa. O lugar da orientação é aquele instituído pela família no momento da visita, por isso a ação pode ocorrer na calçada, na sala ou até no quintal da residência. Espaços que continuam guardando as características e funções próprias de lugares do domicílio, mas que são ressignificados enquanto espaços de ação da PCr para a educação em Saúde.

Conforme Boff (1994), neste instante, a PCr torna-se acontecimento, porque não depende de uma estrutura física para funcionar e atingir os objetivos estabelecidos. Onde ocorrer o encontro entre os líderes, a criança e os familiares cuidadores, naquele espaço/tempo cria-se o lugar para a realização do acompanhamento.

O líder trata com os espaços (não) autorizados pelo familiar. A exemplo, observei situações em que a dupla de líderes chegou em residências onde a mãe da criança acompanhada disponibilizou a área de entrada da casa e ofereceu assento apenas para uma das Líderes (FIGURA 6); em outro caso o familiar falou da calçada onde estava: “vamos realizar a visita aqui mesmo”; em outra situação a mãe gritou do interior da casa: “pode entrar. Cheguem para cá e sentem.” Notei que os familiares manifestam diferentes formas de acolhimento. Todavia, no interior dessa diversidade, o que importa para o Líder Comunitário é realizar a visita, conversar com a mãe e ver o estado de saúde da criança. Na maioria das visitas que acompanhei, a mãe segurava o filho ou conduzia o Líder até o local onde se encontrava a criança. Há uma exigência da PCr em observar a criança durante a visitação domiciliar.



FIGURA 6 – Líderes Comunitárias realizando visita domiciliar em Vila Paraiso (set.2005)

Quando a família demarca o lugar onde deve ocorrer a orientação, delimita então um território, apresenta os limites da atuação dos líderes da PCr na visitação. A conversação vai ocorrer fora ou dentro da casa? Há um convite para entrar e tomar assento? A relação de aproximação ou distanciamento entre os sujeitos da ação é sentida na forma como se relacionam nesses espaços.

Estamos também diante da noção do que é próprio ou alheio a um lugar. (FRAGO; ESCOLANO, 2001). A ação de visitação da PCr tem relação com as finalidades do lugar? Usa-se o espaço da calçada, como lugar para orientação. Mas, a calçada é o lugar próprio para tal ação? A PCr, no desenvolvimento das visitas domiciliares, age no espaço da casa, mas não possui um lugar físico e determinado durante a prática das visitas.

A lógica da ação está na criação do lugar da orientação no espaço do outro, da família. A noção do não-lugar, o não próprio, mas criado como possibilidade, alternativa, oportunidade para a aproximação, o estabelecimento do diálogo com a família. (CERTEAU, 1994).

No conjunto de nove visitas que realizei, durante uma tarde, junto com os líderes da Capela São Bartolomeu, apenas uma família mandou que entrássemos no domicílio e nos ofereceu assento. A dona da casa disponibilizou-nos as cadeiras e sentou no chão para conversarmos. As demais famílias nos atenderam nos espaços adjacentes da casa, ou seja, constituíram lugares alternativos para a visitação/orientação.

Por não ser um lugar específico, o lugar da orientação pode variar “em função dos objetivos, usuários e matérias”. (FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 66). Assim, na PCr, a orientação, enquanto ação social e educativa, pode ocorrer em qualquer lugar da casa. O lugar será utilizado para o ensino ocasional que não depende de um lugar fixo para sua ministração, semelhante a prática dos sofistas gregos, mestres itinerantes que exploravam os lugares por onde passavam com seus discípulos. (FRAGO; ESCOLANO, 2001).

Como os sofistas, os líderes da PCr constroem uma prática itinerante, visitando casa por casa, trilhando as ruas que cortam o espaço do Bairro de Nossa Senhora da Apresentação (zona norte de Natal), numa “caça” (CERTEAU, 1994, p.101) por famílias dispostas a partilharem dos lugares próprios que possuem, oportunizando a criação de espaços as quais favoreçam o cuidado de crianças pobres.

Durante a visitação dos líderes da PCr, a relação entre “o fraco” e “o forte”, discutida por Certeau (1994, p. 97), inverte-se. Nesse campo de ação, a família determina um espaço como território dela, um lugar próprio. Estamos diante de uma peculiar situação, na qual o Líder da PCr, enquanto representante da instituição, considerando a lógica natural da ação, tenderia a ser considerada mais forte, porém, assume a posição do mais fraco. Isso porque, na relação de forças que se estabelece, a PCr não possui lugar próprio de ação. Ela sempre necessita criar a ação no lugar do outro e por isso, no momento da visitação, em vez de utilizar-se de modalidades de ação que envolvam estratégias,³¹ faz uso de um conjunto de táticas,³² uma lógica de ação própria do fraco.

Nesse sentido, desde a capacitação inicial, os Agentes Pastorais são conduzidos à aprendizagem de táticas como:

³¹ Dependem da existência de um lugar próprio de ação. Diz respeito ao cálculo das relações de forças, atreladas ao exercício do poder no lugar próprio das instituições. (CERTEAU, 1994).

³² Possuem por espaço de ação o lugar do outro. Não dispõem de base para cálculos, depende do tempo, vigiando para aproveitar as possibilidades de ganho. (CERTEAU, 1994).

A visita precisa despertar interesse na família; a conquista se dá por etapas. Não é de uma hora para outra que um o líder conquista a família; é preciso criar uma empatia onde a confiança, a amizade entre os líderes e família seja algo natural; os primeiros momentos, as primeiras visitas dispensam muito blá, blá, blá, muitas informações. É um momento de apresentação, da criação de laços; as coisas positivas da família devem ser o destaque no olhar do líder; é necessário sensibilidade para perceber em que momento calar-se, quando intervir nas situações e, até mesmo, se é o momento adequado para a visita; a linguagem técnica exigida pelas ações da Pastoral deve ser simplificada de acordo com a compreensão das famílias; os exemplos que deram certo, as conquistas, devem ser mostrados para que a família visitada acredite que isso também pode acontecer com ela; a visita é, por excelência, um momento de escuta. Saber ouvir o que a família tem a falar é saber buscar ajuda para a solução de problemas. E como é importante ter alguém que nos escute!; deixar sempre uma boa imagem, um sorriso, uma palavra de esperança deixa as portas abertas para o próximo encontro. (DANTAS, [200_], p. 1).

Mas por que a inversão no campo de ação? Porque na visitação, a PCr lida com o processo de conquista da família, ela necessita operar “golpe por golpe, lance por lance. [...] Este não-lugar lhe permite, sem dúvida, mobilidade”. (CERTEAU, 1994. p. 101). O não-lugar da PCr na visitação domiciliar está relacionado à presença do conjunto de táticas como lógica de ação para conquistar os familiares das crianças acompanhadas.

A ação requer a capacidade da inventividade, de criar novas maneiras de fazer, modos de operação que rompe com um método fechado, uma rotina pré-estabelecida. Nesse sentido, cada visita traz em si uma nova forma de interagir com o outro, aproveitando de forma variada os espaços e os tempos.

Em suma, a ação da visitação domiciliar está circunscrita no jogo das artes de fazer, de saber criar espaços no lugar da família, tentando recuperar para a criança o lugar próprio da infância. A visita é momento de oportunidades, em que o Líder Comunitário convida os familiares a visitarem a capela do bairro, no último sábado de cada mês, para realizarem a pesagem das crianças. Prática que inicia os pais no cuidado com a vigilância nutricional dos filhos e tende a construir vínculos entre a comunidade e a capela.

Na visitação, a Igreja Católica através da PCr, aproxima-se da comunidade e, no dia do peso, ocorrem os encontros entre comunidade e igreja, entre comunidade e comunidade, enquanto as crianças são pesadas, conforme mostra a FIGURA 7.



FIGURA 7 – Dia da Pesagem das crianças – Capela São Bartolomeu – Vila Paraiso (out.2005)

As visitas domiciliares estão diretamente relacionadas ao dia da pesagem das crianças, também conhecido como dia de celebração da vida, momento de comemorar a sobrevivência. Conforme declara o Agente Pastoral de coordenação: “A celebração da vida é um retrato da visita. Se a celebração não foi boa, a visita não foi boa”^{AP6}.

Há um estreito vínculo entre a visita e a Celebração da Vida. Se os elos de confiança foram firmados, a família encontra motivação para levar as crianças até ao salão paroquial. Neste sentido, para os Agentes Pastorais: “a Celebração é apenas a revelação do que aconteceu na visita”^{AP3}.

O evento é celebração, não apenas no sentido de culto, mas de comemoração, de festa em torno da vida da criança, visando ao cultivo do

sentimento de infância entre as mães da comunidade. Constitui-se numa festa porque “se faz pela expressão significativa que evoca. Trata-se de expressar o que se valoriza, de uma maneira cheia de sentido”. (TABORDA, 1990, p. 61). Diferente da festa espetáculo, a festa que é gesto de celebração, é simbólica, lida com as emoções, as subjetividades, a espiritualidade, “requer envolvimento, adesão das idéias, crença, compreensão”. (TABORDA, 1990, p. 89).

Segundo Taborda (1990) a festa somente ocorre pela presença dos seguintes elementos: a valorização do fato ou da pessoa, a expressão significativa e a intercomunhão solidária. A celebração que a PCr promove é festa, porque evoca esses elementos de significação quando valoriza a vida, atribui um novo significado ao ser criança e integra as famílias das crianças acompanhadas.

O salão paroquial da Capela Santa Clara fica repleto de familiares aguardando o momento de pesar os filhos, como observa-se na FIGURA 8.



FIGURA 8 – Dia da Pesagem das crianças – Capela Santa Clara – Vale Dourado (abr.2005)

Mas o que celebrar? Comemorar o escape da morte, apesar das condições desumanas de vida. Entender que viver é um dom de Deus, mas diante das circunstâncias de egoísmo do mundo atual, institui-se um preço para usufruir dela.

(TABORDA, 1990). A celebração é utilizada para recordar o peso da criança acompanhada. Nesse momento, atribui-se à pesagem o sentido de memória, e, por isso motivo de comemoração.

As mães trazem os filhos para a celebração, porque acreditam no trabalho da PCr. A maioria aprende a se preocupar com as crianças pequenas e a verificar quais delas estão na fronteira de risco da desnutrição. Elas portam o cartão da criança e com os líderes, buscam entender o gráfico do peso-idade e são alertadas quanto a atualização do cronograma de vacinação.

A Celebração da Vida é constituída por encontros, tanto entre a PCr e as crianças acompanhadas, como entre os familiares de cada uma delas. É um evento plural, constituído pelos momentos do acolhimento, da espiritualidade (mística), da ludicidade e comunicação, do peso e da nutrição.

O momento do acolhimento está relacionado à maneira como são recepcionadas as famílias. É um momento importante na celebração, pois “a festa é essencialmente um fenômeno de participação, lugar de partilha e de acolhida a todos”. (TABORDA, 1990, p. 91). A PCr orienta que as boas-vindas sejam acompanhadas de sorrisos, abraços, demonstração de carinho. Cada pessoa deve ser bem acomodada num local limpo, iluminado e ventilado. A ação deve ser planejada, pois contribui no processo de conquista desses familiares.

O momento da espiritualidade ocorre quando, no início do evento, os presentes são convocados a entender o objetivo da reunião e a realizarem orações agradecendo a Deus pelo dom da vida. Esse período de contrição é comumente realizado entre as pessoas de mãos dadas. A mística funciona como um instrumento no cultivo de sentimentos de irmandade, de celebração enquanto culto e atribui ao evento um sentido de transcendência.

As mães das crianças acompanhadas se reúnem e aguardam o momento do peso. Esse momento poderia ser uma oportunidade para a PCr discutir sobre os principais problemas que assolam a comunidade e refletir sobre alternativas de superação. No entanto, as palestras desenvolvidas abordam temas relacionadas à auto-estima, ao trabalho eclesial, ao crisma e à eucaristia. Há na prática, de forma dissimulada, maior preocupação com a divulgação da fé católica do que com o desenvolvimento de uma reflexão sobre as contradições presentes no modo de vida daquelas pessoas.

Apesar dessa limitação, o evento não deixa de conter em si um conjunto de possibilidades, pois, em muitas comunidades, constitui-se o único momento de socialização entre adultos e crianças, como atesta a fala da Líder: “as mães não têm condições de levar os filhos para se divertirem e trazendo na PCr eles brincam, dançam. E às vezes, até as mães mesmo”^{AP9}.

O momento da ludicidade e da comunicação é constituído pelas conversas entre os familiares, entre esses e os Líderes Comunitários, as crianças e os familiares, as crianças e os Líderes Comunitários. Relações essas intermediadas pelo trabalho da brinquedoteca, exposto na FIGURA 9, que, muitas vezes, é um espaço específico no salão onde são colocados alguns brinquedos. Crianças de várias faixas etárias se misturam para brincar, inclusive, as maiores de seis anos também aproveitam a oportunidade, como revela a fotografia acima. O brincar também faz parte da celebração porque é considerada pela PCr como uma ação essencial para o desenvolvimento da criança.



FIGURA 9 – Brinquedoteca da PCr – Capela Santa Clara – Vale Dourado (abr.2005)

O momento da pesagem fala do cuidado e da vigilância nutricional que a família deve ter com a criança. Através da ação de pesar as crianças, a PCr utiliza o exame como instrumento de controle e ensina que a prevenção é a melhor opção para fugir da desnutrição e da mortalidade infantil. Para a PCr “ o peso é um retrato da saúde da criança. Quando a criança está doente, não está mamando ou se alimentando bem, pode não aumentar e até diminuir de peso de um mês para o outro”. (PASTORAL..., 2002a, p. 236).

A balança que a PCr utiliza é bastante prática, comumente conhecida como balança de gancho, porque possui dois ganchos: um é utilizado para suspender a balança e o outro para suspender o corpo que se deseja pesar. Na seção de observação na Comunidade Carlos Marighella, a balança foi dependurada num cajueiro por uma corda, conforme mostra a FIGURA 10.



FIGURA 10 – Balança da Pastoral da Criança na Comunidade Carlos Marighella (ago. 2006)

Esse modelo que a PCr utiliza inspira-se nas balanças romanas, oriundas da Grécia (Figura11), formada por uma barra horizontal graduada, na qual corre um contrapeso ou cursor para marcar a pesagem.



FIGURA 11 – Balança romana

A ação social da PCr organiza-se em torno da balança. Instrumento que historicamente representa justiça e aparece no apocalíptico juízo final para pesar a vida e declarar se o indivíduo está salvo ou condenado. (ARIÉS, 2003). Não é por acaso que ela apresenta-se como o centro das atenções na Celebração da Vida – Dia do Peso na comunidade: tem a função de mensurar, julgar sobre as possibilidades de sobrevivência das crianças pobres.

O ponto de partida e de chegada do acompanhamento é a pesagem da criança. A elevação do peso mostra o quanto estão sendo eficazes as visitas domiciliares e como os familiares estão colocando em prática as orientações fornecidas, enquanto que o peso indicando desnutrição, causa preocupação e motiva novas intervenções entre os familiares da criança acompanhada. A balança é a ferramenta útil de controle que promove a vigilância.

O tipo de balança é versátil e facilita o desenvolvimento do trabalho de pesagem das crianças. Trata de um instrumento de fácil transporte e manuseio, que pode ser montado em qualquer local. Nas Celebrações da Vida, das quais participei, a balança foi dependurada em galhos de árvore ou no madeiramento que sustentava o telhado da casa e do salão paroquial.

A utilização da balança, durante o Dia do Peso, institui a execução de um tipo de exame: pesagem da criança. Para Foucault (1987, p. 157) “o exame supõe um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de

exercício do poder”. Trata do processo de objetivação do sujeito. Na PCr, a pesagem faz de cada criança um caso, um indivíduo que pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros. O peso é utilizado para identificar cada criança, funciona como instrumento de controle e até de status.

O momento da nutrição acontece, quando é servido um lanche para as crianças, como por exemplo na FIGURA 12. No caso demonstrado pela foto, as crianças aliam o prazer de brincar com o da alimentação. A PCr orienta que o cardápio servido, no Dia do Peso, deve ser constituído por uma alimentação alternativa, baseada em frutas, verduras e cereais, abolindo enlatados, refrigerantes, doces e frituras. A princípio, as mães estranham a alimentação enriquecida proposta pela PCr, mas paulatinamente elas compreendem que aderindo a esse tipo de dieta estará investindo na qualidade nutricional dos filhos. Afinal, trata-se de uma mudança de hábito alimentar, o que não é fácil, porque toca em costumes, valores culturalmente construídos.



FIGURA 12 – Momento do Lanche na Celebração da Vida – Capela São Bartolomeu – Vila Paraíso (out. 2005)

Dentro do programa de capacitação e formação contínua as coordenações diocesanas promovem cursos de alimentação alternativa, com o objetivo de viabilizar essa cultura entre os Agentes Pastorais e as famílias acompanhadas.

A Celebração da Vida não ocorre sem a articulação desses momentos. Eles inter cruzam-se configurando o evento que busca explorar as dimensões social, espiritual e material das famílias, as quais retornam mensalmente para comemorar.

A seguir, o ESQUEMA 10 demonstra a geometria do momento da Celebração da Vida, marcado por múltiplas interações entre crianças, familiares e líderes da PCr:

LANCHE: Espaço de aprendizagem sobre alimentação enriquecida (interação entre mães e líderes)	BRINQUEDOTECA: Espaço de cultivo do lúdico (interação entre crianças, familiares e líderes)	PESAGEM: espaço da vigilância nutricional (interação entre mães e líderes)
	SALA DE ESPERA: espaço partilha de etnoteorias (interação entre mães)	

ESQUEMA 10 – Geometria da Celebração da Vida (dia da pesagem das crianças)
Fonte: Diário de Campo do pesquisador

Com base nesse esquema, observamos a intersecção de quatro espaços/momentos que oportunizam a troca de saberes sobre maternagem e o desenvolvimento social das crianças. Apenas o acolhimento e a mística são momentos de única ação, os demais momentos ocorrem simultaneamente.

O espaço de distribuição do lanche constitui-se momento de aprendizagem de receitas de alimentos que integram o cardápio alternativo da alimentação enriquecida; o espaço da pesagem torna-se oportunidade para questionar a mãe sobre o estado de saúde da criança e os dos cuidados necessários; o espaço da brinquedoteca, às vezes, apresenta-se como único momento em que os adultos aprendem a brincar com as crianças; e o espaço do salão de espera, lugar em que as mães esperam assentadas pelo momento da pesagem dos filhos, oportuniza a troca de informações sobre o cuidar das crianças pequenas.

O momento da Celebração da Vida é dedicado à família, no entanto, há a predominância da figura da mãe no evento. Notei a ausência acentuada da figura paterna nas celebrações em que participei. Numa dessas oportunidades, observei que um pai trouxe a filha para ser pesada. Disse que estava com vergonha e entregou a criança para uma senhora encaminhá-la ao peso. Noutro encontro, os

pais ficaram de longe, apenas observando as mães e as líderes pesarem as crianças.

Durante o período de observação, tivemos a presença de poucos pais, o número de cinco durante as seis Celebrações da Vida nas quais participei. Presenciei apenas um pai realizar a pesagem do filho. Há ainda a representação que é “coisa de mulher”. A presença masculina no peso das crianças não é comum nas comunidades, tanto que a coordenadora comunitária, durante a reunião de avaliação, reclamou por iniciativas mais criativas para cativar os pais e envolvê-los nas atividades da PCr. Em tese, a responsabilidade de cuidar da criança deve ser partilhada entre os genitores e os demais familiares.

Após celebrar a vida, é indicado pelas coordenações que os Líderes se reúnam para a avaliação e o planejamento das atividades. Nos documentos da PCr, o ato de planejar possui significado de refletir. A prática de pensar sobre si mesmo enquanto Agente Pastoral, sobre o trabalho que realiza na comunidade e sobre as crianças acompanhadas. A orientação é que o planejamento seja em conjunto de dois níveis: no interior de cada pastoral social e entre as pastorais sociais presentes na paróquia.

A Figura 13 a seguir, registra o momento de uma das reuniões realizadas entre os Líderes Comunitários da Capela Santa Clara, na Comunidade de Vale Dourado. Note que todas as Líderes portam o Caderno do Líder, defronte à Coordenadora Comunitária que maneja a Folha de Acompanhamento das Ações Básicas de Saúde, denominado de FABS. Ocorre o que os Líderes, dessa comunidade, chamam de “passar a FABS”, ou seja, divulgar as informações sobre cada criança, ou mulher grávida acompanhada e sistematizá-las num grande mapa de resultados o qual será enviado à Coordenação Nacional em Curitiba, Paraná.

As coordenações da PCr advertem para que essas reuniões não se limitem apenas num encontro de sistematização de dados, os Líderes devem ter o cuidado de aproveitar a oportunidade para refletirem sobre as informações e avaliarem o trabalho de acompanhamento desenvolvido nas comunidades.



FIGURA 13 – Reunião de Reflexão e Avaliação – Capela Santa Clara (maio 2006)

As Reuniões de Reflexão e Avaliação devem ser uma oportunidade para a formação continuada, na qual os Líderes podem estudar e pensar melhor sobre a situação das famílias acompanhadas, discutindo alternativas para a solução de problemas. O simples ato de preenchimento das FABs descaracteriza esse terceiro momento da ação socioeducativa da PCr. A proposta é que, ao refletirem em conjunto, os Líderes se fortaleçam para cumprirem a missão.

Porém observei que esse momento, muitas vezes, limitou-se à solicialização de resultados numéricos para a formulação da FABs ou a discussão de temas relacionados ao desempenho do líder no grupo. As questões relacionadas às condições de vida das crianças e famílias acompanhadas, raramente integraram a pauta das discussões. Atitude essa que limita o alcance da intervenção e contraria o objetivo de mobilizar uma ação profética, capaz de denunciar as desigualdes sociais e lutar por melhores condições de vida para o povo pobre.

A necessidade de atribuir nova conotação às reuniões de avaliação foi sentida no discurso de uma das líderes, quando comentou: “aqui na comunidade [a reunião] não está sendo boa. [...] não discutimos sobre a razão das crianças desnutridas. Se diminuíram as crianças acompanhadas, por quê? [...] passamos

despercebido, mas não pode^{AP10}. Há a consciência de que os encontros de reflexão entre os Líderes sejam melhor aproveitados através da problematização da realidade vivida, tanto na PCr como na comunidade.

As modalidades de ação estratégica na PCr funcionam a partir da articulação desses três momentos (Visitação – Dia do Peso – Reunião de Avaliação e Reflexão), que buscam a implementação das ações básicas de saúde que consistem:

- a) no apoio integral à gestante;
- b) no incentivo ao aleitamento materno;
- c) na vigilância nutricional;
- d) na alimentação enriquecida;
- e) no controle de doenças diarreicas;
- f) no controle de doenças respiratórias;
- g) na opção pelos remédios caseiros;
- h) no estímulo à vacinação das crianças e das gestantes;
- i) na construção de brinquedotecas comunitárias;
- j) na prevenção de acidentes domésticos;
- k) na prevenção de violência contra a criança;
- l) na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis;
- m) no promoção da saúde bucal;
- n) na catequese, desde o ventre materno aos seis anos de idade.

E nos projetos complementares, envolvendo:

- a) Educação de jovens e adultos;
- b) Programa de geração de renda;
- c) Participação no controle social;
- d) Pequenas rodas de conversas;
- e) Projeto criança viva;
- f) Programa de segurança alimentar;
- g) Planejamento familiar natural;
- h) Terceira idade.

O tripé da ação contempla as ações básicas de saúde, as quais constituem a essência do programa de intervenção da PCr. Os projetos complementares estão atrelados a ações pontuais, o que implica uma não concretização de todos eles na maioria das paróquias.

3.3 AS FERRAMENTAS

A PCr denomina de ferramentas os instrumentos ou materiais utilizados pelos Líderes Comunitários na viabilização da ação socioeducativa na comunidade.

Organizei as ferramentas em três grupos: o primeiro é composto pelas ferramentas de informação que são a Bíblia, o Guia do Líder, o Álbum Laços de Amor e os Dez Mandamentos para a Paz na Família; o segundo é formado pelas ferramentas de registro que são o Cartão da gestante e da criança, o Caderno do Líder e a FABS; e o terceiro é constituído pelas ferramentas de medida que são a balança, a fita braquial e a colher-medida do soro caseiro.

Cada grupo de ferramentas propõe a aprendizagem de saberes que contribuirão para a sobrevivência da criança acompanhada. Algumas delas são utilizadas pelos Líderes Comunitários e outras compartilhadas com as famílias.

O grupo das ferramentas de informação servem para auxiliar os Líderes no processo de orientação das famílias cadastradas na PCr. Por meio da leitura desses documentos, durante as capacitações e visitas, é que os Agentes Pastorais e os familiares, respectivamente, aprendem a lidar com o essencial para uma vida saudável, como também a identificar os fatores de risco, os indicadores de oportunidades e conquistas para o desenvolvimento da criança.

As ferramentas de registro são úteis na realização do controle da imunização e da vigilância nutricional. O uso dessas ferramentas, na comunidade, ensina às famílias que a atitude de prevenção é muito importante para garantir uma vida saudável.

As ferramentas de medida tanto auxiliam na assimilação de uma ação preventiva como mostram as famílias que, numa situação de extrema limitação, podem investir no que é alternativo, prático, simples e eficaz.

Cada ferramenta tem a sua função e um valor específico como recurso didático dentro dessa pedagogia que busca ensinar-aprender a escapar nos bolsões de pobreza. Observe a seguir as especificidades de cada ferramenta:

TIPO	FERRAMENTA	FUNÇÃO
DE ORIENTAÇÃO	Bíblia	livro base para o cultivo da fé e que por meio dele os Agentes Pastorais atribuem espiritualidade à ação social
	Guia do Líder	tipo de manual de puericultura que trata sobre os cuidados com a saúde, nutrição, educação e cidadania da gestante e da criança, na família e na comunidade
	Cartelas Laços de Amor	é composto por um conjunto de cartelas que orientam as gestantes sobre o desenvolvimento do bebê, durante os nove meses, e como deve reagir diante das alterações corporais no período de gestação
	10 Mandamentos para a Paz na Família	sintetizam os princípios que regem a mensagem de paz, união e respeito que o Líder partilha com as famílias acompanhadas
DE REGISTRO	FABS	traduzida como Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde, Nutrição e Educação na Comunidade. Funciona como um mapa geral de informações sobre a atuação da PCr em cada comunidade
	Caderno do Líder	trata do registro histórico do acompanhamento de cada criança. Nele constam 27 indicadores de oportunidades e conquistas referentes à criança e à gestante acompanhada. O Caderno do Líder dá sustentação ao trabalho de visita domiciliar
	Cartão de Vacina da Criança	possibilita verificar se as vacinas estão em dia
	Cartão de Vacina da Gestante	abriga informações como data provável do parto, tipo de sangue, vacinas, peso, pressão arterial, fatores que auxiliam no serviço pré-natal
DE MEDIÇÃO	Balança	é o símbolo de saúde e confraternização, instrumento que visualiza o peso das crianças acompanhadas
	Fita Braquial	auxilia na vigilância nutricional da gestante
	Colher-medida do Soro Caseiro	é usada de forma simples e barata para evitar a desidratação de crianças com diarreia

QUADRO 10 – Ferramentas utilizadas na ação social da Pastoral da Criança

Os grupos de ferramentas complementam-se e devem estar presentes durante os três momentos que constituem o tripé de ação socioeducativa da PCr. As ferramentas de informação agregam os princípios de orientação espiritual e educativo; as ferramentas de medida promovem a vigilância nutricional; e as

ferramentas de registro contribuem para o controle de dados quantitativos e qualitativos da ação socioeducativa.

Entre as ferramentas de registro, o Cartão da Criança (FIGURA 14) constitui-se num documento importante para a identificação da criança. Na ausência do registro de nascimento, o Cartão torna-se documento de identidade e também funciona como um histórico dos cuidados, com relação a vigilância nutricional e a imunização da criança acompanhada.



FIGURA 14 – Cartões da Criança: do menino e da menina

Os capacitadores, durante a formação de Líderes Comunitários, dão ênfase a algumas ferramentas, que são: o Guia do Líder, o Caderno do Líder e a FABS. As razões dessa seleção explica-se porque o Guia do Líder constitui-se o principal referencial teórico de puericultura/pediatria que os Líderes comunitários dispõem; o Caderno do Líder funciona como sistematizador das informações coletadas sobre o estado de desenvolvimento de cada criança; e a FABS, como mapa que agrega os resultados, garantindo um perfil do trabalho desenvolvido em cada comunidade. A seguir discorro especificamente sobre cada uma delas.

A principal ferramenta de orientação do Agente Pastoral é o Guia do Líder,³³ que funciona como o livro texto sobre educação em saúde, em linguagem objetiva, clara e simples. É repleto de imagens que ilustram os temas discutidos. Um tipo de manual de puericultura onde estão contidas informações de como cuidar da criança, desde o período da gestação até aos seis anos de idade, ressaltando os indicadores de risco, de oportunidades e desenvolvimento da pessoa humana.

O Guia do Líder é composto por três livros: o primeiro trata da missão do líder; o segundo mostra como realizar o acompanhamento da gestante e da criança; e o terceiro apresenta como deve atuar o Líder na comunidade, com indicação para o uso adequado das ferramentas de trabalho. Detalhadamente, o Guia do Líder, editado em único volume, apresenta a seguinte estrutura:

Livro 1 – A missão do Líder da Pastoral da Criança

Livro 2 – Acompanhamento à gestante e à criança

Cap. 1 – A gestante uma cidadã cristã

Cap. 2 – Cuidados importantes na gravidez

Cap. 3 – Acompanhamento cada trimestre da gravidez

Cap. 4 – Os direitos da criança

Cap. 5 – O bebê no primeiro mês

Cap. 6 – O bebê de 2 e 3 meses

Cap. 7 – O bebê de 4 a 6 meses

Cap. 8 – O bebê de 7 a 11 meses

Cap. 9 – A criança de 1 ano a 1 ano e 11 meses

Cap. 10 – A criança de 2 anos a 3 anos e 11 meses

Cap. 11 – A criança de 4 anos a 5 anos e 11 meses

Cap. 12 – Educando com amor e conhecimento

Livro 3 – O dia-a-dia do Líder

Cap. 1 – Atividades do Líder

Cap. 2 – Ferramentas para o trabalho do Líder

Os três livros são pontuados por versículos bíblicos contextualizados aos temas tratados. Há também a explicitação de questões para o líder pensar e conversar com as famílias e com outros líderes. Os questionamentos remetem para problemas da comunidade acompanhada. Orienta que as pessoas de uma comunidade, podem se organizar para lutar pelos direitos e deveres, pois no Brasil nem todos têm direito ao atendimento de suas necessidades básicas. No entanto,

³³ O primeiro Guia do Líder foi editado em 1986.

não comenta as causas das desigualdades sociais e nem as alternativas de luta para garantir os benefícios sociais.

É a bibliografia base nos estudos durante as capacitações dos Líderes de Comunidade. A PCr diz que não deve ser considerado livro de receitas, mas ponto motivador para reflexão sobre maneiras de melhorar a vida das gestantes e crianças. O Guia integra o curso de 45 horas, organizado em duas etapas, obrigatório para as pessoas que atuam como Equipe de Apoio e desejam ingressar oficialmente na PCr. A publicação é recomendada pela Coordenação Nacional para a formação dos Agentes Pastorais iniciantes. Agente Pastoral que assessora a instituição acredita que o livro-Guia “foi construído de baixo para cima [...]. Ele é uma síntese do que existe no Brasil. [...] porque incorporou o regionalismo”^{AP1}. Esse pensamento, levanta controvérsias entre os Líderes Comunitários nas diferentes regiões do país, no que diz respeito à suposta pluralidade cultural presente na obra. A publicação teria capacidade de atender a diversidade cultural do Brasil? Será que a maneira específica de cuidar da criança de 0 a 6 anos apresentada pelo Guia, considera o conjunto das tradições populares de cuidado da criança presente nas diferentes regiões do País?

O Agente Pastoral de coordenação comenta que, através do Guia do Líder, “A Pastoral conseguiu encontrar um jeito de conversar e consegue atingir todas as camadas sociais do Brasil”^{AP1}. Todavia, entende que o livro não é auto-suficiente e complementa falando sobre a necessidade do Líder como interprete, isso porque, “mora na comunidade e conhece a cultura local, sabe como adaptar a linguagem de acordo com a realidade [...] usando expressões próprias do local”^{AP1}. Não nega que em algumas regiões o aprendizado é mais lento, requer mais paciência dos Agentes Pastorais, sendo necessária a tradução das informações para a cultura local.

Na fala desse Agente sente-se a contradição, quando atribui ao Guia, o sentido de democracia, vinculado à proposta de construção do livro que considerou as diferenças culturais do povo brasileiro, mas ao mesmo tempo aponta para as suas limitações quando utilizado na prática, pois reconhece que precisa da intermediação cultural do Líder Comunitário para que o Guia seja compreendido.

Adiante, apresento a capa do Guia do Líder que conjuga os atores da ação e o cenário de intervenção numa única cena, representando um dia de visita domiciliar numa comunidade pobre. Os elementos que compõem a capa falam de alguns valores, cultivados na PCr: a visita deve ser realizada por uma dupla de

líderes, que portam obrigatoriamente as principais ferramentas de orientação (Guia do Líder) e de registro (Caderno do Líder), vestidos em camisetas com a logomarca que identifica a instituição. Um detalhe: a foto ainda retrata a feminização do trabalho pela disposição de duas mulheres de diferentes idades, como podemos observar na FIGURA 15.



FIGURA 15 – Capa do Guia do Líder da PCr

A fala do Agente oscila, ao dizer que o Guia do Líder: “trabalha com linguagem universal, com princípios que valem para qualquer parte”^{AP1}, mas é natural que determinadas regiões precisem seguir “a metodologia da cultura local”^{AP1}. A mensagem do Guia traz uma proposta de multiculturalidade, mas que não atende a todas as diferenças, por isso é melhor entendida nas regiões onde os Líderes Comunitários conseguem adaptá-la à cultura local.

Às vezes se apresenta o discurso de que a maneira de cuidar da PCr é adaptada a qualquer realidade nacional, o que pode ocultar a existência de conflitos no processo de assimilação desse conjunto de saberes pela comunidade pobre.

Haveria espaço para a valorização das tradições populares, sobre o cuidar da criança frente ao modelo técnico-científico apresentado pelo Guia do Líder?

Os Agentes Pastorais entendem que estão envolvidos num processo de aproximação entre etnoteorias, o que exige: “trabalhinho de formiga, de muita conquista, de amor”^{AP4}. A consciência é que: “não devem chegar impondo métodos novos. Chegam e escutam as mães”^{AP3}. A prática da escuta é uma habilidade essencial para cativar a família acompanhada e assimilar a cultura que ela vivência. Pois acreditam que: “nem tudo que eles fazem está errado. [...] a gente respeita o que eles sabem, fazem e vamos passando novos conhecimentos”^{AP3}. Depois de ganhar a confiança, a leitura e a reflexão do Guia do Líder pode torna-se uma rotina durante as visitas domiciliares, contribuindo para uma reelaboração dessa cultura do bem cuidar da criança. Atribuem a esse processo de assimilação o sentido de conquista, a qual envolve tática, portanto astúcia para convencer, cativar os familiares das crianças acompanhadas.

Por esse motivo, falam que primordialmente “é preciso ter respeito pela cultura daquela comunidade: a maneira de ser, o jeito de falar, o dia-a-dia deles”^{AP4}. Dizem ainda que trata-se de um “processo difícil”^{AP6}, que no princípio, requer muita persistência, pois a orientação “muitas vezes entra por um lado e sai pelo outro”^{AP6}. A família não aceita de imediato o trabalho.

A PCr diz que o Guia do Líder é uma ferramenta de informação a qual deve intermediar o diálogo entre o Agente Pastoral e a família, tornando a visita um momento de reflexão sobre como cuidar da saúde da criança.

Apesar da centralidade que o Guia do Líder assume, nos discursos dos Agentes Pastorais, durante as observações que realizei, notei que a obra é pouco consultada durante as visitas e raramente lida durante as Celebrações da Vida e Reuniões de Avaliação e Reflexão. O livro-manual de puericultura é exaustivamente estudado apenas durante os cursos de capacitação dos novos líderes. Talvez a consulta mais freqüente ao Guia possa sanar algumas dificuldades enfrentadas por Líderes Comunitários na visita das crianças de 0 a 6 anos de idade.

Uma outra ferramenta a qual auxilia nas visitas domiciliares é o Caderno do Líder, responsável pelas atividades de investigação e de registro, durante as visitas domiciliares. Ele funciona como um prontuário no qual estão cadastradas as crianças acompanhadas e registrados os indicadores de saúde.

O Caderno do Líder funciona como mais uma tecnologia de controle, cuja materialização dá-se através do registro. Foucault (1987) fez referência à eficácia desse tipo de ferramenta de escrita disciplinar a qual permite a seriação, a organização de campos comparativos, classificatórios e o estabelecimento de médias, normas e modelos. Através do Caderno do Líder, o Agente Pastoral sistematiza o acompanhamento e o exame, tornando a criança como objeto descritível, analisável.

O Caderno é operacionalizado durante a visita domiciliar e também ensina a família a pesquisar sobre o bem-estar da gestante e da criança acompanhada. O momento deve motivar os familiares a refletirem sobre alternativas para a superação de problemas de saúde. A prática do questionamento permite realizar uma análise do estado de progresso, regresso ou estagnação do desenvolvimento da gestante e da criança acompanhada.

A capa do Caderno do Líder (FIGURA 16) expressa uma mensagem pelo recurso da linguagem não verbal. A situação representada refere-se a um momento de orientação, intermediado pelo Líder Comunitário que explica o Guia para a mãe. Outro aspecto importante está na presença da criança acompanhada, recuperando a exigência de que o Líder somente considera visita de acompanhamento quando tem a oportunidade de observar o acompanhado.



FIGURA 16 – Capa do Caderno do Líder da PCr

O Caderno não deve ser entendido como instrumento burocrático, mas como caderno-registro que traça um histórico através dos indicadores de oportunidades e conquistas. Comparando os dados, mês a mês, os coordenadores, líderes e familiares identificam os sinais de risco e agem na intenção de superá-los. Assim,

[...] com os dados anotados no Caderno fica mais fácil para o líder VER o que está acontecendo em cada família acompanhada, JULGAR a realidade encontrada, através do estudo e da reflexão e decidir como AGIR em busca da vida. (PASTORAL..., 2003a, p 1).

A PCr indica que o preenchimento dos indicadores, não deve ser uma atividade mecânica, propõe ensinar a família a se preocupar com os filhos. Ao lado da coleta de dados deve estar a conversa cujo conteúdo permita detectar se a criança está inserida em um contexto em que encontre oportunidades para aprender e se desenvolver. É importante observar com quem, como e quando a criança interage. E também se ela atende às expectativas de desenvolvimento próprias para a faixa etária na qual se encontra.

Durante o preenchimento dos indicadores é importante considerar que cada família tem um modo específico de educar os filhos e as crianças apresentam ritmos de desenvolvimento diferenciados. Por isso, o momento em que os indicadores de conquistas serão alcançados pode variar.

Durante algumas visitas, ainda observei líderes tratando os indicadores de oportunidades e conquistas como um simples questionário rotineiro; também tive o prazer de testemunhar outros que aproveitaram a lista dos indicadores para estabelecer um diálogo com os familiares visitados. Através da conversa e da descontração, era efetivada a orientação e novos conceitos e valores discutidos.

Durante as observações que realizei, notei que o Caderno do Líder assume lugar primordial durante as visitas. Houve oportunidade na qual os grupos de líderes não portaram os Guias, mas os Cadernos estiveram presentes nas visitas, nas celebrações e nas reuniões de reflexão e avaliação. Deles depende o registro, o controle das informações e a construção da FABS de cada comunidade.

A FABS, ferramenta de registro, assume importância valorativa e de controle da ação socioeducativa da PCr, porque funciona como mapa eficiente de coleta de informações, instrumento viabilizador do processo de avaliação do trabalho e fator determinante para os repasses financeiros. A intenção da coordenação nacional, é que as folhas deixem de ser apenas instrumento burocrático, e sejam instrumentos

essenciais para o conhecimento da realidade da infância nacional. A FABS é considerada por esse Agente Pastoral de coordenação como “o retrato da comunidade para a Diocese”^{AP6}. Deve funcionar como instrumento sistematizador dos resultados alcançados em comunidade. No entanto, contraditoriamente, é muito valorizada pela coordenação nacional, pois está atrelada ao envio de repasses financeiros. As coordenações comunitárias sentem-se obrigadas a enviar até o quinto dia útil de cada mês a FABS para Curitiba (PR), pelo contrário, os recursos não são redistribuídos.

Em Curitiba, conforme podemos observar na FIGURA 17, as FABS são colocadas no sistema de informatização que a Coordenação Nacional da PCr mantém – a REBIDIA (Rede Brasileira de Informação e Documentação sobre a Infância e Adolescência). Mensalmente chegam folhas de FABS de várias localidades do Brasil: regiões, Estados, (Arqui)dioceses (setores), paróquias (ramos), para análise e construção de relatórios, enviados a cada comunidade. As FABS que apresentam preenchimentos imprecisos também são devolvidas com observações, visando às devidas correções.



FIGURA 17 – Central de informatização das FABS na Coordenação Nacional da PCr (nov. 2004)

A esse respeito, são muitos os apelos realizados no rodapé do Jornal da Pastoral da Criança, publicado em agosto de 2005: “Envie a sua FABS! Permita que o Brasil conheça os dados, as ações, a vida da sua comunidade”; ou “Líder, a sua FABS é muito importante para a Pastoral da Criança. Mande a sua FABS!”; ou ainda, “Líder, do envio de sua FABS depende o financiamento do trabalho realizado pela Pastoral da Criança”. A presença da FABS na Coordenação Nacional significa atualização de dados sobre os indicadores de mortalidade materno-infantil e aquisição de mais recursos para a manutenção do trabalho, viabilizados pelas parcerias que mantem com instituições privadas e estatais.

A FABS deve ser o produto de um processo de avaliação que se inicia no momento da visitação, tem continuidade no dia do peso e atinge seu ápice de produção durante a reunião de avaliação e reflexão dos Líderes Comunitários.

As FABS, ao lado da mística, funcionam como instrumentos determinantes no estabelecimento das interdependências entre os Agentes Pastorais. Segundo Elias (1970), esse tipo de ligação social, promovido pela dependência mútua, estabelece uma cadeia e é responsável pela organização e pelo funcionamento de grupos configurados em torno de diversificados interesses. Diz respeito à configuração de uma teia entrelaçada entre os sujeitos, de forma que são naturalizadas as cobranças de serviços, as parcerias, as metas a serem alcançadas, as ligações sociais que garantem a efetividade das ações.

O envio da FABS, no prazo estabelecido pela coordenação nacional, significa repasse de recursos para as paróquias que atendem as comunidades. O valor do repasse financeiro na PCr, tem por base o tradicional sistema *per capita* em que os valores são calculados por cada criança acompanhada.

Os repasses constituem um dilema para a maioria dos coordenadores e líderes. Em algumas comunidades torna-se causa para debate e questionamento semelhante ao da líder, publicado no Jornal Pastoral da Criança de setembro, 2004:

Sou coordenadora de ramo da Paróquia Santa Luzia, Sorriso, Mato Grosso. Meu nome é Dulceléa de Melo, já coordeno há um ano e oito meses essa paróquia e sempre tive dificuldades para pagar a conta no mercado, onde a gente compra os alimentos para fazer os lanches para minhas crianças. Então, gostaria de saber aonde está indo esse dinheiro que o Criança Esperança doa para a Pastoral e também a Gol, se nas entrevistas a Dra. Zilda falou que gasta R\$ 1,33 por criança? Obrigada pela atenção. (PASTORAL....., 2004, p. 13).

Em resposta, a Coordenação Nacional apresentou o seguinte quadro explicitando o destino das doações (QUADRO 11):

Aplicação dos Recursos	Valor em Centavos por mês R\$
Apoio financeiro mensal	0,67
Capacitação	0,16
Administração	0,15
Material educativo	0,12
EJA	0,08
Informatização de setores	0,05
Brinquedos	0,05
Despesas de capital	0,02
Geração de renda	0,02
Pesquisa	0,01
Gasto mensal por criança	1,33

QUADRO 11 – Aplicação dos recursos financeiros em centavos por mês (01/10/02 a 30/09/03: R\$ 26.140.066,12)

Fonte: Jornal Pastoral da Criança, set. 2004

Conforme observamos no quadro acima, um dos assessores da PCr explica que dos R\$ 1,33 do valor gasto mensal por criança, é destinado aos setores/dioceses o valor de R\$ 0,67 por criança como apoio financeiro mensal para gastos com capacitação de líderes e acompanhamento das crianças. Cabe à líder reivindicar a coordenadora setorial uma prestação de contas sobre como estão sendo aplicados os recursos repassados.

No dia-a-dia, as coordenações de ramo/paroquiais e comunitárias enfrentam dificuldades com relação aos repasses que são insuficientes e demorados. Presenciei casos em que o atraso das FABS inviabilizou a chegada das contribuições nas capelas e foi tema de discussão na reunião entre líderes, porque tanto ocasionou a efetivação de Celebração da Vida, sem o momento do lanche, como a realização do peso durante as visitas.

Em uma das reuniões de reflexão e avaliação, foi colocado em questão o que seria mais importante: o lanche ou a realização do peso. Os Líderes Comunitários discutiram que há a necessidade de criar uma cultura de freqüência à Celebração da Vida, distante dos interesses materiais, mas, por outro lado, não se pode negar que o lanche é um instrumento eficaz no desenvolvimento da educação alimentar e que também não deixa de servir para cativar os familiares das crianças acompanhadas.

Esses raros momentos em que os líderes fizeram uma auto-avaliação do trabalho oportunizaram o amadurecimento do grupo. No entanto, esperava que estrapolassem os limites dos problemas internos para debaterem as questões sociais que afligem a comunidade e conseqüentemente as famílias com as crianças acompanhadas, mas infelizmente, isso não ocorreu, traduzindo limitações no desenvolvimento de discussões políticas sobre as questões sociais.

O sistema de avaliação da PCr possui dois eixos: o das reuniões periódicas entre os Agentes Pastorais; e o do registro sistemático das informações advindas da coordenação nacional sobre o trabalho de acompanhamento em comunidade.

As reuniões ocorrem em todas as instâncias da estrutura organizacional da PCr. Sobre a proposta de avaliação, um dos agentes explicou que os “processos de avaliação são contínuos, [...] próximos da realidade concreta, onde os problemas existem”^{AP1}. A orientação dos Agentes Pastorais de coordenação é que o trabalho seja constantemente acompanhado por reflexões sobre a atuação dos líderes e os problemas presentes nas famílias da comunidade acompanhada. Porém, há uma consciência de que: “o contingente de pessoas envolvidas na Pastoral não tem se apropriado dessa metodologia avaliativa”^{AP2}.

Em algumas realidades, a reunião entre líderes é realizada para levantamento de dados e preenchimento da FABS. Trata-se da efetivação apenas de um trabalho burocrático, longe da construção de uma consciência crítica sobre os problemas que afligem a comunidade.

Ainda sobre a avaliação, o agente comenta: “tem sido algo muito sagrado dos técnicos da Pastoral Nacional. Aqui o pessoal embaixo recebe apenas os resultados. Essa avaliação não dá resposta aos verdadeiros desafios”^{AP2}. Os Líderes de Comunidade enviam à FABS mensalmente e somente recebem resposta da Coordenação Nacional três meses depois. Ocorre, então, demora nas indicações de solução para problemas que são urgentes. Apesar disso, um Agente Pastoral acha que “é um tempo bom [...]. Três meses é o ideal para se ter uma visão de como está acontecendo o trabalho. [...]. De três, em três meses dá pra gente correr atrás do prejuízo”^{AP3}. Será possível mesmo?

As paróquias juntamente com as dioceses locais teriam capacidade para realizarem o mesmo trabalho e intervirem diretamente nas comunidades. Defendendo essa idéia, um Agente Pastoral comenta: “quem está aqui com a mão na massa, sentindo a mãezinha que está lá nos grotões de miséria desse país,

ninguém melhor que ele para dizer qual a melhor intervenção que precisamos e não a que alguém está achando”^{AP2}. A fala expressa o desejo de que a avaliação não vise a apenas resultados e construção de sistema de informação, mas que oportunize a participação dos Líderes Comunitários nas decisões.

A sugestão do agente é que a coordenação nacional “experimente a estratégia metodológica da visitação e escute mais quem faz Pastoral da Criança”^{AP2}. Esse Agente Pastoral cobra um alargamento dos espaços dialógicos entre coordenação nacional e as demais instâncias da PCr. Outro, complementa dizendo: “a avaliação de fora tem que ser melhorada, porque vejo o trabalho em cima somente de muitos dados [...]. Falta um trabalho de conscientização com os líderes, um trabalho de orientação”^{AP7}.

Parece que a construção de um sistema de informação é necessária, no entanto, tem-se constituído prioridade em função dos parceiros financiadores, que estão mais interessados nos índices e porcentagens. Na concepção de alguns Agentes Pastorais essa ênfase na burocratização, ultimamente, tanto tem desarticulado uma postura mais politizada, como atenuado os sentimentos de espiritualidade na efetivação do trabalho entre os Líderes Comunitários.

Assim falaram os Agentes Pastorais sobre as contradições presentes nas maneiras de fazer PCr nas comunidades. Há evidência nos discursos de um modelo de ação, vivenciado de diversas maneiras nas comunidades, sendo reinterpretado em virtude das diferenças culturais e da condição social das crianças acompanhadas. Nesse sentido, as ferramentas utilizadas no trabalho devem ser ressignificadas, e o processo de aproximação dos familiares entendido como relação de conquista, dependendo de modalidades de ação tática.

O conjunto dos discursos falaram de uma ação do tipo emergencial, apesar de dinamizada num processo denominado de acompanhamento da criança entre os seus familiares. A intervenção é realizada em função do escape da criança, sem promover mudanças na condição social da mesma. A esse respeito, os Agentes Pastorais, por vezes, deixaram transparecer um sentimento de impotência diante da degradante condição de vida dos grupos familiares visitados, até porque, o próprio Líder mora na comunidade e encontra-se em situação social semelhante. Alguns Agentes Pastorais de coordenação apontaram para o fator supletivo da ação, ao lado da disposição dos Líderes Comunitários, influenciados pela mística, em

alimentar contraditoriamente um sentimento de esperança, acreditando no esforço que realizam nas comunidades.

ELO SINÓTICO

Durante o terceiro capítulo refleti sobre os caminhos tomados pelos Agentes Pastorais para viabilizar a PCr nas comunidades e os sentidos atribuídos à ação socioeducativa que desenvolvem.

Quando questionados sobre as formas de fazer PCr, apontaram para a presença de um modelo de ação, ao qual denominaram de “tripé” com inspirações diversificadas: a bíblica, trazendo a lógica da multiplicação; a do método ver-julgar-agir da Ação Católica; e a dos princípios sanitaristas organizados pela Dra. Zilda Arns. Dessa forma, os discursos indicaram para a organização de modalidades de ação estratégica, aperfeiçoadas ao longo desses 23 anos de atuação da PCr.

Ao abordarem o tripé da ação, constituído pelos momentos da visitação, pelo Dia do Peso e pela Reunião de Reflexão e Avaliação, os agentes atribuíram à ação socioeducativa da PCr os sentidos de vigilância, exame, processo, conquista, revelando estarem inseridos numa atividade a qual exige dinamicidade, persistência e, em alguns momentos, como o da visitação, o uso de astúcia.

Sobre os recursos que ajudam na viabilização da ação, falaram das ferramentas de informação, de registro e de mensuração, que funcionam como instrumentos de controle, eficazes no disciplinamento das famílias, no ensino da vigilância nutricional, na identificação dos sinais de risco e dos indicadores de oportunidades e conquistas.

Essas maneiras de fazer PCr somente é possível pela presença de colunas que sustentam a ação nas comunidades. Refiro-me à pessoa do Agente Pastoral, especificamente o Líder Comunitário, e à mística, cultivada de forma individual, ou no grupo. Fatores que serão discutidos no próximo capítulo.

4 AS COLUNAS

[...] o voluntário da Pastoral da Criança realiza mais do que um trabalho junto às famílias que acompanha: ele tem uma missão de Fé e Vida, de fraternidade cristã, de amor e de co-responsabilidade social. (PASTORAL..., 2002a, p. 3).

Neste capítulo, abordarei acerca da figura do Agente Pastoral que atua como Líder Comunitário, peça chave no bom desenvolvimento da ação socioeducativa da PCr. O Líder Comunitário é reconhecido pela PCr como uma das colunas que sustentam a estrutura da instituição em todo o país. Atribui-se a ele a responsabilidade de realizar o trabalho na base, acompanhando as crianças no seio dos familiares. Por isso é considerado por muitos Agentes Comunitários como: “o coração da Pastoral da Criança, e o que faz essa grande rede”^{AP1}, um “agente de transformação social”^{AP2}, e “a coluna que dá sustentação a esse trabalho”^{AP3}. Também chamado de “anjo da guarda” por Araújo (2000, p. 27), religioso que estuda a PCr em Londrina (PR).

A seguir, apresento minha reflexão sobre o processo de iniciação do Líder Comunitário no trabalho da PCr; e ainda sobre os sentidos atribuídos ao ser voluntário, no contexto de fé, quando o Agente Pastoral estabelece uma relação de interdependência, através do cultivo de uma mística individual e de grupo.

4.1 A INICIAÇÃO

A dedicação de cada Líder da PCr é fruto de uma vocação que se transforma em devoção. A iniciação no trabalho, comumente, está relacionada a uma experiência pessoal de natureza mística, anterior ao ingresso na PCr, como afirma a Agente Pastoral: “Eu já era muito envolvida”^{AP3}.

Ao serem indagados sobre como ingressaram na PCr, nossos entrevistados fizeram comentários do tipo: “foi um período que pensei melhor sobre minha vocação. [...] Quando terminei o curso tive que fazer uma opção”^{AP1}; “Dom Heitor disse: ‘sua missão aqui é reestruturar a ação social [...]’. E eu entendi logo a proposta”^{AP2}; “Eu fui escolhida [...] Para mim a decisão foi difícil [...]. Mas no íntimo já tinha a resposta que eu viria”^{AP3}; “E eu disse o meu sim”^{AP4}; “participei de uma reunião, na qual me senti tocada. [...] senti o chamado”^{AP5}; “procurei uma pastoral

para exercer os dons que a gente recebe na crisma”^{AP6}; “me identifiquei com o trabalho”^{AP7}.

Notamos que o ato da iniciação é vivido como um momento de escolha ou decisão, entrega de uma missão ou proposta, execução de carisma, identificação e vocação.

O ritual de iniciação começa pela efetivação da escolha. Comumente a pessoa em foco deve enquadrar-se num perfil, conforme atestam as vozes dos Agentes Pastorais: “Desde a minha infância venho me envolvendo com catequese, grupo de jovens. Eu sempre fui envolvida na igreja, assim como católica praticante”^{AP4}; “A minha família foi sempre conhecida na cidade como aquela que acolhia os padres, [...]. eu muito cedo me envolvi em grupos de jovens”^{AP3}; “Iniciei com 14 anos, ajudando numa paróquia. Tinha uma identificação muito forte com as coisas sociais, [...]. Nesse tempo, estava trabalhando com sindicato rural”^{AP2}; “Eu era seminarista na época”^{AP1}.

Nas falas identifiquei que há a construção de um perfil, em muitos casos inconsciente, que requer pré-requisitos como: envolvimento com o trabalho eclesial, que muitas vezes está vinculado aos princípios religiosos familiares; compromisso na execução das tarefas; liderança de grupos na comunidade; e também capacidade intelectual. Os discursos denunciam a necessidade de um perfil, instituído pela própria igreja para os candidatos aos quadros de liderança e serviço nas pastorais sociais. Foi o que confirmou a fala da Agente Pastoral: “Ele me convidou dizendo que eu tinha o perfil para conduzir esta Pastoral”^{AP3}.

Além de está presente nos discursos orais, esse perfil é explicitado pela PCr em discurso escrito na publicação: “Nós somos a Pastoral da Criança” (PASTORAL..., 1998a, p. 35), quando diz que o Agente Pastoral precisa:

- gozar da confiança da Igreja;
- ter espírito missionário;
- estar comprometido com o trabalho comunitário;
- ter facilidade de comunicação com o povo;
- ser capaz de trabalhar em equipe;
- saber valorizar o trabalho de cada um;
- estar sempre disponível para aprender e partilhar seus conhecimentos;
- ser agente de transformação;
- articular e somar esforços em benefício das famílias e da comunidade;
- saber organizar, delegar, animar e celebrar a caminhada.

Depois da identificação do perfil, vem a realização do convite, que é, ao mesmo tempo um chamado da instituição, mas também entendido como um chamado espiritual, como as falas denunciam: “Eu vim convidado pela Pastoral da Criança para coordenar este projeto”^{AP1}; “Se for para o seu bem, o bem da igreja. [...] siga a vontade do seu coração”^{AP3}; “Foi uma guinada na minha vida, pois ela não tinha sentido. [...] comecei a sentir que realmente a vida é bela e a enxergar melhor as pessoas ao meu redor”^{AP5}; “Eu recebi o convite e recebi aquilo como chamado de Deus. Envolvi-me sem saber o que ia acontecer”^{AP6}. A presença da mística é muito forte, no princípio e durante a trajetória dos Agentes Pastorais, principalmente daqueles que atuam como líderes junto às paróquias e capelas. Leigos que relacionam a aceitação do convite à inauguração de um ministério pastoral pessoal que requer o empenho e a capacitação de cada um deles.

Tratam da ascese, como exercício prático que conduz a efetiva realização da virtude (WEBER, 2004) e atribui à ação social um caráter devocional. Esse sentimento está bem representado na oração do Líder Comunitário:

Senhor, tu me chamaste
para ser líder Comunitária (o) da Pastoral da Criança,
na tua Igreja, neste imenso Brasil,
na tua comunidade que também é minha.

Tu me confiaste a missão
de anunciar a tua Palavra e de denunciar a injustiça.
De testemunhar, pela minha própria vida,
Os valores do Evangelho,
para que todos tenham vida em abundância.
É difícil o teu chamado, Senhor,
Grande a minha responsabilidade.
Mas, se me escolheste, confio na tua graça.

Caminharemos juntos Senhor,
tu me apoiando, iluminando e
colocando-me à tua disposição, da Igreja,
da Pastoral da Criança, preparando-me, atualizando-me
Sempre mais para servir melhor o teu povo,
Às mães e as crianças.

Fazei-me teu instrumento
para que venha o teu reino de amor,
de esperança e de paz, de fraternidade e de justiça.
Reino onde Deus será tudo em todos. Amém
(COORDENAÇÃO, [200_], p. 1).

A oração está repleta de versos que trazem a conotação de dedicação ao ministério através do chamado, da escolha, da missão, da disposição de ser

transformado em instrumento para servir e também de controle, ainda que o líder não tenha essa consciência.

Comumente, a primeira etapa de participação nas atividades da PCr ocorre quando ainda integra a Equipe de Apoio, formada por pessoas que auxiliam o trabalho dos Líderes Comunitários. Para se tornar Líder, a porta de entrada é a capacitação no Guia do Líder. Gomes (2004, p. 16), assessor de ação pastoral da Coordenação Nacional da PCr, relata que uma vez capacitado, o Líder tem direito:

[...] ao Guia do Líder; ao Caderno do Líder; acompanhar crianças e gestantes; levar as colheres medidas para as famílias; ter a fita braquial, as cartelas laços de amor; colocar seu nome nas FABs enviadas para a Coordenação Nacional; ter uma carteirinha de Líder da Pastoral; ter no mínimo uma capacitação, oficina de aperfeiçoamento por ano e receber o certificado da capacitação; ser alfabetizado; receber religiosamente um exemplar do Jornal da Pastoral da Criança por mês – para que possa manter sua formação contínua nas ações em favor do desenvolvimento das crianças e famílias, como também as informações das comunidades, da Igreja, nossas ações prioritárias, complementares e opcionais.

O curso de capacitação possui dois momentos: o primeiro, trata da leitura e reflexão do Guia do Líder; e o segundo, ensina sobre a utilização das ferramentas no trabalho de acompanhamento da criança.

O estudo do Guia é explorado através de uma leitura dinâmica, realizada no coletivo, o que convida os sujeitos a participarem efetivamente. Os períodos de leitura interativa são articulados a trabalhos de interpretação de textos em pequenos grupos, seguidos da socialização das idéias através do teatro, da dança, da poesia, da música. A realização dessas atividades que envolvem múltiplas linguagens propicia a compreensão dos conceitos sobre as ações básicas de saúde.

A fase de interação com as ferramentas de trabalho é articulada ao estudo do segundo capítulo, no terceiro livro do Guia do Líder. As atividades são organizadas em torno das ferramentas distribuídas nos grupos. Ocorre o estudo sobre conceituação, funcionalidade e importância de cada ferramenta para o trabalho de acompanhamento da criança pobre. Depois, as reflexões são sistematizadas em murais e socializadas entre os participantes. (Detalhes sobre as ferramentas de trabalho consultar o item 2.3).

Particpei de alguns cursos de capacitação de Líderes Comunitários. A Figura 18 mostra um momento de leitura, reflexão e sistematização de conceitos tratados pelo Guia do Líder. Nota-se que a Coordenadora Comunitária (a terceira

pessoa da esquerda para a direita) orienta a atividade que é realizada em grupo. A tônica desses encontros de formação está na aprendizagem do trabalho em equipe, intermediado pela leitura, interpretação e socialização das informações sobre as ações básicas de saúde. Detalhe: na foto vê-se a presença masculina nos cursos de capacitação. Envolvimento ainda tímido, pois a proporção demonstra maioria da participação feminina.



FIGURA 18 – Capacitação de Líderes Comunitários na Capela Santa Clara (abr.2005)

Na prática, passar pela capacitação e sair com o kit do material didático em mãos parece não ser suficiente para garantir uma atuação efetiva como líder comunitário. A ascese mostra-se como ingrediente indispensável no perfil desse Agente Pastoral que atua na comunidade.

O Jornal Pastoral da Criança, publicado em agosto de 2004, confirma que “ser Líder da Pastoral da Criança é uma vocação”. O Líder é chamado e passa a ser parte ativa, consciente e responsável pela execução do trabalho, esse tratado como uma missão a ser cumprida. Entender essa atuação como uma ação missionária, significa implementar atitude de compromisso, comprometimento com a obra. Segundo Gomes (2004, p. 16), Assessor de Ação Pastoral, quem encontra uma vocação deve “vivê-la plenamente”.

Nas entrevistas, os Agentes Pastorais de coordenação defendem a iniciação do novo Líder Comunitário apenas através da capacitação no curso de 45h. no Guia do Líder, considerada a formação inicial. Todavia, os discursos dos Agentes Pastorais, as quais atuam como Líderes Comunitários, evidenciam que o processo de formação está relacionado com a mística particular cultivada por cada Agente, durante o período de integração, quando começam atuando ainda na Equipe de Apoio. O momento da capacitação apresenta-se como ápice de uma trajetória que é firmada, primeiro, por uma intimidade com as ações da igreja, pois são católicos efetivos; segundo, pelo convite, que tem duas dimensões: a espiritual, porque é interpretado como um chamado divino e a material, realizada por uma autoridade da Igreja ou da PCr; e, terceiro, pela atuação na Equipe de Apoio, que garante o conhecimento da ação socioeducativa da PCr.

Nesse sentido, a formação inicial do Líder está firmada na espiritualidade presente nas práticas religiosas e nas experiências de fé vivenciadas na Equipe de Apoio, depois que é complementada com a formação técnico-científica no Guia do Líder e reconhecimento das ferramentas de trabalho. Por esse motivo, os Líderes Comunitários entendem que o trabalho realizado possui uma dimensão técnica, mas é primordialmente uma ação missionária.

Enquanto os Líderes Comunitários atribuem um sentido místico à iniciação na PCr, a igreja interpreta como uma ação missionária mais efetiva nas comunidades e o estado atribui valor à intervenção porque economiza gastos com pessoal. Tendo essa consciência a PCr divulgou:

[...] se fôssemos contabilizar economicamente esse trabalho, partindo-se de valores mínimos como o salário de 260 reais, proporcional às 24 horas de dedicação mensais, o valor gerado seria de 66 milhões de reais. Isso representa mais que o dobro do total de recursos financeiros recebidos das parcerias e convênios com empresas e outras instituições, que no último ano fiscal [2004], foi de 32 milhões de reais. (VOLUNTÁRIO..., p. 15, 2005).

Investir em trabalho voluntário significa, atualmente, contenção de despesas e conseqüente aumento de vantagens, economia nos caixas da rede pública e privada. Não é sem razão que Araújo (2000, p. 31) afirma que “o maior patrimônio da Pastoral da Criança está nos Líderes Comunitários”.

4.2 SER MAIS QUE VOLUNTÁRIO

O Líder da PCr costuma ser classificado nos documentos como voluntário, isso porque a instituição é colocada junto ao grupo das demais que exercem o voluntariado e que fortalecem o terceiro setor. Dentro da lógica do ativismo social, o voluntário é aquele que exerce uma atividade por vontade própria, sem remuneração e para uma organização sem fins lucrativos, voltada para objetivos públicos. (CARVALHO, 2004).

O trabalho voluntário é caracterizado pela doação espontânea de tempo, talento e serviços para causas sociais, ação antigamente vinculada apenas às instituições religiosas e de caridade. Hoje, a atuação do voluntariado se redimensiona com a inclusão de instituições privadas e estatais as quais buscam equilíbrio para a crescente desigualdade social, através de um discurso de ética, solidariedade e participação cidadã. São instituições ditas solidárias que estão vinculadas ao fortalecimento da economia e vendem a idéia de desenvolvimento local das periferias, através de formas plurais de auto-ajuda e autopromoção a partir da racionalização de recursos suscitados no próprio meio dos grupos sociais assistidos.

Essa rede solidária integra também as organizações filantrópicas, criadas a partir da mobilização da sociedade civil e que declaram não possuírem fins lucrativos. São associações civis de caráter público: as organizações comunitárias, as organizações voluntárias e as ONGs de atuação social direta. “Neste grupo prevalecem formas de regulação baseadas na reciprocidade, tais como o dom e o voluntariado que, por sua vez, são indissociáveis das relações pessoais presentes na esfera comunitária.” (CARVALHO, 2004, p. 24).

A PCr além de integrar o movimento do voluntariado, está vinculada a uma instituição religiosa e por isso o trabalho que realiza possui outros significados. Os Agentes Pastorais, por vezes, podem ser motivados por impulsos altruístas que causam auto-realização, mas a espiritualidade constitui principal fator que determina o engajamento na ação.

Isso pude notar através das falas de alguns Agentes Pastorais quando indagados sobre a motivação para realizarem o trabalho: “é o amor a Deus, [...] traduzido no amor ao próximo. A mística que motiva”^{AP1}; “A fé, a nossa fé, a fé que professamos [...] ela nos impulsiona a um engajamento, a um compromisso”^{AP2}; “ A

motivação maior é a fé que tem dentro de cada um de nós”^{AP3}; “a grande força que tem a espiritualidade e que é um grande mistério”^{AP4}.

Há um diferencial na atuação da PCr, melhor explicitado no discurso desse Agente: “[...] evito chamar o Agente da Pastoral da Criança de voluntário, por causa da motivação. Ninguém se engaja numa ação de pastoral de Igreja, sem que não esteja motivado pela fé”^{AP2}. Esta fala tem relação com o que Weber (1991, p. 20) comentou sobre a existência, no meio religioso, de formas de coação dissimuladas, mas bastante eficazes: “A legitimidade de uma ordem pode ser garantida de modo afetivo, por entrega sentimental; de modo racional, respaldada por valores; e de modo religioso, pela crença para a salvação.”

A partir do pensamento desse Agente Pastoral considera-se que o Líder da PCr não é apenas voluntário, ele está preso a uma fé e por isso assume um compromisso com conotação de dever, de missão: “Esse compromisso tem que se revestir de expressões, metas, assumindo afeições humanas”^{AP2}. Dessa forma, o líder assume compromisso com Deus, na qual está o mistério e a espiritualidade consigo mesmo, baseado na consciência e na auto-realização com a igreja, enquanto instituição religiosa.

Stucky (1999, p. 44) aponta as razões humanitárias como central na mobilização das pessoas que realizam ação voluntária, dizendo que não existem critérios de ordem econômica ou de instrução mínima para o envolvimento no trabalho. A vontade e a disponibilidade para ajudar o outro, reforçada por um forte espírito de solidariedade, são características suficientes para integrar-se ao grupo e receber o treinamento específico sobre ações de promoção de saúde e prevenção de doenças. Todavia, na PCr o fator motivacional está na fé religiosa que atribui sentido às ações humanitárias, para além da auto-realização como demonstra a fala da Líder: “a Pastoral da Criança me completa”^{AP10}.

A mística constitui-se forte elemento motivador. Essa espiritualidade de natureza intrínseca garante maior envolvimento com a ação, porque o compromisso é assumido por cada pessoa, fruto de decisão pessoal, muitas vezes relacionado a uma experiência de fé transformada em devoção. Assim a ação do Líder Comunitário é uma iniciativa pessoal, apoiada pela igreja através da PCr: “[...] ele não é somente um voluntário, é também um missionário e não está sozinho na caminhada.” (GARCIA, 2005, p. 16).

Motivado pela missão que tem a cumprir, o Líder Comunitário declara: “então a gente se sente obrigado a cuidar dessas pessoas para amenizar esse problema”^{AP8}. O sentido de obrigatoriedade presente nas falas dos Líderes Comunitários tem razão nas reflexões de Geertz (1989, p. 143), quando ao abordar as ações do tipo religiosa, afirma que o “sagrado, contém em si mesmo um sentido de obrigação intrínseca: ele não apenas encoraja a devoção, como a exige; não apenas induz a aceitação intelectual, como reforça o compromisso emocional.”

Nesse sentido, o Líder é motivado pela fé. Não possui vontade própria. Ele pensa em realizar um trabalho voluntário, mas atrela essa ação diretamente a vontade de Deus e da igreja. Há um sentimento de dependência, que estabelece uma servidão pela fé, sendo condicionado pela mística. Vaneigem (2002, p. 205) ao tratar sobre espontaneidade, diz que: “só é espontâneo aquilo que não emana de uma coação interiorizada”. No caso da PCr, o sentimento de fé é a razão da ação social.

A espiritualidade é tão essencial no trabalho, que sua ausência é motivo para explicar a desistência de alguns líderes: “quando não está com sua mística bem alicerçada, por qualquer motivo desmorona e acaba desistindo”^{AP3}; precisa ser melhor trabalhado no seu interior”^{AP4}; “só permanece se tiver o amor, a solidariedade”^{AP5}; “A pessoa tem que ver bem a questão da mística. Se está preparado para esse trabalho”^{AP6}.

Além da falta de espiritualidade, apontada como a principal causa, a Agente Pastoral declara: “existem vários fatores que levam um líder a desistir”^{AP3}. Vejamos:

O líder pode deixar a PCr por causa da necessidade de emprego: “A busca de emprego, estudo. As pessoas vivem com bastante dificuldade financeira”^{AP5}; por causa de problemas no relacionamento pessoal: “quando o espírito de equipe não existe é motivo de afastamento. [...] As dificuldades, às vezes, estão nas próprias pessoas que possuem problemas dentro de si que transbordam para outras pessoas”^{AP4}; quando ocorre migração: “A migração é um grande fator de desistência da Pastoral. [...] grande parte migra para o Programa Comunitário de Saúde”^{AP1}; quando não suportam o contato com a miséria: “Ainda tem pessoas que se deparam com a pobreza, com a miséria, então, desistem [...] se retraem porque não estão habituados a ver miséria, fome”^{AP4}; por causa do sentimento de impotência: “O líder, às vezes, quer resolver e se angustia. Por não resolver os problemas pensa que não está fazendo nada”^{AP3}; por causa da burocracia: “Uma das dificuldades têm a ver

com a burocracia que a Pastoral exige. [...] a carga burocrática tem, de alguma forma, contribuído para o desânimo de alguns líderes”^{AP2}.

Os discursos apontam para a possibilidade de uma rotatividade dos líderes comunitários nos quadros da PCr nas paróquias. Essa instabilidade dos grupos é ocasionada por fatores internos e externos a cada grupo de Líderes Comunitários. Na rotatividade do líder reside uma das fragilidades do trabalho, apesar de alguns deles considerarem o fenômeno como causa para a renovação das práticas, pela reconfiguração constante do grupo. Com base nessa lógica, o trabalho pode assumir esse caráter de dinamicidade, mas corre o risco de ter ausente o espírito de cooperação e equipe, ocasionado pelo permanente sentimento de insegurança.

O forte cultivo da mística na PCr apresenta-se como condição necessária, pois os Líderes Comunitários, que permanecem vinculados ao trabalho, se defrontam cotidianamente com várias dificuldades, limitações inerentes à ação socioeducativa que desenvolvem nos bolsões de pobreza.

Primeiro, depararam-se com os limites sociais impostos às famílias acompanhadas. Trata-se dos limites do outro que vive em condições extremas de miséria: “As crianças passam fome diariamente e a agente chega e fala de nutrição e fica naquela ansiedade. [...] não tem roupa, um calçado, às vezes, são criticadas no posto de saúde”^{AP4}.

Diante da situação desoladora, os Líderes enxergam as limitações de si: “Quando a gente se aproxima e conhece a realidade [...]. A gente sabe dos limites dos voluntários da Pastoral da Criança, na visita domiciliar, quanto as orientações básicas de Educação e Saúde da família”^{AP4}. Quanto à formação: curso inicial de capacitação não é suficiente para os desafios experimentados na realidade da comunidade: “Éramos chegados à família, mas não tínhamos o domínio dos termos técnicos do Estatuto da Criança. Então pedimos ajuda”^{AP6}. Quanto à intervenção, que é realizada com dificuldade: “[...] muitas vezes, não temos estrutura, local apropriado para trabalhar com essas famílias”^{P4}

A vontade de cada Líder está em resolver o problema, mas, diante das condições diz que apenas consegue remediar: “Estamos tentando amenizar as situações agravantes [...]. O mínimo a gente consegue.”^{AP4} Talvez os limites dessa atuação estejam vinculados à crença numa política de autopromoção em que “o pobre ensina o pobre; o pobre aprende e partilha os dons com os outros vizinhos”. (NEUMANN, [199 _], apud ARAÚJO, 2000, p. 102).

Atentam também para os limites da instituição: “Quando a igreja se mete em fazer uma ação social, ela está fazendo sempre de forma supletiva e extraordinária. [...] nós não somos eficientes o suficiente para fazermos sozinhos”^{AP2}; “Se a Pastoral da Criança fosse essa solução [...], mas infelizmente não temos esse poder de assumir esse lugar do Estado”^{AP5}; “Ela é uma ação da igreja e está muito claro que não veio para resolver todos os problemas”^{AP3}; então, “[...] apesar das dificuldades a Pastoral da Criança procura estar lá”^{AP6}.

Por meio dessas falas, os Agentes Pastorais recuperam os sentimentos de insuficiência e impotência frente à dimensão dos problemas sociais que afligem cada comunidade. Diante das limitações identificadas pelos discursos, é possível refletir e entender que os Agentes Pastorais têm a consciência de que ao lidarem com a mortalidade materno-infantil estão tocando num problema sócio-histórico articulado às questões sociais como desemprego, má distribuição de renda, precarização das condições de moradia, entre outros. Tentam atingir apenas uma ponta do *iceberg*.

Quando falam sobre as limitações de si, reportam-se às fragilidades presentes no ser Líder Comunitário, estabelecendo um paradoxo com a designação de que “são colunas”. Como garantir sustento da ação diante da possibilidade de rotatividade nos grupos ou eminente desistência? Como significar segurança quando oscilam diante dos obstáculos, sem saber como agir? Parece que o sentido de coluna está relacionado ao valor que possui o Líder Comunitário, sua essencialidade na realização do trabalho efetivo na comunidade, como sendo aquele que atua diretamente junto às famílias. Esse sentido de operário, o qual assume a linha de frente da ação, está na fala do Agente: “são eles que estão aqui com a mão na massa, sentindo a mãezinha que está lá nos grotões de miséria desse país”^{AP2}. Alimenta-se a certeza de que na ausência dele, torna-se impossível fazer PCr.

Esse reconhecimento está presente nos discursos dos Agentes Pastorais ligados às coordenações. Admitem que, apesar das dificuldades encontradas na atuação, o Líder consegue preservar a intervenção nas comunidades, tornando-se o “motor” da ação. Por outro lado, os discursos dos Agentes Pastorais, os quais atuam como líderes, destacam o cultivo de uma mística como sendo o segredo da expansão do trabalho, é o que os motiva a acreditarem na possibilidade de sobrevivência da criança pobre. A ambivalência dos discursos conduz a reflexões tais quais: quem seria a coluna da PCr, o líder Comunitário ou a mística? Mas o que seria a PCr sem o Líder e como o líder sobreviveria sem a mística? Considerando o

jogo de interdependências, institui-se um movimento de complementariedade entre a figura do Líder e o cultivo da mística, agindo como sustentáculos da instituição.

Os líderes assumem a posição de “colunas”, quando articulam a ação socioeducativa nas comunidades; o alicerce de cada um deles está na mística cristã que é tida como fundamento da prática e razão de existência da instituição. A mística mostra-se fundamental na atuação do Agente Pastoral: “A mística é que nos consiste”^{AP6}. A PCr mostra a mística como sendo essência de si mesmo, simbolizada pela firmeza de uma árvore, apresentada na FIGURA 19, em que as raízes são compostas pela mística e a fé:

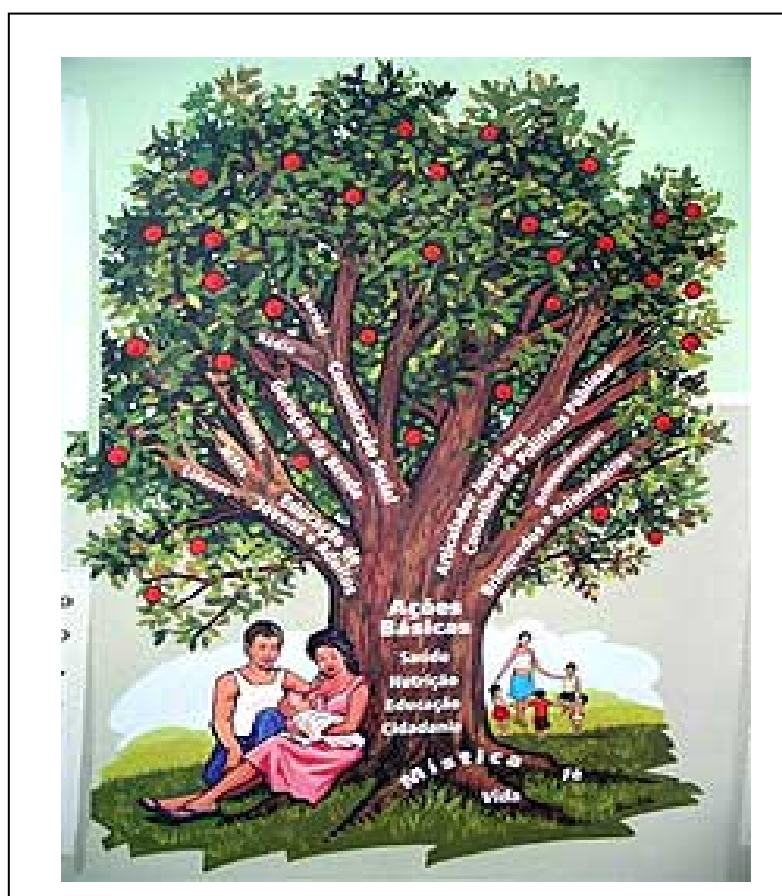


FIGURA 19 – Árvore que tipifica a organização das ações da PCr

Esse tipo de representação torna-se usual na maioria dos documentos editados pela PCr. A instituição é tipificada como uma frondosa árvore que demonstra fortaleza, abrigo para a família. Pela integração dos galhos com o tronco tenta mostrar os tipos de articulações estabelecidas entre os princípios morais, religiosos e as ações desenvolvidas pela instituição nas comunidades

acompanhadas. A ilustração ainda faz referência ao modelo de família nuclear e a prática do lúdico intermediado pelo adulto, aspectos cada vez mais ausentes na população alvo.

Como se observa, a mística está na base da instituição e se prolifera tanto pelas instâncias das coordenações, no planejamento e nas capacitações; como também na atuação dos grupos de Líderes Comunitários, no processo de acompanhamento das crianças pobres. A pedagogia da sobrevivência está firmada no cultivo da mística cristã entre os Agentes Pastorais e na comunidade visitada. A mística aparenta estar circunscrita apenas a um momento dos eventos, no entanto, termina sendo determinante para a sobrevivência da própria instituição.

4.3 MÍSTICA CRISTÃ INDIVIDUAL E DE GRUPO

[...] As pessoas se engajam no trabalho porque estão movidas pela mística fraterna de construir um mundo melhor pela participação comunitária. (ZILDA ARNS, 2003).

Ao tratar da mística, os Agentes Pastorais falam de motivação, vontade, razão para a concretização de intenções, desejos e sonhos. Aquele sentimento que é gosto, determinação, entusiasmo, ousadia para a realização. (BOGO, 2002). A mística entendida como mistério, considerada milagre, incompreendida porque não explicada pela razão, ligada a uma vivência individual ou de grupo. Entendida apenas como lógica de fé, baseada nos sentimentos de esperança e de alteridade – amor ao próximo como a si mesmo. Também está relacionada ao senso de cuidado, cultivo da fé, da espiritualidade da pessoa humana.

A espiritualidade³⁴ que sustenta o trabalho da PCr é denominada de Mística Cristã, aquela que pressupõe um sentimento individual, uma experiência pessoal com Deus e se estabelece como caminho de realização humana: “mistério [...] que se inscreve em cada pessoa, em cada ser e na totalidade da realidade e que possui um caráter definitivamente indecifrável”. (BETTO; BOFF, 2005, p. 35).

Identifiquei, nos discursos dos Agentes Pastorais entrevistados, uma mística cristã, construída primeiro na individualidade de cada pessoa: “a fé cultivada no

³⁴ Compreendido como transcendência: “experiência com o divino, que o ser humano faz a partir do profundo de si mesmo”. (CASTRO, 1998, p. 17).

interior de cada um”^{AP3}. Trata-se de uma volição intrínseca e particular. O que significa que a atuação do Líder Comunitário depende de uma decisão subjetiva que envolve convicção de fé e caridade.

A fé se apresenta como unidade e distinção entre ação e reflexão, a qual abrange as dimensões de experiência e transcendência humana; que opera pela caridade e se expressa em obras. (TABORDA, 1990). Ocorre quando a pessoa desce a um nível mais profundo de si mesmo e se sensibiliza diante do outro e da complexa realidade do mundo em que vive.

A prova disso, é que dentre as cinco palavras-chave mais usadas para identificar a PCr, o amor foi a mais citada. Observei que os Agentes Pastorais atribuem forte espiritualidade à ação socioeducativa que realizam. Há um destaque para o sentimento de amor como materialidade desse sentimento em benefício da instituição (evangelização), das crianças acompanhadas (compromisso social) e deles mesmos (auto-realização). Como também, observa-se a presença de vocábulos do terceiro setor como solidariedade, voluntariado, qualidade de vida, entre palavras que evocam princípios da igreja como missão, fé, ecumenismo, caridade, partilha, o que demonstra efetiva parceria das Pastorais Sociais com a sociedade civil organizada.

A relação social que visa o bem comum constitui a base desse tipo de parceria e estabelece o que Weber (1991, p. 29) denomina de sentimento de solidariedade:³⁵ “pela ação de um dos participantes, todos os demais se consideram responsáveis, do mesmo modo que ele mesmo”. A solidariedade como virtude, ato de alteridade, pautado em relações reais de auto-ajuda a partir da condição de vida dos sujeitos. O indivíduo centrado em si mesmo não consegue ser solidário. É necessário que as responsabilidades sejam compartilhadas entre as pessoas envolvidas na ação e, na PCr, religiosamente legitimadas.

A ação socioeducativa legitimada é aquela que encontra reconhecimento tanto no carisma pessoal dos leigos, como na Doutrina Social da Igreja. A PCr institui uma ação social e educativa fundamentada na mística, uma mística de natureza cristã, que move a caridade pela fé e acentua o dever de realizar o trabalho. O mistério se estabelece quando o Agente Pastoral, movido pela

³⁵ Verbo latino *solidare*, que significa unir fortemente. Segundo Gutierrez (1995), João Paulo II pregava que o sentimento de solidariedade seria a razão principal para as relações de interdependências entre os seres humanos, de forma que cada indivíduo se sinta responsável pela sobrevivência de si mesmo e da coletividade.

espiritualidade, realiza a cobrança de si mesmo diante da divindade e depois, o compromisso perante a Santa Sé.

É através da mística que vem o entusiasmo, o desejo de engajamento, dedicação, oferta de serviço gratuito ao outro carente, provocado pelo “carisma que faz o corpo andar em busca de realização de causas solidárias”. (BOGO, 2002, p. 16). Apela-se para a mística pela necessidade de descobrir mediações novas, acessíveis e viáveis aos interessados, revelada nas ações e na espiritualidade de cada Agente Pastoral.

A mística da PCr não é apenas sentimento, ela toma materialidade pelo carisma, que é a operacionalização dos dons recebidos e gratuitamente colocados em serviço. Significa agir incondicionalmente a favor do bem do outro. Uma mística como desejo que impulsiona a ação. Um carisma que se manifesta na individualidade de cada sujeito, sendo firmado no transcendente, na graça e na utilização dos talentos em benefício da coletividade. (BOFF, 1994).

Devido esse poder de mobilização que a mística possui, torna-se elemento essencial na formação dos novos Líderes Comunitários. Durante os momentos de capacitação, os Agentes Coordenadores atribuem ênfase à mística como motivação interna, porque firma-se no desejo intrínseco de servir, manifestação espontânea dos dons particulares socializados pelo carisma. Um tipo de ascese que estabelece compromisso consigo mesmo, em função do sentimento de fé que se materializa em obras.

Como consequência dessa mística individual, os Agentes Pastorais falam também de uma mística coletiva que promove a coesão entre os Agentes Pastorais: “temos uma mística particular e nas reuniões juntamos para trabalhar”^{AP6}. Espiritualidade que se manifesta no grupo e que reforça as convicções e os ideais, conforme declara a Agente: “Em todas as reuniões trabalhamos com a mística, porque ela é o motor”^{AP6}.

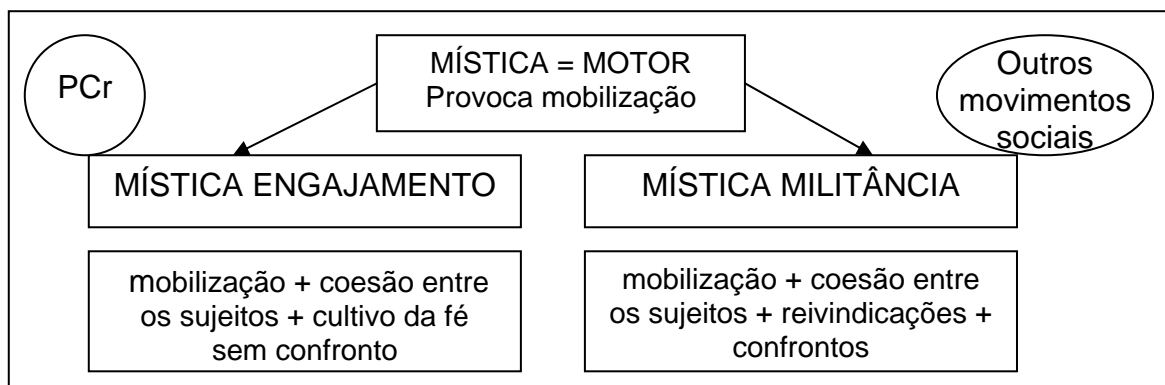
A mística de grupo presente na PCr distingue-se da mística de resistência e militante, presentes em movimentos sociais como Movimento dos Sem-Terras (MST), porque tende a priorizar a contemplação, o ritual, a vocação pela devoção, sem implementar ações de confronto com o poder público e a ordem econômica. É uma mística pautada na fé, na crença do invisível, no mistério, em que reina constantemente as energias vitais para a realização de ideais através da paz e da harmonia.

Senti essa distinção na prática, quando me envolvi nas ações sociais da PCr e participei de diversos eventos junto com os Líderes Comunitários. Por exemplo, durante uma visitação, nos deparamos com uma mãe que havia levado o filho para vacinar, mas encontrara o posto de saúde fechado. A líder comentou acerca da dificuldade enfrentada pelas famílias daquela comunidade com o serviço público de saúde. Então, sugeri como alternativa a mobilização do conselho comunitário e representantes da localidade para reivindicarem melhorias para a coletividade. A líder não expressou nenhuma reação, numa demonstração da ausência de uma mística do tipo militante, promotora de uma ação profética.

Aquela atitude causou inquietação e me fez pensar sobre o tipo de mística cultivada pela PCr, que se apresenta como sustento dos Agentes Pastorais e viabilização de uma pedagogia para a sobrevivência da criança pobre.

Na PCr, a mística fundamenta-se em três ações: a caridade cristã, a formação contínua e a celebração. A caridade cristã é manifesta na troca do conhecimento; a formação contínua se consolida na capacitação e reciclagem dos Agentes Pastorais; e a celebração da fé pelo diálogo ecumênico.

Flui dos discursos uma mística que funciona como “motor” da ação, força que impulsiona cada Agente Pastoral ao envolvimento – uma mística de engajamento, diferente da mística de militância que mobiliza para a indignação e a reivindicação. Bogo (2002, p. 158 e 175) explica que a diferença está no alvo a ser alcançado: a mística de engajamento apenas “prioriza a participação, o envolvimento”, enquanto que a mística de militância promove a adesão e “prioriza a conscientização para produzir mudanças”. Conforme o ESQUEMA 11, a mística nos dois casos apresenta-se como volição, “motor”, mas os alvos a serem atingidos são diferentes:



ESQUEMA 11 – Sentidos da mística

Não temos dois tipos de mística, mas diferentes formas de vivenciá-la. Segundo Boff (1993), a mística é energia vital que pode se manifestar no sentido antropológico-existencial, relacionada às experiências de vida de caráter incomensurável à razão humana – fala da mística religiosa; e no sentido sociopolítico, estando aliada a convicções que mobilizam as pessoas e os movimentos para lutarem por mudanças – refere-se à mística de militância. A PCr atribui maior ênfase à dimensão ritual e coesiva, enquanto que outros movimentos sociais acrescentam a dimensão sociopolítica. Tanto a mística de engajamento como a de militância, possuem o poder de congregar, porque fundamentam-se numa causa, numa ética e numa simbologia.

Nos dois casos, a mística é causa ou motivo, a razão direta para as realizações, a força que conduz ao cultivo de utopias. Para Betto e Boff (2005, p. 49), a volição se constitui a base da mística tanto no sentido religioso como no sentido sociopolítico:

Mística significa, então, o conjunto de convicções profundas, as visões grandiosas e as paixões fortes que mobilizam pessoas e movimentos na vontade de mudanças, inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades ou sustentam a esperança face aos fracassos históricos.

No caso da PCr, o que move a ação é a vontade de atender, primeiro, a um chamado divino e depois ao compromisso com a instituição, o que implica decisão pessoal. A esse respeito fala uma Agente Pastoral: “cada um de nós temos (sic) uma mística particular e nas reuniões juntamos para trabalhar”^{AP6}. A mística firmada na fé individual e por isso qualificada de mística cristã.

A mística também envolve ética, quando se articula aos valores e à moral, aos interesses individuais, ou de um grupo. A ação social da PCr é fundamentada nos novos princípios da doutrina social da igreja, que apontam para diálogo inter-religioso, a solidariedade, a espiritualidade da práxis, a evangelização através da fé e da intervenção social.

A mística se materializa pelos símbolos, que são capazes de representar os sentimentos e as vontades. Na ação social da PCr, o símbolo tem sentido dinâmico, é mistério que induz à participação, adesão as idéias do grupo. Elias (1970) fez menção ao poder de síntese e de comunicação das simbologias. Os símbolos podem provocar a ligação emocional entre pessoas, ou mesmo, por meio deles pode ser possível a construção da identidade de um grupo.

O poder da simbologia está presente durante as capacitações e as reuniões de Celebração da Vida, quando são construídos painéis no chão, nas paredes ou sobre mesas, que se transformam em altares sagrados. Observei a presença de imagens da Sagrada Família, crucifixo, velas, flores, sino, Bíblia, rosário, ao lado das ferramentas de trabalho da PCr: cartões da criança, Caderno do Líder, colher-medida do soro caseiro, fita braquial, os dez mandamentos para a paz na família. Ainda espalhadas pelo painel, entre os objetos, plaquetas com palavras-chave de motivação como: caridade, evangelização, amor, mística, caridade cristã, formação contínua, celebração.

Durante os eventos, os Agentes Pastorais investem na linguagem não verbal para decorar o ambiente, com o objetivo que a mensagem da PCr seja assimilada. “O simbólico dá a verdadeira dimensão do mistério.” (BRIGHENT, 2004, p. 34). Os símbolos se revestem de sentido dinâmico, alimentando a formação de identidades, crenças, valores no interior dos grupos capacitados. Nesse processo de subjetivação da ação, ocorre a produção de símbolos sagrados, os quais, segundo Geertz (1989), são responsáveis pela assimilação de valores relacionados à estética e à moralidade.

A mística se materializa dando forma e sentido aos espaços, a exemplo do que observamos no encontro de capacitação que ocorreu na Capela São Paulo Apóstolo, onde havia uma mesa no centro do salão, adornada, semelhante a um altar, com a inscrição: “Mística: luz que ilumina e anima a caminhada. Seiva que alimenta e sustenta a vida”. O altar estava montado com uma sobreposição de objetos religiosos (terços, crucifixos, velas) e ferramentas de trabalho da PCr (Guia do Líder, exemplares do Jornal Pastoral da Criança, vídeos).

Essa espiritualidade costuma ser materializada também através do “momento da mística”, composto pela entoação de cânticos, leitura de versículos bíblicos e realização de orações. A recomendação é que esses momentos de espiritualidade acompanhem o Agente Pastoral em cada ação que realize: capacitação, visitação, Dia do Peso, reunião de avaliação e reflexão, rodas de conversa e outros momentos.

Na PCr, o momento da mística se constitui em gesto simbólico que ultrapassa a realização de discursos, porque torna-se ritual e se materializa em testemunho de vida. É através do gesto simbólico que as pessoas

[...] expressam-se e comunicam-se de forma mais profunda e séria as realidades mais densas da existência humana, pois se comunica e expressa em nível de afeto e emoção a espiritualidade da práxis. [...] o simbólico é indispensável, constitutivo da existência humana. (TABORDA, 1990, p. 80).

Na PCr, a mística é um sentimento forte que garante a ligação social no interior do movimento, promovendo uma unidade de ação e pensamento. Uma mística cristã ou eclesial que é sinônimo de espiritualidade³⁶ ligada à vida, celebração, oração, comunhão e caridade. Atividades e sentimentos bastante eficientes na consolidação de uma ideologia e serviço próprios, configurando o que entendem por rede de solidariedade ou corrente de solidariedade, assim tratada por Paulo II na Encíclica *Sollicitudi Rei Socialis* (1987).

A mesma noção de rede partilhada por Elias (1970, p.12) quando a define como “jogo de interdependências entre indivíduos e grupos sociais”. Uma instituição como a PCr constitui-se essencialmente por grupos de seres humanos articulados entre si e que constroem configurações específicas de relações sociais.

Rousseau, ao discutir sobre os fundamentos da desigualdade entre os homens, acrescenta que ocorre um tipo de dependência mútua que constrói vínculos de servidão e provoca necessidades recíprocas que une, de forma que uma pessoa fica na condição de não poder dispensar a outra. No interior dessa rede, as pessoas estão sujeitas a forças compulsivas como a solidariedade e a mística, promotoras dos sentimentos de utilidade social, de pertencimento e instituição de uma ascese. Essas forças estão presentes no interior da PCr e direcionam as ações dos Agentes Pastorais.

A PCr assume uma configuração, cujo eixo central é a criança na família. Tanto os Líderes Comunitários como a mística estão presentes na base de sustentação dessa rede de indivíduos, sendo os responsáveis pela articulação da teia de interdependências as quais fornecem integração e lógica à ação social. Nesse sentido, “a interdependência é uma condição prévia para que se forme esse tipo de configuração”. (ELIAS, 1970, p. 142.).

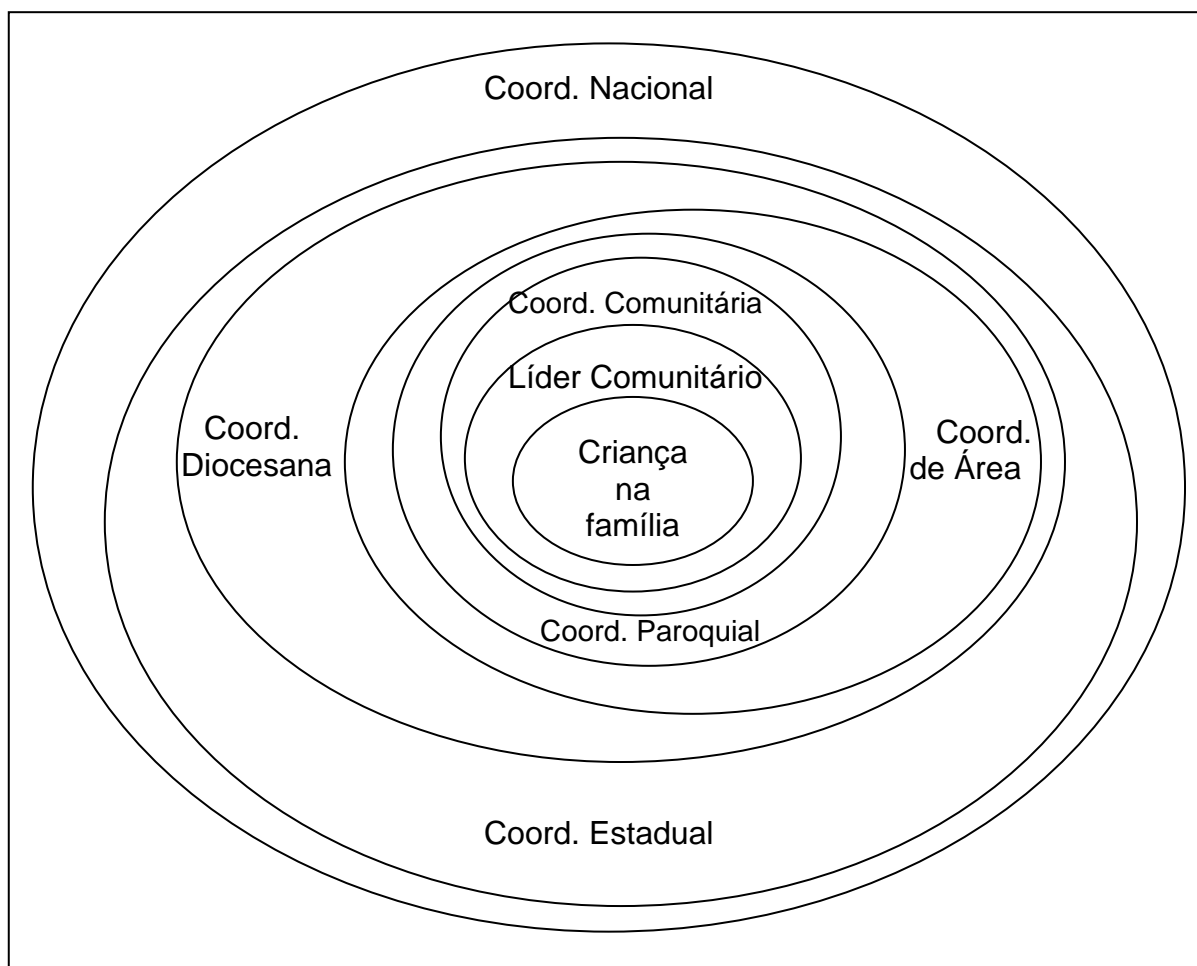
A interdependência garante as ligações sociais ou interpessoais que são capazes de unir as pessoas em torno de instituições, símbolos, ideologias, em torno

³⁶ Definida por Hill (2005, p.23) como “um anseio interno de saber qual é a profundidade de nós mesmos, do mundo e de cada coisa ao nosso redor. Esses anseios provocam dúvidas sobre os mistérios do nosso mundo, sobre a criação do universo, de onde viemos, para onde vamos”.

de objetivos comuns. É um fenômeno comum no âmbito das entidades filantrópicas que buscam “desenvolver nos seus membros um sentimento social fundado em deveres mútuos, ligando os indivíduos uns aos outros”. (BEGHIN, 2005, p. 46). As ligações sociais são responsáveis pelas várias possibilidades de configuração que um grupo de pessoas pode assumir. São as denominadas redes:

[...] formas recentes de organização da luta social por parte das associações e movimentos sociais. As redes trazem importantes mudanças na sociabilidade e na espacialidade, criando novos territórios de ação coletiva, um novo imaginário social, uma comunidade virtual. (VIEIRA, 2001, p. 76).

A seguir, através do ESQUEMA 12, pode-se observar como estrutura-se a rede de solidariedade mantida pela PCr:



ESQUEMA 12 - Configuração da Pastoral da Criança

Nota-se que esse tipo de organização difere do modelo tradicional de organograma que dicotomiza a instituição em partes. Compreender a PCr como uma configuração evidencia as ligações entre os sujeitos na busca de uma unidade. Dessa forma, não enxergamos uma hierarquia estruturada, mas ocultada no interior das relações sociais estabelecidas. Uma hierarquia baseada em diferentes níveis interdependentes de funções, de coordenações as quais se integram, dando corpo ao que conhecemos como ação socioeducativa da PCr.

No interior dessa rede, as instâncias mais próximas da criança na família realizam um número maior de ligações sociais, evidenciando um maior grau de interdependência. O Líder Comunitário, por exemplo, por está mais próximo do núcleo, consegue estabelecer relações sociais diretas com as crianças, as famílias, com os outros líderes comunitários, com a coordenação comunitária e a coordenação paroquial.

As instâncias que estão distantes do núcleo, em outra dimensão de atuação, como a coordenação de área, coordenação diocesana, coordenação estadual e nacional estabelecem menos relações sociais diretas com as crianças nas comunidades pobres, mas não deixam de estabelecer outros tipos de relação social que determinam um grau de dependência dentro da configuração. Por exemplo, os Agentes Pastorais de coordenação dependem da adesão e atuação dos Líderes Comunitários para garantirem a efetivação do acompanhamento nas comunidades. Ao mesmo tempo, os dois segmentos de Agentes Pastorais dependem do sucesso das conquistas realizadas junto aos familiares, o que garante o cadastro e acompanhamento de mais crianças pobres.

A partir dessa reflexão, podemos concordar com o que disse a Agente: “em toda organização existe aquela hierarquia, mas o Líder da Pastoral é tão importante quanto a Coordenação Nacional”^{AP3}, no sentido de que cada Agente Pastoral, atuando nas coordenações, ou nas visitas domiciliares, assume uma posição/atuação específica necessária para a sobrevivência da instituição. Apesar do Líder Comunitário ser adjetivado como rotativo, sua intervenção é essencial na tarefa de projeção das idéias e práticas da PCr na comunidade. Por outro lado, as coordenações são responsáveis pela obtenção de recursos, produção de material e logística do trabalho em equipe. Assim, numa configuração cada peça possui um valor específico, a importância é medida pela posição que assume no tabuleiro. (ELIAS, 1970).

Isto nos leva a crer que as complexas “teias” de relações humanas são construídas por ligações sociais diretas e indiretas, dependendo do grau de proximidade dos agentes sociais envolvidos na ação. A relação de interdependência é invariável em todo o campo da configuração, tornando-se necessária na manutenção da unidade.

Assim, tanto o Agente Pastoral que é Líder Comunitário, como o Agente Pastoral que atua na Coordenação Nacional, ambos possuem a mesma importância nessa composição. A interdependência entre os Agentes Pastorais torna-se um artefato necessário para a sobrevivência da instituição numa dada configuração social.

O sentimento de mística torna-se peça indispensável no estabelecimento do jogo das interdependências nos indivíduos. É por meio da espiritualidade que os elos e os compromissos interpessoais são firmados. As ligações se materializam em nome de Deus, em consideração à igreja, ou firmadas no amor ao próximo, que se apresenta como irmão na fé. Ocorre um alto grau de subjetividade no interior das relações interpessoais, mantidas na rede da solidariedade da PCr.

Através dos discursos dos Agentes Pastorais entrevistados, sentimos que a mística cristã influencia os princípios e as ações dos que fazem a PCr. A espiritualidade é referência para explicar a razão de existência da instituição, atribuindo sentido ao natalício, ao método utilizado, à pessoa do Líder Comunitário, ao sentimento de infância e à luta pela sobrevivência nos bolsões de pobreza.

A mística, seja na forma particular, ou coletiva, se apresenta como indispensável para a sobrevivência da PCr, essa, a crença desse Agente quando diz: “Sem a mística, os líderes não teriam forças, fé, esperança”^{AP6}. A pedagogia da sobrevivência cultivada pela PCr é essencialmente pedagogia da mística cristã.

ELO SINÓTICO

Durante este quarto capítulo dialoguei com os Agentes Pastorais buscando sentidos para elementos como a iniciação na PCr, prática do voluntariado e o cultivo da mística cristã – sustentáculos da ação socioeducativa na comunidade.

A prática da iniciação na PCr foi relacionada a uma experiência pessoal de envolvimento com a igreja, esteve articulada a um convite e dependeu de uma decisão pela vocação de servir. Esse processo assegura o compromisso individual e está relacionado à formação espiritual de cada Agente Pastoral, que antecede a formação técnica.

Os Agentes apresentaram a ação do Líder Comunitário e a presença da mística como “colunas” que sustentam a PCr nas comunidades durante essas duas décadas.

Os Líderes Comunitários conceberam a ação como missão que materializa um carisma, firmado num compromisso de fé com o divino, com a igreja e consigo mesmo. Assim, atribuíram à ação os sentidos de ascese, uma vocação que se confunde com devoção.

As falas apontaram ainda para algumas contradições em torno da figura do líder, destacando a sua rotatividade e as suas limitações na atuação. Dificuldades sentidas diante das precárias condições de vida das famílias acompanhadas. Neste sentido, os discursos relacionaram o fator adversidade aos sentimentos de impotência/insuficiência, atribuídos às intervenções na comunidade.

Os Agentes Pastorais trataram a mística como fundamento da PCr, responsável pela volição e pelo engajamento na ação. Os discursos indicaram para um sentimento de mística cristã, capaz de garantir as relações de interdependência entre as instâncias de atuação, visando ao funcionamento do que denominam de rede da solidariedade.

A seguir, no quinto capítulo, reflito sobre alguns pontos de tensão presentes nos discursos analisados. Trata-se de ambivalências de sentidos atribuídos à instituição PCr e a ação socioeducativa implementada nas comunidades pobres.

5 CONTRASTES

A ação socioeducativa da PCr está assentada sobre alguns paradoxos, causas para inúmeras discussões dentro e fora da instituição. Como pude observar durante a presente pesquisa, essa realidade contrastante transparece nos discursos dos Agentes Pastorais em torno das questões: a) PCr é organismo e/ou organização?; b) PCr apóia o fortalecimento do terceiro setor?; c) PCr prima por uma ação ecumênica e também evangelizadora?.

5.1 PCr: ORGANISMO OU ORGANIZAÇÃO?

Entre as instituições da sociedade organizada a PCr é uma instituição de dupla face. Assume simultaneamente as dimensões de entidade filantrópica e religiosa. Tanto trata com as questões sociais de nosso tempo como se institui campo do exercício da espiritualidade. Como pastoral social da igreja é organização e também um organismo vivo que deve renovar-se na comunidade.

Quando trato da Igreja-organização refiro-me a sua dimensão institucional e da igreja-organismo, destaco a sua dimensão religiosa. Semelhante à distinção que Boff (1994, p.187) realiza ao falar da igreja como campo religioso-eclesial (instituição) e como campo eclesial-sacramental (sacramento, sinal e instrumento da salvação): “são dimensões da mesma e única igreja”.

Foi comum nos discursos identificar a PCr, muitas vezes sendo tratada como organização e outras vezes como organismo. Para a Igreja Católica a instituição é organismo de ação social da CNBB, mas os Agentes Pastorais apresentam múltiplas definições.

Para os Agentes a PCr é plural e significa: “rede de solidariedade”^{AP1}, “projeto de mudança social”^{AP1}, “serviço de caridade”^{AP2}, “expressão de amor”^{AP2}, “organismo da CNBB”^{AP3}, “instituição de capilaridade”^{AP3}, “ação da Igreja”^{AP3}, “organização social”^{AP4}, “trabalho coletivo e de unidade”^{AP4}, “articuladora de forças sociais”^{AP4}.

As definições estão atreladas à espiritualidade, ao poder da igreja e à ação social da sociedade civil. Os discursos oscilam porque os Agentes enxergam a PCr como uma instituição híbrida que tanto é manifestação da sociedade civil organizada, preocupada com os problemas sociais, como é expressão de fé do

apostolado leigo e também iniciativa missionária nos bolsões de pobreza, de forma que: “a PCr é sinal da igreja na comunidade”^{AP3}.

Um dos Agentes Pastorais falou do processo de transformação pelo qual tem passado a instituição durante as duas primeiras décadas de existência. Identifica a PCr num primeiro momento, na década de 1980, quando: “levava muito em conta as tradições populares. Era proposta dela [Dra. Zilda] que envolvêssemos no processo de implantação e condução da PCr as benzendeiras, as parteiras e lideranças natas da comunidade.”^{AP2} e, num segundo momento, na década de 1990,³⁷ segundo o Agente, anos marcados pela “profissionalização da Pastoral da Criança”^{AP2}.

A PCr, no princípio, instituiu-se enquanto movimento socioreligioso, optando por valorizar a cultura popular como estratégia de aproximação das comunidades. Ela levantou-se como profeta e denunciou a presença de uma cultura de morte nos bolsões de pobreza. No entanto, desapontado, o Agente fala que “a Pastoral vem perdendo esses valores”^{AP2}. Vincula essa nova forma de ser à mudança de foco da ação social, pois diz que a ênfase passou a ser dada aos “especialistas que trabalham com muitas estatísticas”^{AP2}. A fala remete à hipótese de que a ação da PCr tenha passado de uma fase exclusivamente comunitária e subjetiva para uma fase de objetivismo pela departamentalização dos serviços pastorais.

A crescente burocratização³⁸ da PCr tem revelado parte da sua dimensão organizacional e o compromisso assumido com os organismos internacionais para diminuir os índices de mortalidade infantil. No início, durante a década de 1980, a preocupação com os resultados numéricos era pouco sentida devido ao processo de legitimação do trabalho junto à sociedade. Depois, final dos anos 1990, com a estabilidade garantida, a pastoral mostrou-se eficaz para o que havia sido organizada: tanto influenciou na diminuição dos indicadores de mortalidade materno-infantil, através do trabalho voluntário, como mobilizou a comunidade no apostolado leigo da Igreja Católica.

Como organização, a PCr passou a trabalhar com dados estatísticos, passou a enfatizar o técnico-profissional, distanciando-se dos valores próprios das comunidades que acompanha, perdendo o caráter contestatório. Para o Agente

³⁷ Em novembro de 1995, numa Assembléia Extraordinária do Conselho permanente da organização dos bispos brasileiros, a PCr foi declarada organismo de ação social. (HOROCHOVSKI, 2003).

³⁸ A esse processo de burocratização das fundações e ordens religiosas, Weber (1991, p. 144) chamou de “capelanocracia”.

Pastoral entrevistado, essa é uma das dificuldades enfrentadas atualmente: “A Pastoral precisa recuperar esses valores, ela precisa escutar mais, valorizar quem está na base”^{AP2}. Pensa que como instituição burocrática, a PCr tem esquecido o trabalho de conscientização: “não está preocupada em fazer com que a comunidade acorde, tome consciência do que é bom para o seu desenvolvimento. Mas o que alguém acha que é o melhor”^{AP2}. Completa que há uma urgente necessidade de repensar a forma de intervenção e avaliação da PCr, na busca de uma maior aproximação das coordenações com os líderes nas comunidades.

Esse Agente Pastoral sente a presença de uma instituição verticalizada, na qual o fluxo das principais decisões sai do topo em direção às bases, em contradição ao ideal de descentralização apregoado nos documentos. O que ocorre nas estruturas de poder da PCr é a repetição da lógica vertical, presente na organização da Igreja Católica—instituição, tendendo a reprodução de valores, crenças e ideologias semelhantes. Uma igreja institucionalizada que segue a lógica do poder, sendo conservadora, em sua maioria, assume compromissos e, caso corra risco, realiza concessões para sobreviver, porque teme qualquer transformação que atinja a segurança do dantes poder adquirido. (BOFF, 1994).

Há a exigência por parte do Agente Pastoral, de que ocorra maior participação das bases nas principais decisões da instituição. O Agente Pastoral alerta para o mesmo perigo apresentado por Bogo (2002, p. 84) que diz: “quando se burocratiza demais, perde-se a criatividade e a mística”.

A crescente valorização dos relatórios e fichas de acompanhamento ao lado da ação socioreligiosa na comunidade, tem sido motivo para discussões entre os Agentes Pastorais, os quais refletem sobre a identidade da instituição: a PCr como organismo social da igreja não deve estar preocupada somente com a materialidade e como organização filantrópica não pode excluir-se de sua dimensão espiritual.

A PCr trata com aspectos que devem se complementar, tanto a pastoral mística como a burocrática são necessárias. A pastoral mística garante a congregação dos Líderes Comunitários e a continuidade da ação nas comunidades; a pastoral burocrática garante a realização das parcerias para reconhecimento da organização e obtenção de recursos. Possuir dupla dimensão contribui para a sobrevivência da instituição, o perigo parece estar no desequilíbrio. Uma posição unilateral pode influenciar na qualidade da intervenção social.

Por ser um organismo social da CNBB, a PCr revela características sócio-históricas de ser igreja, que se propõe uma, através das dimensões institucional, e profética, humana e divina. Na busca pelo equilíbrio, concebo que a PCr sendo instituição-sacramento: tanto pode alimentar o cultivo da fé, como elemento dinamizador da ação social que realiza, como deve investir na organização material da entidade, pois é condição para a realização de parcerias e manutenção da legitimidade.

5.2 PCr NO TERCEIRO SETOR

Uma das questões mais debatidas refere-se ao papel que assume a PCr na atual conjuntura socioeconômica, esse dilema aparece na fala do Agente Pastoral da Coordenação Nacional: “A Pastoral foi muito questionada se não estaria substituindo o governo”^{AP1}. A preocupação é: a PCr está assumindo uma tarefa social própria do estado, contribuindo para a legitimação do Estado Mínimo? Ocorre uma divergência de concepções entre os Agentes Pastorais sobre a questão.

A maioria dos Agentes Pastorais entrevistados assume o discurso de que a sociedade civil pode tornar-se promotora das políticas sociais, deixando de ser uma tarefa exclusiva do estado quando afirmam: “as ações na área de educação, saúde, no social é dever do Estado, [...] mas é também responsabilidade da sociedade”^{AP1}. É evidente na fala a adesão pela co-participação entre estado e sociedade civil: “É comum cobrarmos do poder público, mas nós como cidadãos devemos contribuir [...]. Esperar que tudo venha pronto [...], mas o que eu estou fazendo para que a sociedade possa melhorar?”^{AP3} Esses agentes defendem que a sociedade civil deve se organizar e ser protagonista no trato das questões sociais.

Sabe-se que a sociedade pode contribuir, mas não assumir sozinha essa responsabilidade. Mesmo assim, os governos têm se ausentado cada vez mais dos programas de ação social. Encontra respaldo no terceiro setor e fortalece o discurso que a tendência natural do sistema seja a de apoiar a maximização da produção e do consumo, fortalecendo o mercado capitalista.

Um dos Agentes defende a idéia de que o estado deve cumprir com o seu papel e não pode ser assumido por outrem, ao dizer: “Quando uma organização que não é o Estado faz, ela está fazendo sempre no caráter subsidiário”^{AP2}.

Esse Agente propõe que a PCr realize um programa de intervenção social, mas que ao mesmo tempo convide o Estado a assumir a responsabilidade: “o ideal é que a PCr faça hoje, mas vá convidando o Estado nos seus três níveis de manifestação”^{AP2}. Defende que a sociedade civil, por meio de suas organizações, é que deve cobrar do estado uma intervenção mais consistente no âmbito social.

Diz que quando a igreja age no social sempre é de natureza supletiva, extraordinária e explica: “porque a missão da igreja ordinária é evangelizar a pessoa humana”^{AP2}. Nesse sentido, comenta que o trabalho da PCr deveria ser temporário: “Não é bom que pensemos que teremos a PCr para toda a eternidade. [...] o ideal é que amanhã não se precise mais de Pastoral da Criança”^{AP2}. Nessa condição, a instituição estaria servindo como canal provisório para denúncias e reivindicações, buscando as autoridades responsáveis para a resolução dos problemas sociais.

Diante da proposta de perpetuação da PCr, o Agente indaga: “por que eu estou fazendo papel do estado? [...]. Nós não estaríamos contribuindo para o desvio das políticas públicas?”^{AP2}. Os Agentes Pastorais que pensam dessa forma, propõem que o terceiro setor possa somar e nunca substituir os programas sociais do estado: “é um serviço que o Estado tem a obrigação de prestar.”^{AP2}; “[...] o estado precisa assumir e cumprir suas responsabilidades. [...] ele existe, tem os seus deveres”^{AP4}.

Esse debate sobre integrar ou não o terceiro setor tem sido uma constante no interior da instituição e causa dissonância nos discursos dos que fazem a PCr.

Noto que os discursos da maioria dos Agentes Pastorais são carregados de ideologia neoliberal, apresentando termos como: co-responsabilidade social, parceria, ação solidária, rede de solidariedade e voluntariado. Somente entre dois Agentes, na instância das coordenações, estão presentes discursos com marcas de uma reivindicação por uma maior participação do estado: “A gente cobra do governo através do Conselho Comunitário”^{AP5}, inclusive referindo-se à possibilidade de melhorias das políticas sociais pelo poder de mobilização do povo: “Se tivermos mobilização, formação adequada, conhecimentos, temos como melhorar mais a sociedade”^{AP4}.

Sobre a atuação da PCr no terceiro setor e a omissão do estado com as questões sociais, é comum entre os Agentes Pastorais acreditar na idéia de que a PCr não assume o lugar do governo, mesmo que viabilize um projeto social com recursos públicos e favoreça a tese do Estado Mínimo, a exemplo da fala desta líder:

“o estado não funciona..., então a PCr não vem substituir, mas ajudar um pouco na falta do posto de saúde e outros serviços na comunidade.”^{AP12} É presente a defesa de que a sociedade civil deve sentir-se co-responsável pelas questões sociais, ideal esse peculiar de instituições filantrópicas as quais integram o terceiro setor.

Esse discurso encontra respaldo em documentos publicados pela instituição que comumente divulga ideais como:

[...] a solução dos problemas sociais depende da transformação do tecido social e de políticas públicas voltadas para os mais necessitados. É uma tarefa que deve ser compartilhada entre governo, empresários e sociedade civil. Por isso, as parcerias entre eles são de fundamental importância na busca da realização de um trabalho eficaz que realmente chegue às famílias e comunidades, envolvendo-as no protagonismo de sua própria transformação social. (PASTORAL...2001, p. 5).

Em dissonância ao discurso predominante que propõe a parceria, surge a posição do Agente que diz: “o terceiro setor pode somar, mas nunca substituir o estado”^{AP2}. No discurso, há consciência de que quando o terceiro setor age no lugar do governo, de alguma forma contribui para o excedente de recursos nos cofres públicos: “É mais cômodo [e econômico] para o estado estar agindo através de duzentos mil voluntários”^{AP2}. Reitera o Agente, dizendo que na realidade, a ação da PCr é de caráter subsidiário, “sempre de forma supletiva e extraordinária”^{AP2}, frente à complexidade das questões sociais presentes nas comunidades empobrecidas.

Nos discursos de alguns Agentes Pastorais de coordenação existe uma cobrança, ainda tímida, para que o estado cumpra seu papel, garantido a efetivação dos direitos humanos em função do bem-estar das famílias mais pobres. Nesse processo de conquista, apresentam a mobilização social como arma eficaz para lutar a favor de uma cidadania real.

No âmago dessa polêmica, a PCr termina sendo reflexo do que Boff (1994, p. 200) denomina de fenômeno da “cristandade”: institui-se na articulação entre igreja e sociedade civil, mediante o apoio efetivo do estado. Temos uma ação social firmada no princípio da subsidiariedade, no qual estado e iniciativa privada unem-se para estimular e fomentar políticas públicas, necessárias ao que denominam de bem comum.

5.3 PCr: AÇÃO ECUMÊNICA E EVANGELIZAÇÃO

Outra polêmica se estabelece quando a PCr diz que realiza uma ação socioeducativa de natureza ecumênica. Diante da diversidade religiosa de nosso país, a proposta é que:

[...] a Pastoral prega o ecumenismo. Atende a crianças de qualquer cor, credo ou opção política. Mesmo seus voluntários podem ser de outras religiões. Parte-se do princípio de que as diferenças devem ser entendidas, e o que vale é a soma dos esforços para a erradicação da mortalidade infantil, da desnutrição, analfabetismo e o combate à violência familiar. (BATALHA, 2003, p. 49).

Como aprender a conviver com outras formas de fé, respeitando tantas diferenças?

Para a Igreja Católica reformada pelo Vaticano II (1962-1965), ser ecumênica é um desafio necessário frente às novas estratégias de evangelização. A proposta considerada fundamental, torna-se uma das linhas mestras de ação eclesial, em que “os contrastes entre as igrejas e comunidades eclesiais são considerados e dissimulados em função de uma legítima reciprocidade de acordos.” (BIZON, 2004, p. 152). Trata-se de uma questão relacionada à própria sobrevivência da instituição religiosa, presente no discurso dos bispos: “mostrar-nos-emos abertos a todos, seja qual for a sua religião”. (INSTITUTO..., 2003, p. 138).

O projeto da ação pastoral ecumênica não é uma iniciativa exclusiva da PCr. Primeiro, apresenta-se como diretriz da Igreja Católica,³⁹ que também orienta as ações de outras pastorais sociais, e como consequência aparece nos discursos dos Agentes Pastorais da PCr, significando uma variedade de sentimentos relacionados à ética cristã e a moral humana.

Buscando cumprir os princípios do diálogo inter-religioso prescrito pela Santa Sé, a PCr pretende realizar uma ação ecumênica pautada na aceitação da pessoa, independente da condição social, de etnia, idioma, ou credo. Essa bandeira é constantemente hasteada durante as capacitações, as visitas domiciliares, as celebrações da vida e nas reuniões de reflexão e avaliação da PCr.

³⁹ O ecumenismo tornou-se uma política da hierarquia da Igreja Católica: prática e ministério pastoral. Organizou-se como campo de ação pastoral com representantes e comissões organizadas para tal fim. Tanto o delegado diocesano para as questões ecumênica, como a comissão ou secretariado devem junto ao bispo promoverem eventos que desenvolvam o sentimento de ecumenismo nas paróquias e nas comunidades de atuação. (BIZON; DARIVA; DUBRI, 2004, p. 121).

Os Agentes Pastorais falaram de um ecumenismo como uma proposta de vida cristã que visa o respeito ao diferente, ao indivíduo e a diversidade religiosa e cultural: “Pastoral da Criança também respeita a diversidade religiosa”^{AP1}; “respeitamos a individualidade e a religiosidade de cada um”^{AP3}; “respeitando essa diversidade a gente conquista”^{AP4}; “o trabalho é ecumênico e podemos abraçar a todos”^{AP5}; “é a gente não discriminar nenhum tipo de religião”^{AP6}.

Discursos também marcados por um desejo de integração plena dos cristãos e não-cristãos: “chamar todos para participar”^{AP2}; “amor a todos sem distinção”^{AP6}; “PCr aberta a todos”^{AP2}; “podemos abraçar a todos”^{AP5}; “todos são filhos de Deus”^{AP5}; “todos buscam um só Deus”^{AP6}; “A PCr abraça a todos”^{AP7},” que todos tenham conforto de nossa parte”^{AP8}; “A PCr acolhe todo o tipo de religião”^{AP9}.

Os Agentes Pastorais expressam um pensamento contemporâneo da Igreja Católica, que é materializado por uma forte política de aproximação e alianças com outras religiões. Essa intenção de (re)unir os diferentes credos pode estar em função de uma aparente totalidade, pois ainda assenta-se sobre condições, como revelam as falas dos Agentes Pastorais: “não é uma miscigenação, ou seja, a pessoa não pode perder sua identidade religiosa”^{AP1}; “A proposta está aqui: eu tenho uma identidade”^{AP2}. Tem-se, então, a difícil tarefa de juntar sem misturar, visando preservar as identidades respaldadas em diferentes tradições, valores, (pré)conceitos, doutrinas e dogmas presentes em cada religião que se propõe ao diálogo.

A esse respeito, o documento da CNBB (2002, p. 18) esclarece:

Negar a própria identidade para ser simpático. Não se faz ecumênismo sendo ‘menos católico’ (ou menos metodista, menos luterano...). Só quem tem uma identidade bem definida pode oferecer uma contribuição ao diálogo. Quem mistura tudo sem critério acaba prejudicando o ecumenismo, que fica parecendo um risco para a sobrevivência de cada Igreja. Não se faz ecumenismo, deturpando a própria fé. Não vamos construir uma nova ‘Igreja Ecumênica’, vamos ajudar as igrejas a se conhecerem melhor e se estimarem mais, com prudência e dentro das orientações das respectivas autoridades eclesiais.

Ainda a encíclica *Ecclesiam Suam* do Papa Paulo VI, de 1964, reporta-se à questão da seguinte maneira: “distinção não é separação, nem indiferença, temor ou desprezo. Admite-se a aproximação”. (PAULO VI, 1964, n. 36). Nota-se o cuidado

em estabelecer um diálogo sem ser confundido com o sincretismo,⁴⁰ longe dos desvios doutrinários. Uma ação ecumênica deve seguir as disposições que os pastores das igrejas determinarem. Não podendo haver iniciativas inoportunas que mude a essência de ser de cada igreja.

Na carta encíclica *Ut unum sint* (1995) sobre o empenho ecumênico, João Paulo II fala de uma “progressiva comunhão numa contínua reforma, realizada à luz da tradição apostólica” e esclarece:

Não se trata, neste contexto, de modificar o depósito da fé, de mudar o significado dos dogmas, de banir deles palavras essenciais, de adaptar a verdade aos gostos de uma época, de eliminar certos artigos do credo com o falso pretexto de que hoje já não se compreendem. (PAULO II, 1995, n.18).

Trata-se de um movimento renovador porque propõe a aproximação, mas ainda sob atitudes de cautela, de conservadorismo e de medo diante de uma possível fusão ou desintegração dos princípios doutrinários, o que colocaria em risco a identidade da igreja. Assim, na prática, a Hierarquia nutre um ecumenismo com reservas.

Também é comum nos discursos o cuidado de que a ação ecumênica não seja confundida com o proselitismo. Entre os Agentes Pastorais evita-se pensar que a igreja esteja utilizando-se do trabalho da PCr para converter pessoas ao catolicismo. Tentam explicar: “A nossa maior orientação é que se descubra como fortalecer a religião de cada um e não querer converter as pessoas por meio do trabalho da PCr”^{AP1}; “devemos ter cuidado para que em nome do ecumenismo, não se faça proselitismo [...] Não se admite proselitismo nem político, nem religioso”^{AP2}.

Nos discursos, os Agentes Pastorais não admitem que o ecumenismo pregado pela PCr esteja associado ao proselitismo, mas dissimuladamente articula-o a ação evangelizadora da Igreja Católica. Os escritos da PCr referem-se a uma intervenção social atrelada a ideais de evangelização: “assumir com responsabilidade a MISSÃO de cuidar da saúde, da nutrição, da educação e da FÉ das crianças, desde o ventre materno”; (PASTORAL..., 1998a, p. 8). Uma das formas de concretização desse ideal na PCr, ocorre através da ação básica denominada de Catequese do Ventre Materno aos Seis Anos de Idade, ação que é

⁴⁰ O sincretismo implica mistura, “fundamentalmente emerge como fenômeno universal constitutivo de toda expressão religiosa”. (BOFF, 1994, p. 163).

responsável pela formação espiritual da criança acompanhada, pelo desenvolvimento de “cantos, músicas, liturgias e espiritualidade nas ações do dia-a-dia [...] no seio da família e da comunidade”. (PASTORAL..., 1998a, p. 37).

Através desse tipo de catequese, a criança, desde os primeiros meses de vida, é encaminhada para a devoção religiosa. Paulatinamente, as crianças acompanhadas pela PCr são envolvidas nos eventos e nas liturgias da igreja, a exemplo do que está exposto na FIGURA 20, abaixo, a qual mostra uma missa celebrada exclusivamente para as crianças. Observe como as crianças têm assimiladas as atitudes de reverência, estando a maioria de joelhos e mãos postas diante do altar.



FIGURA 20 – Missa das crianças na Capela Santa Clara (ago.2006)

A prática da evangelização está presente na missão da PCr, pois declara: “É a própria missão de Jesus, que é também a missão da igreja e de todos os cristãos:

evangelizar”.⁴¹ E também se materializa nos objetivos da instituição: “cuidar da saúde, educação e evangelização das famílias para promover o desenvolvimento da saúde física, social, mental, espiritual e cognitiva das crianças menores de seis anos de idade”. (NEUMANN, 2003, p. 10). A ação social da PCr revela-se também evangelizadora, foi o que declarou a líder quando disse: “não é um trabalho aleatório, é responsável. Com o objetivo de levar a Palavra de Deus, evangelizando e levando a paz”^{AP10}.

Mas, quem evangeliza, termina formando seguidores ou adeptos a instituições, lideranças, ideologias e práticas. A prática da evangelização, independente da religião, sempre está em função da persuasão, num processo de conquista, na luta pela adesão de ideais, valores, crenças, projetos, entre outros. Nesse caso, por que o ecumenismo pode ser sinônimo de evangelismo e nunca de proselitismo? Será que os Agentes Pastorais têm receio de admitir que estão envolvidos numa questão social que é também religiosa?

As respostas podem ser sondadas nos próprios documentos da instituição. O Guia do Líder (2000, p. 13 e 14) declara que “a missão da Pastoral da Criança é evangelizar por meio da ação solidária. [...] ação profético-missionária”. O diálogo ecumênico (com os cristãos) ou inter-religioso (com os não-cristãos) apresenta-se como diretriz da ação da PCr e da Igreja Católica, o qual se materializa numa exigência explícita de evangelização. (CONFERÊNCIA..., 2002).

Recentemente, foi criado o campo de atuação para o Missionário Leigo da Pastoral da Criança, que é aquela pessoa cujo desejo é levar até as comunidades mais distantes a ação socioeducativa da PCr. Conforme o projeto, o missionário pode permanecer até um ano em localidades do norte e nordeste do Brasil visando à formação de grupos de Líderes Comunitários, capacitados para efetivar o trabalho. (NÓS..., 2006).

Para Brighent (2004, p. 16) esse tipo de ecumenismo nada mais é do que uma nova compreensão de evangelização, firmada em outro tipo de prática religiosa denominada de “catolicismo comprometido” com os pobres, empobrecidos, oprimidos e excluídos.

A proposta de ecumenismo apresenta-se como uma estratégia de evangelização, que tem suas raízes firmadas no Vaticano II e que ao longo dos

⁴¹ Inscrição disposta no mural da Coordenação Diocesana da Pastoral da Criança – Natal/RN, jul.2006.

últimos cinquenta anos vem sendo sistematizada através de publicações dos Diretórios Ecumênicos (1967 e 1970); Novo Código de Direito Canônico (1983); Código dos Cânones para as Igrejas Orientais (1990); Catecismo da Igreja Católica (1992); Diretório para Aplicação dos Princípios e Normas sobre o Ecumenismo (1993). A PCr sente o reflexo desse anseio de ecumenismo que foi historicamente construído pela Igreja Católica. De forma que o desejo de ação ecumênica manifesta-se nos discursos dos Agentes Pastorais como um projeto vinculado à Santa Sé: “levantar uma bandeira ecumênica numa ação pastoral, não é mérito da Pastoral da Criança. Porque [...] a missão da Igreja é evangelizar a pessoa humana na condição em que ela se encontra”^{AP2}. O Agente sente que a necessidade de ser ecumênico possui razão na essência da igreja repensada pelo Vaticano II.

Um dos principais objetivos do Vaticano II foi promover a reintegração ou reconciliação de todas as pessoas na unidade da fé. A questão tomou relevância durante o conclave episcopal e motivou a realização de um Diretório Ecumênico. O discurso apontava para a organização de um movimento ecumênico, este necessário e viável para a Igreja Católica, porque passou a considerar uno, entre as religiões, os aspectos da crença em um Deus, estudo de Sagradas Escrituras, utilização de sacramentos nos rituais. Decisão que favoreceria um ecumenismo firmado em pontos comuns, no estudo da palavra, na pregação, na catequese, na liturgia e na vida espiritual.

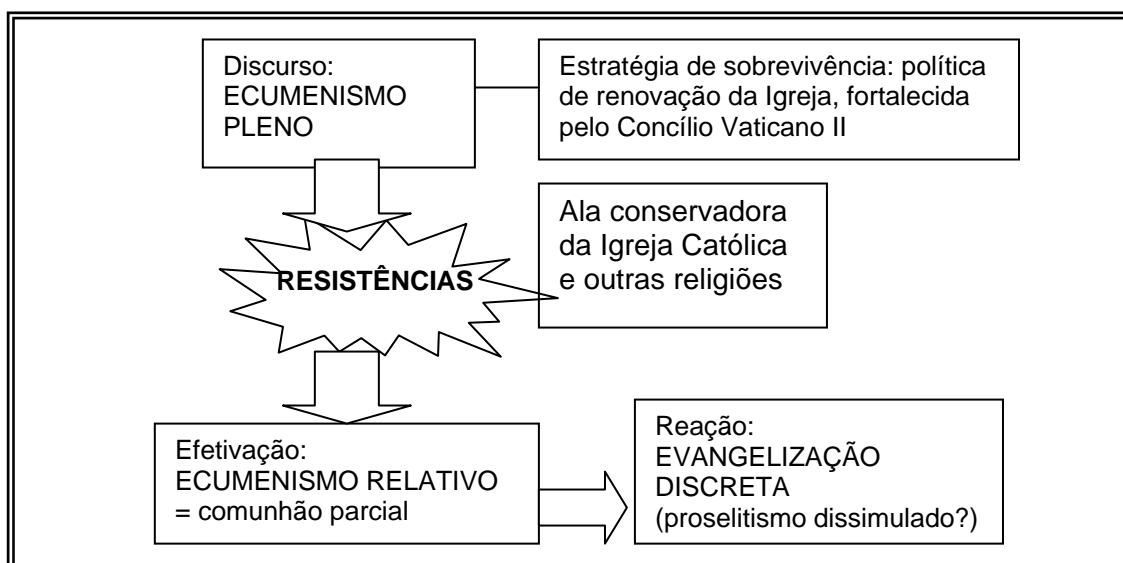
Não se pode negar que esse discurso ecumênico constitui um dos eixos norteadores da renovação da ação da Igreja Católica durante o final do século XX, frente à influência do mundo temporal. No entanto, a implementação dessa proposta ainda não é uma questão resolvida. Ocorrem inúmeras divergências entre os grupos religiosos, conforme as falas dos Agentes: “A gente vê algumas resistências [...]. Algumas igrejas evangélicas não aceitam”^{AP4}; e até mesmo entre os católicos: “Existe uma certa barreira em algumas pessoas sobre essa questão de ecumenismo, principalmente dentro da Igreja Católica. [...] quando se fala de ecumenismo, algumas pessoas já ficam olhando atravessado”^{AP7}. A esse respeito, João Paulo II advertiu que as divergências doutrinárias exercem uma influência negativa e põe limites à colaboração ecumênica. (PAULO II, 1995).

Considerando as manifestações de resistência dentro e fora da instituição, a Hierarquia tem reagido. Na CNBB não existem apenas ações de caráter ecumênico, mas uma dimensão ecumênica, a denominada linha cinco de ação. A Igreja também

tem inovado, realizando Campanhas da Fraternidade Ecumênicas (anos 2000 e 2005), intencionando realizar o que alguns religiosos denominam de macroecumenismo. Apesar das iniciativas, ainda considero um ecumenismo de tipo relativo, devido às resistências e às rejeições manifestas pelos outros grupos religiosos. No entanto, a Igreja insiste em continuar alimentando a proposta, assumindo uma postura que ignora as rejeições. Intento presente na fala do Agente: “não temos discriminação e por isso não sentimos a rejeição”^{AP5}. A relatividade do movimento ecumênico está na ausência de correspondência dos anseios de *koinonia* (comunhão) plena, prescritos pela Igreja Católica com “os irmãos separados” , “outros cristãos” ou “outros batizados”. Assim,

[...] a comunhão de fé entre católicos e os outros cristãos não é completa, nem perfeita; existem mesmo, em certos casos profundas divergências. Por isso, esta cooperação ecumênica é, pela sua própria natureza, limitada: nunca deve significar uma redução ao mínimo comum. (DIRETÓRIO..., 1993, n.188).

O projeto ecumênico tornou-se num dispositivo retórico que guarda em si a contradição de ao mesmo tempo propor uma convivência harmônica e ser motivo para divergências. O Diretório para aplicação dos princípios ecumênicos, realizado em 1993, abordou a problemática dizendo: “A diversidade da Igreja é uma dimensão da sua catolicidade. Contudo, a própria riqueza dessa diversidade pode originar tensões na comunhão”. (DIRETÓRIO..., 1993, n.16). O que ocorreu foi mudança no projeto original, o qual propunha a comunhão plena. Observe o ESQUEMA 13, que mostra o conjunto de resistências dos outros grupos religiosos mudou a conotação inicial do projeto ecumênico da Igreja Católica. O movimento se concretizou através de uma comunhão parcial, passando a agir como um instrumento de conquista e estratégia de evangelização. Veja:



ESQUEMA 13 – A questão do ecumenismo

Na prática, não é fácil estabelecer um diálogo que garanta a unidade na diversidade. Não foi ingênua a afirmação do Papa Paulo VI: “o diálogo é possível do nosso lado; e não deixaremos de propô-lo”. (PAULO VI, 1964, n. 60). Porém, como dialogar quando apenas um dos lados está pronto? O diálogo é imprescindível porque está no centro da colaboração ecumênica e consiste num exercício que exige as habilidades de escuta e resposta, de compreender e fazer-se compreendido, de questionar e ser questionado.

Apesar dessas dificuldades, o projeto de ecumenismo tornou-se uma prioridade pastoral da Igreja Católica⁴² para o século XXI. A igreja contemporânea insiste em falar de uma mística redimensionada, capaz de instituir uma irmandade unida pelo sentimento de solidariedade, um instrumento de conquista frente às diferenças de princípios doutrinários. Configura-se um movimento ecumênico numa perspectiva missionária e evangelizadora. Uma evangelização para a unidade dos fiéis sobre os preceitos da Santa Sé, assim como almejava o Papa Paulo VI, em 1975: “o sinal da unidade entre todos os cristãos, como caminho e instrumento da evangelização”. (apud PAULO II, 1995, n. 98).

⁴² Instituições da Igreja Católica no Brasil que se dedicam ao ecumenismo: Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) da CNBB; Conselho Episcopal Latino Americano através da Seção de Ecumenismo (SECUM); Instituto de Vida Consagrada; Sociedades de Vida Apostólica; Conferências Nacionais Religiosas (CRB); Institutos Seculares (CNIS). (BIZON; DARIVA; DRUBI, 2004).

Atualmente, estão ocorrendo inúmeras iniciativas de aproximação, mas o consenso de fé entre os grupos religiosos é ainda uma utopia. Sobre a polêmica Padre Godoy (2003, p. 390) comenta:

Vivemos, sem dúvida, num dos piores momentos para o ecumenismo e diálogo inter-religioso. Numa era de incertezas como a nossa, as grandes instituições se aferram às suas tradições e favorecem uma corrente fundamentalista, que corre no sentido inverso a qualquer tentativa de aproximação. Cada qual baseado em suas tradições, se julga possuidor do esplendor da verdade e se fecha no seu mundo, dificultando o relacionamento com outras formas de pensar e de orar.

Apesar das controvérsias em torno da questão, a PCr continua relacionando o sucesso da ação social que desenvolve, ao fato de proclamar-se uma pastoral ecumênica. Um dos Agentes Pastorais argumenta que: “seria uma visão míope, se a igreja determinasse que para participar de uma Pastoral, você tivesse que ser católico, bispo etc”^{AP2}. Com base nessa lógica, a PCr convida TODOS a participar de suas atividades sem “distinção de religião, raça, sexo, opção política ou nacionalidade”. (PASTORAL....., 2005, p.3). Afinal, adotar uma postura ecumênica é uma estratégia de sobrevivência tanto para a PCr como para a Igreja Católica.

ELO SINÓTICO

Nessa primeira parte do trabalho, procurei compreender como se organiza a ação socioeducativa da PCr, tendo como suporte de análise os discursos dos Agentes Pastorais, alguns documentos da instituição e informações coletadas através das observações realizadas no campo de pesquisa.

Considerarei imprescindível esse exercício de reconhecimento da PCr, através dos seus atores, das ferramentas que utiliza na ação, das formas como se manifesta nas comunidades e as contradições que suscita em torno de si, porque foi nesse movimento que percebi como os Agentes Pastorais conseguem ressignificar a pedagogia da sobrevivência em função do escape da criança pobre.

Notei que há uma maneira própria e diversificada de fazer PCr em cada comunidade acompanhada. Ocorreu, ao longo desses vinte anos de atuação da instituição, a construção de um modelo de ação estratégica, visando a melhor dialogar com as famílias pobres, investindo no ensino de táticas que garantam o escape das crianças de 0 a 6 anos de idade.

A pedagogia da sobrevivência que a PCr articula nos bolsões de pobreza depende do sentimento de ascese para mobilizar o trabalho voluntário; da alteridade, para compreender os diferentes modos de vida das famílias; da inventividade, no trato com as incertezas e as limitações nas situações de risco.

Na segunda parte, a seguir, reflito sobre a forma como a PCr assimila a pedagogia da sobrevivência nos bolsões de pobreza e como direciona-se para atingir a desnutrição e a mortalidade materno-infantil. Através da arte de cuidar da criança pobre e do cultivo do sentimento de infância, os Agentes Pastorais propõem ensinar às famílias a lidarem com artefatos como a prevenção, o essencial, o alternativo e as probabilidades, visando a assimilação de modalidades de ação⁴³ que favoreçam o escape.

⁴³ Modalidades de ação diz respeito a formalidades das práticas, maneiras de fazer, apreendidas porque forjadas em determinadas circunstâncias. (CERTEAU, 1994).



A Pastoral da Criança não é assistencialismo. Ela não dá uma cesta básica. Ensina medicina alternativa e nutrição com ações simples. [...] É um exército de pessoas que trabalha na base. Não tem um orfanato, creche: trabalha com a família. É uma pedagogia extraordinária.

(Dom Aloysio Penna, Presidente do Conselho-diretor da PCr, 2003)

6 A ARTE DE CUIDAR: INVENTIVIDADE, VIGILÂNCIA E CULTIVO

O cuidado serve de princípio inspirador de um novo paradigma de convivialidade.
Leonardo Boff

No cotidiano, as pessoas inventam diferentes formas de sentir, de pensar e de agir. Certeau (1994) denominou essas ações de artes de fazer, astúcias de consumidores que compõem, no limite, formas sutis de transgredir a ordem imposta pelos grupos sociais mais fortes. Refere-se às práticas ordinárias que organizam maneiras de dizer, morar, cozinhar etc., modos diversificados, mas específicos que o homem comum (ordinário) aproveita para construir a própria vida.

Nos bolsões de miséria, diante da cultura de exclusão social, os pobres aprendem a lutar cotidianamente pela sobrevivência. Envoltos por relações de conflito de vida e de morte, vivem num estado de alerta permanente, agem tendo por referencial o trato com as incertezas e a instituição de regras incomuns, não escritas. (ELIAS, 1970). Tal qual equilibrista em corda bamba, trata com a inventividade⁴⁴ para tirar proveito de momentos em busca de oportunidades, ou seja, instituem táticas para escapar, para sobreviver.

O termo sobrevivência consta no artigo segundo do Estatuto da PCr (1995, p.1), conforme pode-se observar através do Anexo B, que trata dos objetivos e das finalidades da instituição: “I – sobrevivência e desenvolvimento integral da criança, através de ações básicas de saúde, nutrição, educação e comunicação, sobretudo nos bolsões de miséria;” O texto do artigo que lemos, não diz apenas da intenção, mas fala também da natureza da instituição. Ela se institui como ação socioeducativa para evitar que a criança pobre morra.

Nesse intento, a PCr assimilou a forma de ser do homem ordinário e organizou uma maneira de intervenção social que se identificou com as comunidades pobres. Diante das limitações, a opção da PCr é acreditar na inventividade, isto é, aposta na capacidade dessas pessoas de criarem maneiras de escape a partir das condições precárias em que vivem.

⁴⁴ Termo utilizado por Certeau (1994), relacionado ao ato de criar, transgredir com a lógica instituída.

O escape da criança pobre é resultado da orientação de um conjunto de táticas, sustentadas em artefatos ressignificados os quais pressupõem uma pedagogia do cuidado, como diz Dra. Zilda Arns:

O trabalho resume-se em as líderes comunitárias aprenderem as ações básicas e ensinarem as mães como a mortalidade infantil é reduzida pela utilização do soro caseiro, pela amamentação, com a vigilância nutricional, a vacinação e também muito cuidado com as gestantes e o parto. (NEUMANN, 2003, p. 69).

Na composição da pedagogia da sobrevivência, os Agentes Pastorais identificam a arte de cuidar⁴⁵ da pessoa humana como o cerne da ação socioeducativa da PCr nos bolsões de miséria. O cuidado se apresenta como modalidade de ação para o escape da criança pobre, é o que revela a fala do Agente Pastoral: “O cuidado na Pastoral começa antes da criança nascer. [...] a infância começa com os nove meses de gestação e depois, durante os primeiros seis anos de vida”.^{AP1} Para os Agentes da PCr, a infância requer cuidados que garantam oportunidades para o desenvolvimento físico, cognitivo, social, cultural e espiritual da criança, enquanto pessoa humana: “É olhar para a infância [...] dar oportunidades a essas crianças carentes”^{AP4}.

As práticas de cuidado das crianças constituem um campo de ação complexo e de grande importância para o cultivo do sentimento de infância no seio dessas comunidades pobres. Através dos cuidados precoces é que a criança toma consciência de si, sobre as capacidades que possui para interagir com outros seres humanos e o meio em que vive. A ausência ou inadequação desses cuidados à criança, pode provocar perturbações no desenvolvimento e na sua personalidade. (RAMOS, 2004, p. 189, 192).

Na PCr, a pedagogia da sobrevivência está firmada nas artes de cuidar da criança no seio da família. É também pedagogia do cuidado, que motiva a alteridade. Os familiares são convidados a serem cuidadores das novas gerações e aprendem a se preocupar com o bem-estar das crianças. Para os Agentes pastorais, ensinar a cuidar apresenta-se como uma ação determinante na sobrevivência da criança pobre.

⁴⁵ Cuidar engloba o encadeamento dos atos de gestar, parir, criar e educar a prole. O cuidado da criança de 0 a 6 anos de idade engloba educação e assistência integral. (TOZONI-REIS, 2002).

A palavra cuidado está presente na maioria dos discursos escritos e falados, que tratam sobre a ação socioeducativa da PCr. A intenção de cuidar se materializa no acompanhamento e na orientação efetivada por cada Líder Comunitário. Diante das necessidades e limitações em que estão inseridas essas crianças, o importante não é cuidar, mas saber cuidar. São necessárias modalidades de ação que promovam a educação parental. (RAMOS, 2005). Os familiares precisam aprender a lidar de forma mais adequada e eficaz tanto com as situações de risco, como com os indicadores de oportunidades e conquistas.

O cuidar aqui assimilado como uma ação que encontra razão nos sentimentos de afeto, cultivo, atenção, predileção, que constitui a essência (*ethos*) do ser humano. No sentido de pastoral ou *coera*, aquele que cura, zela e promove proteção (*phatos*), sem a qual “o humano se faria inumano”. (BOFF, 1999, p. 190).

Cuidar como uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro. O cuidado como sentimento, subjetividade. Atenção à pessoa como ser humano, o outro como extensão de si.

Flui das falas dos Agentes Pastorais também um cuidado como ação, preocupação com o desenvolvimento físico. Significa assistir a criança pela proteção do corpo, pela higiene e nutrição, mas que se amplia para a instrução, preparando a mente e a alma através da ludicidade, aquisição e desenvolvimento da linguagem. Ainda o cuidado em função da formação, preocupação com o desenvolvimento cognitivo. O sentido de cuidar está relacionado à noção de dignidade humana que envolve o respeito à criança como pessoa, ser humano.

Cuidar significa proteger civil e socialmente o sujeito dos eventuais perigos da vida. A proteção civil garante segurança para o sujeito enquanto indivíduo, enquanto que a proteção social é mais ampla, pois propõe alcançar os sujeitos nos grupos sociais. A PCr trata com o que Castel (2005) chama de “proteção próxima”, que é a proteção assegurada no interior dos pequenos grupos como a família, que funcionam como redes fechadas de dependência e interdependência. Fora deles reina a grande insegurança. A conhecida “insegurança total” em que “o indivíduo vive sob o signo da ameaça permanente, porque não detém em si mesmo o poder de proteger e de proteger-se”. (CASTEL, 2005, p. 15). Longe dos familiares, a criança se apresenta mais vulnerável, vítima da insegurança social, estando à mercê das eventualidades da vida.

A convivência com a insegurança social força o sujeito a tratar com as probabilidades, devido às incertezas e à falta de perspectivas. Foi o que Castel (2005, p. 60) chamou de “sociedade do risco” que nutre um princípio geral de incerteza, o que significa: “fazer da insegurança o horizonte intransponível da condição do ser humano moderno”. Essa cultura do risco, evidencia maiores perigos sociais.

Vive-se numa sociedade insegura a qual insiste em transferir a responsabilidade da criação, educação e desenvolvimento das novas gerações para a família. No entanto, a família pobre só pode desprender proteção se for protegida. Os Líderes Comunitários enfrentam uma situação bastante difícil: as comunidades que são acompanhadas pela PCr vivem sob o signo da ameaça constante, porque não detêm em si mesmas o poder de proteger-se nem de proteger. As famílias apresentam-se altamente vulneráveis e sua prole muito mais facilmente atingida pela desnutrição, doenças e até pela morte.

A mortalidade infantil apresenta-se como fator de risco, reflexo do abandono social e da negligência com que são tratadas as necessidades básicas desses grupos familiares. O desafio maior é concretizar, na realidade, a proposta dos direitos sociais para a família, assegurada pela legislação de nosso país. Lutar por proteção para as famílias é investir em segurança social para as novas gerações. Atualmente, conforme a política dos mínimos sociais,⁴⁶ ser protegido significa ser justamente provido do mínimo de recursos para sobreviver, reforçando a lógica de uma sociedade que impõe, cada vez mais, formas extremas de privação dos bens sociais.

Na PCr, cuidar implica um processo, significa acompanhamento da criança desde a gestação. Os Agentes Pastorais estimulam o cuidado desde o ventre materno quando orientam as gestantes sobre nutrição, vacinação e realização de um bom pré-natal. A instituição de uma ética do cuidado tem como ponto de partida a gestação. A mãe deve sentir necessidade de cuidar da criança-feto, tratando-a como pessoa humana, mesmo antes de segurá-la nos braços. O sentimento de infância é cultivado na mãe antes mesmo do nascimento da criança.

⁴⁶ Segundo Pereira (2006), a mais recente Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), privilegia a política de provisão dos mínimos sociais na satisfação das necessidades básicas e garantia da sobrevivência dos pobres e excluídos.

A utilização das cartelas Laços de Amor traz orientação para as gestantes sobre o estado de desenvolvendo do feto mês a mês e ajuda a criar na mãe um sentimento de cuidado com a própria saúde. Aprende que cuidando de si mesma, estará investindo no bem-estar do filho. Com efeito, a saúde e o bem-estar do feto dependem da qualidade do pré-natal realizado pela mãe.

A PCr tem investido na educação das gestantes, pois

Investigações mostram que existe uma relação direta entre educação e taxas de mortalidade, em particular, da mortalidade das crianças de menos de cinco anos. [...] tendo as mulheres instruídas menos filhos e filhos mais saudáveis do que as mulheres menos instruídas. (RAMOS, 2005, p. 252).

Por isso, surge a necessidade de alcançar e orientar as mães que estão nos bolsões de pobreza. A PCr entende que acompanhar a gestante implica a inauguração de um processo ensino-aprendizagem sobre o cuidar da criança pobre em situação de risco. A mãe, desde cedo, deve aprender que cuidar é vigiar.

Notei que a PCr prima pelo acompanhamento da gestante, porque essa ação oportuniza o cultivo do sentimento de infância desde o ventre materno. A mãe aprende a se preocupar e a cuidar do filho mesmo antes do nascimento. A orientação é dada por meio de uma linguagem simples. As cartelas são lidas pelo líder da PCr e depois entregues à grávida, que as coleciona num envelope durante os nove meses de crescimento do feto.

Cuidar é orientar, acompanhar, predominantemente vigiar para identificar os sinais de risco na criança, como alerta o Agente Pastoral: “orientar sobre um bom pré-natal. [...] acompanhamento com relação às vacinas a que a criança tem direito, e à amamentação e aos cuidados básicos de saúde”^{AP1}.

Temos neste tipo de ação socioeducativa a presença de uma vigilância que estabelece um controle discreto que funciona através de mecanismos como a observação, o diálogo, o exame, o registro, intermediados por uma responsabilidade compartilhada entre familiares e Líderes Comunitários.

Na PCr a vigilância compreende atenção aos sinais de risco que podem comprometer a saúde da mãe e conseqüentemente do bebê. Ao lado da gestante, os familiares devem também estar atentos aos indicadores de oportunidades e conquistas que podem influenciar no desenvolvimento da criança.

Os Líderes Comunitários ensinam as famílias a serem vigilantes quando estimulam o acompanhamento das vacinas pela constante observação dos cartões

da gestante e da criança. A atenção deve ser voltada para o acompanhamento do peso da criança através da pesagem mensal realizada na capela, no posto de saúde ou nas residências. Há também o cultivo da preocupação com a vigilância nutricional: “Vigilância nutricional é também uma das características desse trabalho^{AP1}. O que significa aprender a alimentar a criança através de um cardápio simples, econômico, porém rico em nutrientes.

Nesse sentido, a lógica da vigilância nutricional visa à instituição de mais um campo de controle, em que a alimentação dos sujeitos torna-se instrumento de disciplinamento, no caso da PCr há uma proposta de reeducação alimentar, normalizada pelo que denominam de alimentação enriquecida – cardápio barato, mas rico em nutrientes.

A displicência dos familiares, com respeito a esses campos de vigilância, contribui para a evidência de fatores de risco para a saúde das gestantes e das crianças. Nesse sentido, o tipo de parceria com a família é determinante na qualidade da intervenção da PCr.

Tem-se uma pedagogia da sobrevivência firmada numa vigilância contínua e funcional, que segundo Foucault (1987), institui mecanismos de controle e poder, apoiados em tecnologias de fiscalização como a observação, o exame e o registro. Esses mecanismos são articulados pela PCr através do que denominam de acompanhamento da criança cadastrada.

É através desse processo de disciplinamento que a PCr apresenta a arte de cuidar. Esta é aprendida, compartilhada através do que Dra. Zilda Arns (2003, p. 69) denominou de “educação participativa”. A princípio, ela está presente nos princípios da ética e da moral, mas somente é sentida quando vivenciada no acompanhamento: “São atividades que a líder aprende e deve aplicar ao longo da vida. [...] Vigilância nutricional é também uma das características desse trabalho de promoção e prevenção^{AP1}”.

Na PCr, cuidar também significa lutar para garantir promoção: “trabalho de prevenção e promoção^{AP1}”. A fala do Agente intenciona esperança. Espera que sua intervenção, de alguma forma, contribua para promover a criança pobre. O Agente precisa acreditar no desenvolvimento dessa criança, ainda que a condição social da família negue qualquer perspectiva. É justamente nesse ponto que a mística se manifesta como orientadora da ação: “É renovar a fé na vida. É acreditar no potencial da vida frente à certeza de morte”^{AP2}. O discurso reflete um sentimento

místico que se materializa em ações sociais concretas, viabilizadas pela parceria entre Líder Comunitário e familiares.

Quando fala de promoção, a PCr refere-se ao “desenvolvimento integral da criança” (ESTATUTO...1995, p. 1), considerando a satisfação das necessidades orgânicas, emocionais, sociais, culturais e espirituais. Apresenta-se como um projeto ideal, cuja implementação está cercada de inúmeras questões como por exemplo: será que a PCr apenas consegue atingir alguns aspectos daquilo que considera essencial para a sobrevivência? Considerando as múltiplas carências que determinam a criança pobre, será que essa satisfação integral é alcançada?

Diante da ação social concreta que realiza, a PCr tenta atingir a satisfação de algumas necessidades básicas das crianças pobres, na vida daquelas que consegue alcançar. Segundo dados do IBGE (2000),⁴⁷ em 2005, registrava-se 138.386 crianças pobres no município de Natal, desse número os Líderes Comunitários foram capazes de acompanhar somente 17.967 crianças entre 0 e 6 anos de idade. A ação alcança apenas 13% das crianças pobres, e ainda assim, como intervenção parcial mostra-se bastante significativa na diminuição dos índices de mortalidade infantil. Há o desejo, por parte das coordenações, de estender o campo de atuação, o que exigiria a ampliação de recursos e o aumento da quantidade de Agentes Pastorais nas comunidades.

Os Agentes Pastorais ensinam aos familiares que cuidar significa também: “saber ver a criança”^{AP6}; “é ser respeitada e ouvida”^{AP3}; “Envolve educação [...]. Vai desde seu hábito alimentar ao seu comportamento”^{AP7}; “cuidar da alimentação, do vestuário, sabemos que isso se torna pequeno quando ela não recebe afeto, carinho, quando não é percebida como ser humano”^{AP3}.

É presente nos discursos uma forte exigência por respeito à satisfação de bens essenciais para a vida como a nutrição, a segurança, a formação, aliados ao exercício da afetividade: “respeitar a criança é cuidar tanto no aspecto afetivo, como no aspecto biológico”^{AP3}. Segundo os agentes, para respeitar essas necessidades vitais é indispensável que as pessoas adultas aprendam a ver, ouvir e amar o ser humano ainda em formação: “Ela precisa ser amada e respeitada ainda no ventre materno”^{AP3}.

⁴⁷ Dados retirados do Extrato Comparativo da Pastoral da Criança – Setor Natal (2000 e 2005). Disponível em: <<http://www.pastoraldacrianca.org.br/pastcri-dev/popups/visualizar.php?opca...>> Acesso em: 10 jul. 2006.

Nas falas dos Agentes, há uma relação direta do ato de cuidar com a difícil capacidade de respeitar. Respeito é um dos sentidos atribuídos ao cuidado, sendo apresentado como o principal pré-requisito para a efetivação do acompanhamento da criança de 0 a 6 anos de idade. Segundo Boff (1999), o cuidar é mais que um ato, é uma atitude de ocupação, preocupação, responsabilidade, envolvimento afetivo, sensibilidade com o outro. O cuidado é definido como modo-de-ser essencial, em que se encontra o *ethos* fundamental do ser humano.

Para a PCr, o objetivo mais importante do trabalho é cativar a família para aprender a cuidar dos filhos. Nesse sentido, as falas apresentam a defesa de que o cuidado deve ser uma prioridade dos pais: “incentivamos para que eles dêem mais prioridade, mais ênfase na questão: cuidar da infância”^{AP7}. Há um apelo para que a criança não seja esquecida e sofra em decorrência de direitos negados.

Cuidar da criança como criança, percebê-la como ser humano e acreditar no potencial de vida que possui, está diretamente relacionado ao cultivo do sentimento de infância entre os familiares. Através da visita domiciliar, os Líderes entram em contato com o espaço de moradia das crianças, aproximam-se da família e convidam os pais a se preocuparem com a criação das novas gerações.

A presença dos pais-genitores no cuidado com os filhos, ainda é a principal bandeira, hasteada pela PCr. No entanto, em nosso tempo, a ausência dos pais constitui um fenômeno também relacionado à noção de sobrevivência. Ainda que não disponham de emprego fixo, os genitores procuram uma ocupação no mercado informal a fim de produzir alguma renda, portanto muitos deles não participam diretamente do cuidado dos filhos. Diante disso, a PCr tem compreendido que além dos genitores, a responsabilidade de cuidar também pertence aos familiares da criança.

A princípio, o alvo está em conquistar os familiares e fazê-los compreender que o desenvolvimento dos filhos depende de um conjunto de bens essenciais biológicos, emocionais e culturais. Elegendo o meio familiar como *locus* do cultivo do sentimento de infância, os Agentes Pastorais tratam do que Super & Harkness (1986 apud RAMOS, 2003, p.165) denominaram de nicho de desenvolvimento, em que

o meio e o indivíduo são concebidos como dois sistemas abertos que interagem constantemente, existindo para além dos fatores biológicos e maturacionais, todo um conjunto de variáveis que interagem entre si e que interferem no desenvolvimento e na educação da criança, [...].

O nicho de desenvolvimento diz respeito ao lugar de cuidado da criança que é a família⁴⁸ ou o grupo familiar, considerando o contexto físico-ecológico-sociocultural em que vive. Implica os meios materiais e humanos os quais permitem os cuidados a cada criança, numa determinada cultura, que modela os estilos de *maternage*⁴⁹, um saber fazer específico. (RAMOS, 2003, p. 166). Cada família, num contexto cultural, modela os métodos e os procedimentos que oportunizam a criança a adquirir competências sociais e cognitivas. Por isso, a família é eleita como principal campo de atuação e intervenção da PCr. A criança não pode ser acompanhada distante do seio familiar. Este funciona como nicho cultural e de desenvolvimento das práticas de cuidados e educação precoces.

Atualmente, PCr tenta ver a família através do seu movimento de organização e reorganização, que torna possível a construção de diferentes arranjos familiares na sociedade atual. Busca acabar com qualquer estigma sobre as formas familiares diferenciadas. Isto porque, começa a compreender a família como um grupo social que mantém estreita relação com o contexto sociocultural ao qual pertence.

Distante daquele modelo de família nuclear burguesa, os Líderes Comunitários interagem com famílias do tipo *matri/patri*-focais, formadas por um dos genitores e filhos; as famílias ampliadas compostas pelo casal, filhos e outros parentes; ou mesmo as famílias agregadas, resultado da integração de vários casais com filhos e outros familiares.

Diante desses diferentes arranjos familiares, o conceito de família muda. Passa a ser compreendido como “estrutura particularista de relações entre sexos e gerações, organizada pelo princípio de parentesco consangüíneo ou de aliança”; sustentada em direitos e deveres recíprocos; capaz de estabelecer vínculos de poder, de dependência afetiva, econômica e social entre os membros que a compõe. (BILAC, 2003, p. 35).

A PCr, apesar de ainda fazer referência em seus documentos sobre o tradicional modelo nuclear de família, está aprendendo a considerar as novas

⁴⁸ Termo derivado de *famulus* (escravo doméstico), expressão romana para designar um novo organismo social que surgiu a partir da introdução da agricultura e escravidão legal. Esse novo organismo social era formado por um chefe que tinha sob seu poder a mulher, filhos e um número de escravos. (BILAC, 2003).

⁴⁹ Para Ramos (2002) os estilos culturais de *maternage* se manifestam de três formas: na forma distal, quando os parentes interagem com a criança pela voz e pelo olhar; na forma proximal, quando há um predomínio das interações táteis e cinestésicas; na forma próximo-distal, quando ocorrem interações visuais, verbais, táteis e cinestésicas.

percepções, voltando a atenção para o sistema de parentesco, que não leva em conta apenas os laços de consangüinidade e de descendência (laços de sangue), mas também os vínculos de sociabilidade e acordos entre os integrantes (laços de aliança) – por exemplo, grupos familiares constituídos em função da sobrevivência de cada indivíduo em particular. (SARTI, 2003, p. 41).

No interior das políticas sociais contemporâneas, a família é revalorizada na sua função socializadora e educativa. Ao mesmo tempo, torna-se beneficiária, parceira, uma miniprestadora de serviços de proteção e inclusão social e ganha um lugar de destaque nas políticas públicas, incluindo-se “num cenário de partilha de responsabilidades entre estado, sociedade civil e iniciativa privada, aliada a processos de descentralização e fortalecimento da gestão local (municipal) ”. (CARVALHO, 2003, p. 21).

Obedecendo a essa lógica, os Agentes Pastorais consideram os parentes da criança como fortes parceiros na ação social que desenvolvem nas comunidades. A ação de cuidar deve significar um compromisso em que todos os familiares são convocados a estarem envolvidos. Os grupos familiares continuam sendo lugares privilegiados de proteção e pertencimento, por isso *locus* das políticas de proteção social e atuação das organizações solidárias.

A PCr entende que a família como o principal nicho de desenvolvimento e aprendizagem para a criança, constitui-se também em espaço de socialização e satisfação das necessidades fundamentais da criança. Isso porque o “sentimento de pertença a uma família, a uma comunidade, a uma cultura, dá um sentimento de segurança interna que favorece o desenvolvimento da criança”. (RAMOS, 2004, p. 177).

Antes do contato com a PCr, a maioria dos familiares não pensam dessa forma, cada qual possui uma cultura de cuidar diferente, que foi herdada de seus antecedentes. Estamos referindo-nos à presença de etnoteorias “sobre a criança, o seu desenvolvimento, as suas necessidades, a sua saúde e educação”. (RAMOS, 2003, p. 161).

As etnoteorias dizem respeito a um conjunto de idéias, teorias que os adultos têm sobre as formas de cuidar e que variam em função das condições histórico-social e ecológico-culturais em que estão inseridas essas famílias. São “teorias populares, [...] um saber empírico que os indivíduos e os grupos transmitem de geração em geração [...] no seio das famílias”. (RAMOS, 2003, p. 162).

Refiro-me a diferentes modalidades de cuidar, que determinam o comportamento parental diante das crianças. Essas representações e práticas de cuidados variam de uma família para outra. No Brasil, as diferenças são bem acentuadas devido à influência de várias culturas na constituição da nação.

Diante disso, a PCr tem consciência da dificuldade que enfrenta quando considera apenas a maneira de cuidar, apresentada pelo Guia do Líder. Assegura melhor desempenho em situações que considera a etnoteoria da família acompanhada como ponto de partida para a assimilação de outras formas de cuidado. Faz-se necessário

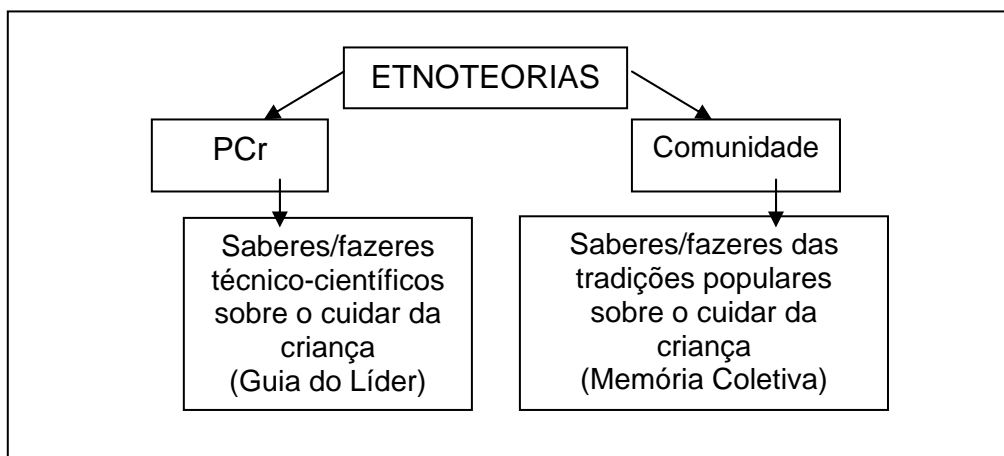
[...] desenvolver metodologias de intervenção e educação parental que valorizem as significações subjetivas e as experiências individuais e familiares, que apoiem, responsabilizem e respeitem a autonomia conceptual e sentido de competência das mães e dos pais e os acompanhem na criação de significações múltiplas sobre o seu papel no desenvolvimento, na saúde e na educação e sobre as alternativas educacionais mais adequadas e eficazes. (RAMOS, 2004, p. 231).

No processo intenso de conquista, é essencial que os Líderes da PCr levem em conta as “crenças parentais” (RAMOS, 2003, p.163), as quais se manifestam de diferentes formas no cotidiano e estão estreitamente relacionadas às condições sociais dos familiares da criança acompanhada. As maneiras de cuidar podem ser cultivadas, resistidas ou rejeitadas, ao serem confrontadas com o repertório das representações, pré-conceitos e tradições presentes numa comunidade.

A PCr dispõe da visitação domiciliar como uma modalidade de ação que oportuniza a assimilação das maneiras de cuidar da criança presentes na cultura das famílias acompanhadas. Essa consciência é expressa na fala da Líder: “tento trabalhar junto, assimilando primeiro como os pais trabalham o cuidado com a criança”^{AP10}. O processo de conquista ocorre com sucesso quando o Líder Comunitário se aproxima com o sentimento de alteridade para realizar trocas de saberes, apresentar outras maneiras de garantir o bem-estar da criança.

Numa das visitas, que realizamos na Comunidade de Vila Paraíso, uma mãe compartilhava com as líderes da PCr, que deu mel com limão ao filho quando estava doente porque aprendeu esse remédio com a família. A partir dessa forma própria de cuidar, uma líder ampliou essa noção, apresentando outras maneiras de intervenção. O Esquema 14 seguinte aborda a distinção entre as formas de etnoteorias da PCr, o conjunto de saberes/fazeres técnico-científicos, e as

preservadas entre os familiares, conjunto de saberes/fazer advindos da cultura popular.



ESQUEMA 14 – Etnoteorias na Pastoral da Criança e na comunidade

Nesse processo de interação entre etnoteorias, não pode haver a intenção de julgar ou mesmo de subjugar maneiras de cuidar, porque não se trata de uma ação de confronto, mas de complementação e compreensão. Tanto a maneira de cuidar da PCr como a das famílias acompanhadas devem ser assimiladas por ambas as partes. A aproximação deve ocorrer de forma cautelosa, segundo os Líderes Comunitários: “eu tento lembrar o que as famílias já sabem. É relembrar o como deve ser”^{AP11}; “de uma forma singela tentamos orientar”^{AP12}.

Ensinar a cuidar, tem sido uma tarefa árdua para os Agentes Pastorais. A maioria tem consciência de que o desenvolvimento da criança não depende apenas das orientações de saúde e higiene, mas são predominantemente influenciados pelas condições de existência em que estão inseridas as famílias acompanhadas. Há um conjunto de carências que comprometem a qualidade de vida dessas pessoas como habitação sucateada, ausência de saneamento básico, desemprego etc. Fatores que impõem limitações, anteriormente comentadas, à atuação dos Líderes nas comunidades. A esse respeito Ramos (2004, p. 23) comenta que

O desenvolvimento da criança, a sua educação e saúde, o tipo de cuidados e de proteção que lhe são prestados, próprios de cada época e de cada grupo familiar, social e cultural, são influenciados por factores individuais e colectivos, pelas tradições culturais, pelas representações etnoteorias que os adultos têm sobre as necessidades, a saúde e a natureza da criança, sobre as formas de cuidar e educar. São também influenciados pelas condições ecológicas, socioeconômicas e políticas, pelas condições de vida

da família, nomeadamente, condições sociais, habitacionais, escolarização e trabalho dos pais, particularmente da mãe, densidade familiar, equipamentos sanitários, escolares e sociais.

O bem-estar da criança, depende da oferta de melhores condições de vida para a família que a acolhe. Inúmeras mortes de crianças com menos de cinco anos de idade seriam evitadas, se fossem proporcionados às famílias os bens essenciais de direito, assegurados na Constituição brasileira de 1988:

Art. 226 – A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

[...]

§ 8º. O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p. 147 e 148).

A família é um grupo social com especificidades e necessidades próprias, inserida e influenciada por um sistema mais vasto de interações sociais. O apoio à criança passa também por apoiar a família e criar condições dignas de vida.

Contraditoriamente, no Brasil, as famílias pobres têm os seus direitos usurpados e, junto a elas, as crianças padecem distantes dos princípios da Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1959. Reza a Declaração que toda a criança tem direito a igualdade, especial proteção, identidade, alimentação, moradia, assistência médica, educação, amor e compreensão, lazer, ser socorrida com prioridade, estar livre do abandono e da exploração, crescer com solidariedade e justiça.

Ainda são ignorados os princípios estabelecidos pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989) e pela Reunião de Cúpula Mundial a Favor da Infância (1990), referendados pela Assembléia Geral das Nações Unidas e que reconhecem os direitos fundamentais à sobrevivência, ao desenvolvimento, à proteção integral da criança; à prioridade imediata para a infância; o direito à convivência familiar e comunitária, como requisito de dignidade humana. (AZAMBUJA, 2006).

A família pobre tem sido a maior vítima das injustiças sociais. Em condições precárias de sobrevivência, muitas delas se vêem sem condições de cuidar dos filhos. Quando falo de cuidado, refiro-me ao bem-estar físico, mental e social da criança. A saúde infantil engloba ações de proteção, prevenção e promoção. Diz respeito a uma “ética do cuidado” que busca resgatar a humanização do ser humano. (BOFF, 1999, p. 134).

Em documentos, a PCr defende que a família como organização social, constitui-se campo para o exercício da cidadania. Ensinar a cuidar da criança pobre significa lutar por interesses humanitários em contraposição aos ideais de consumo e lucro do mundo atual. A cidadania está no cerne dessa ética do cuidado da PCr.

Teoricamente, o exercício dessa cidadania engloba a efetivação de direitos e deveres das pessoas em relação à vida em sociedade; exige igualdade no atendimento às necessidades básicas e luta contra a desigualdade econômica e social. Cuidar implica defender os direitos da criança excluída, que se apresenta como cidadã relativa, porque é limitada pela má condição de vida.

Como pode essa cidadania significar igualdade de direitos e ao mesmo tempo está baseada na diferença? A expressão “direitos iguais” não diz somente direito ao tratamento igual, mas também direito a ser tratado como igual, apesar das diferenças. Todavia, temos uma “igualdade profundamente seletiva que deixa intocadas diferenças, sobretudo as da propriedade” (SANTOS, 2000, p. 240).

Tida como desejo próprio do ser humano, que na visão liberal é concebido como livre e igual, em nossa sociedade a cidadania consiste apenas num acessório, isto porque “não é uma essência, mas uma construção histórica, que está intimamente ligada às lutas pela conquista dos direitos do cidadão moderno”. (VIEIRA, 2001, p. 237).

No Brasil, o exercício da cidadania ainda é privilégio de poucos, pois há predomínio da concretização dos interesses de indivíduos (consumidores-cidadãos), em detrimento dos direitos e deveres da população. Segundo Manzini-Covre (2003, p. 110) temos uma cidadania de *status*, que é um tipo de “cidadania passiva e consumista, uma cidadania que se centra no ter. [...] No âmbito dessa cidadania os indivíduos, como sujeitos, não existem, eles se deixam usar pelo Estado, são objeto do outro”. Precisamos cultivar a cidadania ativa, de sujeitos atuantes, que fazem “valer suas propostas de políticas sociais de atendimento dos direitos sociais. [...] uma cidadania centrada no agir para compor um existir”.

Sentem-se iniciativas de um esboço de cidadania, através do movimento de refilantropização social que, na prática, termina realizando uma filtragem das demandas dos grupos populares, influenciando na minimização dos direitos sociais. Esses tratados por Castel (2005, p. 77) como “direitos ordinários”, porque deveriam ser comuns, não discriminatórios, e atribuir uma igual dignidade a todos os sujeitos de direito. No entanto, de fato, não afloram completamente, apesar de terem o fundamento da cidadania ideal apregoada.

A PCr, nos discursos escritos e orais, defende uma cidadania social firmada na necessidade de proteção. A cidadania como atividade, prática, processo, não apenas como *status* de pertença. Nesse processo, o respeito à diversidade e ao pluralismo cultural apresenta-se como essencial. A cidadania, que é cuidado, está relacionada ao conceito de vida digna para a criança pobre e para os familiares que a acolhe.

Ensinar-aprender a cuidar na PCr depende da implementação de formas concretas de cidadania nos bolsões de pobreza. Na implementação dessa cultura do cuidado é significativa a atuação do Líder Comunitário. É indicado que o Líder não deve ter apenas a atitude de diagnóstico, deve procurar ir além, buscar encaminhamentos, ao lado da família, para resolver os problemas os quais afligem a comunidade. Ele deve ser bom observador e ter iniciativa para orientar e também agir, procurando socorro junto às autoridades competentes.

O direito à vida precisa ser defendido como bem humano. As condições de vida das famílias acompanhadas impõem limites, e o ato de cuidar da criança pobre requer astúcia, assimilação de um conjunto de artefatos que sugere um modo próprio de saber-fazer.

ELO SINÓTICO

Durante este sexto capítulo, refleti sobre o ato de cuidar como sendo o cerne da pedagogia da sobrevivência, prática bem articulada pela proposta de ação socioeducativa da PCr.

Os Agentes Pastorais fizeram referência a uma ética do cuidado, valor que deve ser cultivado, primeiro, na família e conseqüentemente no seio das novas gerações. Essa pedagogia da sobrevivência tem por base o aprender a cuidar da criança pobre, apesar dos familiares estarem envolvidos por inúmeras limitações e dificuldades. Pela orientação, ocorre uma procura pelas possibilidades, oportunidades de escape no interior de situações adversas.

No interior desse processo, torna-se imprescindível o respeito às etnoteorias. É essencial o diálogo entre as artes de cuidar, trazidas pela PCr e as cultivadas pela tradição no seio da família. Essa parceria favorece o processo de conquista e o desenvolvimento da ação, no que diz respeito à vigilância e ao acompanhamento da criança desde o ventre materno.

Aprender a cuidar do feto contribui para desenvolver o sentimento de infância entre os familiares, mesmo antes da criança nascer. Ocorre, então, um movimento de interdependência entre o cuidado e o sentimento de infância. Quando os Agentes Pastorais ensinam a cuidar da criança pobre, estão também favorecendo o cultivo da infância nos bolsões de pobreza. A PCr institui uma pedagogia que procura freiar o processo de extermínio dos excluídos socialmente.

No capítulo seguinte, falo dos artefatos que sustentam essa pedagogia do cuidado, como conjunto de saberes e ações articulados em função da sobrevivência da criança pobre.

7 ARTEFATOS: A PREVENÇÃO, O ESSENCIAL, O ALTERNATIVO E AS PROBABILIDADES

A ação socioeducativa da PCr, como pedagogia do cuidado, ganhou legitimidade perante a população brasileira. O trabalho difundiu-se por todas as dioceses do país, sendo importado para outros países da América Latina como a Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Colômbia, Paraguai, Peru, Venezuela, Uruguai, Guatemala, Panamá, República Dominicana, Honduras e México; para o Continente Africano, atingindo a Angola, Guiné-Bissau e Moçambique; e países asiáticos como Filipinas e Timor-Leste.

As últimas pesquisas comprovam que onde existe um grupo de Líderes da PCr atuando, ocorre combate à desnutrição, e a mortalidade infantil chega a ser 60% menor. Observando o GRÁFICO 3 a seguir, nota-se a diferença:

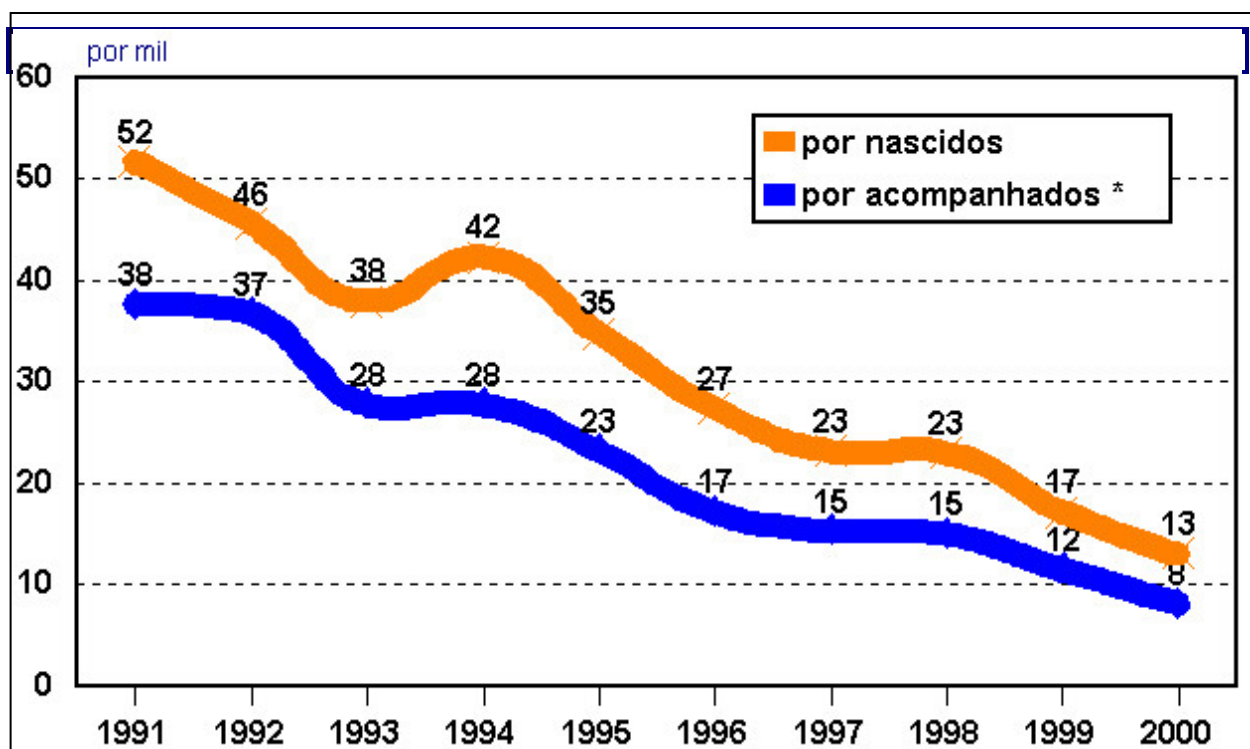


GRÁFICO 3 – Razões de Mortalidade de Crianças Menores de 1 ano, dados da Pastoral da Criança, Brasil – 1991/2000

Fonte: Pastoral da Criança/CNBB, Folhas de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde, Nutrição e Educação na Comunidade, encaminhadas à Coordenação Nacional da Pastoral da Criança, em Curitiba, até 31 de maio de 2001.

Nota: A taxa de mortalidade infantil encontra-se entre a razão de mortes por mil nascidos e a razão de mortes por mil acompanhados.

* A Razão de mortes por mil acompanhados está expressa na forma de densidade de incidência de mortes de menores de um ano por mil crianças menores de 1 ano acompanhadas pela Pastoral da Criança por ano em risco.

Conforme o gráfico, a diferença entre a média de mortalidade infantil nacional e a da PCr chegou nos anos 1991 e 1994 a 14 crianças por mil nascidas vivas. Visualizando o último decênio do século XX, a linha de acompanhamento da PCr mostrou-se abaixo de 40 mortes, numa permanente decrescência, assegurando uma diferença média de 9 mortes a menos em relação a média nacional.

As crianças acompanhadas pela PCr têm mais chances de sobreviverem a desnutrição e a mortalidade infantil. De acordo com dados do IBGE (2000), nas comunidades pobres em que a PCr atua, a mortalidade infantil é de 15 mortes a cada mil crianças nascidas vivas, quase metade da média nacional, que é de 27 mortes por mil, ou seja, em comunidades onde há PCr, a mortalidade infantil é inferior à metade da média do país.

Mas, como isso acontece? A mídia se preocupa em divulgar apenas os resultados e não mostra como a PCr consegue alcançar esses objetivos, sem realizar distribuição de alimentos, dinheiro ou outros bens materiais.

A própria PCr divulga que o sucesso da ação está no ágil sistema de informação⁵⁰ que mantém, ou na forma de organização descentralizada das atividades, ou mesmo na atuação localizada dos Agentes Pastorais.

Horochovski (2003) atribui o sucesso à proposta educacional que ultrapassa o assistencialismo; a presença feminina; e a agilidade e descentralização da estrutura administrativa da instituição.

Dra. Zilda Arns (2003, p.118) faz uma lista de pontos-chaves:

- a) Motivação constante para a mística fraterna;
- b) Fidelidade aos objetivos;
- c) Sistema de capacitação continuada de agentes;
- d) Materiais educativos;
- e) Participação das mulheres;
- f) Atuação de milhares de líderes comunitários como agentes de transformação social;
- g) Mais de 7 mil equipes de coordenação, capacitação e acompanhamento para garantir a qualidade das ações.

⁵⁰ O sistema de informação da PCr é denominado de sistema sentinela, porque está constantemente atualizando os dados referente à nutrição e mortalidade infantil de todo o país. Mantém como projeto complementar a Rede Brasileira de Informação e Documentação sobre a Infância e Adolescência (REDIBIA). Organização que auxilia no controle social das políticas públicas de proteção da criança e do adolescente.

Não há uma uniformidade nos discursos dos Agentes Pastorais referente à razão do sucesso da PCr. O sucesso da ação ora é atribuída a estrutura da instituição, quando as falas citam a presença de metodologia, parcerias e organização; ora ao desempenho do Líder Comunitário, que envolto por uma mística, dedica-se a desenvolver o trabalho de acompanhamento da criança. O conjunto das razões, presentes nos discursos, está disposto no ESQUEMA 15 a seguir:



ESQUEMA 15 – Razões do sucesso da Pastoral da Criança

Esses fatores contribuem para a viabilização dos programas, mas não explicam a assimilação de modalidades de ação que promovem a ressignificação de etnoteorias nos bolsões de pobreza.

Ao longo desses vinte anos, a PCr construiu uma lógica de ação que se preocupa em potencializar as famílias com artefatos⁵¹ que garantem a sobrevivência da criança, isto é, investe na possibilidade de ensinar essas famílias a cuidarem de suas crianças com o mínimo de condições que dispõem.

⁵¹ “Objetos ou instrumentos que podem [ou não] estar disponíveis no meio do aprendiz”, no nosso caso, das famílias acompanhadas. (RAMOS, 2003, p. 167).

A base da intervenção está na orientação, como afirma esta Agente Pastoral: “Buscamos através dela melhorar, envolver a comunidade, orientando as famílias”^{AP4}. Os Líderes da PCr trabalham com educação em saúde, ensinando às mães maneiras de cuidar das crianças.

A presença de instituições sociais como a PCr, nessas comunidades, contribui para a manutenção de um conjunto de táticas de escape, o que denominamos de Pedagogia da Sobrevivência. A maioria das famílias acompanhadas pela PCr vive em condições de extrema miséria, numa situação em que a própria dignidade humana é constantemente negada. Assim descrita pelo Agente: “aquela criança, aquela mãe que está sendo diminuída do seu potencial humano, porque está sendo vítima da fome, das doenças”^{AP2}.

Ramos (2002, p. 466) comenta que “nascer, crescer em situação de pobreza [...] constitui um risco, um trauma e um desafio para a criança e a sua família.” Quanto mais as crianças são excluídas, mais elas são carentes de cuidados. A situação é agravada pela degradação das condições sociais e habitacionais que aflige essas famílias pobres, influenciando na saúde da criança e aumentando a situação de risco:

[...] a pobreza afecta (sic) profundamente o potencial de desenvolvimento físico e psíquico da criança, podendo deixar marcas irreversíveis no seu desenvolvimento e conduzir à morte. Em média, uma criança originária de uma família fazendo parte das 20% mais pobres da população mundial corre, pelo menos, duas vezes mais riscos de morrer antes dos cinco anos. (RAMOS, 2002, p. 468).

Refiro-me aqui às condições mínimas de vida em que se encontram essas famílias que são assim caracterizadas por uma Agente: “muitas vezes não tem o que comer [...] buscam uma sobrevivência através de pedidos, esmolas”^{AP4}. Nessas condições, viver significa lutar contra a morte, isto é, aprender a lidar com: “o mínimo de oportunidade para tentar continuar vivo”^{AP4}.

Ao tratar sobre sobrevivência, Bettelheim (1989), judeu e ex-prisioneiro dos campos de concentração na Alemanha, relaciona tal questão ao forte desejo de continuar vivo, em situação na qual predomina o risco de morte. Considera que sobreviver tornou-se um problema existencial para a humanidade atual, isto devido à crescente negação das condições básicas de vida, o que ocasiona um violento processo de desumanização do ser humano.

Segundo Vaneigem (2002, p. 169 e 171), esse homem que luta pela sobrevivência é caracterizado pela privação total, bizarramente deformado por severas castrações e condições limítrofes: “A sobrevivência se tornou uma economia da vida. [...] reduzida ao essencial”. O homem constantemente mutilado e que lamenta a perda infinita de si mesmo.

Os discursos atribuem à atitude de sobrevivência aos sentidos de luta, resistência, cuidado, escape, tentativa, oportunidade, incerteza, alternativa, persistência (teimosia), criatividade, ação. Os Agentes Pastorais vinculam o escape da criança pobre a um processo de luta diante da falta de condições dignas de vida. A criatividade e a prevenção apresentam-se como armas nessa batalha contra a morte. Essa luta pela sobrevivência, no sentido da resistência dissimulada, como Taborda (1990, p. 20) comenta:

A vida não é só um ‘deixar-se viver’, mas uma conquista dura frente a forças de morte que precisam ser vencidas a cada momento. [...] vida só é vida, quando todos têm acesso a ela. E para todos terem acesso, numa sociedade que veta à maioria o acesso à vida e mais ainda à ‘qualidade de vida’, é preciso lutar. Mas o bom senso do povo usa o termo ‘luta’, ‘peleja’, que provém da experiência cotidiana de resistir as forças de morte para sobreviver.

Esse desejo de sobrevivência é natural nos seres vivos, mas entre os humanos manifesta-se de forma cruel, através da exclusão e do extermínio. Circunstâncias em que o indivíduo perde a autonomia sobre si e o controle da situação. Em decorrência, instituí-se uma relação de dependência, provocada pelo desequilíbrio de forças entre aquele que assume a condição de fraco e outro que é considerado forte. (CERTEAU, 1994, p. 97).

O escape do fraco pode ocorrer em duas condições: pela decisão arbitrária do mais forte ou pelo caminho da transgressão, em que o mais fraco usa de astúcia para criar possibilidades. É o que Certeau (1994, p. 45) denomina de “engenhosidade do fraco”. Refiro-me ao uso da tática como modalidade de ação que se constitui tentativa para a superação, o escape, a possibilidade de uma saída imprevisível.

Faz sentido, quando o Agente da PCr entende que o fraco sobrevive porque investe na inventividade: “Sobreviver é termos criatividade para transformarmos as coisas [...]. É preciso ser bem criativo para poder sobreviver [...] É difícil, não são

muitas as condições”^{AP6}. Assim, é necessário entender que: “[...] sobreviver é teimosia, é ousadia”^{AP2}.

Sobreviver diz respeito à capacidade da pessoa humana de (re)criar diferentes maneiras de manter-se vivo, apesar das condições adversas que enfrenta. A subjetividade humana torna-se fator preponderante nesse processo de superação. Essas “pessoas conseguem apropriar-se do cotidiano (objetividade) e nele impor uma forma peculiar de vida (subjetividade)”. (SOUZA NETO, 2003, p.178). Um tipo de criatividade desencadeada pelo desespero, forjada pela situação de risco e limitação.

A PCr , por meio do acompanhamento que realiza junto às famílias pobres, tem lutado pelo escape de muitas crianças pobres. A missão consiste em ensinar a cuidar para sobreviver. Os Líderes, através das visitas domiciliares e das celebrações da vida, compartilham com as mães maneiras de cuidar da criança, instituindo um conjunto de táticas (formas de resistência dissimuladas) como recurso para superar as limitações impostas pela condição social. Compreendemos que a ação socioeducativa da PCr situa-se no interior de um jogo articulado por relações de forças (ELIAS, 1970), onde essas famílias são conduzidas a empregarem táticas para sobreviver.

A pedagogia da sobrevivência constitui-se no uso de uma inteligência prática, a *mètis*⁵² dos gregos, que possibilita o indivíduo saber agir segundo as ocasiões, aprendendo a tirar proveito de artefatos como a prevenção, o essencial, o alternativo e as probabilidades. “Um saber não sabido, aprendido no cotidiano das práticas, nas situações concretas da vida.” (CERTEAU, 1994, p.143). Ação que aponta para a possibilidade do desvio e a construção de novos caminhos, como atesta a Agente Pastoral: “Uma família busca sobreviver quando luta contra a sua própria condição de vida, contra todos os vícios adquiridos”^{AP4}.

A partir dessa lógica, o sucesso da ação socioeducativa da PCr é revelado na fala de uma das Agentes: “facilitar o acesso a recursos mínimos para manutenção da família”^{AP1}. Em outras palavras: “deve-se também à descoberta de caminhos concretos e viáveis na conjuntura atual”. (PERANI, 2003, p. 240). Tem-se, então, uma pedagogia da sobrevivência que é pragmática, emergencial que segue a

⁵² “A *mètis* conta com o momento oportuno (o *kairòs*) e o aproveita.” Está vinculada à prática do tempo e das circunstâncias. Depende de oportunidades para se efetivar, por isso está fundada nas relações ocasionais do cotidiano. (CERTEAU, 1994, p. 157).

lógica de ação do Líder Comunitário quando diz que “a sobrevivência é esta: você agir mais”^{AP8}.

Essa pedagogia da sobrevivência implica aprender a saber viver no que é próprio do cotidiano dos bolsões de pobreza; peculiar ao homem ordinário, da pessoa humana, situada em condições limítrofes de exclusão e risco de extermínio. O que fez a PCr? Assimilou os artefatos que sustentam essa maneira de vida, sistematizando-os em modalidades de ação capazes de conduzir orientações para o cuidado da criança na família.

Através da ação socioeducativa que desenvolve, a PCr aponta para o trato com a prevenção, o essencial, o alternativo, e a probabilidade na educação em saúde. A apropriação e uso desses artefatos pela família acompanhada implicam a luta pelo escape da criança pobre. Os artefatos especificamente são:

- 1) a prevenção - aprender a agir por antecipação, tentar evitar perigos a saúde da criança através da imunização, vigilância e acompanhamento;
- 2) o essencial – aprender a identificar os fatores necessários para o bem estar e o desenvolvimento da criança;
- 3) o alternativo – aprender a lidar com a opção que resta e que pode substituir o essencial, suprimindo as necessidades da criança;
- 4) as probabilidades – aprender a fazer suposições de perigo à saúde materno-infantil e ousar na busca de oportunidades de conquistas.

O conjunto desses artefatos constitui a essência da ação socioeducativa da PCr. A articulação de cada um deles está presente nos discursos dos Agentes Pastorais, no uso das ferramentas que utilizam para viabilizar o acompanhamento e nas modalidades de ação implementadas nas comunidades.

O artefato primordial da PCr é a prevenção. Acredita que a família precisa aprender a prevenir-se dos perigos. Uma ação preventiva antecede aos sinais de risco, gerando proteção ao indivíduo.

Na PCr, prevenção é sinônimo de cuidado, que se materializa através da realização do pré-natal, imunização, aleitamento materno e acompanhamento do peso da criança. As famílias pobres necessitam do conceito de saúde como qualidade de vida e não apenas como ausência de doenças. É preciso, prioritariamente, que se aprenda a investigar as condições de vida das crianças e

intervir antes que fiquem doentes. Uma atenção maior às fases de gestação, parto e pós-parto (período perinatal) evita diversos prejuízos para a saúde da mãe e do bebê.

Através da identificação dos sinais de risco, a PCr ensina às famílias a se prevenirem contra os perigos que podem abalar a saúde das crianças. Quando os sinais de riscos são atacados precocemente, os problemas de saúde tornam-se mais fáceis de serem resolvidos ou, às vezes, nem se manifestam.

Cuidar significa prevenir. Ocorre quando as famílias são estimuladas a levarem os filhos ao posto de saúde para realizarem a imunização necessária; quando as gestantes são encaminhadas para a realização do pré-natal; quando há incentivo ao aleitamento materno; e orientação sobre acidentes domésticos.

A atenção dispensada à gestante por meio da realização do pré-natal previne a mortalidade perinatal (óbito da criança antes, durante ou após 28 dias do parto). O escape da criança é garantido pelo acompanhamento preventivo da genitora, quanto aos cuidados com a vacinação, exames, nutrição, higienização.

As mulheres devem ser recrutadas ainda na gestação, quando se acredita que o impacto da educação é potencialmente maior. Nesse intuito, desde o ano de 2005 a PCr promove o mutirão em busca das gestantes na comunidade.

O aleitamento materno além de ser ação essencial, também é considerado um ato preventivo, pois “protege a criança contra a pneumonia, sarampo e diarreia”. (PASTORAL..., 1998b, p. 20). A PCr promove campanha permanente, motivando as famílias a assegurarem o aleitamento materno exclusivo, sendo um direito do recém nascido. A valorização da amamentação tem sido tratada como uma questão não apenas social, mas cultural. As famílias estão aprendendo que a prática do aleitamento materno é mais saudável tanto para a nutriz como para o lactente. A PCr orienta:

As mães devem amamentar os seus filhos o quanto mais puderem. Primeiro, porque o leite materno é o melhor de todos os alimentos e é o melhor remédio também. Previne contra várias doenças. Depois, porque quando você, mãe, está amamentando o teu filho, a tua filha, não é só o leite que você está transmitindo, é o carinho, é o tato, é o toque, é a bondade, é o milagre da vida que se comunica, que se transmite e nós, não podemos perder este momento tão milagroso [...]. (CARLESSO, 2006, p. 16).

O Guia do Líder mostra que a amamentação deve ser uma das campanhas que o Líder deve organizar dentro da comunidade, buscando conscientizar as famílias sobre o valor nutri-preventivo do leite materno.

Uma outra ação estimulada pelos Agentes Pastorais é a vacinação, como forma de imunização que previne das doenças as quais podem atacar a gestante e a criança. Os Cartões de Vacina são ferramentas de registro da imunização e do controle do peso da criança. A família que mantém os cartões atualizados demonstra que está preocupada com os filhos e cuida da saúde de cada um deles.

A higienização dos alimentos, da pessoa e do ambiente em que vive também são apresentados pela PCr como formas de prevenção contra as doenças.

Durante o acompanhamento da criança, os familiares são orientados pelos Líderes Comunitários a saberem lidar com o essencial, com apenas o necessário de que dispõem para garantir o escape da criança. As múltiplas carências são fatores que comprometem a sobrevivência, isto implica um maior esforço para aproveitar as poucas oportunidades que surgem.

Aprender a lidar apenas com o essencial, não significa ter uma atitude de acomodação frente à difícil realidade em que se encontram essas famílias. Diante da condição de exclusão, a opção pela acomodação ocasionaria num acelerado extermínio desses grupos sociais. O segredo está em ensinar a essas populações a administrar o pouco que possuem, dentro da lógica apresentada por Beghin (2005) que consiste em aprender a gerir a pobreza, criando formas possíveis de convivência.

Os Indicadores de Oportunidades e Conquistas (IOC)⁵³ presentes tanto no Guia como no Caderno do Líder são essencialidades defendidas pela PCr. Após o nascimento da criança, conforme a faixa etária, é destacado um conjunto de indicadores, que apresentamos resumidos através do QUADRO 12:

⁵³ Os indicadores de desenvolvimento da criança por faixa etária foram acrescentados ao Guia do Líder em 1991.

PERÍODO (idade da criança)	INDICADORES DE OPORTUNIDADES É considerado essencial que a família promova ações que oportunizem a criança:
1º. mês de vida	assegure a identidade (Certidão de Nascimento) + contato materno + amamentação + interação + afeto
2º. e 3º. mês de vida	desenvolva a psicomotricidade = sorriso + visão + movimento corporal ludicidade + afeto
4º. ao 6º. mês de vida	desenvolva a psicomotricidade = identificação de pessoas + audição + manipulação de objetos + equilíbrio ao sentar
7º. ao 11º. mês de vida	oportunize a ludicidade + comunicação + motricidade (andar com apoio)
1º. ano de vida	oportunize a interação (conversa) + comunicação + motricidade (andar, correr) + ludicidade
2º. ao 4º. ano de vida	oportunize a ludicidade + limites + imaginário (faz-de-conta)
4º. ao 6º. ano de vida	promova a leitura + representação não verbal (desenho) + interação + socialização (frequentar pré-escola)

QUADRO 12 – Indicadores de oportunidades e conquistas conforme faixa etária da criança acompanhada.

Fonte: Caderno do Líder da Pastoral da Criança – 2003

O QUADRO 12 apresenta os indicadores de oportunidades e conquistas, ou seja, uma lista de fatores que podem influenciar no desenvolvimento do recém-nascido. Esses indicadores estão dispostos na contra-capas do Caderno do Líder e funcionam, na visitação, como pontos motivadores para o diálogo entre Líder Comunitário e familiares. A PCr considera a valorização dos indicadores como pré-requisito para aprender a lidar com o que é essencial para a saúde da criança. Se forem considerados importantes e efetivados na família, significam oportunidades de crescimento emocional, social e intelectual da criança acompanhada.

Quando a PCr trata do que é essencial, refere-se às oportunidades necessárias para o desenvolvimento da criança na família e na comunidade. No entanto, não podemos negar que essas oportunidades são mínimas, e em muitos casos inexistem.

No acompanhamento da criança, os Agentes Pastorais consideram como essencial a comunicação: “É necessário conversar com a criança”^{AP6}; “parar um pouco e sentar para conversar com a criança”^{AP5}. É através desses momentos que os pais têm oportunidade de fornecer orientações: “Quando a criança começa a engatinhar deve ensinar o que pode e o que não pode, colocar limites”^{AP6}.

Todavia, conforme observação durante as visitas, notei que a maioria dos pais não consegue oportunizar momentos de conversação com os filhos, por passarem a maior parte do tempo fora de casa. Comumente, são os avós, os tios e

até irmãos mais velhos quem são responsabilizados em cuidar. Nessa situação, o Líder orienta que na ausência dos pais, outra pessoa da família deve oportunizar momentos de interação com a criança. A indicação é que a conversação influencia na aquisição e no desenvolvimento da linguagem na criança, no entanto, comumente, as condições de vida e a ausência da cultura do diálogo inviabilizam as práticas de conversação entre os familiares acompanhados.

A vinculação primária é indispensável para o desenvolvimento psico-social da criança. Ramos (2004, p. 165) destaca “a importância das relações precoces de comunicação emocional como base de construção de modelos internos dinâmicos de pensar e sentir”. Essa interação com o outro ser humano, o qual, de preferência, deve ser a genitora, ou outra pessoa que lhe dispense atenção, é de grande significado nos primeiros anos de vida da criança.

Também é essencial a ludicidade: “Educação essencial também é um pouco de tempo que a mãe tira para brincar com a criança”^{AP6}; “É sentar no chão e brincar junto”^{AP5}. O brincar é uma ação importante no processo de construção social da personalidade da criança. Ela brinca por necessidade e não apenas para se divertir. Pe. Carlesso (2005, p. 19) reforça esse pensamento ao dizer que

No brincar, a criança aprende a se relacionar, a partilhar, a não ser egoísta. Aprende naturalmente a ganhar e perder. Através do brincar a criança estreita os laços de amor, de diálogo e de companheirismo com os membros da família.

No entanto, muitas dessas crianças não possuem brinquedos e os pais não têm a cultura de brincar junto com seus filhos. A situação é retratada pela Agente Pastoral: “A gente se depara com a ausência das famílias na educação das crianças”^{AP4}. Durante as visitas domiciliares observamos que geralmente as crianças brincam sozinhas ou com outras crianças. Difícil encontrar o adulto intermediando a brincadeira.

O Dia do Peso oportuniza tanto o encontro entre mães como entre as crianças que brincam juntas, aprendendo a partilhar os brinquedos e as brincadeiras. Os espaços das brinquedotecas da PCr são bastante disputados pelas crianças como revela a FIGURA 21. Observa-se a presença de brinquedos artesanais produzidos por um dos Líderes Comunitários. A prática da reutilização de material, na produção de brinquedos, tem estimulado a organização de várias brinquedotecas em comunidades pobres.



FIGURA 21 – Brinquedoteca da PCr – Capela São Bartolomeu – Vila Paraíso (out.2005)

Algumas sedes da PCr dispõem de brinquedotecas as quais funcionam durante as Celebrações da Vida, momento em que algumas mães são motivadas a interagirem com as crianças através dos brinquedos. Uma oportunidade também, segundo a Agente de partilhamento entre as crianças: “ali vai aprender a partilhar com os amigos”^{AP6}.

A brinquedoteca é um espaço, mas também faz parte do momento em que os pais têm a oportunidade de aprenderem a brincar com os filhos. Trata-se de uma iniciativa que vem despertar, na comunidade, a importância do lúdico, como fator de desenvolvimento infantil pelo explorar, sentir e interagir. A orientação é que seja usado o brinquedo de sucata (alternativo) e das brincadeiras populares (cultura regional).

A proposta da brinquedoteca viabiliza a educação essencial que, segundo Thiessen (2002, p. 46), persegue os seguintes objetivos:

- a) Estimular o desenvolvimento integral da criança;
- b) Valorizar o brincar e as atividades lúdicas;
- c) Possibilitar à criança o acesso a vários tipos de brinquedos e de brincadeiras;
- d) Enriquecer as relações familiares, através da participação dos adultos nas atividades infantis;

- e) Emprestar brinquedos;
- f) Desenvolver hábitos de responsabilidade e cooperação entre as crianças e entre as crianças e os adultos

Outro fator essencial é o afeto: “Desde a gestação a gente vai estimulando a atenção e o carinho dessa mãe”^{AP4}. A criança tem necessidade da interação com os pais e os familiares. As atitudes de afeto contribuem para o desenvolvimento emocional, aprimorando os sentidos e os movimentos corporais. Nessa relação, o jogo de olhares, o embalo, as carícias aumentam a ligação entre genitores e prole, trazendo a vivência de momentos agradáveis. A esse respeito, Batalha (2003, p. 105) afirma que “a Pastoral não ensina apenas a dar comida, mas dá carinho também. A saúde está associada ao amor”.

Considerando a situação de exclusão social em que vivem essas famílias, é inevitável a presença da atitude de violência e revolta no interior de algumas delas. É o que atesta a fala da Agente: “Por ser uma mãe muito sofrida, às vezes, se esquece o que é um aconchego, um carinho”^{AP4}. A PCr orienta os pais a esse respeito, mas é impossível estar presente no cotidiano dessas famílias lembrando sobre o respeito que devem ter com seus filhos. Nesse sentido, o agente lamenta: “A violência existe. [...] quando fazemos a pergunta: a criança apanha dos pais? Muitos dizem que não. Mas, evidente, tá na cara que sim. [...] A mãe disse que não bate na criança na nossa frente, mas deu para perceber pela ação dela que bate sim”^{AP7}.

A violência familiar, na maioria dos casos, apresenta-se camuflada, porque é exercida na esfera privada, ficando freqüentemente na obscuridade por causa do medo, constrangimento, da vergonha e dependência afetiva. Um comportamento violento no seio da família pode ser gerado por carências econômicas, isolamento social, stress pelas múltiplas frustrações, decorrentes da precariedade das condições de vida, rupturas familiares, abuso de álcool e drogas entre outros. (RAMOS, 2004, p. 57). Os Líderes já compreenderam que lidam com um problema relacionado à mudança de mentalidade e de condição de vida.

Além do afeto, enquanto carícia, o cuidado com a limpeza do corpo da criança é considerado pelos Líderes da PCr como uma forma prática de demonstrar cuidado: “O essencial para a criança é carinho, amor, higiene”^{AP4}. A higiene tanto da criança como do ambiente em que vive. O Guia do Líder prescreve que a higienização, independente da condição social, deve torna-se prioridade de toda a família, em função da preservação da saúde da criança: “A higiene é importante

porque protege o bebê de doenças e faz com que ele se sinta bem”. (PASTORAL..., 2002, p. 123). Em todos os capítulos do livro o assunto é abordado, sendo destacada a higiene com as roupas, os talheres e as partes do corpo como a boca e os órgãos genitais.

Considera também a nutrição como fator essencial para o desenvolvimento físico e cognitivo da pessoa: “A importância da educação, das oportunidades de brincar e o nutricional”^{AP4}. Os Líderes da PCr consideram a alimentação da criança uma prioridade. Orientam que a amamentação deve ser mantida pelo menos até o primeiro ano de vida da criança, porque “o leite de peito é um alimento completo. Ele possui os nutrientes que alimentam e ajudam na formação do cérebro. [...] aumenta também as defesas do corpo, protegendo o nenê da diarreia e da pneumonia”. (PASTORAL..., 2002, p. 136).

A FIGURA 22 mostra um momento de visita domiciliar na comunidade Carlos Marighella, em que a Líder Comunitária orienta uma mãe com recém-nascido e examinando os indicadores de oportunidades e conquista no Caderno do Líder, fez referência à necessidade do aleitamento materno exclusivo para o desenvolvimento do bebê.



FIGURA 22 – Líder realiza orientação durante visita domiciliar (ago. 2006)

O aleitamento materno é de grande importância pela ação imunológica que provoca, prevenindo a desnutrição infantil. Dentre as 26 competências que o Unicef listou como obrigação para os municípios, a amamentação é recomendada como um direito da criança e deve ser exclusiva até os seis meses e continuada até os dois anos. Fator preponderante na redução tanto da mortalidade quanto da prevalência de doenças entre recém-nascidos. (VIVARTA, 2003).

Nessa primeira fase, a amamentação, às vezes, não é um problema. Mas depois, quando a criança necessita consumir outros alimentos?

A PCr indica que o cardápio deve ser variado (Alimentação Enriquecida), incluindo o consumo de frutas e verduras. Como garantir uma alimentação complementar saudável para essas crianças pobres? O Guia do Líder tenta responder: “Quando os pais têm trabalho e sabem aproveitar bem os alimentos, têm mais condições de dar à sua família uma alimentação saudável”. (PASTORAL..., 2002, p. 191). E quanto aos pais que não possuem fonte de renda e por isso não dispõem do direito de escolha?

Estando em contato com as famílias, os Agentes da PCr falam sobre o drama: “A gente fala de criança bem nutrida e as mães ficam pensando”^{AP4}. Talvez refletindo sobre a triste realidade em que estão inseridas. Como garantir saúde aos filhos na falta de alimentação adequada?

Surgem questões conflitantes: essas pessoas passam fome porque possuem maus hábitos alimentares, ou porque não dispõem de poder aquisitivo suficiente para adquirirem cestas básicas? Nos bolsões de pobreza, a má alimentação é um problema causado pela ausência de educação alimentar ou de má distribuição de renda?

Segundo Moura (2004), a segurança alimentar e nutricional na família, depende de vários fatores como: renda familiar, seleção e utilização dos alimentos regionais; a forma de armazenamento, higiene, preparo e distribuição dos alimentos entre os membros da família; acesso à água tratada e ao saneamento, que influencia na qualidade do preparo dos alimentos; conhecimento sobre saúde, alimentação e nutrição.

Os problemas alimentares e nutricionais estão relacionados a fatores políticos, econômicos, culturais e de organização social. Especificamente a aspectos como má distribuição de renda, que comprometem o poder aquisitivo da população, dificultando o acesso a uma alimentação básica; como ausência de

formação escolar e informação nutricional, que determinam a construção de um cardápio composto por alimentos pobres em nutrientes, deixando os indivíduos mais propensos às doenças.

Na ausência do essencial, a PCr orienta as famílias a buscarem o alternativo: “tentar sobreviver é tentar ultrapassar essas barreiras, na busca que algo mude”^{AP4}. Investir numa alimentação alternativa é acreditar que existem outras possibilidades de nutrição de baixo ou nenhum custo, como forma de enriquecer a alimentação de famílias afetadas pela fome e pela miséria.

Comumente, o alternativo tem o sentido de opcional para a realização de escolhas. Na PCr, o alternativo é a opção que resta como única possibilidade, isto devido às limitações em que vivem as famílias acompanhadas, como exemplifica a Líder: “já que no posto não tem aquele médico, aquele remédio. A PCr, então orienta a fazer um remédio caseiro. Um chá sai bem mais barato”^{AP11}. Trata-se de uma tática de sobrevivência firmada na capacidade da pessoa de criar alternativas para solucionar difíceis problemas da vida no cotidiano, foi denominada por Montaño (2006) como fenômeno do possibilismo presente em comunidades que padecem em extrema pobreza.

A culinária alternativa⁵⁴ ganhou notoriedade entre os Agentes Pastorais, de forma que se tornou um dos cursos de maior frequência durante o programa anual de capacitação dos Líderes Comunitários. Nesses cursos, aprende-se a produzir remédios e alimentos, utilizando desde as sobras de comida às cascas, folhas e sementes de frutas ou legumes. Os líderes aprendem o cardápio de rico valor nutricional (alimentação enriquecida) e devem colocar em prática na produção dos lanches servidos nas Celebrações da Vida, como também, compartilhá-lo com as mães durante as visitas domiciliares.

Os recursos nutricionais alternativos mais divulgados pela PCr são o soro caseiro (FIGURA 23) e a multimistura. Recursos alternativos presentes nas falas dos agentes: “ensinamos o soro caseiro, é uma forma de sobrevivência. [...] orientamos também à multimistura”^{AP5}.

⁵⁴ A alimentação alternativa foi idealizada em meados da década de 1970, em Santarém (PA), pelos médicos Clara Takaki Brandão e Rubens Brandão. (VELHO; VELHO, 2002).



FIGURA 23 – Receita do Soro Caseiro

O soro caseiro é uma alternativa na falta do soro fisiológico comum. Utilizado para prevenir a desidratação porque “repõe água e os sais minerais que a criança perde ao evacuar e vomitar”. (PASTORAL..., 2002, p. 245). O tratamento regular com essa simples substância promove o que os especialistas denominam de terapia de reidratação oral (TRO).

A PCr reconheceu e adotou o soro caseiro durante a campanha nacional realizada em 1989. A partir de então, em parceria com o Ministério da Saúde, vem distribuindo as colheres-medida e ensinando a maneira correta de produção do soro.

A multimistura (farelos, casca de ovo e folha de mandioca) é apresentada como alternativa para enriquecer a alimentação da criança desnutrida. Trata-se de uma farinha produzida por uma diversidade de grãos, folhas e sementes que deve ser utilizada como suplemento alimentar, servindo para aumentar o valor nutritivo dos alimentos.

O indicado é que a farinha seja produzida com ingredientes encontrados na própria comunidade. O tipo de farinha e a quantidade consumida podem variar conforme o problema a ser resolvido. Em quantidade homeopática, o produto é misturado às refeições da criança.

O produto é amplamente divulgado e aceito no âmbito da PCr, mas constitui polêmica no meio científico, pois pesquisas colocam em questão a relação direta da ingestão da substância com o significativo ganho de peso pela criança, visto que não dispensa a presença diária de uma alimentação balanceada.

Diante dos questionamentos, atualmente a PCr tem preferido utilizar a nomenclatura Alimentação Enriquecida, o que amplia o conceito de nutrição alternativa para além do uso da multimistura. Passou a acreditar na combinação e reaproveitamento de alimentos e a valorizar a culinária típica de cada região. Alimentação simples, barata, de alto valor nutritivo e disponível na própria comunidade.

A PCr adverte que tanto o soro caseiro como a multimistura são recursos de baixo custo, alternativas que não podem estar desvinculadas de uma alimentação enriquecida, pautada no aproveitamento integral dos alimentos.

A medicina alternativa é outra prática cultivada. Ocorre crescente valorização da medicina natural e caseira pela produção de chás e xaropes, na prevenção e no tratamento de doenças respiratórias (segunda causa de mortalidade infantil no Brasil). Os remédios caseiros à base de plantas medicinais têm se tornado alternativa para cura de determinadas doenças. Eles são de baixo custo e fácil acesso nas comunidades pobres.

O Guia do Líder ainda fala do fio dental caseiro que ajuda na higiene bucal e da pasta d'água (mistura de maisena com água) no tratamento de assaduras, além de dicas para adequação do quarto do bebê, como por exemplo: “se não houver condições de um berço, colocar uma caixa de papelão, contando que o bebê tenha um lugar para dormir sozinho, o que evita ser sufocado pelos pais”. (PASTORAL... , 2002a, p. 49 e 122).

O cultivo dessas atitudes nas classes populares vincula-se à assimilação de novos conceitos e de mudança de hábitos sobre o cuidado com o próprio corpo, com o corpo do outro, com a casa e a vizinhança, contribuindo para a promoção da saúde na comunidade. (SANTOS, 2004).

O trato com o alternativo envolve a capacidade de criar e realizar o aproveitamento de recursos dispostos na própria realidade em que vivem as famílias acompanhadas. A assimilação desse artefato provoca o cultivo da inventividade como modalidade de ação a favor do escape da criança pobre.

Os Líderes também ensinam às famílias que para além do trato com o alternativo é preciso aprender a lidar com as probabilidades, ou seja, na ausência das oportunidades, ter a coragem de investir nas incertezas, tentando tirar proveito delas. Semelhante a um jogador que realiza as apostas firmadas apenas na ousadia, porque ainda não tem certeza de que vai ganhar ou perder. Como num

jogo: qualquer ação torna-se sinônimo de tentativa e por isso deve ser bem calculada antes de ser concretizada.

Nesse sentido, o trato com as probabilidades implica a aprendizagem de atitudes de ensaio e erro, nas quais se multiplicam as tentativas para o possível sucesso da ação de cuidar. O trato com as probabilidades está na ausência de alternativas, relaciona-se a instituição de atitudes que envolvem situações de risco. Relaciona-se ao ter ou não ter oportunidade, estar vigilante, investindo em maneiras que possam ocasionar o escape da criança.

Tratar com as probabilidades exige reflexão, estudo, planejamento para superar as limitações impostas pela estrutura social. Para essas pessoas, a realidade é mais complexa do que podemos perceber. Ela é caótica e desordenada, constituída por nada mais que incertezas. O cotidiano se forma à revelia e sempre se apresenta como um desafio a ser superado.

Essa passa a ser a proposta de vida das pessoas em nossa contemporaneidade: entender o mundo pelas probabilidades (incertezas) e não mais pelas inevitabilidades (certezas). A população encontra-se em situação de risco, caracterizada pelo aumento das limitações e da dependência, de forma que “existem sempre simultaneamente muitos indivíduos numa dependência mútua, cuja maior ou menor dependência limita o escopo de ação de cada um”. (ELIAS, 1970, p.183).

O trato com as probabilidades implica ensinar-aprender a lidar com as circunstâncias imprevisíveis da vida. Aprender a lidar com o provável, constitui uma das táticas mais difíceis para as famílias pobres assimilarem, porque implica em investir na capacidade de acreditar em projetos de vida, apesar da ausência de perspectivas. O segredo reside na sensibilidade e na coragem para enfrentar os resultados colhidos que podem ser positivos ou negativos. Implica uma atitude de extremo risco.

Para a PCr, torna-se importante aprender a lidar com os riscos e as situações de perigo. A identificação de sinais de risco é importante na ação de cuidar. Eles irão indicar a probabilidade da existência de uma doença que pode comprometer a vida da gestante ou criança acompanhada.

Assim, o trato com as probabilidades envolve o trabalho com os fatores de risco os quais colocam em perigo a saúde materno-infantil. O alerta sobre esses sinais de risco está presente em toda a redação do segundo livro do Guia do Líder. Os avisos aparecem na forma de retângulos amarelos indicados por uma seta e

trazem sempre as expressões: “se ou quando apresentar os seguintes sinais [...] pode estar ou ser”. A presença das palavras “se”, “quando”, “pode” funcionam como variáveis, marca explícita do trato com as probabilidades em função do cuidado da criança.

Quando os líderes se detêm nos quadrinhos amarelos intitulados “Sinais de risco para a saúde”, querem ensinar às famílias a serem mais observadoras quanto ao comportamento e ao físico da criança. Na identificação de algum sinal de anomalia, o familiar é orientado a desconfiar, investigar e intervir procurando ajuda.

O trato com a probabilidade envolve a aprendizagem da construção de hipóteses, da investigação e da intervenção. Quando o Líder Comunitário ou o familiar consegue identificar os fatores de risco e a partir deles tomar uma iniciativa de ação, então, está aprendendo a lidar com as probabilidades. O uso correto desse tipo de artefato promove uma modalidade de ação a favor do cuidado da criança acompanhada.

Algumas ferramentas da PCr podem auxiliar na identificação de riscos:

Tanto o cartão da criança, através do gráfico peso-idade, como a balança, no dia da Celebração da vida, podem indicar aumento ou diminuição de peso da criança. A análise do gráfico pode denunciar que a criança esteja perdendo peso progressivamente. O que pode estar acontecendo? Será que está doente? Não está se alimentando? Se continuar perdendo peso, o que pode acontecer? Quando a Líder, junto à mãe, realiza esses questionamentos, está tratando com probabilidades;

Tanto o Cartão da Gestante, como a Fita Braquial são ferramentas importantes que podem demonstrar sinais de perigo para a gestante acompanhada. Através do uso da Fita Braquial (FIGURA 24) o Líder verifica se a gestante está desnutrida. Após o exame e diagnóstico concluído sobre o baixo peso, surge a proposição: a grávida pode estar com algum problema e por isso deve procurar um posto de saúde, pois o que está em jogo é o bem-estar do bebê.

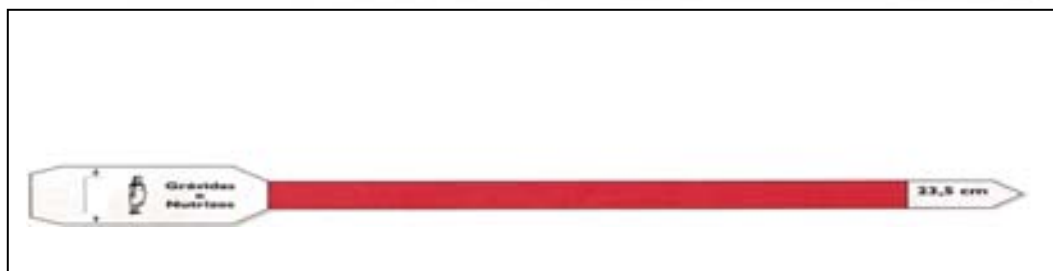
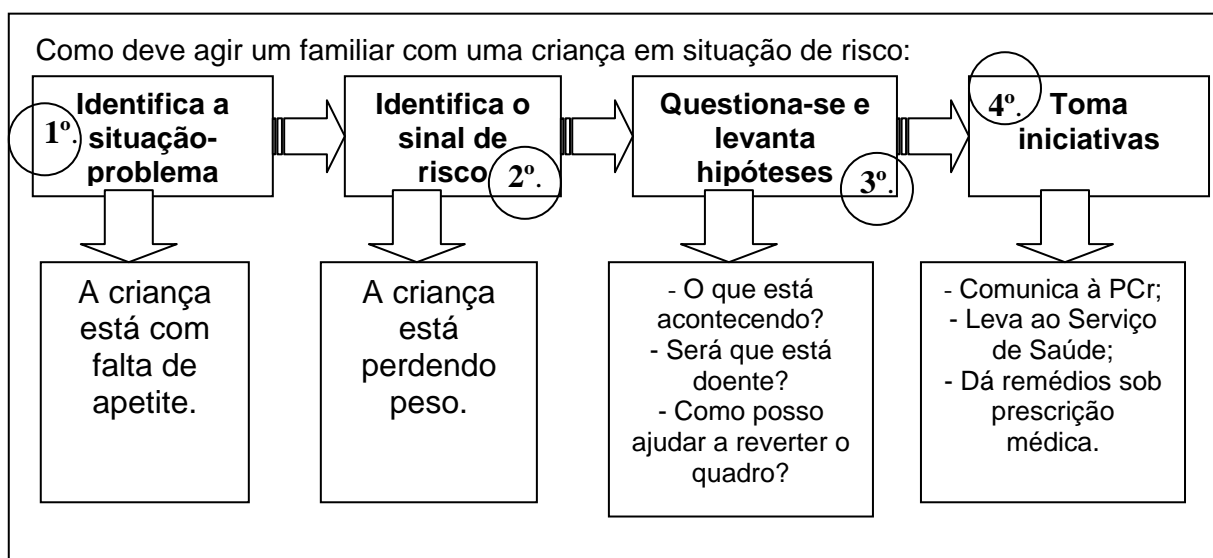


FIGURA 24 – Fita Braquial para gestantes

Vemos que a utilização correta das ferramentas de medição e de registro provoca a constatação de sinais de riscos. Para os Agentes Pastorais, as famílias devem entender que é importante o trato com as probabilidades no cuidado da criança acompanhada. Consideram que a família aprende a lidar com as probabilidades quando apresentam as quatro modalidades de ação diante de uma situação de risco no cotidiano, exemplificado no ESQUEMA 16:



ESQUEMA 16 – O trato com as probabilidades

A atitude do familiar, anteriormente explicitada, respalda o cultivo de probabilidades que apontam para uma provável resolução do problema identificado *a priori*. Sabemos que vários fatores influenciarão na solução definitiva do problema, mas a pessoa responsável tomou uma iniciativa. Um dos grandes entraves, no tratamento da saúde da criança pobre, está na precariedade e morosidade dos

Postos de Saúde. Quando os Líderes realizam o encaminhamento ao serviço médico, as frustrações são comuns a exemplo do que expressa o discurso dessa líder: “esteve doente, foi ao Posto [de Saúde] e não funciona; precisa de remédios, não tem recursos”^{AP12}.

Diante das inúmeras carências e limitações, o esforço dos Agentes Pastorais está no fato que as famílias pobres aprendam a lidar com o conjunto desses artefatos, em função do cuidado das crianças menores de seis anos de idade. O saber cuidar, articulando esses artefatos, constitui o cerne da pedagogia do escape. Cada modalidade de ação promovida pela PCr na comunidade está vinculada à assimilação de um dos artefatos de sobrevivência, conforme mostra o QUADRO 13:

MODALIDADES DE AÇÃO na comunidade	Uso das FERRAMENTAS	PROVOCAM a preocupação com	ENSINAM as famílias a Lidarem com
Visitação domiciliar	Guia do Líder	O acompanhamento do desenvolvimento da criança	a prevenção, o essencial, o alternativo e as probabilidades
	Caderno do Líder	A avaliação dos indicadores de oportunidades e conquistas e dos sinais de risco	a prevenção e as probabilidades
	Cartelas Laços de Amor	O pré-natal	o essencial, as probabilidades
	Cartão da Criança e da Gestante	A vacinação, O pré-natal	a prevenção
	Fita Braquial	A nutrição, A pesagem	as probabilidades
Dia do Peso (Celebração da Vida)	Balança	A pesagem	as probabilidades
	Caderno do Líder	A avaliação dos indicadores de oportunidades e conquistas e dos sinais de risco	a prevenção e as probabilidades

QUADRO 13 – Relação entre modalidades de ação e ensino de artefatos para a sobrevivência da criança pobre

A pedagogia da sobrevivência assenta-se na pedagogia do cuidado e somente é possível na PCr pela articulação desses artefatos junto às famílias acompanhadas. O escape está na condição de aprenderem a lidar com a prevenção, devido à presença eminente de riscos; com o essencial, diante da escassez de recursos; com o alternativo, na ausência do necessário; e com as probabilidades, no trato com as incertezas.

Essas modalidades de ação tática possibilitam a resistência do tipo dissimulada e não a emancipação da pessoa humana. A resistência dissimulada contempla a ação de resistir no sentido de suportar, mantendo-se na mesma condição social; a resistência para a emancipação fala da superação ou mudança da condição social em que se encontra a pessoa humana.

Os Agentes Pastorais orientam para uma resistência dissimulada, objetivando apenas ideais como: “manter-se vivo”^{AP1}, “evitar que morra”^{AP1}, “insistir em viver”^{AP1}, “ter o mínimo para continuar vivo”^{AP4}, o que significa ensinar-aprender a subsistir em meio à miséria. Mesmo assim, não se trata de uma pedagogia de acomodação, porque propõe “luta intensa pela vida”^{AP11}, “agir e não só falar”^{AP8}; porém não é de emancipação, pois não influencia na mudança de condição social das crianças acompanhadas. A satisfação da instituição está na diminuição dos indicadores de mortalidade materno-infantil. Nesse propósito ela é bastante eficaz.

A PCr garante a oportunidade de escape, pelo acompanhamento da criança, nos seis primeiros anos de vida. No entanto, após o sexto ano de idade, a criança é desvinculada da instituição e continua sofrendo com as conseqüências do desemprego; das péssimas condições de moradia; do mau funcionamento das escolas, dos postos de saúde, dos transportes coletivos; da vida de exclusão nas grandes e pequenas cidades de nosso país.

O desafio inicial está em assegurar a oportunidade de manter viva a criança pobre, isso a PCr consegue realizar, mas a quem é outorgada a responsabilidade de garantir a qualidade de vida durante as fases da segunda infância (dos 7 aos 12 anos de idade), da adolescência, juventude e velhice dessas pessoas? A pedagogia do cuidado não deve estar circunscrita apenas ao sentimento de infância, precisa ser ampliada em busca do sentimento de humanidade.

A PCr atua apenas num dos campos de combate à mortalidade materno-infantil, que é a educação da família quanto aos cuidados com a saúde. Existem inúmeros fatores sociais que devem ser atingidos para que o problema seja erradicado.

Os Agentes Pastorais, particularmente os Líderes Comunitários, dentro das limitações que possuem, ousam bastante: tentam cumprir a difícil missão de fazer escapar a criança, acompanhada através das artes de cuidar e do cultivo do sentimento de infância nas famílias pobres.

ELO SINÓTICO

Neste sétimo capítulo, pode-se analisar as falas dos Agentes Pastorais e observar que explicaram sobrevivência significando luta, resistência, cuidado, escape, tentativa, oportunidade, incerteza, alternativa, persistência, criatividade, ação. Vincularam o escape da criança pobre a um processo de conquista permanente diante da falta de condições dignas de vida. Uma luta que se estabelece como resistência dissimulada, através de uma ação socioeducativa emergencial, pontual e pragmática.

Uma ação de sucesso, porque firmada numa pedagogia da sobrevivência, cuja essência está no aprender a lidar com artefatos como a prevenção, o essencial, o alternativo e as probabilidades.

Trata-se de um conjunto de artefatos, próprio das comunidades de excluídos, mas ressignificado e direcionado para o escape da criança pobre. Por meio da orientação, a PCr ensina a lidar com a prevenção, quando apóia as práticas da amamentação, imunização e do pré-natal; com o essencial, quando aponta afeto, ludicidade, higienização, comunicação, nutrição como indicadores de oportunidades que influenciam no desenvolvimento da criança; com o alternativo, quando apostam na alimentação enriquecida, nas plantas medicinais, nos brinquedos reciclados e em outras soluções como o soro caseiro, a multimistura, o fio dental caseiro e a pasta d'água; com as probabilidades, quando ensinam os familiares a identificar os sinais de risco que significam perigos para a saúde da criança.

Trata-se de uma pedagogia firmada no ensino-aprendizagem de um conjunto de ações táticas que viabilizam o escape da morte. Diante da violenta realidade de carência e desigualdade social, que priva a criança pobre de continuar a viver, a PCr aposta na capacidade inventiva das comunidades pobres que acompanha. Ainda propõe-se a ensinar os familiares como gerir as poucas oportunidades, investir em alternativas e tratar com as incertezas.

Ao conduzirem as famílias das crianças acompanhadas à assimilação dessa pedagogia da sobrevivência, os Líderes Comunitários favorecem o cultivo do sentimento de infância no seio das comunidades acompanhadas e, conseqüente, influenciam na diminuição da mortalidade materno-infantil nos bolsões de pobreza.

A ação socioeducativa da PCr provoca a reflexão sobre a ambígua condição de ser criança e ter infância, questão discutida no próximo capítulo.

8 SER CRIANÇA E TER INFÂNCIA

A criança se torna um valor cultural na comunidade.
Zilda Arns

A pedagogia da sobrevivência é pedagogia do cuidado e por isso está relacionada ao cultivo do sentimento de infância entre os familiares da criança pobre, acompanhada pela PCr.

Os discursos dos Agentes Pastorais falaram da infância como um sentimento atrelado à condição de vida da criança, isto é, dependendo da situação social de cada criança, a infância foi qualificada como boa, ou ruim; presente, ou ausente. Ocorreu um discurso comum que identificou a pessoa da criança como sujeito de direitos, reflexo das recentes políticas de valorização da infância, e que também demonstrou conservar noções tradicionais como a que, historicamente, trata a criança, significando inocência, pureza e futuro, aquela preservada e educada em função da construção de uma sociedade melhor.

Autores como Del Priore (2002) e Kuhlmann Jr.(2004) discutem que o sentimento de infância como despreendimento de cuidados para com a criança advém antes mesmo do Renascimento. O que ocorreu durante a modernidade foi a acentuação desse sentimento por uma melhor diferenciação entre o ser adulto e o ser criança, intermediado pela distinção entre espaço público e privado.

O sentimento moderno de infância advém do século XVII, quando os adultos aumentaram o interesse pelas crianças e se preocuparam em destinar para elas um conjunto de cuidados específicos. A decisão foi “associada a uma série de práticas no que diz respeito à vida e ao cuidado das crianças, tornando-as cada vez mais dependentes dos adultos”. (DORNELLES, 2005, p. 32).

Até o século XVI, era cultivado um sentimento teológico de infância, que via a criança como imagem de Deus, porém contaminada pelo pecado original. Alimentaram esse sentimento, pensadores como Lutero (1483-1546) e Erasmo (1469-1536).

Foi Montaigne (1533-1592) o divulgador da idéia de que a infância é uma construção e tratou sobre subjetividade e individualidade infantis. Discutiu a possibilidade de a criança ser uma pessoa que pensa e possui vontades próprias.

Locke (1632-1704), seguindo o mesmo raciocínio, defendeu que a criança era possuidora de particularidades, o que exigia dos adultos cuidados adequados.

Ariès (1981) relaciona essa mudança de concepção e atitudes dos adultos frente às crianças com a organização da família nuclear e da escola burguesa, como espaços privado e público de relações sociais na Europa. A delimitação das fronteiras entre o público e o privado atribuiu aos pais responsabilidade com a prole. Criou-se, então, no interior das famílias burguesas a dependência social da criança e a necessidade de instruí-la.

O advento da família burguesa nuclear determinou a intimidade da vida do homem moderno. O espaço privado da casa, em oposição ao espaço público do trabalho e do mercado, passou a destinar-se ao descanso, ao lazer e aconchego dos filhos. A figura da criança assume o centro dessa configuração.

A presença da dimensão socioafetiva familiar foi essencial para o desenvolvimento do sentimento de infância, como sendo uma fase que precede à idade adulta do ser humano, caracterizada pelo movimento, pelas mudanças e pelo crescimento. (CHARLOT, 1986). Essa idéia nasce e se estabelece nas relações de interdependências entre as crianças e os adultos, resultando em maneiras de cuidar que são histórica e socialmente determinadas.

O modo de vida capitalista acentuou a diferenciação entre a pessoa adulta e a pessoa criança, investindo na seleção de características e necessidades peculiares a cada indivíduo. O processo de individualização e racionalização, que Touraine (2002) denunciou através de suas obras, foi responsável pela intensificação e sistematização do sentimento de infância, entendendo a criança como um indivíduo em desenvolvimento, carente de formação e proteção.

Ao lado da família, o espaço escolar foi apresentado por Comenius (1592-1670) como necessário para a instrução moral da criança enquanto pessoa humana em desenvolvimento tanto intelectual (mente), biológico (corpo) quanto espiritual (alma). A escola apresentou-se como instituição modeladora, disciplinadora, formadora para a vida em sociedade. Nos bancos escolares, a criança torna-se aluno, aquele que aprende, é iluminado pelo mestre. Essa centralidade que passa a gozar a criança na família e na escola também foi ressaltada por Pestalozzi (1746-1827). (ARAÚJO, 2005).

As instituições família e escola foram eleitas como instâncias de abrigo da criança e promotoras do sentimento de infância, dentro dos padrões estabelecidos pela modernidade:

[...] infância moderna, cultuada nos templos da Família e da Escola, e mantida pela doutrina dos saberes adultos. Nessa espécie de religião, a infância passa a ser uma ficção-prática, inventada por um humano carente de imortalidade. (CORAZZA, 2006, p. 77).

A família constituiu-se espaço privado de formação e de proteção das novas gerações, aliada à escola, criada como espaço social de formação, que transforma o sujeito-infante em sujeito-aprendiz da cultura do mundo social adulto. Na condição de infante, a criança apresenta-se como semente, sinônimo de futuro, *locus* de investimento, uma invenção a ser cultivada.

A infância compreendida como sentimento, representação que os adultos fazem sobre a primeira fase da vida humana e também como condição⁵⁵ da criança constitui “um discurso histórico cuja significação está consignada ao seu contexto e às variáveis de contexto que o definem. [...] contextos de natureza econômica, social, política, cultural, demográfica, pedagógica etc.” (KUHLMANN JR; FERNANDES, 2004, p. 29). O sentimento de infância foi historicamente construído, diz respeito às relações específicas entre adultos e crianças em diferentes condições sociais, pautadas pela inclusão, ou exclusão de significados, valores, bens e direitos.

Foi através da difusão dos padrões de comportamento de um adulto civilizado, que a partir do século XVIII, produziu-se a infância como tempo social único. A criança traduzida no Emílio de Rousseau (1712-1778), passa a ser considerada como indivíduo em formação, repleto de desejos, interesses e em prontidão para aprender. A sociedade percebeu a “criança como um outro distinto.” (VEIGA, 2004, p. 62).

Rousseau fez referência à criança como indivíduo que assume significados distintos diante dos sentimentos dos adultos. A primeira fase da vida humana, propícia para o cultivo da infância, é caracterizada pela dependência, vulnerabilidade, necessidade de formação e construção da identidade.

No século XIX, o ser criança estava diretamente atrelado ao estado natural de infância, que cultivava os sentimentos de fragilidade, impotência, inocência e

⁵⁵ A infância como condição, forma de existência que está relacionada a circunstâncias de restrições ou de acesso a bens materiais e culturais. (ARENDETT, 1999). O ter infância atrelado a condicionantes que determinam o ser humano criança.

dependência porque carente de cuidados. Esse sentimento de infância saudável esteve por muito tempo atrelado à noção de uma “modernidade restrita” (CASTEL, 2005, p. 41 e 94), porque não conseguiu realizar a grande proeza de aplicar ao conjunto da sociedade os princípios da autonomia e da igualdade dos direitos aos indivíduos. Pelo contrário, por meio do liberalismo legitimou-se a anarquia de um mercado, firmado no acúmulo egoísta, produtor de severas assimetrias entre os grupos sociais, identificados como ganhadores e perdedores, ricos e miseráveis.

Com a evidência da miséria, ocorreu um esvaziamento do sentimento burguês de infância. A criança pobre apresenta-se desproprada de família, escola e de cuidados específicos, exigidos para aquela faixa etária. A criança pobre surge no seio das diferenças sociais, culturais e étnicas, sendo a segregada, porque diferente, desprotegida e mais vulnerável às doenças.

No Brasil, o sentimento de infância na criança pobre começa a ser cultivado fora do espaço familiar tradicional, a partir do século XVIII com as Casas dos Expostos, instituições de caridade criadas para amparar e cuidar das crianças enjeitadas. As rodas dos enjeitados, como eram popularmente conhecidas, lutou pioneiramente a favor da sobrevivência das crianças abandonadas, atingidas pela exclusão social.

Esse sentimento de infância consolida-se durante o século XIX com o movimento médico-higienista que defendia o amparo da criança no seio da família. Intencionando combater a mortalidade infantil, os médicos higienistas investiram na produção de diversos manuais de puericultura para orientarem as mães no cuidado dos filhos. (FARIAS, 2005).

Em oposição às amas-de-leite e às rodas dos expostos, o movimento médico-higienista foi influente no cultivo das idéias de uma pedagogia do cuidado infantil no seio da família, sendo reflexo de um processo de racionalização da infância, através da organização e do desenvolvimento de saberes científicos sobre a pessoa da criança, sistematizados pela psicologia, pediatria e pedagogia.

Para Del Priore (2002) a pobreza e a falta de escolarização da criança pobre brasileira influenciaram uma compreensão diferente sobre o sentimento de infância. Processo distante do modelo europeu, apresentado por Ariès na década de 1960. Com o agravamento das desigualdades sociais e o conseqüente aumento da pobreza devido ao avanço do modo de vida capitalista, particularmente, durante o século XX, concebe-se uma criança socialmente excluída, usurpada de seus direitos

e deslocada da família: uma infância institucionalizada, indisciplinada, que confrontou o instituído sentimento burguês de infância. Esse tipo de criança passa a ser tratado como menor abandonado ou menor infrator, capaz de traduzir a violência e a criminalidade do mundo adulto. (NASCIMENTO, 2004). A sociedade, então, aprendeu a fazer distinção entre ser criança e ser menor, diante da possibilidade da concepção de diferentes infâncias: “a infância pobre, ao se tornar visível, torna-se, também diferente”. (NUNES, 2005, p. 94). Aspecto esse presente nas falas de alguns Agentes Pastorais entrevistados.

Em início do século XXI, observamos ainda a persistência de ambigüidades com relação ao sentimento de infância, “tanto do ponto de vista do seu tratamento, por meio da permanência de atos de violência física e moral contra a criança, como de sua percepção, a criança por ela mesma e o adulto que virá a ser”. (VEIGA, 2004, p. 38). Esse tipo de discriminação atinge principalmente à criança pobre, que é esquecida pelos poderes públicos e até pela própria família.

Conforme Kuhlmann Jr. (2004, p. 31), não há um sentido unidirecional para o desenvolvimento do sentimento de infância:

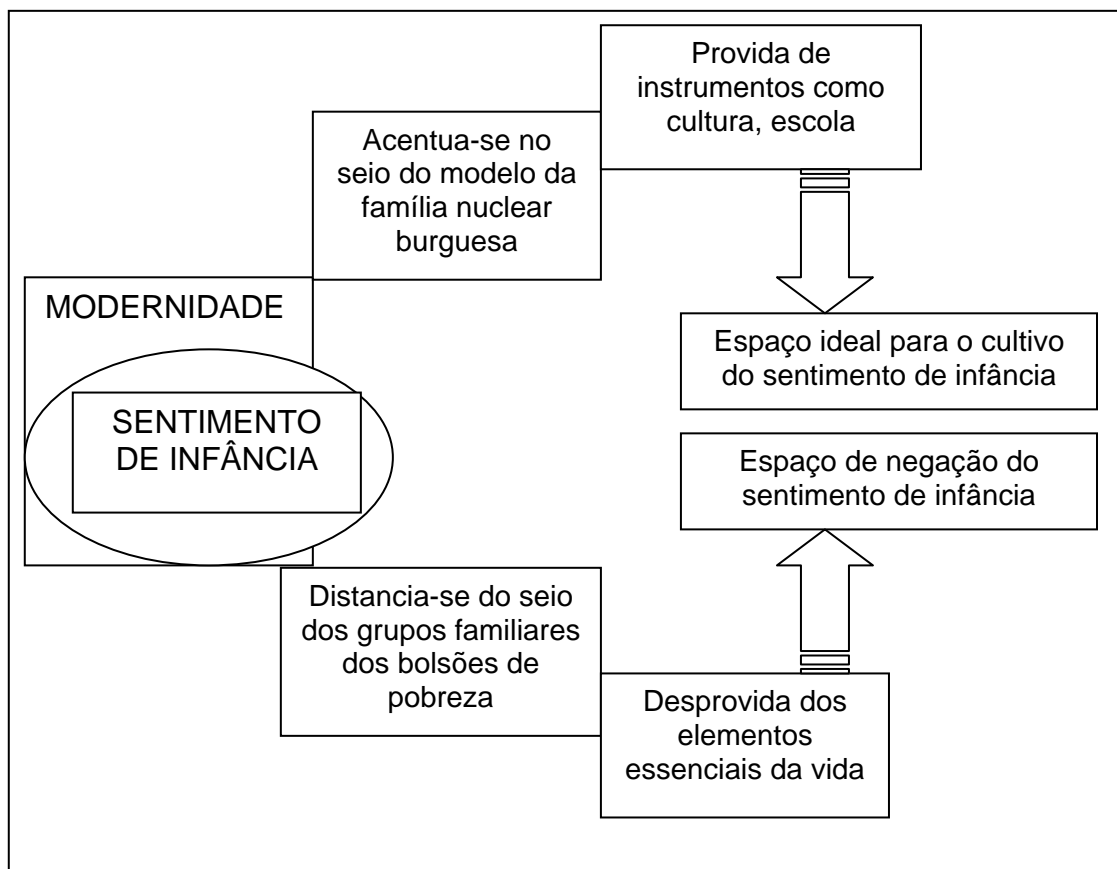
[...] é preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais etc., reconhecê-las como produtoras da história. [...] o significado de infância se torna imediatamente abstrato [...].

Nesse sentido, tanto a concepção de criança, como a de infância tem mudado ao longo do tempo, visto que não se trata apenas de uma fase biológica, mas de uma construção histórica, cultural, cívica e até jurídica. (LOPES; GALVÃO, 2005). Essa imprecisão conceitual foi também evidenciada nos discursos dos Agentes Pastorais da PCr.

O moderno sentimento de infância exige para a pessoa da criança a satisfação dos direitos de ser acolhida pela família, freqüentar uma escola, gozar de saúde, segurança e lazer. Bens socioculturais facilmente usufruídos pelos filhos da burguesia emergente europeia, do século XVI e XVII, mas colocados em questão, para as crianças que eram filhas do agricultor, do pequeno comerciante e das famílias pobres da Europa.

É um sentimento paradoxal, como pode-se observar através do ESQUEMA 17. Ocorreu que por um lado – o lado da burguesia – o ideário de infância foi

cultivado; no lado oposto – nos espaços da pobreza – esse sentimento foi historicamente negado.



ESQUEMA 17 – O sentimento de infância na modernidade

O ESQUEMA 17 possibilita-nos a observação das distintas condições sociais orientadas pela (des) apropriação de bens materiais e culturais, que determinam diferentes grupos sociais e tipos de criança/infância. Como pudemos observar, na modernidade, a infância como condição da criança constitui-se num paradoxo, pois tem por base o projeto da ética do cuidado, mas que não atinge todas as crianças indistintamente. A modernidade foi capaz de acentuar o sentimento de infância, mas foi incapaz de estendê-lo à sociedade. O processo de exclusão de grupos sociais, também é responsável pela subtração do sentimento de infância. A família pobre desprovida dos bens socioculturais acaba sendo furtada da ética do cuidado e conseqüentemente do sentimento de infância.

O sentimento de infância sobre os moldes modernos que propõe a satisfação das necessidades de moradia, educação e saúde para todas as crianças, condição apresentada por Ariès (1981) é bastante questionada no Brasil, pois a criança pobre brasileira historicamente foi desprovida de família, escola e proteção. Somente a partir do final do século XIX, foram evidenciadas as primeiras iniciativas públicas de amparo à criança pobre através das Santas Casas de Misericórdia nos Estados da Bahia (1726) e do Rio de Janeiro (1738). A Roda dos expostos ou enjeitados, anteriormente citadas, evidencia a ausência do sentimento de infância no cotidiano das crianças pobres, que eram facilmente abandonadas ao próprio destino, pois eram filhos de ex-escravas, prostitutas e moradores dos cortiços que se proliferavam nos centros urbanos.

Nessas condições sociais, o processo de racionalização ajudou na definição do que representa ser criança pobre, um indivíduo em potencial para mão-de-obra barata. Assumindo a posição de instrumento de exploração da força de trabalho, sem direito à escola, perpetuaram o ciclo das profundas desigualdades sociais as quais assolam o país.

Faz-se necessário refletir sobre as condições de vida da criança pobre e questionar se ela goza dessa infância apregoada pela modernidade, invenção do ideário burguês de sociedade. A Figura 25, foto produzida no contexto da pesquisa, pinta parte do quadro típico da situação de exclusão social, no qual a criança num bairro de periferia convive com a ausência de saneamento básico, de coleta do lixo e de condições dignas de moradia.



FIGURA 25 – Criança na Comunidade Vila Paraíso (out. 2005)

A foto remete à reflexão de que há uma contradição quando se entende o sentimento de infância como condição da criança, sem considerar os determinantes sociais. Não podemos pensar o cuidado das crianças pobres, quando as famílias que as acolhe são excluídas do direito à vida. Bens essenciais como alimentação, moradia, vestuário são sonegados aos pais, conseqüentemente, as crianças são as mais atingidas por essa condição de miséria.

Há a necessidade de fornecer à criança pobre brasileira a condição de sujeito social; oportunizar a vivência de uma infância que signifique cuidado, cumprimento dos direitos humanos. Essa tem sido uma luta presente ainda hoje na retórica dos movimentos sociais: reconstituir o sentimento de infância nos bolsões de pobreza.

A PCr procura manter uma ação socioeducativa que tenta alcançar essa criança castigada, preocupando-se em acompanhá-la junto aos familiares. A presença dos líderes nas comunidades pobres tem estimulado a discussão sobre o

“ser” criança e o “ter” infância em situação de pobreza. Através das modalidades de ação que orientam os pais no cuidado com os filhos, a PCr tenta cultivar um sentimento de infância, vinculando-o a efetivação dos direitos que a criança deveria usufruir, tendo uma boa alimentação, moradia, saúde, educação e lazer.

Entretanto, diante das precárias condições sociais em que vive a maioria das famílias acompanhadas, usurpadas de seus direitos humanos, alguns Agentes Pastorais, falam sobre a ausência do sentimento de infância como uma cruel realidade no interior das comunidades: “Quando olhamos para a realidade, notamos que muitas crianças são subtraídas da infância”^{AP4}. ou “Tomara que essas crianças nunca se arrependam por não terem tido infância”^{AP8}. Mas, o que significa para esses Agentes uma infância subtraída ou negada? Os próprios Agentes respondem que: “A subtração da infância ocorre quando ela não tem oportunidade de brincar”^{AP4}; “Quando a mãe maltrata a criança, tira toda a sua infância”^{AP5}, ou seja, quando os direitos de ser criança são usurpados.

Outros Agentes, mais próximos das comunidades, ao falarem sobre essa não-infância, remetem-se às próprias experiências pessoais de quando eram crianças: “Eu não tive infância. Minha mãe, meu pai separados. Nunca tive próximo da minha mãe [...]. Sempre a mercê dos outros”^{AP8}; “Infância é aquilo que não tive [...] Eu não tive tempo de brincar, de correr, de pular, de fazer tudo aquilo que as crianças hoje fazem. Eu não tive infância. Eu trabalhava muito”^{AP9}. Os discursos denunciam que a infância subtraída traduz a ausência do amparo da família, atualmente fragilizada pela separação dos pais, bem como, dos direitos de brincar, frente à necessidade de trabalhar para ajudar os pais na manutenção da casa.

Essas falas pertencem a Agentes Pastorais nascidos e criados na própria comunidade em que atualmente realizam o trabalho da PCr. Por isso, a maioria esteve nas mesmas condições em que encontram-se as crianças hoje acompanhadas por eles. Trazem consigo alguns receios: “eu não desejo para ninguém, pra nenhuma criança que perca a infância”^{AP8}; “Dou aos meus filhos uma vida que eu não tive”^{AP9}.

São adultos que avaliam se tiveram ou não infância, fazendo uma relação com o tempo em que foram crianças e refletem sobre a maneira como também tiveram sonegadas as condições mínimas de sobrevivência. Essa consciência somente é possível quando comparam as condições de vida de crianças em diferentes tempos e espaços sociais.

Para esses Agentes, as condições sociais da criança podem determinar a presença, ou a ausência da infância num determinado grupo social. Quando se perde a infância, a criança encontra razões adversas que comprometem a própria sobrevivência: “Na rua se perde a infância e vai encontrar só violência, coisas ruins como drogas”^{AP5}. Para alguns Líderes, a perda da infância pode comprometer a formação do caráter da pessoa: “Nos tornaremos um adulto rebelde se perdermos a nossa infância”^{AP8}.

Kuhlmann Jr. (2004) considera que essa condição da criança pobre é um reflexo de uma sociedade que sonega a dignidade humana à grande parte da população adulta. Refere-se a uma subtração de dimensão bem maior, marcada por situações deploráveis de sobrevivência, que determinam diferentes níveis de carência. Essa distinção social, étnica e de gênero institui a negação da oportunidade dessas crianças serem criadas em família e terem acesso a lazer, alimentação, moradia, educação, saúde, segurança, bens constituídos direitos para o ser humano. A infância deve ser um sentimento atrelado ao respeito e à satisfação das necessidades vitais do ser humano.

O sentimento do “ter” infância que emerge dos discursos dos Agentes Pastorais da PCr, está diretamente relacionado aos direitos que a criança deve usufruir enquanto ser humano: “A infância é a fase mais importante da vida do ser humano. Se for respeitada, cuidada, vista com bons olhos”^{AP3}; A garantia de direitos favorece as oportunidades de desenvolvimento da criança pobre: “quando a criança tem oportunidade de viver a boa infância, ela aprende, desenvolve muitas habilidades, conhece o mundo”^{AP4}. Para os Agentes, a criança que tem infância é respeitada, beneficiada pelo cumprimento dos direitos humanos, que garantem uma vida digna.

Os Agentes Pastorais referem-se aos “sujeitos de direitos”, termo utilizado por Gondra (2005, p.10) ao comentar que nossa cultura precisa lembrar que nossas crianças precisam de infância. No entanto, vivemos a contradição de que

[...] a partir do lugar da classe, não é mais possível, no Brasil, falar-se de infância. Crianças submetidas ao trabalho, à privação da liberdade e ao confinamento estão apartadas da infância, enquanto tempo de liberdade, de aprendizado e de improdutividade. (NUNES, 2005, p. 95).

É a partir dessa lógica que os Agentes Pastorais apresentaram um discurso marcado pelo desejo, pelo sonho, no qual visualizam a criança pobre de 0 a 6 anos

de idade, sendo alcançada pela efetivação das políticas públicas de amparo à infância. Assim, instituíram um discurso que articula o sentimento de infância ao que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8069/90): direito à vida e a à saúde; à liberdade; ao respeito; à educação, cultura, esporte e lazer. Direitos estabelecidos pela legislação, mas ainda timidamente concretizados, pois dependem de fatores relacionados à estrutura socioeconômica de nosso povo e de um gradual processo de reconhecimento da infância pobre. No seu art. 4º. esse Estatuto reza:

Art. 4 – É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, à efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, p. 4).

Os discursos dos Agentes Pastorais são influenciados por esses ideários apregoados pelo ECA, que tenta recuperar o papel da família na criação dos filhos. Nesse sentido, as falas apresentaram a família como principal promotora da infância. O ter infância materializa-se pelos cuidados dispensados à criança pelos familiares: “Quando o pai, a mãe dá atenção a essa criança, com certeza ela vai ter uma infância mais completa, mais realizada”^{AP5}; “Uma criança bem cuidada, amamentada desde o início, com amor da mãe e da família, tem mais chances de se tornar um adulto construtor da paz”^{AP1}. Criança que tem infância dispõe da possibilidade de viver na proteção da família.

Em função desse sentimento de infância, a PCr tenta recuperar a família pobre como espaço promotor de cuidados. Os pais e/ou familiares passam a atuar como co-responsáveis pela formação das crianças, preocupando-se com a nutrição, proteção, afeto, saúde e educação, nesse sentido, para os Agentes: “Quando a mãe maltrata a criança, tira toda a sua infância”^{AP5}; “Tudo depende de como ele é cuidado, percebido, amado nesse período”^{AP3}.

Pensando e agindo nessa direção, na minha concepção, a PCr precisa tomar alguns cuidados como:

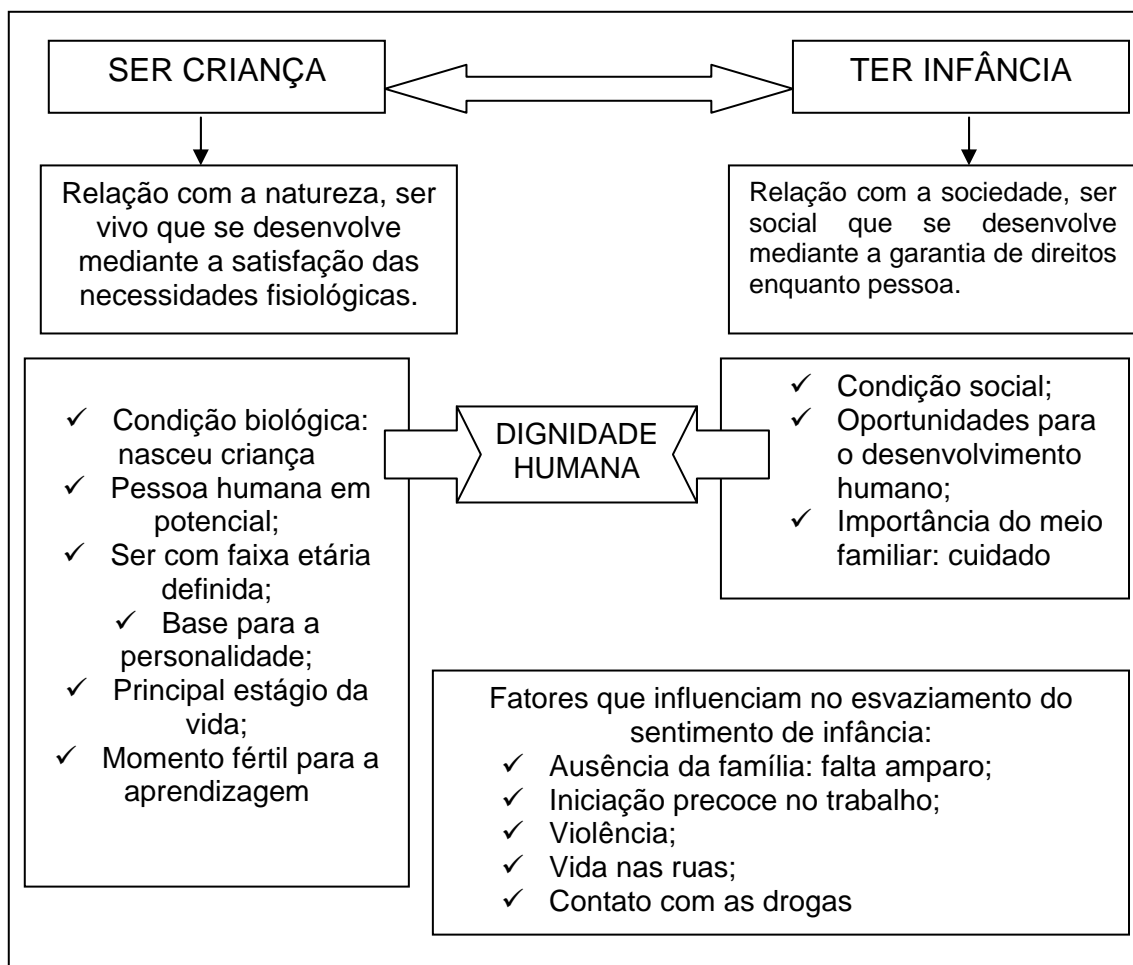
Primeiro: não deve considerar apenas a instituição familiar como único espaço de promoção dos direitos humanos, esquecendo de reivindicar as responsabilidades do estado, como principal promotor de políticas públicas. Deve privilegiar a família como campo de atuação, mas também considerar as condições

de vida, em que vivem essas crianças e até que ponto é determinante a omissão do poder público diante das situações de exclusão e pobreza.

Segundo: deve atentar para um dilema que pode vivenciar, ao perceber a ausência do padrão de família patriarcal ou nuclear que tínhamos antigamente. Na sociedade atual, a PCr enfrenta o desafio de acompanhar a criança pobre em diferentes modelos familiares e modos de vida. Nesse sentido, a proposta de cultivo do sentimento de infância, na criança pobre, foi redimensionada. Nos grupos familiares acompanhados, tornou-se comum a ausência de um ou dois dos genitores, então, sente-se a necessidade de que os familiares ou parentes sejam convocados e responsabilizados como cuidadores da criança. Desse modo, quando os Agentes Pastorais se referirem à família, devem se distanciar daquele modelo nuclear burguês e considerar a família alternativa, formada por diferentes agregados, como espaço possível para o cultivo do sentimento de infância. (TOZONI-REIS, 2002).

Esses cuidados são necessários, porque a condição de ser criança pobre foge aos parâmetros do modelo burguês de infância que tentou-se universalizar. Os Líderes Comunitários tratam com crianças destituídas de elementos, considerados essenciais para a modernidade, como a família e a escola, responsáveis pelo emolduramento dos sujeitos. Na ausência dessas necessidades que determinam a condição de ser da criança pobre, tende a ocorrer crise no modelo de infância burguesa. Provavelmente, os Agentes Pastorais fazem referência à “infância subtraída”, tomando como base os elementos que fundamentam o sentimento burguês de ter infância.

Assim, nos discursos desses Agentes da PCr nota-se a distinção entre ser criança e ter infância, explicitada no ESQUEMA 18 a seguir:



ESQUEMA 18: ser criança e ter infância.

Nesse sentido, ser criança não significa ter infância. Esses Agentes Pastorais realizam uma distinção: ser criança relaciona-se à natureza, a um período biológico da pessoa humana; ter infância está diretamente ligado ao cumprimento de direitos que garantem a sobrevivência dessa criança. De forma que o natalício é um presente divino, mas a manutenção dessa nova vida torna-se responsabilidade exclusiva dos humanos. Dessa forma, a criança é pensada como um ser social com desenvolvimento natural, de forma que “Não podemos dissociar o biológico do social. Os processos biológicos são sempre determinados socialmente”. (CHARLOT, 1986, p. 129).

Araújo (2005, p. 62 e 78) também defende essa ideia quando diz que:

[...] é necessário distinguir infância e criança. A infância é uma etapa da vida. Assim como são fases da vida a adolescência, a juventude, a adultícia, a velhice. O termo criança se refere concretamente à pessoa que está vivendo a infância. [...] a criança vive a infância e se projeta para as outras fases da vida, é forjada do futuro e da história.

Assim, o ser criança apresenta-se como uma fase físico-biológica do ser humano e também como condição social concreta situada historicamente. Conceber a criança apenas com referência a natureza humana e não levar em consideração o grupo social a que pertence e as condições materiais em que está situada, consiste em camuflar a realidade de miséria e de desigualdades sociais, que comprometem o desenvolvimento biológico e social do ser humano. Nesse ponto, a PCr avança, mesmo partindo de referenciais de um modelo burguês de infância, considera que a criança pobre tem direito à infância, ou seja, aos cuidados necessários ao desenvolvimento como ser humano. A instituição procura conceber a criança saudável independente de sua condição social, o que implica sentir a infância sobre os pressupostos da dignidade humana.

Também influenciados por essas idéias, os Agentes Pastorais discutiram que a condição social da criança é determinante na qualificação da infância, como observa-se em alguns traços dos discursos: “seja essa infância boa ou ruim”^{AP4}; “Quando se tem uma boa infância”^{AP7}. Esses Agentes defenderam que existem tipos de infância. Ao invés de interpretarem o sentimento de infância pela categorização infância-presente e infância-ausente, preferiram distinguir infância-bona de infância-ruim.

Falaram que ser criança e ter infância são condições pertencentes tanto aos filhos dos ricos como aos dos pobres. Independente de terem, ou não uma infância desejada, as pessoas nascem criança e a sociedade de adultos é que realiza a distinção de infâncias, conforme a fala da Agente: “Elas nascem criança, mas se transportam para um mundo social onde não têm as mínimas condições de viver a sua infância”^{AP4}. Nesse sentido, a infância é uma condição de toda a criança e que a situação social pode influenciar na qualidade dessa infância que é apresentada como “semente da paz ou semente da violência”^{AP1}.

Para esses Agentes, ser criança é um estado natural de todo o recém-nascido, considerado: “Do ponto de vista pastoral como expressão do amor de Deus para com a humanidade. [...] pessoa em potencial para ser gente, mais humana”^{AP2}. O ser criança pode ser um direito natural de cada ser humano que nasce, mas ter

boa infância consiste num direito a ser conquistado para as crianças que nascem nos bolsões de pobreza de nosso país. Nascer criança pobre no Brasil, principalmente nas regiões norte-nordeste, indica a negação dos direitos humanos pela vida, conseqüentemente a vivência da infância-ruim, no sentido apregoado por essa Agente da PCr: “infância ruim no sentido das dificuldades que conhecemos de marginalidade”^{AP4}.

Há também, em quase todos os discursos dos Agentes Pastorais, a relação entre boa infância e bom adulto. Há uma crença de que a fase infantil influencia ou determina as demais fases da vida humana, mantendo-se a antiga concepção de que a criança constitui-se num projeto para a vida adulta e a sociedade futura: A infância “se for respeitada [...] tem todas as condições de ser um bom adulto, equilibrado, com iniciativa. Tudo isso passa pela fase da infância”^{AP3}; “Tudo que ocorre nesta fase pode influenciar a vida da pessoa quando adolescente e adulto”^{AP1}; por isso, “precisa de um alicerce formado de amor, carinho, atenção, para que futuramente a pessoa seja bem sucedida na vida”^{AP6}; então, “É a base da vida de um adulto, o alicerce da nossa vida. Quando se tem uma boa infância, com certeza, vai ser um bom adulto”^{AP7}; “É a base para se tornar uma pessoa melhor”^{AP12}. Para esses Agentes, criança que tem uma boa infância cultiva perspectivas, crescimento, desenvolvimento.

Falando dessa forma, os Agentes Pastorais apresentam um discurso futurista⁵⁶ em torno da criança, mas não omitem o outro lado, o da criança de múltiplas carências, marcada pela insegurança social e pela ausência de perspectivas de vida, o que obriga uma intervenção imediata. Para eles, a criança aponta para o futuro, mas constitui-se ser humano com necessidades que devem ser atendidas no tempo presente. Não descartaram a possibilidade de atribuir à criança pobre o direito de ter infância e de tornar-se mais gente pela garantia de oportunidades.

A ação socioeducativa da PCr mostra-se influenciada por ambivalências em torno dos sentidos de infância. Um fenômeno comum entre os próprios autores que estudam a história social da criança. A infância compreendida como condição da criança possui as mais diversas interpretações, dependendo do contexto sócio-histórico e cultural em que os sujeitos estejam envolvidos. O que considero

⁵⁶ A infância como “semente do futuro”, sentimento bastante cultivado no início do Século XX no Brasil e que permanece até os nossos dias. (PASSETTI, 2002).

importante é que torna-se evidente que a PCr, por meio da ação socioeducativa que desenvolve, tenta recuperar o sentimento de infância, vinculado ao viver num grupo familiar em contexto de pobreza. O meio dos familiares, não apenas o da família nuclear, passa a ser valorizado como lugar possível do cultivo da criança, proposta que se manifesta nesta fala: “A infância quando bem desenvolvida é bem acompanhada pelos familiares”^{AP4}. Os Agentes Pastorais primam pela presença dos familiares durante o processo de acompanhamento da criança, alargando o campo de cuidadores, de forma que: “A criança nasce e se desenvolve ali no seu meio familiar”^{AP4}.

Na PCr, infância significa cuidado. Cuidar da criança pobre torna-se uma necessidade na luta pela infância. Esse desejo está presente na vida de cada Líder Comunitário que aprendeu a se preocupar com o bem-estar dos filhos das pessoas que moram nas comunidades pobres. Um sentimento de alteridade que está presente nos discursos: “Devemos preservar e cuidar da infância. [...]. Eu posso ajudar as crianças dos outros a melhorar sua infância. [...] Fazer o que não fizeram comigo”^{AP8}.

Essa Pedagogia da Sobrevivência apregoada e exercitada pela PCr, tanto propõe uma ação socioeducativa, quando orienta os familiares no cuidado com as crianças, como tem influenciado, de forma significativa, no cultivo do sentimento de infância a partir das condições de vida das comunidades pobres acompanhadas.



9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pausa é sempre uma difícil tarefa, mas essencial para o pesquisador realizar suas reflexões a respeito do objeto de estudo. Esta última parte propõe esse exercício reflexivo, apresentando-se como uma possibilidade, entre tantas, de leitura sobre uma dada realidade social. A proposta é que o conjunto dessas considerações provoquem novas aventuras no campo da pesquisa das ciências sociais, particularmente, entre os movimentos sociais e a educação.

No conjunto dos doze Agentes Pastorais entrevistados, senti a presença de dois tipos de discurso:

Os Agentes Pastorais que atuam nas coordenações apresentaram um discurso mais formal, técnico-científico, contextualizado, que fez mais referência aos aspectos econômicos e políticos, influenciado pelos princípios e valores da Coordenação Nacional da PCr. Abordou a ação socioeducativa como reflexo da igreja, atribuindo o sucesso da intervenção à metodologia, às parcerias e à organização.

Por outro lado, os Agentes Pastorais que realizam um trabalho mais próximo das comunidades, demonstraram um discurso místico, sendo mais emotivo, vocacional, relacionado à cultura local, firmado na experiência de vida. Abordou a ação socioeducativa como resposta às necessidades da comunidade, atribuindo o sucesso da intervenção à vivência da mística cristã e à ação do Líder Comunitário.

Alguns fatores podem influenciar nessa distinção, entre eles o maior grau de instrução, proximidade da cúpula organizacional e mais tempo de atuação, conforme reflexão realizada na introdução desse trabalho.

Através dos discursos, os Agentes Pastorais mostraram a PCr como instituição que é produto e agente de um momento histórico, por isso fazem referência a sua natureza plural e contraditória:

Os Agentes Pastorais colocam a PCr num prisma e a enxergam como uma instituição multidimensional, que tanto integra o terceiro setor, fortalecendo o movimento da nova filantropia ou refilantropização das questões sociais; como reflete o processo de renovação da ação pastoral e evangelizadora da Igreja Católica, sendo influenciada pelos princípios do Concílio Vaticano II e legitimada como organismo de ação social da CNBB.

A PCr atende a interesses múltiplos e institui uma rede de interdependência entre instituições e pessoas. A denominada rede da solidariedade torna-se razão para a realização de parcerias com a iniciativa privada e os organismos internacionais, como também para a integração de 264 mil Líderes Comunitários⁵⁷ no trabalho voluntário, em prol da sobrevivência de crianças pobres. No processo dessas relações interinstitucionais e interpessoais, os Agentes Pastorais entrevistados mostraram que é determinante o cultivo da ética, da responsabilidade social e da mística cristã.

A experiência da PCr está atrelada à crescente valorização da sociedade organizada (terceiro setor) que busca a exploração do potencial humano (serviço voluntário) e espiritual (cultivo da fé). Apresenta-se como um empreendimento compartilhado entre Igreja Católica, estado, iniciativa privada e sociedade civil.

A PCr como organização do terceiro setor contribui para manter o sistema neoliberal vigente, adiando o enfrentamento dos problemas estruturais da sociedade e ajudando a liberar o Estado da promoção de políticas sociais, ao mesmo tempo que coloca em evidência os resultados da ação que realiza a favor do processo de legitimação de si mesma na sociedade. (HOROCHOVSKI, 2003).

De forma indireta, a instituição colabora com a valorização do capital e o desenvolvimento da iniciativa privada, quando realiza parcerias com empresas que divulgam responsabilidade social pela isenção de impostos. O sistema de parcerias entre terceiro setor, iniciativa privada e estado põe em questão o princípio das entidades sem fins lucrativos. O que ocorre é um lucro velado, pois através da ação voluntária, tanto o estado economiza recursos, pela contenção de despesas, como o mercado recebe novo ânimo, com a ampliação de suas vendas e lucros. No processo de redefinição dos modos de vida capitalista atual, tornou-se indispensável o papel da sociedade civil organizada na gestão das questões sociais.

Embora a maioria dos Agentes Pastorais pense diferente, dois deles, Agentes Pastorais Coordenadores, demonstraram que há uma urgente necessidade da PCr ser mais ousada, além de intervir na realidade, também denunciar sobre as carências básicas da população pobre, promovendo pressão política a favor de maiores investimentos na área social. A instituição deve investir com maior ênfase na linha profética de ação, ajudando a reivindicar melhores condições de vida para

⁵⁷ Conforme encarte Pastoral da Criança: venha fazer parte desta rede de amor e solidariedade, p.3, ago. 2005.

as crianças pobres. Dentro do terceiro setor, deveria agir como representante das classes populares, reivindicando para os pobres dos pobres qualidade de vida.

Um dos grandes dilemas vividos pela PCr, desde a fundação, localiza-se na essência de sua ação socioeducativa, caracterizada como emergencial, básica e missionária, no sentido de ser pragmática e intervencionista. Como instituição que representa os anseios da sociedade civil, em particular dos excluídos, ainda mostra-se tímida na concretização de sua dimensão profética, tanto apregoada em seus documentos como nos da igreja. Nas comunidades pesquisadas, sente-se a ausência de ações de denúncia, reivindicação e mobilização do povo empobrecido para lutar por melhores condições de vida. A maioria dos Agentes Pastorais entrevistados sentem-se satisfeitos apenas com o escape da criança pobre.

A partir dos discursos orais e escritos, notei que a PCr integra a rede dos novos movimentos sociais, obedecendo à lógica do associativismo,⁵⁸ numa esfera paraestatal que oferece serviço público voluntário, do tipo não-conflitivo, baseado na ajuda mútua e solidária, que busca soluções nos espaços de limitações dos próprios sujeitos sociais, incentivando-os à emancipação pelas suas próprias forças, como se fossem culpados pela condição social em que se encontram. Segundo Castel (2005), entregar ao sujeito desproprizado a responsabilidade da autopromoção torna mais severa a relação de dependência determinada pelas desigualdades sociais.

A instituição também implementa uma ação socioeducativa do tipo religiosa, que cultiva a mística cristã junto às famílias acompanhadas. Os discursos identificam a mística cristã como o alicerce da instituição, que fundamenta as modalidades de ação desde a Coordenação Nacional até as instâncias medianas (dioceses) e locais (paróquias). Observei que há uma presença mais forte da mística nas instâncias que trabalham junto às comunidades (coordenação paroquial, comunitária e lideranças) do que nas outras instâncias, coordenações mais distantes da paróquia (coordenação de área, diocesana, estadual e nacional).

A espiritualidade cristã torna-se práxis influenciando na atuação dos líderes comunitários, nas maneiras de fazer PCr, privilegiando mais as metas da instituição do que a transformação da realidade em que vivem as famílias acompanhadas.

⁵⁸ Conforme Santos (2000, p. 239) "A sociedade civil é o mundo do associativismo voluntário e todas as associações que representam de igual modo o exercício da liberdade, da autonomia dos indivíduos e seus interesses."

Há uma necessidade de evolução da mística apenas volitiva e sacramental para o que Betto e Boff (2005, p. 97 e 204) denominam de “espiritualidade da militância”, mística que ultrapassa a vocação contemplativa e alimenta o desejo de mudança, de construção de uma nova humanidade: “a mística verdadeira é aquela dos olhos abertos e das mãos operosas. Sem isso é mistificação”.

Além de importar das CEBs a ação-mística-pastoral em torno da paróquia, a PCr poderia cultivar também a ação-profética-militante que mobiliza o Povo de Deus no combate às injustiças sociais na reivindicação dos direitos historicamente usurpados. A PCr como parte da Igreja-Povo-de-Deus deve assumir o papel profético a desempenhar no contexto de crise da modernidade. Deve fazer referência à presença do pecado social e recuperar a proposta de Lima (1979) quando diz que as pastorais sociais devem ser espaços de reflexão religiosa e política.

Apesar dessas assimetrias, a PCr consegue implementar um importante programa de orientação sobre ações básicas de saúde, influenciando na educação dos familiares das crianças acompanhadas. A ação socioeducativa da PCr alimenta possibilidades como: organização de parte da comunidade para desenvolver trabalho voluntário; utilização da pedagogia da sobrevivência para combater a desnutrição e a mortalidade materno-infantil; cultivo do sentimento de infância pelas práticas de cuidado com a criança pobre.

Com relação aos Líderes Comunitários e ao trabalho voluntário que devotam à comunidade apresento as seguintes considerações:

Apesar das fragilidades na formação, acrescidas às limitações presentes na intervenção e a rotatividade na função, os Líderes Comunitários são considerados colunas, porque sustentam a PCr nas comunidades. São eles que articulam a pedagogia da sobrevivência junto aos familiares, visando ao escape da criança pobre. Mesmo com a proposta de capacitação continuada, os líderes sentem dificuldade em realizar o trabalho e percebem que a ação é insuficiente para transformar a realidade social de exclusão de grande parte da população acompanhada.

As falas dos agentes pastorais vinculam o sucesso da ação social da PCr a um conjunto de fatores que passam pela admissão do apostolado leigo na igreja, presença da mística cristã, organização da sociedade civil, dedicação ao trabalho voluntário e instituição de parcerias. No entanto, o mais determinante está na

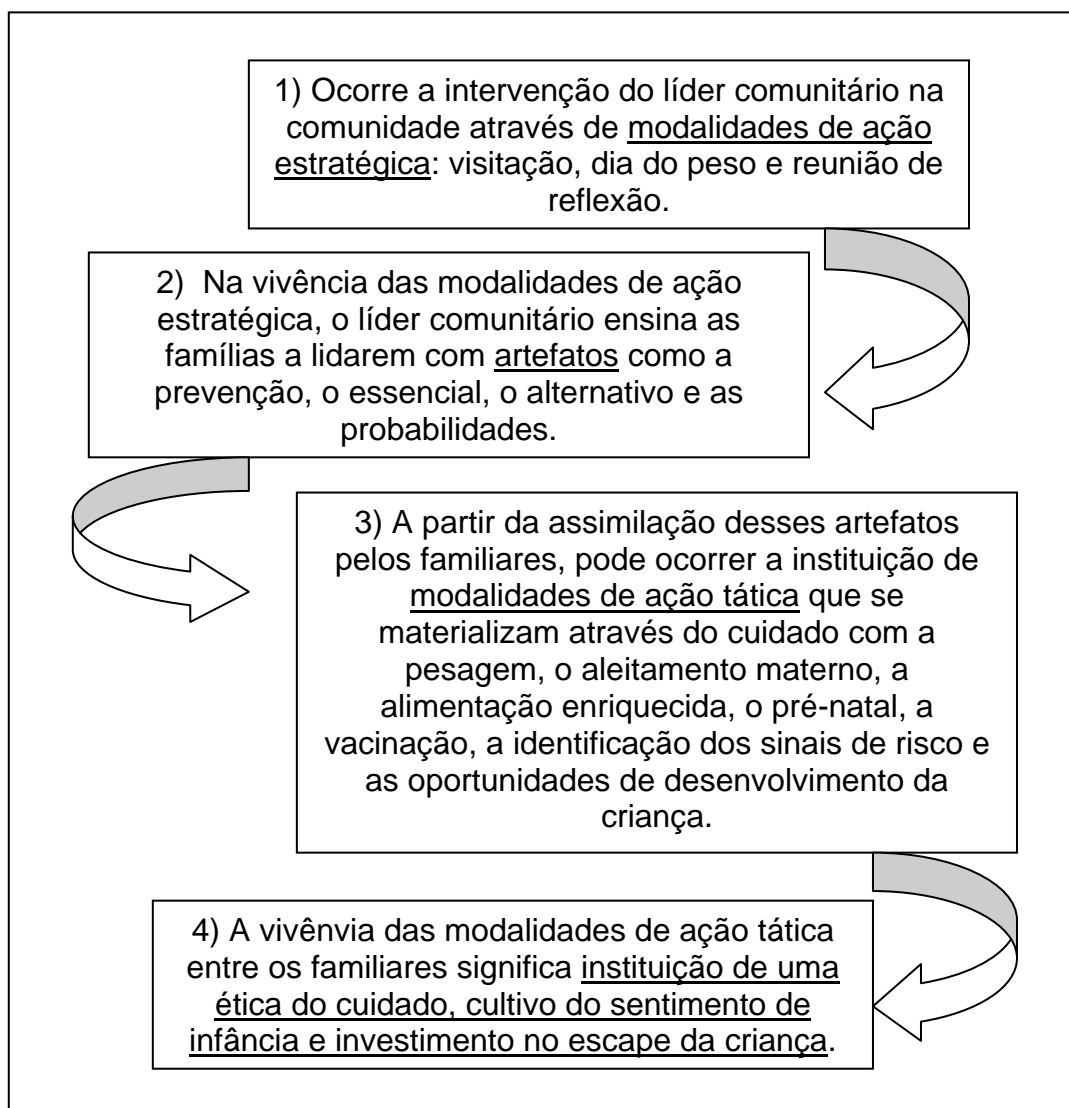
capacidade da instituição de aperfeiçoar as maneiras de intervenção a partir do modo de vida das comunidades acompanhadas.

Sobre o uso da pedagogia da sobrevivência no escape da criança pobre, foi comum nos discursos a concepção de que:

A pedagogia da sobrevivência, cultivada pela PCr é pedagogia do cuidado, da fé e do escape. A pedagogia da sobrevivência integra a cultura própria do homem ordinário em condição limítrofe de vida, de forma que está latente nessas comunidades acompanhadas pelos líderes comunitários. Artefatos desse modo de vida foram assimilados, ressignificados pela PCr e materializados em modalidades de ação que primam por ensinar os familiares a cuidarem das crianças. Os Agentes Pastorais atuam sob a orientação de saberes técnico-científicos sistematizados no Guia do Líder e fazem a intersecção com o que as famílias pobres sabem fazer melhor: ousar em busca de escapes.

Com base nas reflexões de Certeau (1994), considere neste estudo a Pedagogia da Sobrevivência como sendo a capacidade que o homem ordinário possui de tratar com a inventividade na busca de oportunidades para manter-se vivo. Mas, que relação foi estabelecida entre a ação socioeducativa da PCr e a pedagogia da sobrevivência cultivada nos bolsões de pobreza?

Percebi que a PCr ressignificou a pedagogia da sobrevivência própria das comunidades, em função do cuidado e escape da criança pobre. O homem comum a utiliza como tática em qualquer situação para escapar, a PCr utiliza para garantir o escape da criança, influenciando na diminuição da mortalidade infantil. A pedagogia da sobrevivência serve também para recuperar o sentimento de infância no seio dessas comunidades pela instituição de uma ética do cuidado, que se materializa da seguinte maneira:



ESQUEMA 19 – Pedagogia da sobrevivência na Pastoral da Criança

O cerne da pedagogia da sobrevivência está no ensinar a cuidar da criança pobre, potencializando os familiares com artefatos ressignificados da própria realidade vivida. Diz respeito ao ensino-aprendizagem de táticas de resistência dissimulada (CERTEAU, 1994, p. 95), que garantem a sobrevivência dos que estão na periferia do modo de vida capitalista. Foi o que Santos (2000, p. 270) nomeou de “falsa emancipação”, porque funciona como regulação das massas sob outra forma.

Para viabilizar esse tipo de pedagogia, a PCr utiliza-se do que Foucault (1987) denominou de tecnologias de controle, instituindo a vigilância pelas práticas de observação na visitação domiciliar; de registro pelo manuseio do Caderno do Líder e cartões da criança; e do exame pela efetivação da pesagem. A esse

conjunto de ações socioeducativas, e porque não dizer disciplinares, que a instituição chama de processo de acompanhamento.

Uma pedagogia que é firmada na vigilância contínua, implementada no espaço privado (a casa) e público (paróquia/capela) da comunidade; que propõe uma descentralização dos mecanismos de controle sobre a criança através de uma possível parceria com os seus familiares.

O que a PCr institui entre as famílias pobres é um tipo de luta latente pela existência diante das probabilidades de sobrevivência. Contribui para o que Weber (1991, p. 24) denominou de “concorrência pela vida”. Fala de uma seleção social, determinada pelas condições de vida do sujeito e do poder da “astúcia inescrupulosa” como elemento de luta nessa situação de concorrência e conquista. Tem-se uma pedagogia de ação, porque não firma-se no comodismo; de resistência, porque ensina essas comunidades a subsistirem aos efeitos das desigualdades sociais do modo de vida capitalista; do tipo dissimulada, porque ainda são tímidas as iniciativas de superação das formas de assujeitamento desses grupos sociais empobrecidos.

Pela ação socioeducativa da PCr, vejo a materialização da microética, uma ética do cuidado focada no indivíduo: a criança, que mobiliza a família em redes de interconhecimento e de entreajuda (sociedade-providência) para o desempenho da segurança social, negada pela providência estatal. (SANTOS, 2000). É uma pedagogia também firmada na individualização e racionalização do sujeito.

A proposta de ação dessa pedagogia, que se apresenta como evangelho da PCr, indica que as oportunidades de sobrevivência e de desenvolvimento possam ser aproveitadas ou criadas, aproveitando-se do contexto limítrofe de vida dessas crianças pobres. A Pedagogia da Sobrevivência assegura o escape no momento em que os familiares aprendem a lidar com a prevenção, através do cultivo do pré-natal, aleitamento materno, vacinação, pesagem; aprendem a lidar com o essencial pela observação dos indicadores de oportunidades e conquistas; aprendem a lidar com o alternativo através da alimentação enriquecida, utilização do soro caseiro, plantas medicinais; aprendem a lidar com as probabilidades, ao indentificar os fatores de risco que podem comprometer a saúde ou mesmo levar a morte da pessoa.

O trato com os artefatos como a prevenção, a essencialidade, o alternativo e as probabilidades está presente nos discursos e na ação socioeducativa da PCr e torna-se indispensável na constituição da Pedagogia da Sobrevivência. A

assimilação e prática desses artefatos pelos familiares assegura o sucesso da intervenção dos Líderes Comunitários na missão de diminuir os indicadores de mortalidade materno-infantil. Tipo de intervenção próximo ao que Beghin (2005) identificou como ensinar a gerir a pobreza, aprender a conviver com situações limítrofes.

Quanto à relação entre essa Pedagogia da Sobrevivência e o cultivo do sentimento de infância nos bolsões de pobreza:

Ocorre uma interdependência entre essa ética do cuidado e o cultivo do sentimento de infância, pois um está firmado sobre o outro. As modalidades de ação firmadas nas artes de cuidar da PCr contribuem para o cultivo do sentimento de infância, ou seja, é através da valorização da criança pobre que se recupera o sentimento de cuidado nos bolsões de pobreza.

A PCr investe no escape da criança pobre através do cultivo do sentimento de infância no interior de arranjos diferenciados de família. O sentimento de infância cultivado pelos Agentes Pastorais ocorre através da atitude de *maternage*, que inclui na criação dos filhos os cuidados parentais. Nesse sentido, o cuidador pode ser qualquer parente da criança, admitindo-se a família parental ou agregada como nicho de desenvolvimento das novas gerações. Os familiares são constituídos cuidadores, promotores de uma ética do cuidado.

A ação social da PCr fala diretamente a uma instituição que está se desintegrando: a família nuclear burguesa. A exigência de que a família precisa estar bem estruturada para que a criança cresça de forma saudável não é mais pré-requisito para a intervenção.

Os discursos apontaram para a presença de uma não-infância ou infância subtraída tendo como referencial os parâmetros do modelo burguês de infância. O possível desaparecimento do sentimento de infância na criança pobre é pertinente com o reconhecimento do fracasso do projeto de modernidade, minado pela controvérsia da miséria e pela ausência de respeito ao indivíduo como pessoa humana, vítima da exclusão do modo de vida capitalista. Segundo Touraine (2002), desaparece o sentimento de infância como consequência da morte do indivíduo como sujeito-ator social.

Na perspectiva de ressurreição desse sujeito, trata-se o sentimento de infância numa dimensão social e não apenas no individual da pessoa humana. A criança é definida pelas condições sociais de satisfação das necessidades vitais.

Para os agentes pastorais da PCr não se pode dissociar o biológico do social. Os processos biológicos são determinados socialmente. A idéia de desenvolvimento natural não pode ignorar os fatores sociais, determinantes externos da condição de vida da criança.

A resolução do problema da ausência da infância, na criança pobre, deve ser tratada, prioritariamente, por um redimensionamento dos modos de vida impostos pela sociedade capitalista. De forma que sejam articuladas políticas que levem em consideração a melhoria da condição de vida das famílias pobres, estimulando justa distribuição de renda, criação de empregos e oferecendo os serviços públicos de educação, saúde, procurando garantir qualidade de vida para o povo e conseqüentemente para seus descendentes.

São vários os fatores sociais que devem ser atingidos para que a mortalidade infantil seja erradicada. A PCr atua apenas em um dos campos de combate que é o da educação da família sobre os cuidados de saúde. A instituição realiza uma intervenção nos níveis pessoal e familiar, através de um programa educacional sobre higiene pessoal, sanitária, aleitamento materno e vigilância nutricional. A PCr atua prioritariamente na educação da família em função do escape da criança pobre.

A Pedagogia da Sobrevivência cultivada pela PCr foca sua intervenção no escape do indivíduo e não da coletividade. Há outros fatores que devem ser atacados como os ambientais (poluição do ar, tratamento do lixo), os estruturais urbanos (saneamento básico, água encanada), os econômicos (emprego, distribuição de renda), como nos adverte Ramos (2003) que o bem-estar da criança passa prioritariamente pelo bem-estar da sociedade.

Parece que a PCr ainda concebe maior importância no fato de apresentar à sociedade nacional e internacional a redução da mortalidade infantil do que questionar a qualidade de vida das comunidades pobres diante da ausência de políticas sociais específicas e abrangentes. A instituição precisa conjugar a ação-prevenção com a ação-promoção, investindo mais na dimensão profética, armando-se de coragem necessária para o despojamento de si mesma e a mobilização das comunidades na luta por melhores condições de vida.

A PCr é capaz de trazer informações sobre os cuidados com a saúde, influenciado no escape da criança pobre, só que ainda não promove uma mudança real na vida daquelas famílias, as precárias condições sociais permanecem. As

ações complementares foram criadas para ocupar essa lacuna, mas ainda se mostram ineficazes, porque são pontuais. O problema está relacionado a questões políticas e econômicas, envolvendo a distribuição de renda, criação de empregos, o cumprimento dos direitos à cidadania, independente de raça, credo, sexo e condição social.

A PCr firma a intervenção que realiza nas políticas de auto-ajuda, acreditando que as comunidades são mananciais de criatividade nas soluções dos próprios problemas, muitas vezes, ignorando os fatores externos que influenciam nas condições de vida. Esse ideal está presente na fala da Coordenadora Nacional quando diz: “Se o povo se ajudar, vai subir com os próprios meios”. (ZILDA ARNS apud BATALHA, 2003, p.143). Há ainda a crença de que a comunidade organizada e solidária pode realizar muito para a autopromoção.

As Pequenas Rodas de Conversa entre as lideranças e os familiares na comunidade seria uma oportunidade de mobilização social, da construção ou do cultivo de uma mística militante para reivindicação de melhor condição de vida, mas a PCr ainda não explora as possibilidades dessas reuniões de educação comunitária participativa. Através da observação participante, senti a ausência dessa importante ação complementar na intervenção da PCr.

Nas situações observadas, é notável a falta de iniciativas para a mobilização sociopolítica entre os Líderes e para com os familiares acompanhados. A ação sócioeducativa-religiosa torna-se eficaz na educação em saúde, garantindo o escape da criança pobre, mas teria uma dimensão ainda maior se investisse na organização dessas comunidades para refletirem sobre a realidade em que vivem e quais as possibilidades de superação.

Segundo estudos realizados pelo IDEMA (1999), a intervenção da PCr pode ser classificada como de natureza setorial ou localizada. Essas populações necessitam de intervenções que influenciem nos determinantes estruturais e sociais relacionados à disponibilidade e acessibilidade de serviços como transporte, lazer, saneamento básico, educação, saúde, moradia, emprego e renda. Intervenção que produz um impacto permanente, porque representa melhoria na condição de vida das pessoas. (CASTEL, 2005).

Diante dessas necessidades estruturais, os Agentes apresentaram um discurso que atribui um sentido de emergência à ação socioeducativa que efetivam junto às famílias pobres, o que representa intervir na comunidade através de ações

concretas, de natureza solidária, pontual, mas contínua. Considerando a existência de condições mínimas de sobrevivência, trabalham de forma exclusiva pelo escape da criança pobre, investindo em orientações sobre noções básicas de saúde, pouco influenciando em mudanças significativas na condição social das famílias acompanhadas.

Esclareço que diante dessas considerações, não ignoro a possibilidade de haver, dentro da instituição, experiências isoladas, que cultivem maior conscientização e mobilização social na luta por melhores condições de vida para as famílias pobres acompanhadas.

Comumente, a ação socioeducativa da PCr trata de assegurar benefícios imediatos para as crianças em situação de risco que consegue acompanhar. Em nosso estado acompanha 28.930 crianças menores de 6 anos de idade, o que equivale apenas a 14%.⁵⁹ Apresenta-se, então, uma diminuição relativa da mortalidade infantil, pois os Líderes Comunitários não alcançam o total das crianças existentes nos bolsões de pobreza. Ainda nascem no Rio Grande do Norte um número de 204.483⁶⁰ crianças pobres, sob condições inadequadas de moradia, nutrição, saúde e educação, sem oportunidades para se desenvolverem. Descuidar dessas crianças significa ampliar o fosso das desigualdades sociais e perpetuar o ciclo de pobreza e exclusão social, que denuncia a crescente desumanização do ser humano tão evidente em nossos dias.

⁵⁹ Conforme Situação de Abrangência, Pastoral da Criança – CNBB, Folhas de Acompanhamento, digitadas entre 31/10/2005 e 06/04/2006. (PASTORAL.... 2006a).

⁶⁰ Conforme censo IBGE, 2000. (PASTORAL..., 2006b).



FONTES ESCRITAS

a) Livros, revistas, legislações:

ALMEIDA, Humberto Pereira de. O rosto da Igreja do Centro-Oeste. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.) **Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**: Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003.

ARAÚJO, Eli. **Pastoral da Criança**: a força da solidariedade. Londrina: Livre Iniciativa, 2000.

ARAÚJO, José Carlos Souza. **Igreja Católica no Brasil**: um estudo de mentalidade ideológica. São Paulo: Paulinas, 1986.

_____. Delimitações antropológicas sobre a criança na modernidade ou a multiplicidade de projetos antagônicos. In: **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 22, n. 8, p. 55-81, jan./abr., 2005.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

_____. **História da morte no ocidente**. Tradução de Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ARNS, Paulo Evaristo. **O que é Igreja**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos – 32)

ASSIS, Raymundo Damasceno. Testemunho de alguns membros da atual e de antigas presidências da CNBB. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**: Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. O processo histórico do reconhecimento dos direitos da criança. In: GURSKI, Roselene et al. (Orgs.). **Cenas da infância atual**: a família, a escola e a clínica. Ijuí: Ed. Ijuí, 2006.

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves. **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. Revisão de tradução Sidney Barbosa. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

BARRAS, Robert. **Os cientistas precisam escrever**: guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes. Tradução Leila Novaes e Leônidas Hegenberg. São Paulo: T. A. Queiroz Editora, 1979.

BARROS, Raimundo Caramuru de. **Brasil**: uma Igreja em renovação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1968.

_____. A CNBB e o Estado Brasileiro durante o interlúdio espartano: a Igreja e o Governo Militar de 1964 a 1985. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.).

Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002): Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003a.

_____. Gênese e consolidação da CNBB no contexto de uma Igreja em plena renovação. In.: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002):** Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003b.

BARTH, Gunther. **Evangelização no Brasil de hoje.** São Paulo: Parma, [198-?]

BATALHA, Martha Mamede. **Pastoral da Criança: 20 anos de vidas.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; Ed. Desiderata; São Paulo: Loyola, 2003.

BEGHIN, Nathalie. **A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito.** São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época, 122)

BEOZZO, José Oscar. Concílio Vaticano II (1962-1965): a participação da Conferência Episcopal Brasileira. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002):** Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003a.

_____. A recepção do Vaticano II na Igreja do Brasil. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002):** Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003b.

BETTELHEIM, Bruno. **Sobrevivência.** Tradução Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base.** São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.

BETTO, Frei; BOFF, Leonardo. **Mística e espiritualidade.** 6. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BILAC, Elizabete Dória. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de et al. (Org.). **A família contemporânea em debate.** 5. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

BIZON, José; DARIVA, Noemi; DRUBI, Rodrigo. (Ogs.). **Ecumenismo: 40 anos do Decreto Unitatis Redintegratio (1964-2004).** São Paulo: Paulinas, 2004.

BLOCH, Marc. **Introdução à história.** Portugal: Publicações Europa-América, 1997.

BOFF, Clodovis. **Comunidade Eclesial – Comunidade Política: ensaios de eclesiologia política.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **Igreja: carisma e poder.** São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Ecologia, mundialização e espiritualidade.** São Paulo: Ática, 1993.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Dari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e os métodos.** Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos, Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOGO, Ademar. **O vigor da mística.** São Paulo: ANCA, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, 1990.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Decreto-lei n. 2.040 de criação do Departamento Nacional da Criança.** Rio de Janeiro, 1940.

BRIGHENT, Agenor. **A Igreja do futuro e o futuro da Igreja: perspectivas para a evangelização na aurora do terceiro milênio.** 3. ed. São Paulo: Paulus, 2004.

CALIMAN, Cleto. CNBB: nova consciência eclesial à luz do Concílio vaticano II. In.: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002): Jubileu de Ouro da CNBB.** São Paulo: Paulinas, 2003.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Igreja e desenvolvimento.** São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 1971.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia.** Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O lugar da família na política social. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de et al. (Org.). **A família contemporânea em debate.** 5. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Tradução Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTRO, Valdir José de. **Espiritualidade Cristã: mística da realização humana.** 2. ed. São Paulo: Paulus, 1998.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar.** 4. ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Tradução Ephraim Ferreira Alves. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **A Escrita da História.** Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação.** 2. ed. Tradução Ruth Rissin Josef. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COMPÊNDIO DO VATICANO II: constituições, decretos, declarações. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil (2003-2006)**. 8. edição São Paulo: Paulinas, 2004 (Documentos da CNBB, 71)

_____. **O que é Pastoral Social?** 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003 (Cartilhas de Pastoral Social, n.1).

_____. **O que é ecumenismo?** Uma ajuda para trabalhar a exigência do diálogo. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. **Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Paulinas, 1999. (Documentos da CNBB, 25)

_____. **Nordeste: desafio à missão da Igreja no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1984.

CORAZZA, Sandra Mara. Novos Lugares do infantil. In: GURSKI, Roselene et al. (Orgs.). **Cenas da infância atual: a família, a escola e a clínica**. Ijuí: Ed. Ijuí, 2006.

CRUSIUS, Tarsila Rorato; SILVA, Patrícia Maria Ferreira da. **A primeira infância no Brasil: uma análise da situação da criança de 0 a 6 anos no Brasil e as diretrizes das políticas para a primeira infância segundo os especialistas na área**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003. (Coleção Brasil 2010).

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. (Coleção Temas Sociais).

DANTAS, Milton. **Visita**. Natal, [200_]. Digitado.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DIRETÓRIO para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo: pontifício conselho para a promoção da unidade dos cristãos. Roma, 1993. In: BIZON, José; DARIVA, Noemi; DRUBI, Rodrigo. (Orgs.). **Ecumenismo: 40 anos do Decreto Unitatis Redintegratio (1964-2004)**. São Paulo: Paulinas, 2004.

DORNELLES, Leni Vieira. **Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber**. Petrópolis: Vozes, 2005. (Coleção Infância e Educação)

DREXEL, John; IANNONE, Leila Rentroia. **Criança e miséria: vida ou morte?** 3. ed. São Paulo: Moderna, 1989. (Coleção Polêmica).

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 15. ed. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Tradução Maria Luisa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1970.

EVARISTO, Paulo. **O que é Igreja**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos)

FARIAS, Mabel. Infância e educação no Brasil nascente. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.). **Educação da infância**: história e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FERNANDES, Luís. **Como se faz uma Comunidade Eclesial de Base**. Petrópolis: Vozes, 1985.

FERRARI, Alceu. **Igreja e desenvolvimento**: o movimento de Natal. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGO, Antônio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução Alfredo Veiga-Neto. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FRANZEN, August. **Breve história da Igreja**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Situação Mundial da Infância, 2005**: infância ameaçada. Brasília, 2005.

GARCIA, Vanessa Rodrigues. Luzes e sombras. **Jornal Pastoral da Criança**. Curitiba, p.16, set. 2005.

GODOY, Manoel José de. A CNBB e o processo de evangelização do Brasil. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**: Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003.

GONDRA, José G. A necessidade da infância In.: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.). **Educação da infância**: história e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 2. ed. Tradução Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GUTIERREZ, Exequiel R. **De Leão XIII a João Paulo II**: cem anos de doutrina social da Igreja. Tradução Haroldo Reimer. São Paulo: Paulinas, 1995. (Coleção Sociologia Atual)

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. **Pastoral da Criança**: estratégias de legitimação no Terceiro Setor. Curitiba: Juriá, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**: população residente, resultados do Universo segundo mesorregiões, microregiões, municípios, distritos, subdistritos e bairros. Rio Grande do Norte, fev. 2005. Digitado.

_____. **Censo demográfico 2000**: características da população dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro, IBGE, 2000. Parte 1.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE. **Crianças e adolescentes no Rio Grande do Norte**. Natal: IDEMA/UNICEF, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.) **Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**: Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003.

KAUFMANN, Jean-Claude. **L'entretien compréhensif**. Paris: Nathan, 1996.

KISNERMAN, Natália. **Temas de Serviço Social**. São Paulo: Cortez e Morias, 1976.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 3. ed. Porto Alegre: Meditação, 2004.

KUHLMANN JR., Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LACOUTURE, Jean. A História imediata. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 4. ed. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998 .

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1996.

LESBAUPIN, Ivo. **Comunidades de Base e Educação Popular**. [s.l:s.n], 1994. Digitado.

LESSA, Ciça. Que parto é esse? In: VIVARTA, Veet (Coord.). **Saúde em pauta**: doença e qualidade de vida no olhar da imprensa sobre a infância. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**: hipóteses para uma interpretação. Petrópolis: Vozes, 1979.

LIRA, Pe. Bruno Carneiro. **Alfabetizar letrando**: uma experiência na Pastoral da Criança. São Paulo: Paulus, 2006. (Coleção Pedagogia e Educação).

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. (Coleção o que Você Precisa Saber Sobre...).

MATOS, Henrique C. José de. **CEBs: uma interpretação para ser cristão hoje**. São Paulo: Paulinas, 1985.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. A família, o “feminino”, a cidadania e a subjetividade. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. et al. (Org.). **A família contemporânea em debate**. 5. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. 6. ed. [S.l]: Zahar, 1975.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In.: MINAYO, M.C.S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. (Coleção Temas Sociais)

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NEUMANN, Zilda Arns. **Zilda Arns Neumann: ela criou uma rede de solidariedade que salva centenas de milhares de crianças brasileiras**. Belo Horizonte: Leitura, 2003b.

_____. **Nós somos a Pastoral da Criança: nossa história e organização**. Brasília: Pastoral da Criança, 1998.

NUNES, Deise Gonçalves. Reconhecimento social da infância no Brasil: da menoridade à cidadania. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.) **Educação da infância: história e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OLIVEIRA, Marlúcia de Paiva. A Igreja dos anos 50: o Movimento de Natal. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. (Org.) **Igreja e política no RN**. Natal: Z Comunicação & Sebo Vermelho, 2000.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da Criança no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PAULO II, Papa João. Ut Unum Sint: carta encíclica sobre o empenho ecumênico. Roma, 1995. In.: BIZON, José; DARIVA, Noemi; DRUBI, Rodrigo. (Ogs.). **Ecumenismo: 40 anos do Decreto Unitatis Redintegratio (1964-2004)** São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. **Evangelium Vitae: sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana**. Roma, 1995. São Paulo: Paulinas, 2005.

_____. **Sollicitudi Rei Socialis**. Roma, 1987.

PAULO VI, Papa. *Ecclesiam Suam*: carta encíclica sobre os caminhos da Igreja. Roma, 1964. In: BIZON, José; DARIVA, Noemi; DRUBI, Rodrigo. (Ogs.). **Ecumenismo**: 40 anos do Decreto Unitatis Redintegratio (1964-2004) São Paulo: Paulinas, 2004.

PAULO VI, Papa. *Unitatis Redintegratio*: decreto sobre o ecumenismo. Roma, 1964. In: BIZON, José; DARIVA, Noemi; DRUBI, Rodrigo. (Ogs.). **Ecumenismo**: 40 anos do Decreto Unitatis Redintegratio (1964-2004). São Paulo: Paulinas, 2004.

PENNA, Dom Aloysio José Leal. Um retrato da Pastoral da Criança. In: BATALHA, Martha Mamede. **Pastoral da Criança**: 20 anos de vidas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO, Ed. Desiderata; São Paulo: Loyola, 2003.

PERANI, Cláudio. A presença das macrorregiões na história da CNBB: a Amazônia. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**: Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003.

PEREIRA, Potyra A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PINHEIRO, José Ernanne. Traços da presença da Igreja Católica no Nordeste. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**: Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003.

RAMOS, Natália. Famílias e crianças em contexto de pobreza e exclusão: do desenvolvimento à saúde e à educação. In: **Psychologica**, n. 38, p. 241-263, 2005.

_____. **Psicologia clínica e da saúde**. Lisboa: Universidade Aberta, 2004.

_____. Etnoteorias do desenvolvimento e educação da criança: uma perspectiva intercultural e preventiva. In: PIRES C. et al. (Org.). **Psicologia, sociedade e bem estar**. Leiria: Diferença, 2003, p. 161-177.

_____. Educação, saúde e culturas: novas perspectivas de investigação e intervenção na infância. **Revista Portuguesa de Pedagogia**. [S.l.], ano 36, n. 1-3, p. 463-487, 2002.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Tradução Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Textos selecionados de métodos e técnicas de pesquisa científica**: TCC, monografia, dissertação e tese. 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

SARTI, Cyntia A. Família e individualidade: um problema moderno. In.: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.) et al. **A família contemporânea em debate**. 5. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Rosanália de Fátima e. **A entrevista compreensiva**. Natal: UFRN, 2003. 24f. Digitado.

SOARES, Ismar de Oliveira. Celebrando 50 anos de comunicação sob a liderança da CNBB. In.: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**: Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003.

SOUZA NETO, João Clemente de. **A trajetória do menor a cidadão**: filantropia, municipalização, políticas sociais. São Paulo: Arte Imprensa, 2003.

STRAGLIOTTO, Orestes. A presença da CNBB nas macrorregiões: o sul. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**: Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003.

TABORDA, Francisco. **Sacramento, práxis e festa**: para uma teologia latino-americana dos sacramentos. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. 7. ed. Tradução Elia Ferreira Edel Petrópolis: Vozes, 2002.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Infância, escola e pobreza**: ficção e realidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. (Coleção Educação Contemporânea)

VANEIGEM, Raoul. **A arte de viver para as novas gerações**. Tradução Leo Vinícius. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002. (Coleção Baderna)

VEIGA, Cynthia Greive. Infância e modernidade: saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIEIRA, Sonia. **Como escrever uma tese**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

VIER, Frei Frederico (Coord.). **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

VIVARTA, Veet. (Coord.). **Saúde em pauta**: doença e qualidade de vida no olhar da imprensa sobre a infância. São Paulo: Cortez, 2003. (Série Mídia e Mobilização Social, v.1)

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Desafios da Igreja Católica e política no Brasil. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**: Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 3 ed. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1991.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

b) Dissertações e teses:

CARVALHO, Virgínia Donizete de. **Pobres no ter, ricos no ser**: um estudo sobre a motivação e trabalho voluntário na Pastoral da Criança. 2004. 98 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

COUTINHO, Adelaide Ferreira. **As organizações não-governamentais e a educação básica oferecida aos pobres**: do consenso da oferta à ação privatizante. 2005. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Natal, 2005.

GRANIER, A. **La Pastorale de L'enfant**: actions de sante, communautaire au Bresil. 1992. 250 f. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculte de Medicine Lyon, Universite Claude Bernard Lyon I, Lyon, 1992.

NASCIMENTO, José Mateus. **Vinde a mim os pequeninos**: práticas educativas da Diocese de Natal (1945-1955). 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

NASCIMENTO, José Mateus. **A história dos Grupos Mirins de Saúde como prática educativa da Arquidiocese de Natal (1973-1979)**. 1999. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1999.

OLIVEIRA, Marlúcia de Paiva. **Igreja e renovação**: educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964). 1992. 317f. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

SANTANA M. A. C. T. de. **Pastoral da Criança**: representações sociais de líderes Curral Novo/ Jequié. Bahia, 2000. 106 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, [s.n.], 2000.

STUCKY, R. M.M. **Educação em Saúde**: um olhar sobre a prática na Pastoral da Criança. 1999, 126f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. [s.n.], 1999.

c) Material didático e informativo da Pastoral da Criança:

CARLESSO, Pe. Ângelo. Pense nisso... **Jornal Pastoral da Criança**, Curitiba, p.19, out. 2005.

_____. O milagre da vida. **Jornal Pastoral da Criança**, Curitiba, p.16, jul. 2006.

COORDENAÇÃO ARQUIDIOCESANA DA PASTORAL DA CRIANÇA. **Oração da (o) líder comunitário**. Natal: s.d. Digitado.

ESTATUTO DA PASTORAL DA CRIANÇA. Curitiba, 1995. In: PASTORAL DA CRIANÇA. **Nós somos a Pastoral da Criança**: a serviço da vida e da esperança. Brasília, 1998.

GOMES, Paulo Cezar. Você é chamado a ser feliz! **Jornal Pastoral da Criança**. Curitiba, p.16, ago. 2004a.

_____. Líder e a missão do Bom Pastor (1). **Jornal Pastoral da Criança**. Curitiba, p.16, set. 2004b.

HILL, Mônica Flugel. Criança e espiritualidade. **Jornal Pastoral da Criança**. Curitiba, p. 23, out. 2005.

_____. O Líder e a visita às famílias. **Jornal Pastoral da Criança**. Curitiba, p. 14, maio 2004.

MOURA, Eveline Cunha. Segurança alimentar nutricional. **Jornal Pastoral da Criança**, Curitiba, p.13, jul. 2004.

NÓS contamos com você. **Jornal Pastoral da Criança**, Curitiba, p. 3, jul. 2006.

PASTORAL DA CRIANÇA. Pastoral da Criança: venha fazer parte desta rede de amor e solidariedade. **Jornal da Pastoral da Criança**, Curitiba, ago. 2005. Suplemento.

_____. **Jornal Pastoral da Criança**, Curitiba, p. 01 , ago. 2004a.

_____. **Jornal Pastoral da Criança**. p.13, set. 2004b.

_____. **Orientações sobre o caderno do líder**: livro do capacitador. Curitiba, 2004c.

_____. **Caderno do líder da Pastoral da Criança**: acompanhamento das gestantes e crianças. Curitiba, 2003a.

_____. **Uma criança nasceu. vamos celebrar!** Curitiba: [s.n.], 2003b. 1 folder.

_____. **Guia do líder da Pastoral da Criança**. 5. ed. Curitiba: [s.n.], 2002a.

_____. **Orientações sobre reuniões para reflexão e avaliação para líderes da Pastoral da Criança**. Curitiba: [s.n.], 2002b

_____. **Pastoral da Criança**. [S.l.:s.n.], 2001, 1 Folder.

- _____. **Abrangência e resultados:** relatório anual – 1999. Curitiba: [s.n.] 2000a.
- _____. **Pastoral da Criança:** para que todos tenham vida e vida em abundância. [S.l.: s.l.], 2000b. 1 Folder.
- _____. **Abrangência e resultados:** relatório anual - 1998. Curitiba: [s.n.], 1999.
- _____. **Nós somos a Pastoral da Criança:** nossa história e organização. Brasília: [s.n.], 1998a.
- _____. **Bem vindo à vida:** prevenindo a mortalidade perinatal: do ventre materno aos primeiros dias de vida. 2 ed. Curitiba: [s.n.], 1998b.
- _____. **Estatuto da Pastoral da Criança.** Curitiba: [s.n.], 1995.
- _____. **A serviço da vida e da esperança (10 anos).** Curitiba: [s.n.], 1993.
- _____. **Guia para discussão em grupo:** alimentação enriquecida. [S.l.: s.n.]. s.d. 1 Folder.

RESULTADOS e conquistas. **Jornal Pastoral da Criança.** Curitiba, ago. 2005. Suplemento, p.13.

THIESEN, Maria Lúcia. Brinquedotecas: uma nova experiência na Pastoral da Criança. In: PASTORAL DA CRIANÇA. **Brinquedotecas na Pastoral da Criança.** Curitiba: [s.n.], 2002.

A VOCAÇÃO do Líder. **Jornal Pastoral da Criança.** Curitiba, p. 01, ago. 2004.

VOLUNTÁRIO: nosso maior valor. **Jornal Pastoral da Criança,** Curitiba, ago. 2005. Suplemento, p.15.

d) Sites da Internet:

ARQUIDIOCESE DE NATAL. **Dia mundial da saúde chama atenção para a mortalidade materno-infantil.** 2004. Disponível em: <<http://www.arquidiocesedenatal.org.br>>. Acesso em: 28 out.2005.

BERALDO, Pe. José Gilberto. **Consciência crítica zero.** 2003. Disponível em: <<http://www.cursilho.org.br/artigo>>. Acesso em: 11 abr. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Balanco MDS – programas sociais.** Brasília/DF, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 11 abr. 2006.

CAMPANHA da Fraternidade: natureza e histórico. Disponível em: <<http://www.cf.org.br/natureza.php>>. Acesso em: 11 dez. 2005.

DATASUS. **Mortalidade infantil.** Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/infRN.def>>. Acesso em: 11 set. 2005.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL E ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Salário mínimo**: um instrumento esquecido. 2006. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/salmin/salmin00.xml>>. Acesso em: 11 abr. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** – 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 14 abr. 2006.

KOZU, Kátia T. et al. **Mortalidade infantil**: causas e fatores de risco - um estudo bibliográfico. 2001. Disponível em: <<http://www.medstudents.com.br/original>>. Acesso em: 11 set. 2005.

MAGRO FILHO, João Batista; RIBEIRO, Maria Aparecida Andrés. **Mortalidade Infantil**. Disponível em: <<http://www.aborto.com.br/mortalidade>>. Acesso em: 11 set. 2005.

NEUMANN, Zilda Arns. **Lições da Pastoral da Criança**. São Paulo: Estudos Avançados, n. 48, maio/ago. 2003a. Disponível em: <<http://www.Scielo.br>>. Acesso em: 25 set. 2004.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Situação de abrangência**: Estado do Rio Grande do Norte – ano 2005. 2006a. Disponível em: <<http://www.pastoraldacrianca.org.br>>. Acesso em: 18 abr. 2006.

_____. **Relatório de indicadores da Pastoral da Criança**: Estadual – Rio Grande do Norte (2000 e 2005). 2006b. Disponível em: <<http://www.pastoraldacrianca.org.br>>. Acesso em: 10 jul. 2006.

REBIDIA. **Razões de mortalidade infantil**. Disponível em: <<http://www.rebidia.org.br/pastoral>>. Acesso em: 11 set. 2005.

SANTOS, Lígia Amparo da Silva et ali. **Uso e percepções da alimentação alternativa no Estado da Bahia**: um estudo preliminar. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: set. 2004.

SCHERER, Odilo Pedro; TOFFOLI, José Carlos Dias. **Campanha da Fraternidade**. Informativo Diocesano, [s.l.], 2004. Disponível em: <http://www.diocesepatosmg.org.br/informativos/fevereiro2004/noticia_03.htm>. Acesso em: 11 dez. 2005.

TIHON, Marie-Alice. Congregação de Nossa Senhora: nossa missão. Disponível em: <<http://www.congregation-notredame.cef.fr>>. Acesso em: 14 abr. 2006

UNICEF. **Brasil**: equidade na infância e adolescência. 2006a. Disponível em: <<http://www.devinfo.info/brazilchildequity>>. Acesso em: 31 jan. 2006.

_____. **Situação da infância brasileira (2006)**: crianças de até seis anos – o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento. 2006b. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil>>. Acesso em: 18 set. 2006.

VELHO, L.; VELHO, P. **A controvérsia sobre o uso da alimentação alternativa no combate à subnutrição do Brasil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso: em set. 2004.

FONTES ORAIS

a) Entrevista:

ARAÚJO, Elineide Estevam da Silva de. **A ação do Líder Comunitário**. Entrevistador: José Mateus do Nascimento. Natal, 2005. 1 cassete sonoro (60 min.)

ARAÚJO, Francisco das Chagas Teixeira de. **A Pastoral da Criança no RN**. Entrevistador: José Mateus do Nascimento. Natal, 2005. 1 cassete sonoro (60 min.)

BOUFLEUR, Clovis Aldaberto. **A coordenação nacional da Pastoral da Criança**. Entrevistador: José Mateus do Nascimento. Curitiba, 2004. 1 cassete sonoro (60 min.)

COSTA, Analine. **A ação do Líder Comunitário**. Entrevistador: José Mateus do Nascimento. Natal, 2006. 1 cassete sonoro (60 min.)

MONICK, Carolina. **A ação do Líder Comunitário**. Entrevistador: José Mateus do Nascimento. Natal, 2006. 1 cassete sonoro (60 min.)

NEUMANN, Zilda Arns. **Pastoral da Criança no Brasil**. Entrevistador: José Mateus do Nascimento. Curitiba, 2004. 1 cassete sonoro (60 min.)

PESSOA, Marlúzia Maria. **Atuando na coordenação (arqui)diocesana**. Entrevistador: José Mateus do Nascimento. Natal, 2005. 1 cassete sonoro (60 min.)

PINTO, Áurea Emília da Silva. **A coordenação de área da Pastoral da Criança**. Entrevistador: José Mateus do Nascimento. Natal, 2005. 1 cassete sonoro (60 min.)

SILVA, Audair Pinheiro. **A ação do Líder Comunitário**. Entrevistador: José Mateus do Nascimento. Natal, 2005. 1 cassete sonoro (60 min.)

SILVA, Jackeline da. **A ação do Líder Comunitário**. Entrevistador: José Mateus do Nascimento. Natal, 2006. 1 cassete sonoro (60 min.)

SILVA, João Maria da Cruz. **A ação do Líder Comunitário**. Entrevistador: José Mateus do Nascimento. Natal, 2005. 1 cassete sonoro (60 min.)

SILVA, Maria Graciete da. **O coordenador paroquial na Pastoral da Criança**. Entrevistador: José Mateus do Nascimento. Natal, 2005. 1 cassete sonoro (60 min.)

SOUZA, Elionaide Oliveira. **Ser coordenadora comunitária**. Entrevistador: José Mateus do Nascimento. Natal, 2005. 1 cassete sonoro (60 min.)

b) Filmes:

A LISTA de Shindler. Direção: Steven Spielberg. Universal, 1993, 1 DVD (195 min.).

O PIANISTA. Direção: Roman Polanski. Europa Filmes: [s.n.], 2002, 1 DVD (148 min.), son., color.

ROMPENDO o silêncio. Direção: Steven Spielberg. [S.I.]: Universal, 1995 2 DVD (169/113 min.), son., color.

TITANIC. Direção: James Cameron. Fox Film: EUA, 2000. 1 DVD (150 min.), son., color.

c) Conferência:

MONTAÑO, Carlos. Trabalho e terceiro setor. In.: XII **Seminário de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, Natal: UFRN, ago./2006. Conferência.



APÊNDICE A - PLANOS EVOLUTIVOS

PLANO 1

1 INSTITUIÇÃO

1.1 organismo social da CNBB

1.1 instituição do terceiro setor

2 O AGENTE PASTORAL

2. 1 O voluntário

3 AÇÃO SOCIAL

3. 1 A visitação, o diálogo, a orientação

3.2 A mística, a celebração

3.3 Idéia e lógica da multiplicação

4 INFÂNCIA

4.1 Carências

5 SOBREVIVÊNCIA

5. 1 Cuidar para sobreviver

5.2. O essencial, o alternativo, o prático

PLANO 2

1 A PASTORAL DA CRIANÇA

1. 1 O natalício

- Iniciativa da Igreja
- Organismos internacionais
- Estrutura e organização

1. 2 Proposta

- Orientação em saúde
- Acompanhar crianças de 0 a 6 anos de idade na família

1.2.2 Avaliação

- Instrumento FABS
- Sistema de informação

1.2.3 Omissão do Estado?

2 O AGENTE PASTORAL

2. 1 A iniciação

- O envolvimento
- O convite

2. 2 Ser voluntário

2. 2.1 A motivação

- A fé
- O grupo

2.2.3 A desistência

- Ausência da mística

3 AÇÃO SOCIAL

3.1 A mística

3.1.1 Ação ecumênica

3.1..2 A Celebração da Vida

3.2 O sucesso

- O líder comunitário
- A mística

3.3 O método

3.3. 1 Inspirações

- A bíblica: a lógica da multiplicação
- Ação católica: ver, julgar, agir

3.3. 2 O tripé da ação

- Visitação domiciliar: o diálogo, a observação
- Dia do peso (Celebração da Vida)
- Reunião de reflexão/avaliação

4 A INFÂNCIA

4.1 Carências

4.2 O cuidado

5 A SOBREVIVÊNCIA

5.1 Essencial *versus* abundante

PLANO 3

1 PASTORAL DA CRIANÇA: a organização

1.1 Origem e conceituação

- Campanha da Fraternidade (1984)
- Banalidade da morte da criança
- Apelo da parte da igreja
- Serviço de caridade: dimensões mística e filantrópica
- Responsabilidade social: dimensão político-econômica

1.2 Atuação da igreja *versus* omissão do estado

- Ação subsidiária e supletiva
- O papel do terceiro setor

1.3 Estrutura e proposta de ação social

- objetivos: cultivar o potencial humano + diminuir a mortalidade infantil
- (Des)centralização
- Diferenças e semelhanças: atuação nas regiões brasileiras

1.4 O método: mudanças entre os anos 1980 e 1990 = aperfeiçoamento

- Inspiração: bíblica = lógica da multiplicação; Ação Católica = ver, julgar e agir
- Tripé da ação: visitaç o + pesagem + reuni o de avalia o
- Avalia o: deficiente e sagrada; necessidade de ouvir as comunidades; registros e resultados

2 PASTORAL DA CRIANÇA: o organismo

- Serviço de caridade da igreja não é apêndice

2.1 A mística

- Exercício de fé
- Significado para a ação social
- Uma missão
- Ação ecumênica *versus* proselitismo
- Celebração de vida *versus* culto à morte

2.2 O líder Comunitário

- A inicia o: paix o, identifica o, voca o
- Ser volunt rio ou agente?
- A motiva o: dedica o, intera o, compromisso, valoriza o
- Desist ncia: burocracia, aus ncia de mística, emprego e estudo

3 NA BALANÇ A

3.1 A inf ncia

- Humano com potencialidades
- Revela o de Deus
- Desenvolvimento natural

3.2 A sobreviv ncia

- Teimosia: insistir em viver
- Compromisso pela fé: cultivo da dignidade humana
- Banalidade da morte
- Essencial *versus* abundante

PLANO 4

1 AÇÃO SOCIAL DA PASTORAL DA CRIANÇA

1.1 O natalício

- Precariedade das condições de existência
- Renovação das práticas da igreja
- Organismos internacionais: parcerias
- A presença da CNBB
- A Campanha da Fraternidade
- Conflitos
- Mortalidade infantil
- Líder carismática: Dra. Zilda

1.2 Um caminho

- Inspirações: bíblica, método ver-julgar-agir da Ação Católica, experiência piloto da Dra. Zilda
- Tripé da ação: visitar-pesar-avaliar
Festa, simbologias, comemoração, espiritualidade
A visitação: a observação, o registro, a oportunidade de diálogo
O peso: exame
O registro como mecanismo de controle
Reunião entre líderes: levantamento de dados, oportunidade para reflexão
- As ferramentas de trabalho
Informação, registro, mensuração: tecnologias de disciplinamento

1.3 Colunas

O Líder Comunitário

- A iniciação: vocação, missão, devoção
- Ser voluntário?
trabalho voluntário
mística volição e compromisso
limitações na atuação: de si, da instituição, na comunidade

1.4 Contrastes

- Ecumenismo *versus* proselitismo
Respeito às diferenças com reservas
Estratégia de evangelização
Não é proselitismo
- Entre a etnoteoria da Pastoral e a da família
Respeito às tradições populares
- Estado e Terceiro Setor
Co-responsabilidade social
Processo de publicização
Sociedade civil organizada: protagonista no trato das questões sociais

2 PEDAGOGIA DA SOBREVIVÊNCIA

2.1 Arte de cuidar

- Maneiras de cuidar: etnoteorias, ética do cuidado
- Cuidar: modalidade de ação para prevenção ou promoção

2.2 Artefatos

- Aprender a lidar com o aleitamento, a imunização, o pré-natal, os indicadores de oportunidades e conquista, os sinais de risco na criança

3 NA BALANÇA

3.1 Ser criança – ter infância

criança pobre = infância subtraída

negação dos bens essenciais

3.2 Pastoral organismo e também organização

3.3 Mística Cristã

- Experiência pessoal
 - Útil na consolidação do grupo
- Motivação, simbolismos, ritual, configuração, interdependências

PLANO 5

I AÇÃO SOCIAL DA PASTORAL DA CRIANÇA

1 O natalício

1.1 Dimensão socioeconômica

- Resposta aos bolsões de pobreza
- Luta contra a mortalidade infantil
- Ser profeta ou/e missionário?

1.2 Dimensão místico – carismática

- O líder carismático
- Luz espiritual
- O carisma
- Decisão divina

1.3 Dimensão político – econômica

- Política de Renovação da Igreja Católica
- Iniciativa da CNBB
- Reunião em Genebra (1982)
- O terceiro setor
- Conservadores x Progressistas
- Campanha da Fraternidade (1984)

2 Caminhos: maneiras de fazer PCr nas comunidades pobres.

2.1 Inspirações

- bíblica: multiplicação do saber
- Ação Católica: ver-julgar-agir
- Experiência piloto da Dra. Zilda

2.2 Tripé da ação: visita-pesagem-reflexão

- Visita: aproximação, conquista, elo, observação, diálogo, orientações
- Dia do Peso: celebração, interação, mensuração, registro
- Reunião de Avaliação: levantamento de dados, reflexão sobre o trabalho

2.3 As ferramentas – instrumentos de controle

- de registro: o Caderno do Líder, a FABS
- de informação: o Guia do Líder, a Bíblia
- de medida: a balança, a fita braquial, a colher – medida do soro caseiro

3 As colunas

3.1 A iniciação

- o envolvimento, devoção
- o convite
- a vocação
- a missão

3.2 Ser mais que voluntário

- compromisso de fé
- ação missionária

3.3 Mística cristã individual e de grupo

- motor da ação
- une os grupos: engajamento, interdependências
- significação: atribui sentido à ação

4 Contrastes

4.1 PCr: organismo ou organização?

- crescente burocratização/ informatização
 - mística atenuada
- 4.2 PCr no terceiro setor
- o trato com as questões sociais
 - a parceria com o estado
 - ação subsidiária e supletiva
- 4.3 PCr: ação ecumênica e evangelização
- a proposta do diálogo inter-religioso
 - receio do proselitismo
 - as resistências de outros grupos religiosos

II PEDAGOGIA DA SOBREVIVÊNCIA

5 A arte de cuidar:

- inventividade: presença de resistência dissimulada
- vigilância: mecanismo de controle
- cultivo: necessidade de acompanhamento

6 Artefatos:

6.1 a prevenção: imunização, aleitamento materno

6.2 o essencial

- Indicadores de oportunidades e conquista: afeto, ludicidade, alimentação, higiene, educação, moradia

6.3 o alternativo: alimentação enriquecida, soro caseiro, plantas medicinais

6.4 a probabilidade

- Sinais de risco: observação, formulação de hipóteses, intervenção

7 Ser criança e ter infância

- o sentimento moderno de infância
- condição da criança pobre
- infância subtraída



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)